

Maio de 2016

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de Notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços Basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, O PAÍS, A República, Expansão, Grandes Notícias, Novo Jornal e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como: ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chela.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, José Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 Até 2017 angolanos estarão mais pobres	7
1.2 Fome ainda é problema no Namibe	7
1.3 Shoprite investe usd 500 milhões na expansão da rede de supermercados	8
1.4 Redução da pobreza está na agenda	8
2. MICROFINANÇAS	10
2.1 Millenium Atlântico com Kz 380 mil milhões para crédito	10
2.2 Jovens recebem micro crédito	11
2.3 BNA quer fim da venda ilegal	11
2.4 Bancos angolanos voltam a receber divisas quase um mês depois	12
2.5 Crédito à economia indica níveis de confiança	13
2.6 Comerciantes rurais obtêm financiamento	13
2.7 BNA aumenta venda de divisas ao mercado	14
3. MERCADO INFORMAL	16
3.1 Não se combate a informalidade apenas com medidas coercivas	16
3.2 Vendedoras preferem vender em áreas impróprias	16
3.3 Medidas do BNA deixam "kinguilas" em polvorosa	17
3.4 Preço do dólar nas kinguilas ultrapassa a fasquia dos 500 Kz e banco central está preocupado	17
3.5 Proibida a venda na via pública	18
3.6 Dólar bate record de 60 mil kwanzas no mercado informal	18
3.7 comércio organiza sector	19
3.8 Mais de 80 armazéns encerrados há 38 dias no hoji-ya-henda	19
3.9 Taxistas aborrecidos com Higinio Carneiro	20
3.10 "Monangambe" invade o Mundial	20
3.11 Comércio no Santuário	21
3.12 Economista aponta medidas de combate à venda ilegal de divisas	22
3.13 Kinguilas do mártires ludibriam palícias	23
3.14 "Kinguilas" do Mártires ludibriam Polícias	23
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	25
4.1 Gigante vai revolucionar o sector	25
4.2 Homens e Maquinas dão o "litro" 24/24h	25
4.3 Laúca vai reforçar a oferta	26
4.4 Barragem de laúca está hoje a 29% do final da construção	27
4.5 Capacidade triplica para reduzir défice energético de luanda	28
4.6 Ruas estão a ser asfaltadas	29
4.7 Britânicos interessados na agricultura	30
4.8 Britânicos interessados na agricultura	30
4.9 Falta de divisas condiciona abertura de seis novas fábricas no Pólo Industrial da Caála	31
4.10 Forte investimento nas indústrias do pão e da massa alimentar	31
4.11 Agrobusiness deve ser motor da diversificação	33
4.12 Finlandeses têm 112 milhões USD para ajudar País, mas faltam projectos de angolanos	34
4.13 Pólo de desenvolvimento industrial de Benguela já atraiu mais de 300 empresas	35

4.14	Projecto comunitário para a região sul	35
5.	GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	37
5.1	Participação municipal dos cidadãos é tema central	37
6.	URBANISMO E HABITAÇÃO	39
6.1	África toma conhecimento dos projectos de habitação	39
6.2	Milhares de casas são construídas para professores	39
6.3	Famílias bem abrigadas	40
6.4	Nos próximos tempos as estradas esburacadas vão conhecer novas intervenções	41
6.5	Mais celeridade no crédito à habitação	41
6.6	Consórcio privado constrói casas sociais em Angola	42
6.7	Famílias recebem residências condignas	43
6.8	Dezenas de casas sociais são entregues aos jovens	43
6.9	Americanos querem investir USD5 mil milhões na construção de 60 mil habitações	44
6.10	Lei obriga números de porta nas casas dos cidadãos	45
6.11	Kilamba: mais de metade dos moradores não paga prestações das casas	45
6.12	Taxa de Urbanização favorece crescimento	46
6.13	Polícia nacional desaloja moradores de forama ilegal	47
7.	TERRA	49
7.1	Governo concede terrenos no Huambo	49
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	50
8.1	Água para todos não chega aos bairros	50
8.2	Ministro esclarece consumo de água barrenta	50
8.3	Taxa do lixo reduzida em mais de 80 por cento	50
8.4	ENDE actualiza sistema informático para incluir taxa do lixo na factura da luz	51
8.5	Cessados contratos com microempresas de lixo	52
8.6	Cheiro da lixeira preocupa moradores na 21 de Janeiro	53
8.7	Escassez de água é ameaça mundial	53
8.8	Saneamento e lixo	54
8.9	Limpeza e saneamento nos municípios	54
8.10	Escassez de água pode afectar economia angolana até 2050	54
8.11	Governo proíbe exportação de sucatas este ano	55
8.12	Ecologistas clamam por atitude positiva do cidadão no tratamento do lixo	56
8.13	Administração reforça acções de combate ao lixo	56
8.14	"A situação actual do sector de energia e água não se pode considerar satisfatória"	57
8.15	Ainda sobre a axiologia de políticas inerentes ao lixo sua Taxa. O Lixo como factor jus-urbano e ambiental	58
8.16	Situação energética fica resolvida em 2025	59
8.17	O nosso lixo, sua gestão, nós as vítimas e seus proveitos	60
8.18	Mega campanha de limpeza abre festas da cidade do Luena	61
8.19	Matala vai contar com seis mil ligações domiciliarias este ano	61
8.20	Coelho acalma-se fora do prazo estabelecido por Carneiro	62
8.21	Moradores denunciam grandes variações na conta, EPAL garante que não cobra a mais	63
8.22	Novos modelos, velhas lixeiras	64
8.23	Governo garante poios para melhorar fornecimento de água	64
8.24	Como é que isto é possível?	65
8.25	Melhorado o abastecimento de água	66

8.26	Bairros periféricos com mais energia	66
8.27	A energia eléctrica é cara	67
8.28	Retomadas obras de ampliação	68
8.29	Pagamento do começa em Junho	68
8.30	Energia eléctrica e água garantidas em Cabo Ledo	69
8.31	Executivo ajuda taxa do lixo	70
8.32	Taxa do lixo começa a ser cobrada a partir de Junho	70
8.33	“Fuga” a pagamento da taxa de lixo em Luanda dá multa de 5 mil a 57 mil kz	71
8.34	Cambambe II a trinta dias de gerar electricidade	72

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

73

9.1	A batalha que ainda está longe da meta	73
9.2	Alunos sensibilizam populares	75
9.3	Casos de violência doméstica estão em análise na província	76
9.4	Reforçados mecanismos da Lei	76
9.5	Alunos sensibilizam populares	77
9.6	Huila regista 46 crimes em três dias	77
9.7	Casos de violência doméstica estão em análise na província	78
9.8	Polícia tem plano para crimes nas universidades contados	78
9.9	Câmara de Comércio alerta para crimes contra chineses em Angola	79
9.10	Mais de 27 Moto-taxistas mortos em assaltos	80
9.11	Suposto violador de menor é detido em Benguela	81
9.12	Burlador de multicaixas detido no Lobito	81
9.13	Embaixada nega participação de máfias chinesas nos crimes em Angola	81
9.14	Assaltantes matam a tiro agente da Polícia Nacional	82
9.15	Grupo e delinquentes são apresentados no Uíge	82
9.16	Polícia confirma três mortes em Benguela	83
9.17	Polícia mata cunhada e suicida-se	84
9.18	Casal luso- angolano assassinado em Viana	84
9.19	Polícia chinesa em Angola para ajudar no combate ao crime	85
9.20	Arguido mata por dois telefones e três mil kwanzas	86
9.21	Cidadão de 28 anos morto a tiros por oficiais da polícia nacional	87
9.22	Criminosos que injetaram água de bateria a idosos parar roubar carro	89
9.23	Criminalidade afugenta moradores da Mutamba	91
9.24	Operativos das FAA e da Polícia espancados na via pública	92
9.25	Marginais roubam mais de 1 milhão de kwanzas e ferem militar	93
9.26	Polícia desmantela grupos de marginais	93
9.27	Supostos assassinos de polícias negam o crime	94
9.28	Polícia apresenta resultados de mega-operação	95
9.29	Reforçados os mecanismos da Lei	95

10. AMBIENTE

97

10.1	Exploração de madeira vai gerar produção de 15 mil metros cúbicos por ano	97
10.2	Quantum global quer reduzir importação demadeira por angola	97
10.3	Mais de um milhão de afectados pela seca	98
10.6	UNITA alerta sobre a seca	98
10.7	Angola precisa de dez biliões de dólares para combater a seca	99
10.8	Luanda é a cidade do Ambiente para as festividades de 2016	99
10.9	Não haverá tréguas para o comércio e prática ilegal	101
10.10	Aposta continuada na educação ambiental	101
10.11	Fórum debate sustentabilidade	103
10.1	Moradores interditam rua por causa do lixo	103
10.2	Áreas protegidas são alargadas	103
10.6	Juventude ecológica aposta na mudança de atitudes	104

10.7 Temperatura global atingiu novo recorde	104
10.8 Um Planeta mais verde do que há 30 anos	105
10.9 Luanda prepara Dia do Ambiente	106

I I MIGRAÇÃO I 07

11.1 300 Mil migrantes no garimpo de diamantes ...só na Lunda Norte	107
11.2 ONU insta Angola a proteger direitos dos imigrantes	107
11.3 Angola precisa urgentemente de uma política migratória	108

I 2 EXPLORAÇÃO MINEIRA I 10

12.1 Cunene “possui” reservas importantes de diamantes	110
12.2 Forças Especiais para controlar áreas diamantíferas	110
12.3 300 Mil migrantes no garimpo de diamantes... só na Lunda Norte	111
12.4 Endiama e empresa privada vão procurar jazidas secundárias na Lunda Norte	112
12.5 Projecto siderúrgico do Cutato apresenta potencial	113
12.6 Empresa investe na expansão mineira	113
12.7 Produção de ferro atinge milhões de toneladas	114
12.8 Produção de ferro atinge milhões de toneladas	115
12.9 Adeus Nigéria: Angola é a nova rainha do petróleo em África	116
12.10 Empesas de exploração de rochas ornamentais na Huíla baixam produção	116
12.11 Chineses assumem controlo dos inertes	116
12.12 Angola descobre importantes jazidas de ouro na Huíla	118

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Até 2017 angolanos estarão mais pobres

Jornal Grandes Notícias
06 De Maio de 2016
Texto: Licínio Adriano

Segundo as principais projecções, a economia angolana abrandou, mas continua a crescer. O PIB per capita continuará a regredir, pelo menos, até 2017. A isto junta-se uma inflação na casa dos 20%, que faz com que o rendimento disponível seja ainda inferior.

A Fundo Monetário Internacional, com o qual Angola está entretanto a negociar assistência financeira para lidar com a quebra acentuada e prolongada de receitas, apresentou as suas previsões económicas regionais para a África Sub-Sahariana. Segundo as mesmas, o PIB per capita angolano irá recuar 0,5% em 2016, 0,3% em 2017, depois de não ter crescido em 2015. A inflação será de 19,1 % em 2016 e 15,2% em 2017.

Numa nota aos investidores, divulgada no final de Abril, o Deutsche Bank prevê que este ano o PIB per capita recuará pelo 3º ano consecutivo a crescimento do PIB ficará abaixo dos 3%.

As últimas previsões apontam para um crescimento médio do PIB de 2,6%/ano entre 2016-2020.

O que significa que Angola continuará a crescer abaixo da média regional, logo, a empobrecer em relação aos seus pares.

A diversificação da economia vai demorar mais tempo a produzir efeitos do que as autoridades parecem acreditar.

O PIB real, continuará a evoluir consoante tendências no sector energético, apesar de esforços para diversificar a economia, que também levantam dúvidas ao FMI.

A propósito da apresentação das previsões regionais, Antoinette Sayeh, directora do Departamento Africano do FMI, pede uma "redefinição" de políticas, em particular para os países produtores petrolíferos. "África precisa de uma redefinição de

políticas substanciais, para aproveitar o forte potencial da região, de forma urgente em exportadores de commodities e alguns países com acesso ao mercado, na medida em que a resposta política até à data tem sido geralmente insuficiente": afirma Sayeh, em nota divulgada pelo FMI.

"Perante reservas orçamentais e externas em rápido declínio e financiamentos estrangulados, os exportadores de commodities devem responder ao choque prontamente e com firmeza para evitar um ajuste desordenado.

Como a receita do sector extractivo será provavelmente reduzida por um período duradouro, muitos países afectados precisam criticamente de conter deficits orçamentais e construir uma base fiscal sustentável a partir do resto da economia", adianta.

A responsável do FMI sugere mesmo para os países fora de uniões monetárias, como é o caso de Angola, "a flexibilidade da taxa de câmbio, como parte de um pacote de política macroeconómica mais ampla, também deve ser parte da primeira linha de defesa" Isto numa altura em que o valor de mercado do Kwanza é mais do dobro da cotação oficial fixada pelo Banco Nacional de Angola. A situação nos países produtores petrolíferos contrasta com a dos importadores, com crescimentos superiores a 5 por cento em países como a Costa do Marfim, Quênia e Senegal, bem como em muitos países de baixo rendimento.

Este crescimento está a ser suportado por esforços de investimento de infra-estruturas em curso e forte consumo privado. Para os especialistas, as políticas defendidas pelo FMI para África "deverão incorporar o futuro programa a adoptar por Angola, na sequência das negociações em curso, nomeadamente medidas de contenção urgente de deficits orçamentais, construção de uma base fiscal sustentável a partir do resto da economia e flexibilidade da taxa de câmbio, o que pode implicar uma desvalorização brusca da cotação do Kwanza, para mais próximo do seu valor real de mercado".

I.2 Fome ainda é problema no Namibe

Jornal A Republica
20 De Maio de 2016
Texto: Armando Chicoca

Autoridades locais pedem ajuda da Igreja e da comunidade internacional. As comunidades rurais no

sul de Angola dizem continuar a enfrentar dificuldades decorrentes de cinco anos de seca.

Autoridades tradicionais em Oshifengo, Comuna do lona, a mais de 300 quilómetros do Namibe, dizem que a fome é o seu principal problema.

Não há lojas onde as comunidades locais possam fazer as permutas de animais, que sobraram da seca, por bens alimentares para o sustento das crianças.

As chuvas que caíram no mês de Março aliviaram os criadores de gado e permitiram que muitos deles regressassem às suas terras de origem depois de longos anos de transumância.

António Uty disse que "o povo quer fuba de milho, arroz, óleo vegetal, sal. Os que têm animais recorrem aos candongueiros em Padiva, Mayavo, Cathenytenye alguns vão até ao Namibe, fazer permuta"

As poucas represas naturais existentes servem as pessoas e animais, mas também homens e mulheres tomam banho na mesma água.

Alguns cidadãos acusam o Governo de silenciar o sofrimento das populações locais.

Um dos entrevistados da VOA diz que a Igreja e a comunidade internacional devem igualmente ajudar a minimizar o sofrimento destas comunidades, sobretudo as que vivem no deserto de Kalahari.

1.3 Shoprite investe usd 500 milhões na expansão da rede de supermercados

Jornal OPAÍS

25 DE Maio de 2016

Texto: Hélder Caculo

O grupo sul-africano Shoprite, da área do etalho, vai investir mais de USD 500 milhões em Angola no âmbito do seu plano de expansão, de modo a aumentar a sua rede de distribuição, uma das suas principais apostas internacionais, com 53 lojas.

A informação consta do Despacho Presidencial número 65/16 de 18 de Maio do ano em curso, cosultado por OPAÍS, que destaca a criação de uma comissão para negociar facilidades e incentivos de um primeiro investimento privado de USD 50 milhões, relativos à reabertura da sua primeira loja, situado no bairro Palanca, em Luanda, no mês de Abril.

Com 4.500 metros quadrados, maior do género, aquele hipermercado tinha sido destruído por um

incêndio em Julho de 2014, empregando agora 400 trabalhadores, mais uma centena do que anteriormente, sendo já um dos mais concorridos da capital.

No mesmo despacho assinado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, é referido que o grupo Shoprite apresentou um projecto de investimento de USD 571.749.000 para "capitalizar a sociedade de modo a aumentar e potenciar a sua rede de retalho em Angola".

Este investimento visa "a edificação e a abertura de centros comerciais, supermercado se um armazém, bem como a realização de melhorias em estruturas já existentes", além da aquisição de equipamentos.

Uma informação anterior do grupo sul-africano apontava para a criação de mais 14 lojas Shoprite em todo o país, até 2017, gerando 4.000 novos postos de trabalho.

As novas lojas vão juntar-se aos outros 53 estabelecimentos comerciais da insígnia existentes no país e pretendem continuar a oferecer produtos alimentares e artigos domésticos com alta qualidade.

O grupo empresarial trabalha actualmente com 200 agricultores locais de forma a contribuir para o processo da diversificação da economia nacional e para a produção local. Presente em Angola desde 2004, o grupo Shoprite foi criado na África do Sul em 1979, operando hoje em mais 15 países. É o maior grupo de retalho e distribuição em África e opera mais de 2.100 lojas.

1.4 Redução da pobreza está na agenda

Jornal De Angola

28 De Maio de 2016

Fátima Jardim, que discursava na segunda Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente, aberta segunda - feira e encerrada ontem, salientou que, nas áreas rurais, a melhoria dos indicadores continua a ser uma prioridade do Governo.

"A estratégia angolana contra a pobreza e a promoção da segurança alimentar, através de uma alimentação sustentável, está integrada em programas municipais como uma ferramenta de apoio à descentralização e capacitação para o desenvolvimento local", acentuou a ministra.

A titular da pasta do Ambiente salientou que o Governo promove o acesso à água para todos e à habitação social, além do fomento de pequenas

indústrias rurais com vista ao fortalecimento das instituições e à diversificação económica, que contribui para a redução da pobreza através da criação de novos postos de trabalho. Fátima Jardim disse também no seu discurso que o Governo continua a desenvolver os programas de conversão da economia informal em sectores como os da agricultura, construção, agro-indústria, um objectivo voltado para a diversificação da produção.

"Angola possui programas e uma estratégia nacional que estão em execução", informou a ministra, reconhecendo que o país precisa de centros de investigação técnica e financiamentos para a agro-indústria.

A ministra reiterou' o compromisso de Angola para acolher a 5 de Junho as celebrações do Dia Internacional do Meio Ambiente, cujo tema é o "Combate ao Comércio Ilegal de Espécies Selvagens", um problema que, como disse, é "uma preocupação global, o que compromete o desenvolvimento sustentável, sobretudo em África, onde são abatidos, em número considerável, espécies selvagens. Angola, acrescentou, está engajada e incentiva o Mundo a combater essa ameaça à segurança global, que põe em risco a vida da Natureza.

A Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente reuniu mais de duas mil pessoas, entre ministros, investigadores e membros de organizações não governamentais de defesa do meio ambiente.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Millenium Atlântico com Kz 380 mil milhões para crédito

Jornal O País

4 De Maio de 2016

Texto: José Dias

Iniciamos hoje a actividade do Banco Millenium Atlântico, uma instituição bancária que nasce com o propósito de contribuir para o crescimento e desenvolvimento da economia nacional de uma forma sustentável", disse o presidente do conselho de administração da instituição' Carlos Silva, quando falava na cerimónia de abertura oficial que decorreu nas instalações da cidade financeira em Talatona e que contou com a presença do ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Edeltrudes Costa.

Na sua perspectiva, este pressuposto será alcançado obedecendo a cinco factores, nomeadamente ter uma estratégia clara de posicionamento do mercado como um banco universal, o investimento em recursos humanos, colocando-os na fronteira do conhecimento da indústria bancária, o investimento numa placa tecnológica que garanta a segurança bancária e um balanço robusto e sólido que é possível por meio da criação de mecanismos de fiscalização e controlo da actividade.

O presidente da comissão executiva do Millenium Atlântico, Daniel Santos, disse que a nova agência bancária tem deste modo a oportunidade de participar no processo de diversificação da economia angolana com uma carteira de financiamento diversificada resultante da forma como cada banco se posicionava no mercado.

De acordo ainda com Daniel Santos, pela sua dimensão o Millenium Atlântico pretende posicionar-se como uma plataforma de atracção do investimento e parceiros internacionais que possam alavancar o crescimento do país.

"Estamos muito seguros de que vamos ter um papel relevante na forma de financiamento da agricultura e outros sectores de actividade. Cremos que desta forma vamos poder atrair investidores e parceiros que possam desenvolver a economia nomeadamente a agricultura e outros que muito potencial têm em Angola.", frisou Daniel Carvalho Santos.

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Valter Filipe, considerou o sistema financeiro o

motor do crescimento da economia e a fusão das duas instituições uma demonstração do interesse de Angola em criar mais robustez, tornando este sistema num instrumento de prosperidade das famílias.

Para Valter Filipe, a fusão entre o Banco Millenium e o Atlântico representa robustez, consolidação, mais crédito, mais economia e mais prosperidade para as famílias.

"Esta fusão demonstra o interesse de Angola em criar mais robustez no sistema financeiro e tornar este sistema financeiro no instrumento de prosperidade das famílias angolanas. Estamos a trabalhar numa reestruturação do Banco Nacional de Angola e a trabalhar na reestruturação e consolidação de vários bancos angolanos, porque entendemos que esta situação difícil que o país vive é uma grande oportunidade para fazer com que o sistema financeiro angolano seja o motor da economia e da prosperidade.

É uma oportunidade para trazer estabilidade financeira, crédito à economia e para dinamizar melhor a nossa economia nacional", frisou. Para o economista Manuel Nunes Júnior a fusão vai permitir maior crédito aos empresários nacionais que, neste momento, precisam de financiamento para aumentar a produção interna e fazer com que se diminuam as importações e se aumentem as exportações e haja mais divisas para o país.

"É um bom pressuposto quando dois bancos se unem e estabelecem entre si complementaridades. É sempre muito bom, há sempre uma maior força dos mesmos dentro do mercado e leva a maior capacidade competitiva ", frisou.

Agregar forças

O banco resultante da fusão tem uma quota de mercado de cerca de 10% e é a segunda instituição privada no crédito à economia.

O Millenium Atlântico terá um " dos maiores níveis de fundos próprios do sistema financeiro angolano, com um valor superior a USD 800 milhões, o que permitirá reforçar a capacidade de financiamento às famílias, às empresas e aos projectos estruturantes, que contribuem para o fomento da sustentabilidade da economia angolana.

A nova instituição reúne mais de dois mil colaboradores, centena e meia de sucursais em todo o país e mais de meio milhão de clientes.

O Millenium Atlântico posiciona-se como o líder no Programa Angola Investe, com uma quota de 30%, e

é o segundo maior banco privado em Angola no volume de crédito às famílias e às empresas.

2.2 Jovens recebem micro crédito

Jornal de Angola

7 De Maio de 2016

Texto: Victorino Joaquim

Mais de 200 Jovens beneficiaram ontem, em Luanda, de micro crédito no valor de 170 mil kwanzas cada, após terem participado em acções de formação sobre diversos programas de empreendedorismo na comunidade.

Promovida pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MATPSS), a formação proporcionou aos jovens conhecimentos em artes e ofícios, reparação e manutenção de antenas parabólicas, geradores, desenho gráfico, cabeleireiro, mesa e bar, fotografia, mecânica, entre outros, no Centro Feminino do Rangel, no Pavilhão do IFA e no Marco Histórico do Cazenga.

O director nacional de Emprego e Formação Profissional, Leonel Bernardo, do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MATPSS), disse que a instituição tem vindo a implementar diversos programas de formação em todo o território nacional com o objectivo de disseminar a cultura do empreendedorismo.

"Por meio de acções de capacitação, os empreendedores poderão identificar e implementar oportunidades de negócios geradoras de rendimentos, emprego e proporcionar a oferta de bens e serviços à comunidade", referiu. Leonel Bernardo adiantou que, com a 60ª edição de micro crédito, pretende-se complementar as acções de formação dos jovens provenientes dos centros de formação profissional, bem como garantir oportunidade de inserção directa no mercado de trabalho, através de iniciativas de pequenos negócios.

No acto de encerramento, o ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Pitra Neto, explicou que o Executivo está empenhado em trabalhar no combate ao desemprego, principalmente na camada jovem. "Uma sociedade que saiu de um conflito, como a nossa, com o alto nível de desestruturação, tinha de conceber acções e programas de combate ao desemprego, de forma consistente, motivada e sustentável", disse.

Diante das deficiências e insuficiências que o país apresenta, pelo facto de Angola ser um país pós-

conflito, "tivemos de adoptar as políticas activas de emprego, como forma de combate ao desemprego.

Assim, criamos condições para dar formação e apoio financeiro adequado aos jovens", destacou o ministro, que garante incutir, nos jovens, capacidade de empreender, realizar e fazer negócios. "E assim que as políticas de emprego constituem a forma adequada de combater o desemprego que assola o país", acrescentou.

O ministro agradeceu o empenho dos parceiros e assegurou que o seu Ministério vai continuar a trabalhar para a expansão do programa de empreendedorismo na Comunidade e o Programa Avanço, cujos resultados até agora alcançados são positivos. Pitra Neto prometeu o reforço da parceria com as instituições financeiras para apoiar as iniciativas empresariais dos jovens.

2.3 BNA quer fim da venda ilegal

Jornal de Angola

18 De Maio de 2016

O Banco Nacional de Angola (BNA) defende o combate da venda ilegal de dólares nas ruas, uma das formas de acesso a divisas no país, transaccionadas três vezes acima da taxa de câmbio oficial.

A posição vem expressa na mais e cente nota mensal do Comité de política Monetária do BNA.

O CPM do Banco Nacional de Angola (BNA) recomendou às autoridades competentes maior controlo e responsabilização dos agentes promotores do mercado informal de moeda estrangeira, ao mesmo tempo que pretende que a supervisão do banco central seja mais actuante e enérgica na preservação da ética e cumprimento das normas do sistema financeiro".

Perante a actuação da Polícia, que tenta combater o fenómeno, as "kinguilas" tendem agora a não fazer as transacções nas ruas mas em casa, mais resguada, onde negociam com os clientes.

Ontem, os vendedores informais de divisas já transaccionavam, em algumas zonas de Luanda, cada nota de dólar a mais de 600 kwanzas, quando a taxa de câmbio oficial anda os 166 kwanzas, tendo em conta a elevada procura por dólares a cada vez mais reduzida oferta no mercado formal.

Na semana passada, a venda de divisas no mercado primário atingiu 217,8 milhões de dólares, passados aos bancos comerciais nos sete dias anteriores. Uma semana antes, o banco central vendeu 1,9 milhões de

dólares e dois milhões de euros para o pagamento de operações da companhia de Transportes Aéreos de Angola (TAAG) e da Televisão Pública de Angola (TPA).

O BNA declarou que, na semana passada, vendeu 65,3 milhões de dólares para cobertura de importações dos programas sectoriais do Executivo, nomeadamente insumos, matérias-primas e equipamentos para a agricultura, indústria e pescas.

Trinta milhões de dólares foram vendidos para cobertura das operações das companhias aéreas, 20 milhões para os serviços e 15,6 milhões para a importação de medicamentos e material de hospital, afirma o documento. As vendas incluíram 24 milhões de dólares para pagamentos relacionados com ajuda familiar, saúde, educação, viagens e remessas de dinheiro, sete milhões para cobertura cambial de salários de não residentes e dez milhões para operações bancárias diversas.

O banco central declarou a transacção de 45,4 milhões de dólares em leilão de preço para a cobertura de operações de importação das empresas prestadoras de serviço ao sector petrolífero. A cotação do dólar no mercado primário publicada segunda-feira no site do BNA foi de 166, 798 kwanzas e a do euro de 186,262 kwanzas, de 2 a 6 de Maio, quando as duas divisas foram cambiadas a 166,707 kwanzas e a 186, 2061 kwanza

2.4 Bancos angolanos voltam a receber divisas quase um mês depois

Jornal A Republica
20 De Maio de 2016

A informação consta do relatório semanal do BNA sobre a evolução dos mercados monetário e cambial, no período entre 09 e 13 de Maio, e contrasta com as três semanas anteriores, em que não foram vendidas divisas aos bancos e várias outras antes com a transacção apenas em euros.

De acordo com o documento, consultado pela Lusa, foram disponibilizados neste período um total de 217,8 milhões de dólares aos bancos comerciais, dos quais 15,6 milhões em euros, para garantir a cobertura de "operações de importação de medicamentos e material hospitalar".

A informação do BNA refere que 65,3 milhões de dólares (57,6 milhões de euros) destinaram-se a

"operações diversas de importação relacionadas com os programas sectoriais do executivo": como insumos, matérias-primas e equipamentos, para as áreas da Agricultura, Indústria e Pescas.

Foram ainda disponibilizadas, em leilão de preço, 45,4 milhões de dólares (40,1 milhões de euros) em divisas para garantir necessidades de importação das empresas prestadoras de serviços ao sector petrolífero, 30 milhões de dólares (26,5 milhões de euros) para a cobertura de necessidades das companhias aéreas e 24 milhões de dólares (21,1 milhões de euros) para operações de natureza particular, relacionadas com ajuda familiar, viagens, saúde, educação e remessas de dinheiro.

Para "cobertura cambial de salários de não residentes": o BNA vendeu aos bancos sete milhões de dólares (6,1 milhões de euros) e para necessidades de telecomunicações mais 20 milhões de dólares (17,6 milhões de euros), além de dez milhões de dólares (8,8 milhões de euros) para garantir operações bancárias diversas.

A taxa de câmbio média de referência de venda do mercado cambial primário, apurada ao final da última semana, permaneceu praticamente inalterada nos 166,708 kwanzas por cada dólar e de 186,262 kwanzas por cada euro.

No mercado de rua, a única alternativa, embora ilegal, à falta de divisas aos balcões dos bancos, a nota de um dólar foi transaccionada acima dos 500 kwanzas.

Angola enfrenta uma crise financeira e económica com a forte quebra (50%) das receitas com a exportação de petróleo devido à redução da cotação internacional do barril de crude, tendo em curso várias medidas de austeridade.

A conjuntura nacional levou a uma forte quebra na entrada de divisas no país e a limitações no acesso a moeda estrangeira aos balcões dos bancos, dificultando as importações.

A falta de divisas, em função da procura, dificulta, por exemplo, a transferência de salários dos trabalhadores de expatriados, as necessidades dos cidadãos que precisam de fazer transferências para o pagamento de serviços médicos ou de educação no exterior do país ou que viajam para o estrangeiro.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou a 06 de Abril que Angola solicitou um programa de assistência para os próximos três anos, cujos termos foram debatidos nas reuniões de primavera, em Washington, prosseguindo durante uma visita ao país, agendada para o período entre 01 e 14 de Junho.

O ministro das Finanças de Angola, Armando Manuel' esclareceu entretanto que este pedido será para um Programa de Financiamento Ampliado para apoiar a diversificação económica a médio prazo, negando que se trate de um resgate económico.

2.5 Crédito à economia indica níveis de confiança

Jornal Economia e finanças
20 De Maio de 2016

O crédito à economia, durante o mês de Março, cresceu 1,22 por cento, segundo dados recentemente publicados pelo Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola.

Por outro lado, o crédito bruto ao Governo Central (titulado e não titulado) cresceu 5,3 por cento, enquanto os depósitos do Governo junto do sistema bancário contraíram em 3,6, explica o comunicado final saído da 54a reunião deste órgão de apoio ao governador do banco central.

Já os meios de pagamento, representados pelo agregado M2 (dinheiro que pode ser usado como meio de pagamento em qualquer altura, estando em circulação ou como depósitos bancários a ordem ou mesmo a vista, mais aquele guardado em depósitos de poupança), cresceram 4,32 por cento em Março e 22,9 nos últimos 12 meses.

Ainda no mês de Março, os bancos comerciais adquiriram divisas no valor de 790 milhões no mercado cambial, das quais 550.49 milhões ao BNA e o remanescente aos seus clientes, o que comparativamente a Março de 2015 representa uma queda de cerca de 5°,3 por cento.

De acordo com os dados do BNA, no mercado cambial primário, a moeda nacional depreciou-se em 1,08 por cento face ao mês anterior, tendo a taxa de câmbio se situado em 160,07 kwanzas/dólar.

Inflação

No que diz respeito a inflação, no mês de Março, a taxa mensal, medida pelo índice de preços no consumidor da província de Luanda, foi de 3,43 por cento, enquanto a dos últimos doze meses situou-se em 23,60, superior em 3,34 pontos percentuais comparativamente ao mês de Fevereiro.

Conforme os dados recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e que foram objectos de avaliação pelo comité de política monetária, as

classes "alimentação e bebidas não alcoólicas", "saúde" e "bens e serviços diversos" foram as que mais contribuíram para a inflação registada no período em referência, enquanto as classes "saúde", "bens e serviços diversos" e "bebidas alcoólicas e tabaco" foram as que mais variaram.

Quantas as demais províncias também objecto de recolha oficial do nível geral de preços, por parte do INE, a província do Huambo registou a taxa de inflação-mensal mais baixa, de 2,01 por cento, enquanto a província do Namibe registou o maior aumento, de 4,19.

No mesmo período, a luíbor overnight manteve-se estável em redor de 11,01 por cento ao ano e nas maturidades de 3 e 12 meses as taxas situaram-se em 13,31 e 15,26 respectivamente.

Decisões

Entre as decisões, o Comité de Política Monetária (CPM), na sequência da análise efectuada à evolução dos principais indicadores macroeconómicos, decidiu manter a Taxa Básica de Juro Taxa BNA - em 14 por cento ao ano; manter a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 16 por cento.

Decidiu ainda manter a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez a sete dias em 2,25 por cento ao ano e igualar a Taxa de Redescoto à Taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez e, nesse sentido, estabeleceu-a em 16.

No mês de Fevereiro, a avaliação do CPM abrangeu também a economia regional, tendo em linhas gerais apresentado um cenário alinhado com as metas e actualidade internacional.

Em Janeiro, as taxas de inflação homólogas da região variaram 2,7 por cento no Botswana; 23,5 no Malawi; 0, nas Maurícias; 11,25 em Moçambique; 5,3 na Namíbia; 6,5 na Tanzânia; 21,8 na Zâmbia e menos 0,1 nas Ilhas Seychelles. Na África do Sul, a taxa de inflação acelerou para os 6,2 por cento nesse mês, alcançando o nível mais elevado desde Agosto de 2014 devido ao aumento dos preços da electricidade, da alimentação, dos transportes e das bebidas alcoólicas.

2.6 Comerciantes rurais obtêm financiamento

Jornal Economia e Finanças
27 De Maio de 2016

Quinhentas mulheres empreendedoras das cidades do litoral da província (Benguela, Lobito e Baía Farta) beneficiaram de empréstimos da agência Kixi-crédito negócio, de 2015 até agora, visando o relançamento de actividades geradoras de rendimento, no âmbito do programa de combate à fome e à pobreza.

A informação foi avançada hoje à Angop pela presidente da Associação Provincial de Mulheres Empreendedoras (AME), Teresa Borges, que se escusou a adiantar o valor total concedido nesse período, sublinhando apenas que os empréstimos variam de 500 a um milhão de kwanzas, de acordo com o projecto de negócio.

Afirmou que as beneficiadas, como filiadas, desenvolvem negócios no mercado formal e informal nesta circunscção, no ramo da restauração (restaurantes, bares, lanchonetes), decoração de eventos, prestação de serviço e na agro-pecuária (produção alimentar e criação de caprinos, e bovinos).

A responsável manifestou a sua satisfação pelo acesso rápido dos empréstimos por parte das beneficiárias, sendo que a agência referenciada é actualmente a única operadora disponível nesse ramo de actividade, numa altura em que o país enfrenta dificuldades financeiras.

Explicou que a agência Kixi-credito tem disponíveis para a província outros programas, como o "Kixi-credito/solidário", que se consubstancia na constituição de um grupo de um mínimo de seis e um máximo 15 pessoas filiadas nas associação que pagam juros de 20 por cento ano.

Embora considere alta a taxa de juros, a fonte refere que o "Kixi-crédito/solidário" tem sido bastante solicitado, facto que tem incentivado a adesão de outras mulheres que encaram o negócio como único meio para sustentarem as suas famílias, na sua maioria monoparentais, e contribuirão desde modo no crescimento da economia local.

Com esses financiamentos, as famílias poderão assim reduzir a miséria no seu seio, uma vez que, com esse dinheiro, os mutuários poderão montar o seu próprio negócio.

Apesar do fenómeno inflacionário, a criação de pequenos negócios é uma mais-valia para o desenvolvimento das populações, pois vai possibilitar a geração de renda e, conseqüentemente, reembolsar o capital emprestado.

Criada em 1992, a AME prevê ainda este ano e no quadro da sua política de organização a criação de instalações próprias na sede da província, além de

núcleos nos municípios do Ganda, Cubal, Chongorói e Cairribambo, no quadro do seu programa de extensão e fortalecimento.

2.7 BNA aumenta venda de divisas ao mercado

Jornal de Angola
31 De Maio de 2016

O Banco Nacional de Angola (BNA) vendeu na última semana, aos bancos comerciais, o montante de 265,7 milhões de euros (296,8 milhões de dólares), um acréscimo de 196,5 milhões de euros em relação à semana anterior, durante a qual foram vendidos 69,2 milhões de euros.

A informação consta do relatório semanal do BNA sobre a evolução dos mercados monetário e cambial, no período entre 23 e 27 de Maio.

No documento, o Banco Nacional de Angola refere que para cobertura de necessidades das empresas prestadoras de serviços ao sector petrolífero foram destinados 35,8 milhões de euros em leilão de preço, enquanto aos ministérios das Pescas, Agricultura, Indústria e Transportes o valor fixou-se em 100,5 mil euros.

O documento indica ainda que 44,8 milhões euros foram disponibilizados para cobertura de responsabilidades externas do Banco de Poupança e Crédito (BPC), 36,1 milhões de euros para operações diversas e 17,9 milhões de euros para cobertura de operações de natureza particular relacionadas com ajuda familiar, viagens, saúde, educação e remessas de dinheiro.

Outros 17,9 milhões de euros serviram para pagamentos de cartões de crédito/débito de marca internacional, nove milhões de euros para cobertura das necessidades de salários de não residentes e 3,5 milhões de euros para pagamento a bo Iseiros no exterior do país. O euro foi vendido a uma taxa de câmbio média de 186,263 kwanzas. A taxa de câmbio média de referência de venda do dólar americano do mercado cambial primário, apurada no final da semana, foi de 166,709 kwanzas.

Para a gestão corrente do Tesouro Nacional, o Banco Nacional de Angola, enquanto operador do Estado, colocou no mercado primário Títulos do Tesouro no montante de 36,9 mil milhões de kwanzas, sendo 21,4 mil milhões de kwanzas em Bilhetes do Tesouro (BT) e 15,5 mil milhões em Obrigações do Tesouro (OT). As OT emitidas foram nas maturidades de 2, 3 e 5 anos e as taxas de juro nominais, respectivas, de 7

,00 por cento, 7,25 por cento e 7,75 por cento ao ano. As taxas de juro médias apuradas para os BT nas maturidades de 91, 182 e 364 dias com variação de 0,11 ponto percentual, 0,81 e -1,15 face à semana anterior, tendo-se situado em 14,95 por cento para 91 dias, 18,42 por cento para 182 dias e 18,38 por cento para 364 dias.

No segmento de venda directa de títulos ao público foi colocado o montante de 10,4 mil milhões de kwanzas, sendo 361,0 milhões em BT nas maturidades de 91, 182 e 364 dias e 10,0 mil milhões de kwanzas em OTM NITXC na maturidade de 2, 3 e 5 anos. Para efeitos de regulação monetária, o Banco Nacional de Angola realizou Operações de Mercado Aberto (OMA) no montante de 30,0 mil milhões de kwanzas, nas maturidades de 28 e 63 dias.

No mercado interbancário, os bancos comerciais realizaram entre si operações de cedência de liquidez sem garantia de títulos, no montante acumulado de 19,4 mil milhões de kwanzas, em distintas maturidades.

O volume médio diário de transacções foi de 6,5 mil milhões de kwanzas, inferior em cerca de 32,65 por cento ao da semana anterior. ALUIBOR overnight (1 dia), apurada no último dia da semana, com base nas cedências de liquidez acima referidas, situou-se em 14,01 por cento, sem variação face à semana anterior.

A LUIBOR, para as maturidades de 30, 90, 180, 270 e 360 dias situou-se em 14,22 por cento, 15,43 por cento, 16,46 por cento, 17,30 por cento e 18,12 por cento, ao ano respectivamente, registando variações em todas as maturidades, entre -0,29pp e 0,27pp, face à semana anterior.

No período de 16 a 20 deste mês, Banco Nacional de Angola realizou vendas de divisas avaliadas em 69,2 milhões de euros, sendo 711,2 mil para a cobertura de necessidades do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, 5,6 milhões para cobertura de Operações diversas do Executivo, 35,8 milhões para a cobertura de BPC Responsabilidade Externa e 26,4 milhões para a cobertura de operações dirigidas diversas.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Não se combate a informalidade apenas com medidas coercivas

Revista Economia & Mercado
 Maio de 2016
 Texto: Quingila Hebo

A abordagem da presente edição tem como tema central o mercado paralelo, um fenómeno que ganhou contornos incontroláveis na nossa economia, cujas políticas dirigidas ao sector nunca trouxeram nada de novo. As estimativas feitas em 2015 pela secretária de Estado das Finanças, Valentina Filipe, apontavam que o peso da economia informal em Angola suplantava o peso da formal, rondando os 60%, tornando-se, assim, num dos índices mais elevados deste sector em África. Este dado, embora representasse uma estimativa, acabou por ser mais ou menos confirmado com os resultados definitivos do Censo 2014, segundo os quais, dos 53% da população economicamente activa, entre os 15 e 64 anos de idade, apenas 40% está empregada. De acordo com as contas da Economia & Mercado, com base nos dados do Censo existem no país 8,2 milhões de habitantes economicamente activa, entre os 15 e 64 anos de idade, apenas 40% está empregada.

De acordo com as contas da Economia & Mercado, com base nos dados do Censo, existem no País 8,2 milhões de habitantes economicamente activos no desemprego. Ou seja dos 13,6 milhões de angolanos com idade para desempenhar algumas tarefas no sector formal da economia, apenas 5,4 milhões estão desempregados e a maioria, 8,2 milhões, está no desemprego ou no sector informal da economia, o que torna preocupante, na medida em que isto representa uma desestruturação do mercado porque promove a concorrência desleal, além de que uma minoria está a suportar as contribuições do Estado.

Mas estes dados destapam outros problemas. A organização Internacional do Trabalho (OIT) diz que a economia informal se desenvolve em contextos de elevadas taxas de desemprego, subemprego, pobreza, desigualdade de género e trabalho precário, o que está em linha com a realidade angolana. Nestas circunstâncias, de acordo com a OIT, o mercado paralelo torna-se um mal necessário porque desempenha um papel significativo, especialmente na criação de rendimento aos empregados, devido à relativa facilidade de entradas profissionais, tecnologia e capital. De facto, a realidade do nosso

país demonstra que a maioria dos angolanos entra na economia informal, não por escolha, mas por necessidade de sobreviver e de ter acesso a actividades que lhe permitam obter um rendimento básico. Por isso, combater a economia informal com medidas coercivas pode ser um grande erro de política económica.

As matérias da Economia & Mercado deste mês ajudam-nos a compreender que os agentes da economia paralela precisam, antes de tudo, de ser sensibilizados a perceber que, não sendo reconhecidos, registados, regulamentados ou protegidos pela legislação do trabalho e de protecção social, não podem desfrutar, exercer ou defender os seus direitos fundamentais enquanto agentes económicos e ter acesso a financiamentos bancários. Depois disso, a formalização será bem mais fácil. Um discurso que lhes diga para se formalizarem para terem que pagar impostos pode afastá-los cada vez mais desse processo.

Os contornos do pedido de ajuda de Angola ao FMI, os resultados definitivos do Censo 2014 e o Projecto Aldeia Solar de Cabiri, pelas piores razões também fazem manchete nesta edição.

3.2 Vendedoras preferem vender em áreas impróprias

Jornal de Angola
 7 De Maio de 2016
 Texto: Kilsia Ferreira

A parte adjacente ao mercado do São Paulo onde se encontrava o parque de estacionamento de aluguer de viaturas com todas as condições criadas para a comercialização de vários produtos encontra-se às moscas. As vendedoras que vendem fora do mercado e zungam argumentam que os clientes não entram para fazerem compras com o argumento de que "comprar fora fica mais fácil".

Com essa opção, os compradores podem correr vários riscos. Há relatos de clientes que já foram assaltados quando compravam produtos fora do local legal.

Uma das políticas do mercado é que se a vendedora abandonar a bancada durante um mês, o espaço é entregue a outra interessada, desde que esta cumpra com todos os pressupostos administrativos, como apurou a reportagem do Jornal de Angola.

As novas beneficiárias apelam às colegas para respeitarem as normas do Distrito do Sambizanga e consequentemente do Governo Provincial de

Luanda, porque não há necessidade de vender produtos, principalmente perecíveis, em locais inapropriados quando há sítios em condições.

3.3 Medidas do BNA deixam "kinguilas" em polvorosa

Jornal de Angola

7 De Maio de 2016

Texto: Kílsia Ferreira

A parte adjacente ao mercado do São Paulo onde se encontrava o parque de estacionamento de aluguer de viaturas com todas as condições criadas para a comercialização de vários produtos encontra-se às moscas. As vendedoras que vendem fora do mercado e zungam argumentam que os clientes não entram para fazerem compras com o argumento de que "comprar fora fica mais fácil".

Com essa opção, os compradores podem correr vários riscos. Há relatos de clientes que já foram assaltados quando compravam produtos fora do local legal.

Uma das políticas do mercado é que se a vendedora abandonar a bancada durante um mês, o espaço é entregue a outra interessada, desde que esta cumpra com todos os pressupostos administrativos, como apurou a reportagem do Jornal de Angola.

As novas beneficiárias apelam às colegas para respeitarem as normas do Distrito do Sambizanga e consequentemente do Governo Provincial de Luanda, porque não há necessidade de vender produtos, principalmente perecíveis, em locais inapropriados quando há sítios em condições.

3.4 Preço do dólar nas kinguilas ultrapassa a fasquia dos 500 Kz e banco central está preocupado

Jornal Expansão

13 De Maio de 2016

Texto: Maurício Vieira Dias

o preço do dólar na rua 'disparou' esta semana, chegando a atingir os 520 Kz nalguns pontos da cidade, constatou uma ronda feita pelo Expansão. Em média a cotação da 'nota verde' nas kinguilas está a 500 Kz, ou seja, cerca de três vezes mais do que a taxa oficial do Banco Nacional de Angola (BNA), que está nos 166,7 Kz por cada dólar.

A situação preocupa o BNA, que tem debatido o tema nas últimas semanas. E, na última reunião do Comité de Política Monetária (CPM), a 29 de Abril, os efeitos da escassez de divisas voltaram à mesa, tendo sido lançados apelos quer aos bancos, quer à polícia no sentido de pôrcobro á especulação nas ruas.

O CPM recomenda às autoridades competentes maior controlo e responsabilização dos agentes promotores do mercado informal de moeda estrangeira e incentiva a supervisão do BNA a ser mais actuante e enérgica na preservação da ética e cumprimento das normais do sistema financeiro", diz o comunicado da reunião.

O documento indica ainda que face à escassez de divisas (...) o CPM recomenda aos bancos comerciais que efectuem uma afectação criteriosa dos escassos recursos disponíveis, de maneira a contribuírem para a satisfação das necessidades essenciais da população dentro das prioridades definidas pelo Executivo na estratégia para a saída da crise" causa pela queda do preço do petróleo.

O organismo liderado por Valter Filipe - que tem limitado as vendas de divisas à banca a mínimos históricos nas últimas semanas -lançou um outro apelo aos bancos comerciais para "operarem de acordo com as normais prudenciais e as boas práticas internacionais, no combate ao branqueamento de capitais e à fuga de divisas".

Os bancos, diz o comunicado, devem encontrar "soluções inovadoras e atractivas que contribuam para a preservação das poupanças dos agentes económicos no geral e das famílias em particular .

Numa altura em que a 'palavra de ordem' é gastar o o mínimo indispensável, o CPM apela à "preservação das poupanças" quer das empresas quer das famílias, e pede que se consumam "preferencialmente produtos de origem nacional".

O 'fosso' entre o preço das divisas na rua e no mercado oficial, recorde-se, preocupa também o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em Abril, como o Expansão noticiou, o a organização se-deada em Washington deu conta da sua apreensão quer com este problema, quer com 'disparo' da inflação e a ausência de um fundo de estabilização fiscal.

Para o economista Samora Kitumba, com a redução abrupta da oferta de divisas criou-se um cenário generalizado de especulação, que leva a que os detentores de divisas vejam neste fenómeno no uma 'janela de oportunidade' para tirarem altos rendimentos em moeda nacional".

"Mesmo no mercado informal, há cada vez menos circulação de divisas, pelo que as que, ainda existem, obviamente, serão mais valorizadas", reforça o responsável.

A diferença entre os preços na rua e nos bancos, alerta o economista Emílio Londa, é "um problema sério para a nossa economia", na medida em que está a levar os importadores a "alinhamos os preços dos produtos à taxa do informal", gerando "distorções que prejudicam o sector produtivo" e causam "assimetrias de rendimento".

Para o especialista, o ideal, no actual contexto, seria "a minimização da margem de lucro dos intermediários financeiros que têm acesso ao mercado primário de divisas, levando-os a gerar lucros através da concessão de crédito produtivo à economia".

3.5 Proibida a venda na via pública

Jornal de Angola

15 De Maio de 2016

O Instituto Angolano das Comunicações esclarece que os operadores e prestadores dos serviços de comunicações electrónicas de adoptar mecanismos e medidas rápidas tendentes a retirar imediatamente de circulação ou inibir todo o cartão SIM comercializado fora do âmbito dos agentes autorizados.

O INACOM e demais autoridades competentes, em razão da não fiscalizar e aplicar sanções e penalizações aos operadores e prestadores de serviços de telecomunicações electrónicas que praticarem actos contrários ao estabelecido.

O comunicado considera ser de importância vital para o desenvolvimento socio-económico a continuidade na fruição dos serviços de comunicações electrónicas em todo o território nacional e ao mesmo tempo acautelar os riscos decorrentes do uso abusivo das redes e serviços de comunicações electrónicas, assim como dos efeitos prejudiciais e criminosos para a sociedade.

O Instituto entende ser necessário concretizar as linhas para garantir a salvaguarda dos direitos dos utentes e utilizadores das redes e serviços de comunicações electrónicas, mediante o uso seguro de dispositivos como os cartões SIM, que permitem simultaneamente o armazenamento de dados e a identificação dos subscritores incorporados em aparelhos e equipamentos tais como telemóveis, modems e outros tipos de decodificadores. No comunicado, o Instituto Angolano de Telecomunicações explica que o panorama do sector

das telecomunicações a nível mundial tem vindo a sofrer alterações, como consequência da digitalização das redes analógicas, originando o actual cenário das comunicações electrónicas onde a primazia assenta nas redes da nova geração.

O INACOM leva a cabo; desde ano passado, um processo de actualização dos números, que obriga todos os utilizadores de cartões SIM das operadoras móveis Unitel e Movitel, bem como utentes de serviços de comunicações electrónicas em Angola, que façam, nas agências das operadoras, o registo dos números.

O objectivo do registo dos serviços de comunicações electrónicas foca-se sobretudo na actualização da base de dados por parte das operadoras.

3.6 Dólar bate record de 60 mil kwanzas no mercado informal

Jornal A República

20 De Maio de 2016

Pressionados com a descida do preço do barril de petróleo no mercado internacional, a falta de divisas na banca comercial e nas casas de câmbios, em uma ronda feita ontem pela A024 em algumas zonas de Luanda, onde dezenas de mulheres - conhecidas por 'kinguilas' - se dedicam a este negócio, confirmou, cada nota de dólar vale a mais de 600 kwanzas ou a nota de 100 dólares americanos a 60,000 kwanzas, quando a taxa de câmbio oficial cada nota de dólar ronda os 166 kwanzas, tendo em conta a elevada procura por dólares ' cada vez mais reduzida oferta no mercado formal.

Trata-se do valor mais alto na comercialização (venda) de dólares no mercado informal.

A três semanas atrás o dólar tinha chegado a 520 kz em cada nota de um dólar, era já preocupação do BNA, que debateu o tema na sua reunião do Comité de Política Monetária (CPM), a 29 de Abril para lançar apelos quer aos bancos comerciais, quer à polícia no sentido de pôr cobro à especulação nas ruas.

Perante a actuação da Polícia, que tenta combater o fenómeno, as "kinguilas" tendem agora a não fazer as transacções nas ruas mas em casa, mais resguardadas, onde negociam com os clientes.

O Banco Nacional de Angola (BNA) defende o combate da venda ilegal de dólares nas ruas, uma das

formas de acesso a divisas no país, transacionadas três vezes acima da taxa de câmbio oficial.

Na semana passada, a venda de divisas no mercado primário atingiu 217,8 milhões de dólares, muito mais que os cinco milhões passados aos bancos comerciais nos sete dias anteriores. Uma semana antes, o banco central vendeu 1,9 milhões de dólares e dois milhões de euros para o pagamento de operações da companhia de Transportes Aéreos de Angola (TAAG) e da Televisão Pública de Angola (TPA).

O BNA declarou que, na semana passada, vendeu 65,3 milhões de dólares para cobertura de importações dos programas sectoriais do Executivo, nomeadamente insumos, matérias-primas e equipamentos para a agricultura, indústria e pescas.

Trinta milhões de dólares foram vendidos para cobertura das operações das companhias aéreas, 20 milhões para os serviços de telecomunicações e 15,6 milhões para a importação de medicamentos e material hospitalar, afirma o documento. As vendas incluíram 24 milhões de dólares para pagamentos relacionados com ajuda familiar, saúde, educação, viagens e remessas de dinheiro, sete milhões para cobertura cambial de salários de não residentes e dez milhões para operações bancárias diversas.

O banco central declarou a transacção de 45,4 milhões de dólares em leilão de preço para a cobertura de operações de importação das empresas prestadoras de serviço ao sector petrolífero.

A cotação do dólar no mercado primário publicada segunda-feira no site do BNA foi de 166,708 kwanzas e a do euro de 186,262 kwanzas, quase inalteradas face à da semana de 2 a 6 de Maio, quando as duas divisas foram cambiadas a 166,707 kwanzas e a 186,261 kwanzas.

3.7 comércio organiza sector

Jornal O PAÍS

27 De Maio de 2016

Está em curso um processo que visa a organização do Comércio Grossista em Luanda e noutras ades capitais provinciais. o processo está a ser liderado o Ministério do Comércio, em reita colaboração com os governos provinciais.

Em Luanda, onde existe o maior numero de grossistas, o Executivo criou condições no Quilómetro30, município de Viana, para garantir maior conforto e organização da actividade. No local, mais de 50 empresários já instalaram os seus armazéns, vendido ali os mais variados produtos . No

entanto, o processo conhece um abrandamento, facto que faz com que as vendas nos bairros e centro de Luanda ainda continuem.

Na capital do país, os bairros que dominam as venda são o São Paulo, Rocha Pinto, Golf-2, e Hoji-Ya-Henda. O fenómeno estende-se às províncias da Huíla, Huambo e Bié, com as autoridades engajadas na busca de soluções para redefinir os espaços. No entanto, os comerciantes teimam em fazer vendas nos centros das referidas cidades, agrupando comércio a retalho e grosso.

Nos armazéns, grande parte deles detidos por cidadãos oeste africanos, provenientes do Mali, Guiné Conacry, Senegal, Mauritânia e Serra Leoa, pode-se comprar vestuário, electro domésticos, utensílios de cozinha, frescos (carne e frango) e acessórios para viaturas. ÉnoHoji-Ya-Hen- da onde está concentrado o maior número deste tipo de estabelecimentos comerciais.

3.8 Mais de 80 armazéns encerrados há 38 dias no hoji-ya-henda

Jornal O PAÍS

27 De Maio 2016

Texto: Patricia de Oliveira

Mais de 80 armazéns localizados no bairro Ho- jí-Yá-Henda, município do cazenga, foram encerrados pelos físicos da administração municipal, na perspectiva de serem feitas obras na via principal e organizar a rede comercial. o entanto, os comerciantes temem assaltos e a má conservação das mercadorias.

Os proprietários dos conhecidos armazéns do Hojí-Yá- Henda as suas mercadorias confindas há 38 dias e esperam por prejuízos que já consideram inevitáveis sobretudo depois das chuvas do último mês de Abril.

Malianos, senegaleses, guineenses ivoirenses e angolanos dizem-se descontentes com o encerramento dos estabelecimentos comerciais, pricipal fonte de rendimento para muitas famílias.No local, lamentações,tristeza, preocupação e aflicção compõem o cenário encntrado.

Ouvido pela reportagem de OPAÍS, o responsável pela negociação dos comerciantes, Mausra Dembe, referiu que estão a ser feitos acordos entre a Administração e os vendedores para que os armazéns voltem a abrir e retomarem as suas actividades.

Há 15 anos em Angola, o comerciante gere cinco armazéns de roupas e outros produtos. Segundo ele,

mais de 100 pessoas que trabalham na venda de roupa estão desempregados e sem outra fonte de rendimento para o sustento da família. Quanto ao produto que comercializa, Maura Dembe disse que as roupas e os sapatos são prove

3.9 Taxistas aborrecidos com Higino Carneiro

Jornal Folha 8

21 De Maio de 2016

Vários taxistas que operam na via Cacucão São Paulo e vice-versa dizem-se irritados com o governador da Província de Luanda, concomitantemente primeiro Secretário do partido MPLA na capital, Higino Carneiro, por este ter barrado a principal via que liga as duas paragens, no passado dia 17.05.16, devido a uma reunião político-partidária presidida pelo mesmo.

Para alguns taxistas, o facto os fez lembrar o tempo de Partido Único, em que as actividades do MPLA eram as mesmas do estado.

Entretanto, de acordo as informações em nossa posse, antes de se reunir no Comité distrital do partido no Sambizanga, Higino Carneiro efectuou uma visita de cariz governamental à Administração do distrito local, onde abordou sobre a malha viária do antigo Roque Santeiro ao Hospital Geral Especializado do Ngagula, e, minutos depois, desceu ao comité do partido, de onde, os polícias que protegiam a referida comitiva, barraram a estrada de um ponto ao outro, abrigando os automobilistas a passar pela rua brasileira, uma zona marcada por forte delinquência.

"Há muito que não vejo o que vi na rua Lueji Ankonda, um secretário dum partido a fechar uma rua! Não sei onde vamos parar se a moda pega", desabafou o jovem João, taxista.

Para o mesmo, o governador" Higino Carneiro caiu ao descrédito desde que aceitou orgulhosamente, o cargo de secretário do MPLA em Luanda, seria bom, segundo o rapaz, que ele se mantivesse somente como governador.

"O mono partidarismo terminou em 1991, é uma ilusão querer recorda-lo ou fingir que não acabou. O que Higino fez foi um atentado à sociedade democrática que todos pretendemos que ser e afirme no país", defendeu Muanza, também taxista.

"Eu pensava que o camarada Higino fosse um governante sério, que soubesse destrinçar o partido ao estado, afinal, é o mais do mesmo, deu-nos

mostras de que não sabe de onde começa e termina as acções do partido e as governamentais, até estou lembrado de ele ter dito que irá casar as actividades do partido com as do executivo provincial, pois, parece ser isso mesmo que está a fazer", lembrou outro taxista, que apela a "higiene política" aos governantes.

3.10 "Monangambe" invade o Mundial

Jornal O País

24 De Maio de 2016

Texto: Afrodite Zumba

Eram 17 horas de Sexta-Feira, 20, altura em que OPAÍS chegou à praça do Benfica, nomeadamente na paragem dos táxis. No local, agitado, encontravam-se carrinhas perfiladas, com dezenas de cidadãos nas carroçarias, alguns hiaces, vulgo "quadrinhos", e muitos passageiros de pé que aguardavam por um carro com destino ao bairro Mundial.

Foi nesse período que mantivemos conversas com passageiros e motoristas que narraram os transtornos por que passam diariamente no seu regresso à casa após o período laboral.

De acordo com Júlia Domingos, residente no bairro Mundial, na zona da "Padaria das Eleições", há três anos, as dificuldades são geradas pela escassez de táxis, má conservação das vias, a falta de energia eléctrica e o elevado índice de criminalidade. Adiantou que muitos taxistas alegam que as vias no interior do bairro estão esburacas e muitas vezes são interpelados por meliantes, que assaltam os passageiros, levando dinheiro, telefones e até sapatos. A fonte relatou ainda que, por vezes, prefere viajar nas carroçarias, apesar de ser uma viagem desconfortável, para não permanecer muito tempo na paragem.

"A partir das 19 horas não é seguro andar pelo bairro. Por isso, quando há poucos táxis subo nas carroçarias e pago apenas 100 kwanzas", explicou.

Luís Chiloia, residente na zona da Boa Esperança, contou a OPAÍS que por trabalhar na Mutamba, centro da cidade, sai de casa por volta das 4 horas e 30 minutos da manhã e chega à paragem do Benfica alguns minutos antes das 6 horas da manhã. Prosseguiu explicando que ao término do período laboral deseja chegar mais cedo, todavia, nem sempre é possível, mediante a escassez de táxis, principalmente às Sextas-feiras.

Disse ainda que uma das medidas para a resolução destes embaraços seria a reabilitação da via da Boa

Esperança, que passa pelo autódromo, bem como a intervenção da Polícia Nacional para a redução da criminalidade.

Infringimos as regras para ajudar a população

O jovem Emanuel, motorista de uma carrinha que transporta passageiros na carroçaria, disse que frequentemente faz a rota Benfica-Mundial.

Destacou que das 6 às 7 horas da manhã, bem como das 17 às 18 horas são os períodos em que há mais clientes. O entrevistado reconhece que no exercício da sua actividade comete infracções porque transporta passageiros na carroçaria.

Acrescenta que a falta de iluminação e ou outros problemas já acima frisados inibem muitos colegas seus a trabalharem.

" Sei que estou a cometer uma infracção porque levamos passageiros na carroçaria, mas estamos a ajudar a população", defendeu. Na oportunidade, a equipa de reportagem deste Jornal seguiu viagem até ao interior do bairro, passando pela EN 100 e Bairro da Floresta. Constatamos os inúmeros buracos e a grande quantidade de areia que dificultam a passagem dos veículos.

Violação à lei

De acordo com o artigo 54º do Código de Estrada, os condutores que excedem a lotação do número de passageiros colocando em causa a segurança dos mesmos e de outros condutores, tal como afirma a terceira alínea do referido artigo, cometem atropelos à lei. "É proibido o transporte de pessoas em número que exceda a " lotação do veículo ou de modo a comprometer a sua segurança ou a segurança da condução". Prossegue explicando na quarta alínea que, igualmente, não é permitido que se transporte passageiros fora dos assentos.

"É igualmente proibido o transporte de passageiros fora dos assentos, bem como o transporte de pessoas juntamente com carga, salvo em condições excepcionais devidamente autorizadas", lê-se.

3.11 Comércio no Santuário

Jornal de Angola
29 De Maio de 2016

A localidade de Casseche foi tomada por barracas de comes e bebes, roupa, calçado e utensílios diversos.

Enquanto milhares de peregrinos caminhavam com velas acesas até ao Santuário, outros preocupavam-se em organizar as bancadas com artigos com os símbolos de Santa Rita. Velas, terços, camisolas e panos com a imagem da santa foram os artigos mais procurados pelos peregrinos.

Bibiana Jorge, 31 anos, veio de Luanda, para vender objectos diversos com figuras ligadas à Igreja Católica.

"Faço este negócio há cinco anos. Tenho frequentado a Mamã Muxima e outros Santuários. Depois da abertura da Santa Rita, trouxe para aqui vários artigos. Vendo Bíblias sagradas, velas, anéis, panos, camisolas, camisas, terços, perfumes e outros produtos", disse.

Alfredo Paulo, 21 anos, residente na cidade do Uíge, disse que começou a vender artigos de Santa Rita logo que se fez a abertura do Santuário. "Este é o terceiro ano que vendo estes objectos. Compro na capital do país e revendo aqui mesmo no Santuário. O negócio tem sido rentável: sustento a família, os meus estudos e outros gastos", disse.

Melhoria de condições

Samuel António, proprietário de um minimercado, disse que, com a abertura do Santuário na localidade, as vendas melhoraram muito, sobretudo, nos dias da peregrinação. "Vendemos em grande escala.

Abrimos as portas às 6h00 da manhã e encerramos quase à meia-noite. Refrigerantes, bolachas e outros géneros alimentícios não demoram", explicou.

Para garantir o bem-estar dos visitantes e residentes na localidade, foram instalados no Santuário vários postes de iluminação pública e um grupo gerador de maior capacidade, que fornece também energia aos estabelecimentos comerciais e algumas residências.

A comunicação também está garantida. Uma antena da operadora Unitel foi montada na localidade.

A água jorra em perfeitas condições e centenas de efectivos da Polícia Nacional, incluindo reguladores de trânsito, garantiram a segurança no local.

Habitantes satisfeitos

A localidade de Casseche regista melhorias nos vários domínios desde a construção do Santuário de Santa Rita de Cássia. Afonso Pereira, 73 anos, disse que, antigamente, tudo era difícil de adquirir na localidade. A cada ano, surgem novas cantinas, restaurantes e minimercados, o que vem melhorar a vida dos habitantes.

Para os jovens, a construção de novos estabelecimentos representa a oportunidade de trabalho, ainda que temporário.

Nos últimos anos, o Governo construiu, na localidade, um centro de saúde equipado com materiais gastáveis e meios técnicos. A unidade atende mais de 20 pacientes por dia.

O enfermeiro André Sebastião disse que, no período da peregrinação, o centro recebe muitos pacientes que necessitam de primeiros socorros. "Estamos preparados para atender os doentes que procuram os nossos serviços", garantiu.

O soba da localidade de Casseche, Isaías Malungo, afirmou que o sistema de abastecimento de água potável esteve abandonado durante muitos anos, mas, devido à construção do Santuário e a frequência de muita gente de diversos pontos do país, foi construído outro de maior capacidade, no âmbito do programa "Água para Todos", com um tanque de 80 mil metros cúbicos, nove chafarizes e lavandarias, que tem fornecido água aos habitantes e visitantes.

Via esburacada

O soba apontou como principal dificuldade dos habitantes na localidade a degradação da estrada que liga a Universidade Kimpa Vita à localidade, num percurso de nove quilómetros. "Queremos que o Governo coloque asfalto neste troço, visto que as últimas enxurradas deram cabo da terraplenagem feita", disse.

Isaías Malungo pediu ainda a extensão de uma linha de energia eléctrica de Capanda até ao Santuário, visto que o grupo gerador utilizado não suporta o consumo, o que faz com que vários serviços não funcionem na localidade.

O soba apontou ainda a destruição de duas escolas, uma de 24 salas e outra de quatro. "As escolas foram recentemente construídas pelo Governo, mas devido às fortes chuvas, acompanhadas de vento, que se abateram sobre a região no ano passado, as paredes desabaram e os alunos voltaram a estudar ao relento", lembrou.

A regedoria do Casseche, a 15 quilómetros da sede da cidade do Uíge, é composta por três bairros habitados por mais de cinco mil pessoas, entre camponeses e funcionários públicos.

3.12 Economista aponta medidas de combate à venda ilegal de divisas

Jornal OPAÍS

30 De Maio de 2016

O economista, Fernando Paixão, defende que o Banco Nacional de Angola deve implementar mecanismos de controlo e fiscalização aos bancos comerciais, como uma das medidas de combate à especulação monetária no mercado informal.

Deste modo, o especialista afirmou que uma das funções desta instituição é a de regular a quantidade de moedas em circulação no mercado, inclusive os dólares, e por tal facto deve controlar também as séries de divisas que são distribuídas a cada banco comercial.

"Se o BNA tiver o controlo das séries que vendeu aos bancos comerciais facilmente poderá depois exigir dos mesmos que em determinando prazos, façam uma demonstração financeira de como injectaram esse dinheiro, mais por mecanismos formais", apontou.

Acrescentando que deste modo, será possível controlar que quantidades foram disponibilizadas, para viajantes, empresários que necessitam de comprar matéria-prima no exterior do país entre outras situações. Concluiu que os Kinguilas não pagam imposto do que vendem, têm lucros avultados e a sua actividade pode ser vista como concorrência desleal às casas de câmbio que pagam impostos.

Uma fonte do gabinete SPIC da direcção de Comunicação e Imagem do SPIC afirmou a OPAIS que em a organização tem desencadeado algumas acções que visam ao combate à venda ilegal de divisas, sendo que oportunamente estarão disponíveis mais informações sobre o assunto.

3.13 Kínguilas do mártires ludibriam palícias

Jornal O PAÍS

30 De Maio 2016

Texto: Afrodite Zumba

Numa ronda ao bairro do Mártires, apontado por muitos como o maior centro informal de venda de divisas em Luanda, esta Sexta-feira, 27, a equipa de reportagem de OPAÍS acompanhou "o modus operandi discreto" com o qual essas pessoas que exercem essa actividade para passarem despercebidos à fiscalização.

Às 13 horas e 30 minutos, demos início à nossa reportagem caminhando pela rua número 15, que aglomera vários empreendimentos comerciais. Durante o percurso, viam-se alguns efectivos da Polícia Nacional (PN) transitando como que efectuando uma ronda operativa para deter pessoas que vendem dólares ilegalmente. No entanto, tal facto não intimidava o aglomerado de indivíduos junto às cantinas, lojas e em esquinas. De um extremo ao outro da rua cenário repetia-se.

Fazendo-se passar por eventuais clientes, interpelamos mais de 20 comerciantes, na sua maioria cidadãos estrangeiros, e ficamos a saber que a nota de USD 100 estava a ser vendida entre os 52 e os 59 mil Kwanzas, enquanto a troca estava a ser feita a partir de 49 mil Kwanzas. Entre eles, cerca de 10, asseguraram que podiam vender acima de USD 3000, consoante a necessidade do cliente. Encostado ao muro de uma das lojas, estava um vendedor que aparentemente conversava com um amigo. Ao tomar conhecimento da nossa falsa pretensão disse que estava a vender a nota de 100 dólares americano a 57 mil Kwanzas, porque durante o período da manhã a Polícia esteve no local, tal facto "atrapalhou" os seus negócios.

Sentada à porta de um prédio (como se estivesse a espera de alguém), uma jovem bem trajada, com pestanas muito alongadas e lábios pintados de vermelho, realçando a sua beleza, perguntou aos integrantes da nossa equipa se pretendíamos comprar divisas.

A resposta foi positiva tendo assegurado que estava disponível a vender até USD 3000, desde que a acompanhássemos até a um local tido como seguro. "Tem uma casa onde levo os clientes, aqui na rua a DNIC está a prender, disse De maneira a não serem identificados, alguns Kínguilas desempenham outras actividades, como por exemplo cabeleireiras, vendedores de cartões de recarga electrónica, entre outros' mas quando alguém aproxima-se-Ihes movem

os dedos para esbalecerem o contacto com o cliente. Na esperança de compreender melhor sobre a proveniência das divisas, OPAÍS contactou a Dona Maria, uma senhora que exerce essa actividade há vários anos, na Mutamba. Confessou estar muito assustada com os relatos das detenções de suas colegas, entre as quais uma das suas irmãs.

A nossa interlocutora contou que só não está entre as detidas por se ter ausentado do seu local de trabalho por alguns dias, período esse em que a Polícia Nacional realizava a operação. "Assim que regresssei, notei a ausência das minhas colegas e posteriormente fui informada sobre o local para onde haviam sido levadas".

Questionada sobre como consegue os dólares, visto que os bancos comerciais e as casas de câmbio não têm disponibilizado divisas, de forma tímida, respondeu que "pessoas desconhecidas vão ao seu encontro para vender". Salientando não querer "entrar em detalhes".

3.14 "Kínguilas" do Mártires ludibriam Polícias

Angonoticias

31 De Maio de 2016

Para escapar à fiscalização, os comerciantes "mascaram" a venda de dólares simulando-a com outras actividades, como cabeleireiro, vendedores de saldos e até simples encontros de amigos. Todavia, quando alguém a eles se aproxima, fazem gestos com os dedos para os clientes.

Numa ronda ao bairro do Mártires, apontado por muitos como o maior centro informal de venda de divisas em Luanda, esta sexta- feira, 27, a equipa de reportagem de OPAÍS acompanhou "o modus operandi discreto" com o qual essas pessoas que exercem essa actividade para passarem despercebidos à fiscalização. Às 13 horas e 30 minutos, demos início à nossa reportagem caminhando pela rua número 15, que aglomera vários empreendimentos comerciais.

Durante o percurso, viam-se alguns efectivos da Polícia Nacional (PN) transitando como que efectuando uma ronda operativa para deter pessoas que vendem dólares ilegalmente. No entanto, tal facto não intimidava o aglomerado de indivíduos junto às cantinas, lojas e em esquinas. De um extremo ao outro da rua o cenário repetia-se.

Fazendo-se passar por eventuais clientes, interpelamos mais de 20 comerciantes na sua maioria

cidadãos estrangeiros, e ficamos a saber que a nota de USD 100 estava a ser vendida entre os 52 e os 59 mil kwanzas, enquanto a troca estava a ser feita a partir de 49 mil kwanzas.

Entre eles, cerca de 10, asseguraram que podiam vender acima de USD 3000, consoante a necessidade do cliente. Encostado ao muro de uma das lojas, estava um vendedor que aparentemente conversava com um amigo. Ao tomar conhecimento da nossa falsa pretensão, disse que estava a vender a nota de 100 dólares americano a 57 mil Kwanzas, porque durante o período da manhã a Polícia esteve no local, tal facto “atrapalhou” os seus negócios

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Gigante vai revolucionar o sector

Jornal Economia e Finanças

6 De Maio de 2016

Texto: Xavier António

O projecto Laúca foi concebido para ser executado em quatro fases, das quais; desvio do rio, obras civis, electromecânica e o sistema de transporte.

Segundo apurou o TE, no âmbito da criação das seis unidades geradoras de electricidade, foi aberto igual número de túneis forçados, dotados de 11.557 metros/cada a fim de expelir o volume de água.

Além disso, dispõe de alojamentos num total de 1.800 quartos, para atender visitantes e integrantes, distribuídos em habitações individuais, triplas, duplas e quádruplas e um refeitório que funciona 24 horas por dia, onde até Abril foram confeccionadas 17,3 milhões de refeições.

Para atender às necessidades de mão-de-obra especializada na construção da barragem, são desenvolvidos cursos e programas dedicados à formação e aperfeiçoamento dos integrantes através do "programa Acreditar".

São ministradas aulas de pedreira, ferreiro, carpintaria, soldadura, operadores e motoristas de equipamentos pesados.

Lazer

Na vertente de diversão, o projecto tem uma área onde foram construídos palcos para actuação de músicos, principalmente aos fins-de-semana, além de um cine-teatro, agência bancária, sala de jogos de mesa, área de convivência, farmácia, cabeleireiro e um restaurante.

Na área desportiva, estão disponibilizados três campos de futebol, dois de ténis, três polidesportivos, um campo de vólei de areia, bem como três ginásios.

4.2 Homens e Maquinas dão o “litro” 24/24h

Jornal Economia e Finanças

6 De Maio de 2016

Texto: Xavier António

O movimento de homens e máquinas empenhado na execução das obras do aproveitamento hidroeléctrico de Laúca, que já consumiram pelo menos dois mil milhões de dólares norte-americanos, dos cinco mil milhões previstos, é uma realidade.

O director do projecto, Elias Estêvão, considera positivo o empenho das empresas envolvidas na empreitada, que asseguram o seu funcionamento 24/24h.

De acordo com o responsável da obra, trata-se de uma barragem de gravidade de 132 metros de betão compactado por cilindros.

No primeiro semestre de 2017, prevê-se a entrada em funcionamento de dois grupos geradores de 334 M W cada, totalizando 668.

"Está também prevista, a construção de uma central ecológica que terá uma potência de 65,5 MW", anunciou.

Quanto aos prazos de execução das obras, o engenheiro esclareceu que as obras civis tiveram o seu início em Julho de 2013, sendo que o fornecimento dos equipamentos electromecânicos começou em Janeiro de 2014.

"O facto de as percentagens de avanço das obras serem diferentes não significa que haja atraso na sua execução", garantiu.

Suporte indústria

Na opinião de Elias Estêvão, a industrialização do país passa necessariamente pela disponibilidade de energia eléctrica.

Para ele, a energia obtida de fontes de geração hídrica é muito mais barata, se comparada com a geração térmica. Segundo argumentou, a energia hidroeléctrica vai permitir a redução dos custos de produção das indústrias.

Questionado sobre alguns constrangimentos técnicos,

o gestor respondeu que a "fundação" de uma barragem envolve sempre alguma incerteza geológico-geotécnica, tendo revelado que, em cada caso, se estudam as situações concretas e definem-se as soluções mais adequadas, tal como o que está a ser verificado na barragem de Laúca.

Avançou que, o enchimento da albufeira dependerá da conclusão da construção da barragem, porque as estruturas de controlo e regulação da albufeira estão encaixadas no corpo da barragem.

Sem estas estruturas "não será possível barrar a passagem das águas do rio, que permitem o enchimento da albufeira e a produção de energia", disse.

Revelou igualmente que, tendo em conta a altitude da albufeira de Laúca, que prevê 180 quilómetros quadrados de área inundada, foram identificadas algumas aldeias que estão na zona de influência do reservatório.

Por essa razão, disse que serão reassentadas aproximadamente 400 famílias numa vila que está a ser construída.

Empresas dão o máximo

Além da Odebrecht, como empreiteira geral, foram contratadas a Somague Angola, Teixeira Duarte, Renasol, Ibergru, Coba e Lahmeyer como entidades fiscalizadoras do projecto nas vertentes civis e electromecânicas, assim como a firma Dar, para fiscalizar as linhas de transporte.

Segundo director-adjunto da fiscalização, ligado à empresa, José Castro, esta obra representa um desafio técnico muito interessante e impõe da parte fiscalizadora muita responsabilidade.

"Não é comum ver-se este tipo de obra na Europa, o que implica da nossa parte uma atenção detalhada, desde as escavações à montagem dos equipamentos e de tudo o que está a ser feito de modo a que os prazos sejam cumpridos conforme o previsto", afirmou.

Em termos técnicos explicou que a fundação da obra foi devidamente tratada, limpa, cartografada pela geologia, recebeu a certificação da qualidade das rochas e permitiu dar a estrutura que se pretende.

Em entrevista ao JE, o fiscal realçou que a grande valia deste projecto é a inclusão da mão-de-obra jovem angolana, proveniente de todas as províncias do país.

Por seu turno, Isabel Agostinho contou à nossa reportagem que Laúca é uma escola e o país só tem a ganhar com a sua conclusão.

A engenheira civil ligada ao Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza (GAMEK) assegura que, mesmo sendo mulher, a adaptação aos trabalhos tem sido fácil.

"O maior constrangimento tem sido deixar a família e ter de vir abraçar esta causa", sublinhou.

Centro de formação

No projecto Laúca, está a ser erguido um centro de formação, que vai servir de suporte aos técnicos angolanos que irão assumir a manutenção da barragem e outras centrais eléctricas do país. Por sua vez, o gerente de operações, Mateus Macedo, disse que o projecto terá quatro salas de aula, com capacidade para 30 formandos, quatro laboratórios, um simulador de operação que irá reproduzir o ambiente de controlo central de Laúca, um auditório para 106 pessoas, refeitório e uma biblioteca.

Na ocasião, o gestor salientou que a Odebrecht, em conjunto com o Gamek e a Prodel, está empenhada em encontrar os melhores modelos tecnológicos para responder às exigências do gigante empreendimento hidroeléctrico.

4.3 Laúca vai reforçar a oferta

Jornal Economia e Finanças

6 De Maio

Texto: Xavier António

As obras de construção do aproveitamento hidroeléctrico de Laúca, na província do Cuanza Norte, estão já executadas na ordem dos 71 por cento, sendo que, até Dezembro do ano em curso, poderão atingir os 95 de execução, segundo garantiu o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, durante a visita que efectuou, recentemente, para avaliar o grau de cumprimento.

Em declarações à imprensa, o ministro esclareceu que a "velocidade" que Laúca impõe é comparada a de um "cruzeiro", tendo em conta o ritmo acelerado dos trabalhos, quer na vertente da construção civil, com realce para o já visível paredão principal, quer na instalação dos equipamentos electromecânicos que envolvem a central de máquinas.

O governante sublinhou que os projectos estruturantes em curso no sector eléctrico, nomeadamente a barragem de Laúca, Cambambe II (Cuanza Norte) e o Ciclo Combinado do Soyo (Zaire), vão contribuir para aumentar a capacidade de produção que actualmente é fornecida.

Reduzir o défice

Segundo o titular da pasta, a intenção é quintuplicar a capacidade de oferta, tendo em conta o défice que se regista actualmente em todo o território nacional, sobretudo em Luanda, onde o fornecimento atinge um terço da capacidade que se oferece.

Para se ultrapassar estas dificuldades, João Baptista Borges revelou que estão em curso três importantes projectos que poderão resolver algumas restrições, apesar de reconhecer que "a electrificação à escala do país não vai ainda ser garantida",

Por outro lado, explicou que o plano de desenvolvimento do sector da energia prevê ainda outros projectos no domínio do transporte, que vão permitir interligar várias regiões do país, com o aumento do acesso da população à rede de electricidade.

"O plano de desenvolvimento tem um horizonte de execução que ultrapassa o ano de 2017", realçou, acrescentando que foi elaborado para ser cumprido até 2025, o que vai permitir que 60 por cento da população tenha acesso à electricidade "limpa" e de baixo custo.

Fornecimento garantido

Na visão do titular do sector, quando se aborda a questão do reforço da capacidade de energia eléctrica, "estamos a falar em três domínios, nomeadamente aumentar a capacidade de geração, ampliar a rede de transporte de energia e ampliar os investimentos na rede de distribuição, para permitir mais ligações domiciliarias".

Segundo disse, o planeamento do sector contempla altos investimentos na produção e construção de redes de transporte, que já estão a ser erguidas e vão possibilitar escoar energia para as províncias de Luanda, Huambo e Huíla, a partir de Laúca.

Está igualmente prevista no orçamento a execução dos sistemas Norte, Centro e Sul, o que poderá gerar 600 mil ligações domiciliarias em todo o país, das quais 400 mil serão feitas na capital.

Questionado sobre o impacto que se criou em relação à barragem de Capanda e agora com o surgimento de Laúca, João Baptista Borges referiu que o

aproveitamento hidroeléctrico de Capanda foi desenvolvido numa época em que a população do país e em particular a de Luanda não tinha atingido os números actuais.

Actualmente, justificou, a província de Luanda conta com quase sete milhões de habitantes, o que quer dizer que o consumo de energia cresce todos os dias.

Lembrou que o plano nacional de desenvolvimento, sobre o qual assenta todo o programa do sector eléctrico, foi feito à medida da projecção da população, crescimento do mercado e em função do surgimento de novos pólos industriais, "por isso, são obras planeadas para médio e longo prazo".

O ministro recordou que o aumento da capacidade de oferta deve implicar a racionalização do consumo por parte das populações.

A barragem de Laúca é o segundo maior projecto hidroeléctrico de África e o maior no país.

4.4 Barragem de laúca está hoje a 29% do final da construção

Jornal Expansão

6 De Maio de 2016

Texto: Telma Va-dúnem

Mais de 300 quilómetros separam Luanda de uma cidade erguida de raiz para a construção daquela que será a maior barragem de Angola, assim como uma das maiores do continente africano. De dimensões gigantescas e de uma exclusiva beleza, o empreendimento, a cargo dos brasileiros da Odebrecht e participado por dezenas de empresas subcontratadas, arrancou em 2013. No final da semana passada, o ministro da Energia e Aguas, João Baptista Borges, efectuou uma visita aos trabalhos e disse que 71 % da intervenção está já pronta.

Segundo o governante, é intenção da Tutela que a obraque emprega cerca de sete mil trabalhadores, de diferentes nacionalidades - se encontre perto da sua conclusão (95% de taxa de execução) até ao final do ano.

Quanto à componente electromecânica, pretende o Governo que mais de 70% da intervenção se encontre, também, concluída este ano. Actualmente a taxa de execução situa-se já perto dos 50%, revelou.

De acordo com o governante, aquela que se apresenta como uma das mais impressionantes obras a decorrer hoje em África terá por fim o abastecimento da capital do país, assim como o abastecimento das regiões do Huambo e Lubango.

"Temos incluído no Orçamento Geral do Estado a construção de 600 mil novas ligações domiciliárias em todo o País, sendo que 400 destas serão feitas para Luanda", indicou João Baptista Borges.

Por entre o frenético ruído produzido por máquinas e homens em movimento, o mais incauto dos visitantes consegue tanto aperceber-se, ao fundo do imenso estaleiro, do som das águas do rio Cuanza como visionar que muitos dos operários que ali labdram são, ainda, jovens. De facto, Laúca apresenta-se como o projecto nacional que mais jovens com menos de 30 anos conseguiu agregar.

Composta por quatro fases (desvio do fio, obras civis, electromecânica e sistema de transporte), a obra constitui um investimento estimado em cerca de cinco mil milhões USD, devendo, uma vez a laborar, produzir 2.070 megawatts (MW) de energia eléctrica.

Mais de 150 metros de altura Construída numa zona montanhosa, de vegetação e grandes rochas, a barragem e, concretamente, a sua dimensão, faz-nos perceber o avanço da tecnologia.

Uma vez concluída, a barragem terá mais de centena e meia de metros de altura e um quilómetro de comprimento, possuindo, então, a sua albufeira perto de duas centenas de quilómetros quadrados de área.

Referindo-se à grandeza dos trabalhos, o governante indicou que o empreendimento permitirá a Angola quintuplicar a sua capacidade de produção de energia eléctrica. "Actualmente, deparamo-nos com uma situação deficitária em termo de produção de energia, particularmente em Luanda, onde o défice é de cerca de um terço da capacidade que hoje oferecemos", assinalou. Fez ainda saber que, segundo o plano de desenvolvimento delineado pela Tutela, 60% da população do País deverá ter acesso a energia eléctrica até 2025.

O membro do Governo aproveitou, também, a visita a Laúca para dizer que a construção da barragem Cambambe 11 (que envolve um investimento da ordem dos 1,2 mil milhões USD), no Cuanza-Norte, deverá começar a produzir energia até ao final do próximo mês, com o arranque do primeiro de um total de quatro geradores de última geração.

Em declarações ao Expansão em Laúca, José de Oliveira, consultor de energia, considera que o País deveria candidatar obras como as que ali decorrem a concursos internacionais ou a financiamentos como os do Banco Mundial, pagáveis a longo prazo, evidenciando que as empreitadas "custarão sempre mais" caso não se recorra a tais fontes de financiamento.

4.5 Capacidade triplica para reduzir défice energético de luanda

Jornal Novo jornal

6 de Maio de 2016

Texto: Hortêncio Sebastião

O EMPREENDIMENTO do Cambambe permitirá reduzir o défice de energia na região norte do país, especialmente em Luanda, que se cifra em cerca de 360 megawatts, assegurou, há dias, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges.

Comparada com a barragem hidroeléctrica de Capanda, na província de Malanje, que produz 520 megawatts, o aproveitamento de Cambambe terá quase o dobro da capacidade, passando a ser a segunda maior infra-estrutura eléctrica do país, depois de Laúca, cujas previsões apontam para a produção de 2.070 megawatts, ainda em construção, a montante desta, igualmente no rio Kwanza.

Num investimento que ronda os 1,2 mil milhões de dólares, as obras de ampliação e modernização da barragem hidroeléctrica de Cambambe, de acordo com João Baptista Borges, é um investimento necessário, que decorre da situação deficitária do país e vai atender a necessidade premente do consumo de energia eléctrica.

"Mas é também um investimento virado para o futuro, se pensarmos naquilo que são os desafios que se apresentam ao país no que tem a ver com a diversificação da economia e com o crescimento da actividade industrial", frisou.

A barragem hidroeléctrica de Cambambe foi edificada na década de 50, tendo a primeira turbina entrado em funcionamento 10 anos depois. Nos anos 90, o Governo angolano decidiu reabilitar a sua primeira central (central I). Em seguida foi considerada a necessidade de se construir a segunda central (central 11), ao mesmo tempo que já havia sido definido, também no período colonial, o alteamento da barragem.

Antes do início da elevação da parede da barragem, que começou a ser feita de forma faseada, a primeira central garantia o fornecimento de 45 megawatts de potência por grupo, embora a capacidade instalada na altura fosse de 65 megawatts.

O programa ficou concluído com a reabilitação da central I e a barragem está agora em fase de conclusão. Paralelamente está em curso a construção da central 11, que comportará uma nova tomada de água etambém nova subestação, dotada de quatro turbinas geradoras de electricidade.

De acordo com o director do projecto de ampliação e modernização da barragem de Cambambe, Alberto Carneiro, tudo decorre dentro dos prazos, prevendo-se o cumprimento integral das metas estabelecidas, com a entrada em funcionamento de todos os grupos geradores.

"Pre vemos agora terminar o grupo 1, fazer os sincronismos e criar as condições para que tudo seja realizado nos prazos que estão definidos", sublinhou este responsável, clarificando que o que resta da obra será feito de forma sequencial.

A conclusão do alteamento da barragem (com uma cota anterior de 902 metros foi elevada para 930 metros) permitirá um acréscimo de 20 megawatts de energia e possibilitará o irúcio da operação das máquinas na sua potência máxima. A hidroeléctrica conta, pois, passar dos actuais 180 megawatts para 260, com a entrada em funcionamento da nova central, já que a primeira debita para o norte de Angola cerca de 180 megawatts e a segunda central tratará mais 700 megawatts no final do projecto, o que perfaz 960 WN. Com a conclusão da empreitada, a cargo da construtora brasileira Odebrecht, será dispensado o fornecimento de energia para a cidade de Luanda por grupos geradores a gásóleo, segundo assegurou o ministro da Energia e Águas. tivos do Executivo. A construção deste empreendimento com energia limpa, produzida por um recurso renovável que é a água, uma energia barata, vai permitir, em primeiro lugar, reduzir em grande parte o défice que temos hoje de energia em Luanda e permitir reduzir o consumo de "diesel" para a sua produção, que é um combustível bastante caro", acentuou.

O projecto tem a parte civil de construção 100% concluída. Esta segunda-feira, começou a fase de montagem dos equipamentos, de signadamente as comportas parz regularizar a albufeira. Esta modero nização abrange ainda a instalação em curso, de uma nova subestação equivalente a cerca de 10 campos de futebol, sendo considerada a maio] obra do género em Angola.

Esta subestação conta com alguns equipamentos que estão a ser colocados pela primeira vez no país, nomeadamente um disjuntor que permite dar soluções mal! fáceis, na transição de energia de uma linha para outra, bem come fazer manutenções.

As obras que estão a ser feitas implicam o realojamento das populações afectadas pelas eventual inundações, em consequência do aumento da área da albufeira. O processo de realojamento está em curso, numa acção que envolve o Ministério da Energia e Águas e o Governo Provincial do Kwanza Norte,

tendo já beneficiado mais de uma dezena e meia de famílias.

4.6 Ruas estão a ser asfaltadas

Jornal de Angola

6 De Maio de 2016

Texto: Crissina da Silva

Um grupo de 12 Jornalistas de vários órgãos de ccmuncação social constatou ontem o anda- mento das obras de reparação, com a colocação de asfalto e outros equipamentos, de ruas da parte velha de Vlana e do bairro Lar do Patriota.

A deslocação dos jornalistas às duas áreas habitacionais da província de Luanda é resultante de um convite feito pelo Ministério da Construção, para a comunicação social estar informada do grau de execução do Programa de Infra-estruturas Integradas, que já permitiu a reparação num período de 18 meses de 32 ruas do município de Viana e 68 no Patriota, que nunca tinham recebido asfalto.

O programa, coordenado pelo Ministério da Construção, é executado pela Direcção Nacional de Infra-estruturas Públicas, com vista à melhoria da mobilidade e a qualidade de vida da população.

A implementação do programa no município de Viana, que é desenvolvido numa extensão de 15 quilómetros de estrada, está na sua primeira fase e o seu orçamento é de 46 milhões de dólares.

Edson Noy, que é o coordenador do projecto de infra-estruturas integradas de Viana, disse que está incluída nos trabalhos a reabilitação das redes de distribuição de água potável e de drenagem de águas pluviais e residuais, além da iluminação pública.

Embora já esteja executado a 100 por cento em Viana, está a faltar apenas a realização de "acções de reajustes".

O coordenador do projecto do Lar do Patriota, Getelson Panzo, informou que as obras estão em 98 por cento de execução física e vão beneficiar uma população de 120 mil habitantes. As obras do Lar do Patriota estão orçadas em 74 milhões de dólares.

O director nacional de Infra-estruturas Públicas, José Paulo Kay, garantiu que as obras executadas obedecem às normas de construção e vão permitir a melhoria da qualidade de vida da população. "São obras integradas com uma rede de saneamento básico, com impacto positivo junto dos cidadãos", assegurou José Kay, alertando para a necessidade de a

população fiscalizar os bens públicos postos à sua disposição.

O director José Kay disse existirem, a nível da província de Luanda, outras obras, nos municípios do Cazenga e de Luanda. Projectos semelhantes estão em execução nas províncias de Cabinda, Malanje, Zaire e Benguela.

4.7 Britânicos interessados na agricultura

Jornal de Angola

13 De Maio de 2016

Texto: Isidoro Samutula

Os empresários do Reino Unido pretendem investir na agricultura, energia, minas e em outras áreas da província da Lunda Norte, garantiu o embaixador britânico John Dennis, que falava durante uma visita realizada a esta província, disse que a província apresenta potencialidades que devem ser exploradas para o desenvolvimento socioeconómico do país.

"Os empresários britânicos têm a grande oportunidade de expandir as áreas de investimento em Angola", disse o diplomata. O embaixador referiu que a Lunda Norte está a atingir níveis de desenvolvimento satisfatório, mas defende o aumento dos investimentos que garantam maiores níveis de crescimento.

"Queremos começar com os sectores de agricultura, energia e minas, mas há outras áreas que podem interessar aos nossos empresários. Tudo passa pela vinda deles à província para observação", frisou o embaixador.

O embaixador britânico em Angola mostrou-se impressionado com o crescimento da província, onde despontam a central idade do Dundo, com 5.004 apartamentos numa primeira fase, o projecto Cacanda, o Museu do Dundo a central térmica com capacidade para produção de 30 megawatts de energia eléctrica. Para John Dennis, estes projectos contribuem para o desenvolvimento da província e a melhoria das condições de vida da população.

O governador da província, Ernesto Muangala, disse que a região está aberta para receber empresários que pretendem investir.

O governador destacou que a Lunda Norte é uma das províncias novas do país e precisa, por isso, de investidores em vários sectores. Ernesto Muangala lembrou que a Lunda Norte é uma província diamantífera mas possui também um potencial

agrícola que deve ser explorado no âmbito da diversificação da economia em curso no país, sendo importante a existência de investidores com grande potencial e experiência no mercado para efectivação dos projectos. O governador provincial aproveitou a oportunidade para convidar outros empresários nacionais e estrangeiros para investirem na província, tendo em conta as potencialidades da região.

"Queremos ver a Lunda Norte crescer cada vez mais. Isso só é possível com a integração do sector privado' que pode contribuir para o desenvolvimento da região", concluiu..

4.8 Britânicos interessados na agricultura

Jornal de Angola

13 De Maio de 2016

Texto: Isidoro Samutula

Os empresários do Reino Unido pretendem investir na agricultura, energia, minas e em outras áreas da província da Lunda Norte, garantiu o embaixador britânico John Dennis, que falava durante uma visita realizada a esta província, disse que a província apresenta potencialidades que devem ser exploradas para o desenvolvimento socioeconómico do país.

"Os empresários britânicos têm a grande oportunidade de expandir as áreas de investimento em Angola", disse o diplomata. O embaixador referiu que a Lunda Norte está a atingir níveis de desenvolvimento satisfatório, mas defende o aumento dos investimentos que garantam maiores níveis de crescimento.

"Queremos começar com os sectores de agricultura, energia e minas, mas há outras áreas que podem interessar aos nossos empresários. Tudo passa pela vinda deles à província para observação", frisou o embaixador.

O embaixador britânico em Angola mostrou-se impressionado com o crescimento da província, onde despontam a central idade do Dundo, com 5.004 apartamentos numa primeira fase, o projecto Cacanda, o Museu do Dundo a central térmica com capacidade para produção de 30 megawatts de energia eléctrica. Para John Dennis, estes projectos contribuem para o desenvolvimento da província e a melhoria das condições de vida da população.

O governador da província, Ernesto Muangala, disse que a região está aberta para receber empresários que pretendem investir. O governador destacou que a Lunda Norte é uma das

províncias novas do país e precisa, por isso, de investidores em vários sectores. Ernesto Muangala lembrou que a Lunda Norte é uma província diamantífera mas possui também um potencial agrícola que deve ser explorado no âmbito da diversificação da economia em curso no país, sendo importante a existência de investidores com grande potencial e experiência no mercado para efectivação dos projectos. O governador provincial aproveitou a oportunidade para convidar outros empresários nacionais e estrangeiros para investirem na província, tendo em conta as potencialidades da região.

"Queremos ver a Lunda Norte crescer cada vez mais. Isso só é possível com a integração do sector privado' que pode contribuir para o desenvolvimento da região", concluiu.

4.9 Falta de divisas condiciona abertura de seis novas fábricas no Pólo Industrial da Caála

Jornal O País

13 De Maio de 2016

Texto: Hélder Caculo

A falta de divisas para importação de matérias-primas causada pela instabilidade nos preços do petróleo nos mercados internacionais está a condicionar a abertura de seis novas fábricas no Pólo de Desenvolvimento Industrial da Caála, na província do Huambo. A informação foi avançada, na quinta-feira 12, pelo director da Indústria e Geologia e Minas no Huambo, Bonifácio Vissetaca, em declarações a O PAÍS. De acordo com o responsável, as novas fábricas, que deveriam entrar em funcionamento em Junho próximo e investir em várias áreas, como a construção de carteiras escolares, massa alimentar e transformação de ferro, estão condicionadas à escassez de divisas.

"O problema é que os promotores estão com muitas dificuldades na obtenção de divisas", frisou. Actualmente o PDIC conta com mais de 20 empresas já inscritas e instaladas, que actuam em vários sectores, facto que, segundo Bonifácio Vissetaca, anima os responsáveis locais da indústria. Vissetaca avançou, por outro lado, que o pólo vai contar com fornecimento de energia e água da barragem do Gove, arredores da sede municipal da Caála, e garantiu estarem criadas as condições para o seu pleno funcionamento.

"Neste momento está em curso o trabalho de infra-estruturação, nomeadamente, construção de linhas de

fornecimento de energia eléctrica, água potável e vias de comunicação", enfatizou.

" Ainda de acordo com o director da Indústria no Huambo há muito interesse da parte dos empresários em apostar na província, reconhecendo, no entanto, ser necessário mais incentivo. "O sector industrial está a progredir graças ao investimento privado. Temos muitas indústrias instaladas e outras que arrancam dentro de alguns meses", explica.

Para Bonifácio Vissetaca, a província do Huambo precisa de novas unidades fabris de forma a promover o relançamento da indústria local e a taxa de emprego. Para tal diz ser necessário que se incentive os empresários a pagarem os seus impostos de forma regular. o Huambo grande parte das unidades de produção estão concentradas nos Pólos, no entanto, muitas outras estão a ser instaladas noutros pontos da província.

"Se tudo correr como planificado está prevista, ainda este ano, a inauguração de mais indústrias do tipo médio porte e 10 ligeiras", avançou.

O Pólo de Desenvolvimento Industrial do Município da Caála, um dos 20 que estão a ser instalados no país' está implantado numa área de 1.129 hectares e conta com infra-estruturas e serviços indispensáveis à actividade industrial, como água, tratamento de resíduos sólidos, energia eléctrica, telecomunicações e vias de acesso. Inaugurado em Abril de 2015, o pólo já conta com fábricas de colchões, tijolos, mobiliário e carteiras escolares e fábrica de placas pré-moldadas para a execução de rés-do-chão, mas o objectivo é atrair ainda mais investidores.

4.10 Forte investimento nas indústrias do pão e da massa alimentar

Jornal de Angola

20 De Maio de 2016

Texto: Leonei Kassana

A disponibilidade de farinha de trigo no mercado para a indústria de planificação, massas alimentares e bolachas vai melhorar significativamente nos próximos mese, quando estiver concluído e a funcionar em pleno o prjecto grande Moagens de Angola.

O programa Grandes Moagens de Angola, de iniciativa privada, tem grandes dimensões e está a ser impulsionado pelo pelo Governo no âmbito de

acções dirigidas para o fomento da produção de produção de produtos da cesta básica. Em síntese, contempla no e o processamento industrial.

Todo esse processo, que se quer acelerado, deve ter impacto no mercado nacional da farinha de trigo, que é sustentado quase a 100 por cento pela importação. Com a contenção de despesas e a captação de divisas na ordem do dia, os dados mais recentes sobre a importação da farinha de trigo nos últimos dois anos justificam a decisão do Executivo de apoiar o projecto, nem tanto pelos números finais, mas pelo impacto que pode ter no relacionamento da produção interna de farinha de trigo.

A montagem dos silos onde será feita a arrecadação da matéria-prima e do edifício destinado à moagem. Com o acentuar da crise financeira em finais de 2014, o Governo adoptou uma série de medidas para atenuar o impacto da quebra do preço do petróleo no mercado internacional e a consequente diminuição das receitas. Foi, então, adoptado um plano estratégico com várias medidas estruturais e de política, e neste âmbito definidos os sectores prioritários em que pudessem ser identificados projectos, públicos ou privados, com impacto na cesta básica.

Em 2015, surge o projecto Grandes Moagens de Angola, aprovado inicialmente numa reunião conjunta das Comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros e depois no plenário desse órgão técnico auxiliar do Presidente da República.

A primeira fase das obras foi adjudicada ao consórcio Martifer Angola Casais Angola, enquanto a segunda ficará a cargo da Mota-Engil Angola. A nova infraestrutura vai ocupar uma área total de cerca de 30 mil metros quadrados e terá, além dos edifícios industriais, laboratório para padaria, silos para 45 dias de produção, escritórios, além de equipamentos para a descarga de navios. Com este projecto, o Executivo pretende relançar a produção e processamento do trigo, de modo a viabilizar a produção do pão, massa alimentar, biscoitos e outros artigos para o consumo da população.

A viabilidade desta unidade fabril, que foi pensada e está a ser erguida numa altura em que a produção de trigo no país regista níveis baixos, vai trabalhar ininterruptamente, garantindo o fornecimento regular ao mercado, sobretudo para a indústria panificadora. Para o efeito, estão a ser criadas as condições para a produção de

Em 2014 e 2015 Angola, gastou 570 milhões de dólares na compra de farinha de trigo. Foram 250 milhões de dólares em 470 mil toneladas

em 2014. Em 2015, foram dispendidos 320 milhões de dólares para 510 toneladas de farinha de trigo. Números absolutamente proibitivos, numa altura em que o país vive sérias dificuldades financeiras devido à baixa do preço do seu principal produto de exportação, o petróleo, nos mercados internacionais.

"Quando olhamos para esses dados, percebe-se logo a importância de um projecto desta natureza, pois vai levar, seguramente, à diminuição significativa de gastos com as importações da farinha de trigo", referiu António Cabral, chefe do departamento de estatística do Ministério da Indústria.

Em declarações ao Jornal de Angola, António Cabral diz-se confiante na viabilidade do projecto Grandes Moagens de Angola. "Pela sua dimensão, essa obra estruturante está destinada a trazer enorme mais valia para o país quanto à produção de farinha de trigo, sobretudo para a área da panificação e produção de massas alimentares", explicou.

Perante os números dos últimos dois anos, é urgente a aceleração do projecto Grandes Moagens de Angola, na medida em que as necessidades de consumo interno, fundamentalmente do pão, são cada vez maiores e os recursos para a importação de farinha de trigo seguem em sentido inverso.

O projecto foi pensado ao detalhe. O empreendimento industrial está a ser erguido dentro do Porto de Luanda, com acesso privilegiado para a recepção da matéria-prima em condições competitivas a partir do terminal de carga do Caminho-de-Ferro de Luanda, o que trigo em grande escala, na região centro-sul do país, mas numa primeira fase é inevitável o recurso à importação de matéria-prima de países produtores, como a França, Alemanha, Canadá, EUA, Cazaquistão e Austrália.

O Executivo definiu um padrão de exigências em termos de qualidade do produto a disponibilizar para o mercado interno, começando pelos testes laboratoriais, passando pela embalagem da farinha antes de seguir para os armazéns e daí a expedição.

Com o programa Grandes Moagens de Angola a funcionar em pleno, produtos como o pão, as massas alimentares, bolachas e mesmo o farelo para a ração animal ficam mais acessíveis ao consumidor final. Nesta altura, entre outras acções dependentes dos órgãos do Executivo, os responsáveis do programa esperam a atribuição dos direitos fundiários indispensáveis à montagem de uma fábrica de massas alimentares no espaço do antigo complexo industrial Textang 1, na zona da Boavista, em Luanda.

À espera de "luz verde" do Executivo está também a formalização da assinatura do contrato de investimento privado do projecto Grandes Moagens de Angola com a Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP) e a concessão adicional ao projecto de 15 mil metros quadrados no Terminal da Multiterminais, como premissa para um previsível aumento da produção, armazenamento ou instalação de uma unidade conexa.

Pela sua natureza e impacto, e numa altura em que o acesso aos valores cambiais se coloca como um entrave à actividade industrial, o programa está na linha de prioridades no acesso a divisas junto da banca, de modo a viabilizar a aquisição no último semestre deste ano quer de equipamentos quer de matéria-prima, e permitir a realização de todos os testes necessários antes do arranque da actividade em 2017.

A nova unidade industrial também serve de incentivo ao investimento privado na produção de trigo em grande escala e na viabilização de negócios intermédios nas várias fases da cadeia produtiva. No país existem fábricas de farinha e de farelo inoperantes e a sua reactivação depende de como os investidores vão olhar para o mercado depois da experiência do programa Grandes Moagens de Angola.

Em relação à produção de trigo, a província do Huambo é considerada uma região com enorme potencial. É precisamente no Planalto Central onde estão a ser criadas as condições para o cultivo de trigo em grande escala, no âmbito da quota de produção local para o programa Grandes Moagens de Angola.

Região conhecida pelo grande potencial de cereais, o Huambo tem projectos de relançamento da produção de trigo nos municípios de E Cunha, Lunduimbali e Chicala-Cholohanga, com trabalhos de pesquisa e avaliação de terras que envolvem peritos dos ministérios da Agricultura, Indústria, do Instituto de Investigação Agrária e da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade José Eduardo dos Santos. O projecto prevê a inserção inicial de 32 empresas, com áreas de produção acima de 500 hectares. Autoridades ligadas ao sector da Agricultura na província do Huambo dizem que a produção de trigo na região, feita actualmente em pequena escala por camponeses

individuais, pode representar um significativo contributo para a diversificação da economia e o combate à fome e à pobreza.

Os camponeses da região de Cassongue, província do Cuanza Sul, com tradição na cultura de trigo, querem

voltar à produção. Têm noção do que o país precisa no actual contexto, mas precisam de recursos para fazer mais e melhor. Na década de 70 do século XX, a produção de trigo em Cassongue chegou a mais de 50 mil toneladas por ano.

4.11 Agrobusiness deve ser motor da diversificação

Jornal Expansão
20 De Maio de 2016

Num país que, como Angola, possui um imenso potencial agrícola, os participantes da 2.ª edição do Benguela Economic Forum (BEF) apontaram que só haverá realmente diversificação da economia se forem criados os caminhos para a industrialização, sendo que o agrobusiness e a profissionalização dos camponeses, nomeadamente através de cooperativas, são as bases necessárias para se criar e desenvolver a agro-indústria nacional.

O empresário Manuel Monteiro, que possui negócios na agricultura, defende que "há que mudar o paradigma actual da nossa economia, a começar pela formação de cooperativas agrícolas capazes de fornecer os inputs necessários ao desenvolvimento da indústria".

Para Jorge Pinto, da Associação Industrial de Angola (AIA), também são essenciais para desenvolver e fazer crescer a agro-indústria ajustes a nível institucional, fiscal e legal, e incentivos à inovação, ao empreendedorismo e ao investimento.

Por outro lado, "é imprescindível que se criem condições para um sistema eficiente de produção, nomeadamente energia nas zonas rurais, vias de circulação adequadas e em bom estado, formação contínua e distribuição regular de bens e serviços à população", sublinha o assessor do presidente da AIA.

Apostar fortemente na agro-indústria implica fortes investimentos na agricultura como solução para levar o País a uma gradual substituição de produtos importados por produtos nacionais.

Sobre os investimentos, Valter Barros, administrador executivo do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), referiu que a instituição já apoiou mais de 544 projectos, num valor de 43 mil milhões Kz, sendo que para Benguela foram 530 milhões Kz direccionados para o agrobusiness e 6,5 mil milhões para a indústria.

No entanto, o administrador do BDA sublinha que "é fundamental que os empresários e os agricultores se profissionalizem e assegurem uma gestão e uma contabilidade adequadas".

A propósito de financiamento, mas desta vez através do mercado mobiliário, Pedro Pitta Groz, Presidente da BODIVA, lembra que "embora neste momento ainda só se negociem Obrigações do Tesouro, em particular por via dos bancos, ainda este ano existirão mais oportunidades de negociação, tendo em vista, mais à frente, a possibilidade de outras empresas poderem aceder a capital no mercado bolsista".

O economista Carlos Rosado de Carvalho aponta que "o processo de diversificação é a única solução para combater os efeitos nefastos da queda do preço do petróleo que, só nos últimos três anos, levaram a que o PIB nominal caísse 46 mil milhões USD e se elevasse a dívida pública para a casa dos 50 mil milhões USD".

Neste contexto, concentrar os recursos do País na agricultura e no agrobusiness é um caminho, sendo que Benguela, com uma extensão de 2.100 quilómetros quadrados, é um território potencialmente agro-industrial, mas também agro-pecuário, resultante de uma estrutura de solos ímpares e de uma diversidade climática favorável, aliada a uma rede hidrográfica de invejável qualidade.

4.12 Finlandeses têm 112 milhões USD para ajudar País, mas faltam projectos de angolanos

Jornal Expansão

20 De Maio de 2016

Texto: Telma Dias

Um conjunto de empresários da Finlândia manifestou interesse em apoiar os seus homólogos angolanos na actual conjuntura e criou um fundo com cerca de 112 milhões USD destinado a projectos ligados à diversificação da economia.

A informação foi avançada, segunda-feira, pelo presidente do conselho de administração da Agência para a Promoção de Investimentos e Exportação de Angola (APIEX), António Henriques da Silva.

Falando à margem do Fórum de Investimento Directo Estrangeiro, decorrido em Luanda, o responsável lamentou, no entanto, o facto de não existirem ainda projectos caracterizados pelo empresariado nacional, tendo exortado os investidores para uma melhor preparação das propostas, aproveitando as potencialidades do País.

Sobre a questão, António Silva defendeu que deixe de se falar das potencialidades de Angola e que se aproveite a oportunidade para que sejam apresentados projectos "concretos e viáveis". Exemplificando, aludiu a propostas ligadas à agricultura, energia e águas, indústria e agro-negócios na província da Lunda Sul que, pela forma como estão a ser estruturados, "vão merecer a atenção dos investidores dinamarqueses, que pretendem vir a Angola no mês de Setembro, a fim de participarem numa mesa redonda".

Potencial económico

No discurso de abertura do fórum, o ministro do Comércio, Fiel Constantino, voltou a destacar que o País é detentor de um potencial económico "muito forte", mas que se encontra em crise por estar dependente de importações, "quando tem potencial para ser uma economia exportadora".

"As potencialidades do nosso País são conhecidas, e os passos que temos estado a dar são firmes e fazem parte da estratégia cuja fundamentação e objectivos delineados apresentam o caminho certo para a almejada diversificação da economia", disse governante.

Dirigindo-se ao fórum, o administrador do Instituto de Pequenas e Médias Empresas, Samora Kitumba, considerou a diversificação económica como "um desafio de grande dimensão, que exige compromisso político, medidas constantes e recursos financeiros".

Salientou ainda Kitumba que o Governo "identificou um conjunto de projectos prioritários e estruturantes, com viabilidade e atractividade económica e social, assentes numa estratégia de criação de clusters e cadeias produtivas". Os investimentos previstos, segundo disse, elevam-se a 52 mil milhões USD, montante a ser investido em diversos sectores, ao longo dos próximos cinco anos.

O encontro promovido pela APIEX, que teve lugar na sede daquela estrutura, reuniu investidores angolanos e estrangeiros, tanto dos sectores económicos como produtivos e do comércio, assim como representantes de missões diplomáticas acreditadas no País.

4.13 Pólo de desenvolvimento industrial de Benguela já atrai mais de 300 empresas

Jornal Expansão
20 De Maio de 2016

O Pólo de Desenvolvimento Industrial de Benguela, situado na Catumbela, possui já mais de 300 empresas em diferentes ramos de actividade e já criou mais de 1.500 postos de trabalho, revela o assessor da ministra da Indústria para os Pólos de Desenvolvimento Industrial (PDI).

O projecto, explica Luís Ribeiro, está enquadrado no esforço que o Governo, através do Ministério tutelado por Bernarda Gonçalves Martins, tem colocado "na implantação de pólos de desenvolvimento industrial".

"A Rede Nacional de Pólos de Desenvolvimento Industrial é um projecto prevê a implantação de 22 PDI em todo território, sendo que a infra-estruturação é feita faseadamente", explica o responsável.

Regra geral adianta Luís Ribeiro, a maioria dos investimentos nos PDI é "de carácter misto (parcerias nacional-estrangeiro), sendo os portugueses e os chineses em maior número no que toca aos investidores estrangeiros" nestas infra-estruturas. O caso de Benguela não é excepção, diz o assessor.

Pólo da Catumbela ajuda na diversificação

No caso específico do Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela, como nos restantes que já estão em funcionamento ou em fase de projecto, os sectores prioritários, definidos pelo Executivo, "são certamente aqueles que visam apoiar no mais no mais curto espaço de tempo possível a diversificação da economia e a produção de bens de consumo local".

O objectivo, afirma Luís Ribeiro, é a "substituição das importações e fomento das exportações", sendo os sectores considerados prioritários a indústria alimentar, a agro-indústria, o têxtil, o papel, o calçado, produtos químicos, a metalurgia, material de construção e o fabrico de mobiliário, entre outros.

Actualmente, as principais dificuldades que os empresários, em geral, enfrentam prendem-se com o abastecimento de energia eléctrica, água canalizada, asfaltos e terraplanagem para melhor mobilidade nas zonas industriais.

"Há, no entanto, iniciativas próprias de várias empresas nos PDI que investiram em Postos de

Transformação próprios, para alimentar a sua produção", explica Luís Ribeiro, que adianta que "a energia alternativa (gerador) continua ainda a ser usada".

Feira vai impulsionar atracção de investimento

Numa altura em que o Governo, aposta na promoção de investimentos, eventos como a Feira Internacional de Benguela têm um papel impulsionador, sublinha o assessor da ministra da Indústria para os PDI.

"As feiras dão um grande impulso à visibilidade das oportunidades existentes, quer no âmbito privado como no sector público. O País precisa promover a diversificação, e nada melhor do que aproveitar a Feira Internacional de Benguela 2016 para trazer à tona a importância que a indústria pode jogar não só na diversificação, mas também na produção local de bens de consumo e fomento do emprego para a juventude".

A província de Benguela, adianta Luís Ribeiro, tem potencial para atrair investidores estrangeiros quer pela sua localização, quer pelos sectores onde tem potencial de desenvolvimento.

"Achamos que a localização estratégica de Benguela é outro factor decisivo para que potenciais investidores estrangeiros descubram as oportunidades de investimento na indústria, agricultura, transportes, pescas, na educação e outros sectores além do petrolífero", conclui Luís Ribeiro.

4.14 Projecto comunitário para a região sul

Jornal de Angola
29 De Maio de 2016

O Banco Mundial vai disponibilizar, ainda este ano, 400 milhões de dólares para financiar projectos de melhoria e extensão de sistemas de captação e distribuição de água potável nas províncias da Huíla, Bié e Huambo, anunciou ontem no Lubango o director provincial de Energia e Aguas da Huíla, Abel da Costa.

O responsável daquela instituição financeira, que falava à imprensa à saída de um encontro de concertação com responsáveis locais do Banco Mundial, disse que o investimento compreende a melhoria do saneamento básico.

Este montante vai financiar também programas de desenvolvimento ligados a áreas das águas e saneamento básico no quadro da parceria que a instituição financeira de Bretton Woods tem com o Governo angolano, através do programa de desenvolvimento institucional do sector das águas.

"Haverá um financiamento muito grande ao nível do país, que não tem apenas a ver com o sector das águas, circuito de gestão e suas capacidades, mas também com os recursos hídricos de uma maneira geral, com a instalação de estações de controlo, buscando políticas de gestão correctas", sublinhou.

Abel da Costa acrescentou que, como benefício imediato para a Huíla, o Programa de Desenvolvimento institucional do Sector das

Águas (PDISA) tinha previsto para a segunda fase, que arranca este ano, a extensão da rede de canalização por 340 quilómetros e, agora, passou para 400.

Este projecto, orçado em mais de sete milhões de dólares, permite efectivar 50 mil ligações domiciliares e beneficiar mais de 300 mil residentes nos bairros da Mapunda, António Agostinho Neto, Santo António, Comandante Cowboy, Mitcha, João de Almeida e Nambambe. A primeira fase, iniciada em 2010, desenvolveu acções em várias componentes, nomeadamente de apoio institucional, concepção e execução de sistemas de abastecimento em alguns bairros do Lubango. Na primeira fase, foram concluídos 60 quilómetros e 4.600 ligações aos domicílios nos bairros da Lage, Mitcha, Hélder Neto, Comercial e Lucrécia, esperando inserir-se mais 500 ligações com um outro financiamento.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Participação municipal dos cidadãos é tema central

Jornal Visão

20 De Maio de 2016

Texto: Simão Neto

Job Capapinha disse, na sua intervenção, que a Constituição da República de Angola prevê a participação dos cidadãos nas diferentes tarefas do Estado como um elemento fundamental da concretização do princípio democrático.

Assim sendo, ao reflectir sobre a "Importância da Concertação Social para a Gestão Participativa dos Municípios", pretende-se, num discurso directo e com palavras simples, destacar "o grande valor que se deve dedicar aos acordos entre as pessoas, no caso, entre governantes e governados, sobre os problemas que preocupam tanto o Governo como os municípios, no decorrer da administração ou gerência da localidade em que vivem!: De acordo com [Job Capapinha, as administrações locais do Estado e os municípios, em todo o país, estão condenados a caminhar juntos na elaboração e execução dos programas de governação quer seja da província, do município, da comuna, do distrito, do bairro ou kimbo, sendo certo que não há governantes sem governados, ou melhor, o poder reside no povo! Nesta perspectiva, os governantes trabalham para as populações das respectivas áreas de jurisdição. Logo, precisam de auscultar os municípios, as populações, sobre as suas necessidades, antes de fazerem aprovar os seus programas de governação.

Por um lado, a AMANGOLA, enquanto Instituição da Sociedade Civil, parceira do Estado, apoia a orientação de Sua Excelência, o presidente da República, Eng.v José Eduardo dos Santos, "sobre a necessidade de mais diálogo, falar com os cidadãos para os esclarecer sobre as causas das dificuldades que o País está a atravessar e sobre o que devemos fazer para resolver os problemas". Neste sentido, a AMANGOLA surge aos governos provinciais e as administrações locais no sentido de alargarem e democratizarem, cada vez mais, os conselhos de

auscultação e concertação social, a seu nível, melhorando os conteúdos das matérias em apreciação, por forma a abordar-se, em conjunto, governantes e governados, os problemas de cada localidade, apontando as soluções para os resolver, frisou.

A inteligência, a capacidade e a disponibilidade de todos e de cada angolano devem estar acima das cores partidárias, quando se trata de desenvolver os municípios "Há tempo para fazer política partidária! Temos, todos, de concordar que o mais importante é resolver os problemas do povo, sobretudo neste momento de crise económica e financeira que o país atravessa. A inteligência e o trabalho dos angolanos devem ser utilizados para alimentar e oferecer mais saúde às nossas populações, em cada município, comuna, distrito, bairro ou kimbo, independentemente da cor partidária ou da crença religiosa de cada um", disse. Job Capapinha afirmou que o acto de abertura marca o início de um debate que a AMANGOLA vai realizar em todas as províncias e municípios do País, no âmbito da "Jornada Nacional de Esclarecimento sobre a Importância da concertação social para a gestão participativa dos municípios!":

A jornada, que vai decorrer de Abril a Novembro do corrente ano, envolve governantes e governados, independentemente da condição política, ideológica, partidária, religiosa e/ou social, na perspectiva de ajudarmos a esclarecer as populações, com realismo, sobre as causas das dificuldades que estamos a atravessar e sobre o que devemos fazer para resolver os problemas e mobilizar os angolanos em geral e, particularmente, os empresários, para agirem com urgência no aumento significativo e na diversificação das nossas exportações, por forma a aumentar as receitas do País em divisas, aumentar a produção de bens e consumo, especialmente os de primeira necessidade, até a satisfação plena das necessidades nacionais, como orientou o presidente de todos os angolanos, o Eng.v José Eduardo dos Santos.

Para o líder social, de resto é, sobejamente, conhecido pelos angolanos, ou seja, que a baixa do preço do petróleo está na base da crise económica e financeira mundial, segundo Capapinha. "Assim sendo, com pragmatismo e realismo, Sua Excelência, o presidente da República, Eng.v José Eduardo dos Santos, fez aprovar, pelo Executivo, uma Estratégia para a saída da crise, tendo em conta que o preço do petróleo poderá manter-se em baixa por um período considerável!":

O também deputado Job Capapinha avançou que, "por esta razão, a estratégia do Executivo tem como pressuposto a substituição do petróleo como

principal fonte de receita de Angola. Assim, estrategicamente, os angolanos devem se mobilizar e trabalhar em todo o País, para aumentar a curto prazo a produção e o controlo dos produtos exportáveis, de modo a gerar divisas para o País e aumentar a produção interna, sobretudo dos produtos da cesta básica e de outros produtos, essenciais para o consumo interno e para a exportação".

Sobre a produção interna e local, Job Capapinha disse: "No âmbito da produção interna, sobretudo dos produtos da cesta básica e de outros produtos essenciais para o consumo interno, a AMANGOLA está a mobilizar os seus sócios colectivos e individuais, em todo o País, a fim de contribuírem' também, para a produção interna, comprometendo-se, desde já, a criar uma cooperativa agro-industrial, com sucursais em algumas províncias, em parceria com instituições que trabalham para o desenvolvimento local': Para a concretização deste seu projecto, a AMANGOLA suplica o apoio dos Governos provinciais ou das Administrações Municipais às suas Delegações Locais, particularmente na identificação e registo de terrenos agricultáveis, para a inserção dos nossos associados, nessa estratégia do Executivo, no âmbito da excelente parceria existente entre as partes, a todos os níveis.

O presidente da AMANGOLA afirmou que a província de Malanje também vai testemunhar o acto de abertura da 11 Edição Nacional do Torneio de Futebol Infantil de Bairro, denominado "AMABOLX: que fará desfilar, no Estádio Municipal dessa cidade, pouco mais de dezoito (18) equipas infantis, representando todas as províncias do país.

Neste âmbito, AMANGOLA presenciou a disputa de uma partida, animada, de futebol infantil entre as equipas dos municípios de Malanje e de Cacusó. Auguramos, assim, momentos de convívio e de confraternização entre crianças o futuro do país, com propósito de assinalar os 14 anos de Paz, no mês de Abril.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 África toma conhecimento dos projectos de habitação

Jornal De Angola
13 De Maio de 2016
Texto: Isidoro Samula

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, deu a conhecer em Rabat, os vários projectos urbanísticos e habitacionais em curso no país, com destaque para os programas do Governo relacionados com a requalificação de zonas críticas, o reassentamento humano e a construção de mais habitações com o concurso do sector privado.

Branca do Espírito Santo, que participou no Fórum Ministerial Africano sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano, decorrido entre quarta-feira e ontem na capital marroquina, apresentou aos participantes o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, criado pelo Executivo.

Em declarações à RNA, a ministra disse que os ministros africanos ficaram a conhecer o programa do Executivo angolano, que visa dotar de habitação condigna as populações. "A experiência de Angola já é conhecida pelos demais países africanos, porquanto organizamos, em 2015, a Conferência Africana de Infra-estruturas, onde algumas entidades que também participaram neste certame tiveram a oportunidade de visitar a Centralidade do Kilamba e constatar que não é uma cidade fantasma, mas habitada e com vida própria", explicou.

Os ministros africanos, disse, ficaram encantados com os padrões urbanísticos e arquitectónicos dos vários projectos habitacionais em curso no país, com destaque para a Cidade do Kilamba. Branca do Espírito Santo disse ter transmitido aos presentes que Angola possui um novo pacote legislativo que regula e incentiva o desenvolvimento urbano, o fomento habitacional.

6.2 Milhares de casas são construídas para professores

Jornal de Angola
13 De Maio de 2016
Texto: Matias Da Costa

Um total de 14 mil residências sociais vão ser construídos em todo o país para os associados do Cofre de Previdência dos Professores, anunciou ontem, no Cuito, o presidente da agremiação.

Miguel Flávio Bongo, que falava no acto da criação do organismo na província do Bié, considerou oportuno o projecto imobiliário de apoio aos professores e recordou que além de habitações, os associados vão também beneficiar da assistência de saúde, sobretudo em casos de invalidez e morte.

O presidente da agremiação explicou que os associados ao Cofre de Previdência são os professores e trabalhadores administrativos do quadro orgânico do Ministério da Educação.

"Todos os associados vão sofrer um desconto de até três por cento nos seus salários, para a prestação de serviços sociais", esclareceu, para referir que os professores foram informados de que os familiares directos gozam de apoios do órgão.

O Cofre de Previdência conta com parcerias institucionais, como bancos, que vão dar sustentabilidade as realizações do instrumento criado.

O professor João Gomes felicitou a criação do Cofre de Previdência dos Professores e entende ser a oportunidade para o equilíbrio social na vida dos profissionais da Educação.

O sector da Educação na província do Bié controla perto de 14 mil trabalhadores.

6.3 Famílias bem abrigadas

Jornal de Angola

17 De Maio de 2016

A qualidade de vida começa invariavelmente a partir da habitação, sendo fundamental que ela e o espaço circundante tenham condições para assegurar às famílias melhor usufruto.

Ao longo de muitos anos, o parque habitacional conheceu profundas deformações, nalguns casos destruição do que pouco que ainda se mantinha de pé, numa altura em que o crescimento populacional não pára. A procura por um espaço para abrigar famílias, em tempo de conflito armado, contribuiu para uma pressão demográfica sem precedentes na História de Angola independente. O caos urbanístico em muitas zonas, sobretudo a periferia das grandes cidades, aonde milhares de famílias encontravam segurança e sossego, passou a ser inevitável durante muito tempo.

O fim da guerra permitiu não apenas encarar o fardo pesado da herança de destruição do parque habitacional, mas igualmente pôr em marcha um amplo programa de reconstrução.

As instituições do Estado, ao lado de iniciativas privadas, meteram-se em campo para promover a construção de habitações das mais variadas tipologias em todo o país.

Nos últimos anos, foram erguidas milhões de casas, por via das iniciativas já mencionadas, sendo as centralidades um exemplo de que é viável no médio e longo prazos um programa de habitação condigna para todas as famílias. O Executivo Angolano impôs-se o desafio de tomar a habitação condigna não como um luxo ao alcance de uns poucos, mas um meio acessível a todas as famílias angolanas.

Com o exemplo das centralidades erguidas em várias províncias e iniciativas privadas está a ser possível reduzir a demanda por casas e tem jogado um papel importante na regulação do mercado imobiliário.

Foi igualmente criado um processo através do qual os habitantes das áreas precárias e zonas de risco fossem gradualmente realojados em localidades com condições dignas de habitabilidade, uma realidade ainda em curso em todo o país. Apenas para termos uma ideia do impacto daquele último projecto, desde 2010 foram realojadas na localidade do Zango, em Viana, mais de oito mil famílias que viviam em zonas de risco nas zonas periféricas de Luanda.

Não se trata de um processo perfeito, não raras vezes por culpa de alguns que procuram fraudar as instituições com duplo registo, regresso às anteriores de zonas de risco, venda da casa do Estado a si cedida, entre outras práticas condenáveis. Em todo o caso, as autoridades provinciais com processo de realojamento das populações das zonas de risco para locais mais com casas e condições mais condignas estão determinadas a continuar, para bem das famílias. Trata-se, no fundo, de passos modestos mas devidamente programados para gradualmente levar o país a assegurar a renovação do parque habitacional, dar habitabilidade, bem-estar, sustentabilidade, etc. Para grande parte das famílias, a vida nas zonas precárias e de risco constituía um verdadeiro retrocesso e um impedimento à mobilidade social. Com a falta de saneamento, água e luz, viver nas áreas em que milhares de famílias foram retiradas prolongava o ciclo de pobreza extrema em muitas se encontravam.

Angola esteve presente, recentemente, Fórum Ministerial Africano sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano, realizado em Rabat, através de uma delegação chefiada pela ministra do Urbanismo e Habitação. Na capital de Marrocos, a delegação angolana emprestou, para o enriquecimento do certame, a experiência do país no sector, numa altura em que temos alguma coisa a transmitir em matéria de construção de habitação condigna para as famílias. Foi igualmente útil receber importantes recomendações que tenham que ver com a necessidade da adopção de políticas públicas que concorram para dar à população do continente uma habitação condigna.

Trata-se de uma importante iniciativa que visa, entre outros objectivos, instar os Governos africanos no sentido de que a melhor forma de assegurar bem-estar das populações começa pela habitação. E não há dúvidas de que grande parte dos Governos e Estados africanos concebem as suas políticas habitacionais tendo no centro a comodidade, dignidade e sustentabilidade ambiental. Apenas com populações bem abrigadas e saudáveis podemos esperar, como contrapartida, melhor exercício de cidadania, maior participação na criação de riqueza por via do trabalho maior crescimento do PIB e progresso para o país.

Instamos todas as instituições do Estado e privados a dar continuidade a iniciativas que visam dar resposta à crescente demanda por habitação para que haja contínuo equilíbrio entre habitação e crescimento populacional.

Esperemos que as autoridades do sector que superintende a habitação e urbanismo no país saibam fazer bom proveito das recomendações saídas destes importantes fóruns. Neste aspecto, Angola deu e continua a dar passos seguros porque há muito que o Executivo concebe que só pode haver desenvolvimento enquanto as famílias continuam bem abrigadas.

6.4 Nos próximos tempos as estradas esburacadas vão conhecer novas intervenções

Jornal grande notícias

20 De Maio de 2016

Texto: António André

O ministro da Construção, Valdemar Pires Alexandre, falando em jeito de contrariar as alegações do líder do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, que acusou em conferência de imprensa o Executivo angolano de construir as estradas mais caras do mundo, sem qualidade nem durabilidade, disse que a durabilidade de um projecto de estrada baseia-se no tráfego diário de viaturas o governante, que falou na passada terça-feira (10), no telejornal da Televisão Pública de Angola depois das declarações do dirigente da UNITA, explicou que «as estradas são construídas ou projectadas para um determinado tempo de vida e de um horizonte temporal que garanta alguma viabilidade ao longo da sua exploração, porque o tráfego diário é um dado que não é estático, evolui com o tempo e é necessário alterar as características e o estado da estrada, portanto não é uma afirmação que tem fundamento técnico», disse.

Para o ministro, as obras de construção de novas estradas foram de grande impacto, «vamos recuar um pouco no tempo e recordarmos o cenário como se encontravam as estradas no período pós-conflito, logo que terminou a guerra. Estávamos com o país praticamente paralisado e as estradas estavam num estado de ruína generalizada. Nesta altura deu-se início a um processo de recuperação e, muito rapidamente, em tempo record, reabilitou-se as estradas da malha viária existente, ligando as principais cidades. Agora me questiono, terá sido preferível manter as estradas no estado em que nos encontrávamos? Quantos países no mundo fizeram tal esforço? Não conhecemos o registo de países no mundo em relação a esta matéria. Numa avaliação do custo benefício, toda a nação se orgulha dos

resultados do crescimento do país e são visíveis para o povo». Recordou que em 2002 o país não tinha recursos financeiros «e só em 2004 é que teve início o programa de reconstrução nacional com financiamento chinês; foi um esforço muito grande que o governo empreendeu e reconhecemos inúmeros constrangimentos desde os condicionamentos técnicos e humanos inexistentes. Reconhecemos que é natural em qualquer processo que nós realizamos num curto espaço de tempo, que haja alguns erros. Mas mesmo assim, no património de estradas reabilitadas, temos registados 36 por cento que se encontram num estado de degradação, o que nos empenhar muito rapidamente para alterarmos este cenário. O que quer dizer que isto vai decorrer muito brevemente», garantiu.

O ministro adiantou que nos próximos dias vão intervir ou mesmo reabilitar os troços mais críticos das estradas nacionais, como são os casos do eixo que liga Huambo - Benguela, Huambo - Waco Kungo e Luanda -Malanje -Saurimo. O processo de degradação ocorreu muito rapidamente e há a necessidade de se reforçar a estrutura do pavimento, bem como fazer uma aposta nos projectos de drenagem. Nos próximos tempos as estradas vão conhecer uma reparação geral do seu pavimento.

6.5 Mais celeridade no crédito à habitação

Jornal de Angola

22 De Maio de 2015

Texto: João Pedro

O processo de obtenção de crédito à habitação junto dos bancos comerciais ganha celeridade com a criação da Lei sobre Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia, que aguarda a aprovação pelo Conselho de Ministros, anunciou ontem, em Luanda, o assessor do ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

Etiandro Slovan, que falava durante a reunião de auscultação com os agentes imobiliários da Associados Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), adiantou que o novo diploma dá maior garantia às instituições bancárias em cederem crédito habitacional aos seus clientes, oferecendo alternativas em caso de incumprimento no pagamento da dívida.

"Nestes casos, o novo diploma reduz a intervenção judicial e aposta noutras vias alternativas de mediação de conflito onde as partes podem chegara uma resolução que satisfaça as duas partes", disse Etiandro Slovan.

O assessor do ministro da Justiça e dos Direitos Humanos afirmou que a criação da Lei reflecte a preocupação do Executivo angolano em criar condições legislativas e administrativas para melhorar o acesso da população ao crédito bancário para aquisição de imóveis.

"Hoje as instituições bancárias têm muita reserva em ceder créditos habitacionais, pelo facto de haver demora nos processos judiciais quando os clientes não têm condições de liquidar as prestações do crédito solicitado", frisou o assessor do ministro.

Antes da aprovação da lei, o Executivo pretende promover uma discussão pormenorizada de artigo por artigo e testar as soluções, de modo a que os agentes privados encontrem a opção mais viável.

"Ao invés de aprovar uma Lei e não conversar com ninguém, preferimos partir para uma via de diálogo com os agentes imobiliários, uma vez que são as pessoas que, na prática, vão lidar com ela", ressaltou. A reunião de auscultação visou trabalhar nas soluções que vão ao encontro das preocupações e anseios, quer das pessoas que precisam adquirir um imóvel quer daqueles que devem disponibilizar o crédito e ainda das imobiliárias que constroem e vendem as casas.

Sobre o regime de venda de imóveis, Etiandro Slovan afirmou que o processo deve ser simplificado em relação à desocupação dos imóveis em caso de incumprimento no pagamento das prestações, com vista a permitir que a entidade que emprestou o dinheiro possa recuperar o seu investimento e disponibilizar os recursos financeiros a outros clientes.

"Esperamos que com os acertos a serem feitos esta Lei possa ajudar a banca a disponibilizar créditos habitacionais de forma a que a população possa obter a sua casa própria", frisou Cleber Correia da APIMA.

A APIMA foi fundada em Abril de 2008 e congrega arquitectos, juristas, economistas, entre outras áreas profissionais.

6.6 Consórcio privado constrói casas sociais em Angola

Jornal OPAÍS

25 DE Maio de 2016

Um grupo com sede nos Estados Unidos pretende financiar um projecto privado para construir 60.000 habitações sociais em dez províncias de Angola,

avaliado em mais de 5 mil milhões de dólares americanos.

A informação consta de uma adenda ao contrato de Abril de 2015 rubricado entre a empresa privada Organizações Ribeirinho e a extinta Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), dando conta que o financiamento anteriormente contratado falhou.

O valor do investimento "seria integralmente financiado com recurso a fundos alheios provenientes da linha de crédito Astq Hollings Corporation, Canadá", financiamento que "não foi possível obter", lê-se no documento de 18 acesso. A adenda ao contrato que não adianta as razões da saída dos investidores canadianos define que o financiamento será agora garantido junto da Salomon Werner Hab Privee Group, com escritórios em Nova Iorque. O projecto envolve empreiteiros angolanos, norte-americanos e italianos para, nos próximos 15 anos, construir 60.000 habitações sociais, num esboço privado angolano, orçado em 5 mil milhões de dólares, o maior empreendimento imobiliário privado do género no país.

"Temos um projecto para 15 anos, vamos fazer um grande esforço porque sabemos a carência que existe, de habitação, no país", explicou na altura aos jornalistas Hernâni Ribeiro, director-geral das Organizações Ribeirinho, promotor angolano do investimento. 14.000 trabalhadores angolanos e seis mil expatriados, sob administração e gestão de empreiteiros de várias nacionalidades. "Afinal de contas, 60.000 casas não se constroem apenas com um empreiteiro. Temos vários", assegurou Hernâni Ribeiro.

De acordo com os termos do contrato de investimento, conforme noticiado anteriormente pela Lusa, está prevista a construção de 60.000 casas da tipologia T3, de 100 metros quadrados, entre as províncias de Luanda (15.000), Bengo, Zaire, Malanje, Kwanza Sul, Lunda Sul, Moxico, Huambo, Huíla e Benguela.

Ao abrigo da Lei do Investimento Privado, este projecto contará com apoios públicos, nomeadamente a isenção do pagamento de vários impostos Industrial sobre Aplicação de Capitais, nomeadamente Aduaneiros, entre outros., durante três a cinco anos.

A execução de um projecto habitacional "com viabilidade socioeconómica e com qualidade", a promoção das regiões "mais desfavorecidas" do país e a criação de novos postos de trabalho, são

objectivos assumidos pelos promotores deste investimento.

6.7 Famílias recebem residências condignas

Jornal de Angola

25 De Maio de 2016

Texto: Fula Martins

Centenas de famílias que viviam em zonas de risco, nas encostas da Boavista, Distrito Urbano da Ingombota, beneficiaram ontem de habitações condignas no Zango, no âmbito do programa de habitação social do Governo da Província de Luanda (GPL).

As zonas em que as famílias viviam tinham sérios problemas de desnivelamento de terras, ausência de saneamento básico, inundações, falta de fornecimento de água potável e energia eléctrica, delinquência e grandes amontoados de lixo, devido ao difícil acesso.

José Gama, presidente da comissão dos moradores da Boavista, disse que os beneficiados estão satisfeitos com a qualidade das moradias, agradecem a iniciativa do Governo da Província de Luanda e comprometem-se a cuidar dos imóveis. Disse ser importante que os cidadãos apoiem os projectos do Executivo, de melhoria das condições sociais, evitando provocar embaraços.

Ceies tino Gouveia, um dos beneficiados, considerou oportuno o desalojamento das famílias das residências degradadas e em situação de risco, onde viviam, na Boavista, e disse que as condições atribuídas no Zango "proporcionam excelência na convivência social, uma vez que há o saneamento básico, fornecimento de energia eléctrica, água potável e ordenamento territorial".

Guilhermina Sambala pediu aos jovens para não danificarem os bens que o Estado pôs à sua disposição.

A urbanização do Zango, que surgiu como resposta de emergência, por parte do Estado, para realojar famílias desabrigadas pelas chuvas ou que viviam em áreas em processo de requalificação, é, actualmente, uma das zonas mais cobiçadas e que mais crescem na província de Luanda.

Abrigo na Funda

O administrador da Comuna da Funda, Município de Cacuaco, em Luanda, disse, na segunda-feira, que mais de mil famílias, provenientes de zonas de risco nos bairros Boa Esperança, Cerâmica e Balumuca vão ser albergadas no bairro do Fortim, que para o efeito beneficia de obras de urbanização.

José Bandeira, que falava à Angop, lançou um apelo aos moradores da Funda, e não só, a fazerem a aquisição de terrenos em respeito às orientações das autoridades.

José Bandeira referiu que foram publicadas posturas municipais, para acabar com a desordem na ocupação de terrenos. Tais posturas, esclareceu, solicitam às comissões de moradores e às igrejas, para sensibilizarem e esclarecerem os munícipes a respeito do cumprimento das normas legais. O administrador comunal da Funda adiantou que as pessoas que construíram à beira da estrada, em desrespeito às medidas legalmente convencionadas, vão ser sancionadas de acordo com a lei das transgressões administrativas. "Não queremos a continuidade de construções anárquicas, sem a autorização de quem de direito", afirmou.

A Comuna da Funda possui catorze bairros, cujos habitantes, maioritariamente, dedicam-se à agricultura de subsistência, à criação de gado bovino e caprino e aos pequenos negócios.

6.8 Dezenas de casas sociais são entregues aos jovens

Jornal de Angola

26 DE Maio de 2016

Texto: Lourenço Bule

Mais de 30 casas, da segunda fase do projecto "Angola jovem", construídas no bairro Macueva, município de Menongue, província do Cuando Cubango, vão ser distribuídos nos próximos dias aos jovens da região, informou o director provincial da Juventude e Desportos.

Antunes Huambo disse que no projecto, iniciado em 2010, estão previstas a construção de 60 casas do tipo T3, mas sublinhou que por falta de recursos financeiros as obras não foram concluídas. Tendo em conta a actual situação financeira que o país vive, disse Antunes Huambo, foi encontrada a melhor via de os jovens verem realizado o sonho da casa própria, através do sistema de renda resolúvel.

O Governo Provincial do Cuando Cubango decidiu distribuir as casas aos jovens, mediante concurso público para ver solucionado o problema habitacional e o sonho da casa própria.

O director provincial do Cuando Cubango da Juventude e Desportos realçou a importância da realização do concurso público para atribuição de casa e explicou que os funcionários públicos, estudantes, líderes partidários e religiosos são os potenciais candidatos.

6.9 Americanos querem investir USD5 mil milhões na construção de 60 mil habitações

27 De Maio de 2016

Jornal OPAÍS

Texto: Hélder Caculo

Um grupo empresarial, com sede nos Estados Unidos, pretende financiar um projecto privado para construção de 60 mil habitações sociais em dez províncias do país, avaliado em mais de USD 5 mil milhões.

A informação consta de uma adenda ao contrato de Abril de 2015 entre a empresa privada Organizações Ribeirinho e a extinta Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), dando conta que falhou o financiamento anteriormente contratado.

Segundo informações, o valor do investimento "seria integralmente financiado com recurso a fundos alheios provenientes da linha de crédito Astq Holdings Corporation, Canadá", financiamento que não foi possível obter".

O contrato, que não adianta as razões da saída dos investidores canadianos, define que o financiamento será agora garantido junto da Salomon Werner Hab Privee Group, com escritórios em Nova Iorque.

O projecto envolve empreiteiros angolanos, norte-americanos e italianos para, nos próximos 15 anos, construir 60 mil habitações sociais, num projecto privado angolano, orçado em USD 5 mil milhões, o maior empreendimento imobiliário privado do género no país.

Ainda de acordo com os termos do contrato de investimento está prevista a construção de 60 mil casas de tipologia T3, de 100 metros quadrados, entre as províncias de Luanda (onde serão construídas cerca de 15 mil habitações), Bengo, Zaire, Malanje,

Cuanza Sul, Lunda Sul, Moxico, Huambo, Huíla e Benguela.

Ao abrigo da Lei do Investimento Privado, este projecto contará com apoios públicos, nomeadamente a isenção do pagamento de vários impostos, como o industrial, sobre aplicação de capitais, aduaneiros entre outros, durante três a cinco anos.

A execução de um projecto habitacional "com viabilidade socioeconómica com qualidade", a promoção das regiões "mais desfavorecidas" do país e a criação de novos postos de trabalho são objectivos assumidos pelos promotores deste investimento.

Não é primeira vez que um investidor americano apresenta projectos do género para o país. Em 2015, a American Plastics Technologies (APT), outra empresa norte-americana, apresentou ao Governo angolano um projecto imobiliário visando a construção de residências de tipologias T3 e T4, cujos valores de venda seriam, no mínimo, USD 24 mil, cada.

Numa entrevista exclusiva ao Semanário Económico (Jornal do Grupo Media Nova), o presidente da referida empresa, Rao K. Murukurthy, chegou a revelar que houve interesse da parte do Governo de Angola de receber o investimento.

Aquela empresa americana tem como alvo as províncias de Luanda, Benguela, Cabinda, Huíla e Cuanza Sul, onde pretende investir cerca de USD 10 milhões.

O projecto prevê a construção, numa primeira fase, de cerca de 2.500 residências em cada província, as quais serão comercializadas a USD 24 mil cada.

"Se este projecto estiver implementado em cinco províncias, poderemos construir cerca de 12.500 residências por ano", explicou o responsável na altura.

A American Plastics Technologies (APT) é uma empresa americana com sucesso notável no sector da indústria, construção e serviços. Além do investimento no sector imobiliário, a empresa pretende fornecer equipamentos hospitalares em Angola. Os investimentos americanos em Angola estão mais concentrados no sector petrolífero. Mas actualmente já há investidores americanos com interesse em noutras áreas, como a agricultura, a indústria e os serviços. Em 2015, por exemplo, aquando da realização do fórum empresarial Angola-Estados

Unidos, na província de Cabinda, a ACR Group,

empresa norte-americana que desde 1996 exporta bebidas africanas para EUA, manifestou o desejo de exportar a cerveja Cuca para aquele país.

6.10 Lei obriga números de porta nas casas dos cidadãos

Jornal O PAÍS

27 De Maio de 2016

Texto: Venâncio Rodrigues

A informação consta do comunicado final da quinta reunião ordinária do Conselho de Ministros que decorreu sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, tendo aprovado legislação com "normas que disciplinam a atribuição de nomes" a ruas, praças, largos, avenidas, aldeias ou bairros.

A proposta, que será enviada à Assembleia Nacional para discussão e aprovação, define igualmente regras e procedimentos para efeitos de atribuição de números de porta no país, existentes apenas em algumas zonas centrais das principais cidades.

O final de 2014 foi divulgada a intenção de Angola elaborar um código postal nacional (Código de Endereçamento Postal), para acabar com a "tarefa heróica" dos carteiros angolanos que entregam o correio ao domicílio apenas com base em referências, conforme admitiu na altura a administração da empresa pública de correios do país.

A inexistência de um código postal, bem como de números de porta, tornam virtualmente impossível a entrega ao domicílio em Angola de encomendas postais internacionais, admitiu oportunamente a empresa de correios.

Entre outras propostas, a reunião do Conselho de Ministros aprovou esta Quarta-feira a nova Lei de Base da Organização Territorial, que estabelece os fundamentos para a organização do território angolano "para fins político-administrativos", definindo critérios para a criação e modificação do estatuto das unidades urbanas e outros aglomerados populacionais. Ainda no domínio da administração do território, foi aprovada a proposta de Lei sobre a Divisão Político-Administrativa, diploma legal que "redefine" o modelo organizacional do território nacional para "assegurar uma maior capacidade de resposta às exigências colocadas pela expansão, repovoação, recuperação e o reordenamento urbano e melhorar o serviço público prestado às populações".

O secretário para os Assuntos Institucionais e Eleitorais, Adão de Almeida, explicou que estas novas legislações integram o plano de tarefas para a preparação e realização das eleições gerais (2017) autárquicas (ainda sem data para realização) no país.

Acrescentou que com a nova organização do território e a divisão político administrativa, com impacto serão criados na capital os novos municípios de Talatona e do Kilamba Kiáxi (mais os sete já existentes), mas outros poderão seguir-se no resto do país, em razão das regras ora estabelecidas para a classificação.

Angola passará a ter, nessa fase, 174 municípios distribuídos pelas mesmas 18 províncias, 517 comunas - sobretudo fora dos grandes centros - e 45 distritos urbanos

6.11 Kilamba: mais de metade dos moradores não paga prestações das casas

Jornal Expansão

27 De Maio de 2016

Texto: Neusa Salgado

Cerca de 60% dos moradores da centralidade do Kilamba não pagam as prestações mensais a que estão obrigados, revela o porta-voz e director jurídico da entidade gestora do projecto, a Imogestin. Quem não paga, diz Mário Guerra, ao Expansão, acabará por ser privado das suas residências.

Segundo o responsável, num universo de 13.866 contratos, cerca de 5.416 clientes cumprem com o pagamento das prestações, o que significa aproximadamente 40%. "Os promitentes-compradores que se recusam a pagarem colocar-se-ão numa situação de incumprimento contratual. O que os contratos prevêm em caso de incumprimento por não pagamento das prestações é a sua rescisão", explica.

"Os contratos prevêm que o incumprimento da obrigação de pagamento dá lugar à sua resolução, mas a Imogestin não está ainda a fazer uso dessa prerrogativa, pois muitos promitentes - compradores foram interpelados há mais de 5 meses e ainda não pagaram", esclarece.

Ouvido pelo Expansão, o presidente da Comissão de Moradores da centralidade do Kilamba, Manuel Victoriano, sublinha que se apenas 40% dos moradores têm pago as prestações mensais, é porque "ou os outros 60% se recusam a fazer o duplo

pagamento ou ainda não receberam a nota de cobrança".

Para Manuel Victoriano "é justo" que haja pouca gente a cumprir o contrato, porque a Lei angolana prevê apenas o pagamento de uma prestação mensal. "E isso que os moradores devem pagar", sublinha.

Em Novembro de 2015, recorde-se, a Imogestim anunciou que os moradores das centralidades do Kilamba, Sequei e, Musseque Kapire e Quilometro 44 iriam regularizar os pagamentos atrasados de 2015 desembolsando duas prestações mensais durante seis meses.

Moradores contestam, AADIC promete queixa

A medida gerou forte contestação entre muitos moradores, que se recusaram a realizar os pagamentos desta forma, alegando que os atrasos se deveram à não cobrança por parte da Imogestim.

Em Dezembro do ano passado, a Associação Angolana dos Direitos do Consumidores (AADIC) veio a público dizer que os moradores não devem pagar as duas prestações e prometeu levar o caso à Procuradoria Geral da República, o que veio a acontecer sem que, entretanto, o organismo tenha tomado qualquer posição pública.

O regime de aquisição de imóveis em vigor nas centralidades é o da propriedade resolúvel, processo através do qual o inquilino procede à compra da sua habitação por via do pagamento de rendas mensais, que se destinam a amortizar ao longo de vários anos o valor do imóvel.

Os pagamentos dos moradores são canalizados para o Fundo de Activos de Desenvolvimento Habitacional (FADEH), do Ministério das Finanças, sendo os fundos maioritariamente aplicados no Programa Nacional de Habitação, servindo para financiar novas centralidades.

6.12 Taxa de Urbanização favorece crescimento

Jornal Economia e Finanças
27 De Maio de 2016

A taxa de urbanização de Angola encontra-se acima dos níveis do continente africano, estimando-se em 62,3 por cento em 2015, revelou esta semana, em Lusaka (Zâmbia), o African Economic Outlook.

De acordo com um comunicado do Ministério das Finanças, a que Angop teve acesso, o tema central do relatório neste ano versa sobre "Cidades sustentáveis

e transformação estrutural" e o documento prevê que dois terços dos africanos irão viver em zonas urbanas até 2050, uma vez que o processo de urbanização tem registado grande aceleração.

Sobre Angola, o relatório considera que o país é urbanizado, com 62,3 por cento da população a viver nas zonas urbanas, e deverá alargar as oportunidades de desenvolvimento humano que oferece aos cidadãos, olhando para metas estabelecidas pelo Executivo em documentos estruturantes como o Plano Nacional de Habitação, no contexto do qual emergiram novas centralidades em todo o país, aponta o comunicado.

"Caso se proceda à implementação de políticas adequadas, a urbanização poderá ajudar a promover o desenvolvimento económico através de uma maior produtividade da agricultura, industrialização, serviços impulsionados pelo crescimento da classe média e investimento directo estrangeiro nos corredores urbanos, bem como poderá promover uma gestão ambiental sustentável, ao abordar os efeitos das alterações climáticas e a escassez de água e de outros recursos naturais, ao controlar a poluição do ar, ao desenvolver sistemas de transportes públicos menos poluentes e com uma boa relação custo-benefício, ao melhorar a recolha de resíduos e ao aumentar o acesso à electricidade", destaca o documento.

O continente africano está a ser urbanizado a um ritmo histórico em termos de rapidez, com uma expansão demográfica sem precedentes, desde 1995, a população que reside em cidades duplicou, atingindo 472 milhões de pessoas em 2015", realça.

Segundo o comunicado, o capítulo do relatório específico sobre o tema indica que o fenómeno não encontra paralelo no que aconteceu noutras regiões, como a Ásia, e que está a ser acompanhado de uma lenta transformação estrutural.

Na óptica do director do Centro de Desenvolvimento da OCDE, Mario Pezzini, a transição urbana multifacetada a que se assiste em África, assim como a densificação que a mesma gera, oferece novas oportunidades para melhorar o desenvolvimento económico e social e, ao mesmo tempo, proteger o ambiente de uma forma holística. Estas oportunidades podem ser bem aproveitadas com o fim de alcançar os objectivos de desenvolvimento sustentável.

"As vantagens podem beneficiar tanto os moradores urbanos como rurais, desde que os Governos adoptem uma abordagem integrada", concluiu.

Por outro lado, o director do Gabinete Regional para África do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Abdoulaye Mar Dieye, afirmou que em 2016 a posição comum emergente em África em matéria de desenvolvimento urbano e a nova agenda urbana internacional, que será debatida em Outubro, em Quito (Equador), proporcionarão a oportunidade de começar a converter políticas urbanísticas ambiciosas em estratégias concretas para a transformação estrutural do continente africano.

"Temos de investir na criação de oportunidades económicas, nomeadamente para as mulheres, 92 por cento das quais trabalham no sector informal. As cidades e vilas têm um papel fundamental a desempenhar neste processo, mas apenas se os Governos enveredarem por uma acção política audaciosa", acrescenta a nota.

6.13 Polícia nacional desaloja moradores de forama ilegal

Jornal O Crime

28 De Maio de 2016

Texto: Glória Alberto

A Polícia Nacional (PN) é acusada de, sem notificação e ordem de despejo do tribunal, desalojar cidadãos e colocar, nas residências destes, pessoas com contratos falsos da SONIP' alegando que são proprietárias dalguns apartamentos. Revoltados, os moradores denunciam que os agentes recebem as chaves e até arrombam as portas, tudo para tirá-los de lá.

O jornal 'O Crime' soube, dos moradores, que a operação policial é a segunda que ocorre naquele edifício, numa altura em que e deteve cidadãos a quem já pesava um processo judicial, mas, em tribunal, em 2014, acabaram absolvidos. Como se não bastasse, o tribunal atribuiu-lhes título de identidade de residência, ordenando que não saíssem dos apartamentos sem a sua ordem.

Mas, foi exactamente na sexta-feira, 1 S (considerado pelos supersticiosos como dia do azar), que efectivos da Polícia Nacional (P surpreenderam os moradores do antigo prédio Cuca, hoje a residir no condomínio Vida Pacífica, no Zango Zero, tendo acabado em detenções de algumas pessoas por alegada ocupação ilegal dos apartamentos.

Encontram-se, entre os despejados e detidos, ex-moradores do antigo edifício da Cuca, no Kinaxixi, transferidos pelo Governo aquando do processo de

realojamento daquele edifício, em 2010, devido à sua degradação.

Existem, de facto, muitos invasores no edifício que, segundo eles, "são indivíduos que constavam da lista para despejo, porque, a partir de 201 S, teriam ocupado ilegalmente os apartamentos e sobre eles já pesava um processo judicial", acrescentando que "a SONIP atribuiu a nós, os ex-moradores do prédio Cuca, dois edifício, de 12º andares cada, só que o segundo foi ocupado apenas até ao oitavo andar, tendo facilitado a ocupação por outras pessoas". Embora muito esforço façam, não conseguem perceber a detenção de pessoas que já tinham sido julgadas libertadas pelo tribunal. "Estão a deter-nos sem qualquer notificação prévia. Por outra, nós fomos, em tribunal, julgados e libertados pela inexistência de um queixoso", defendem.

Os residentes, mesmo não sendo profundos conhecedores de Direito, isto juristas e/ ou advogados, sustentam que quando alguém está a responder a um processo em tribunal não pode receber outro do mesmo caso, por uma outra entidade. Referem-se, nesse caso, à esquadra da Polícia do Zango Zero. 'Ainda que haja uma ordem de despejo, as pessoas deviam ser notificadas previamente', sustentam, tendo, por outro lado, dito que "a partir do momento que a Polícia arromba a porta de alguém, nestas condições, está a passar de Polícia para ladrão. O que a lei dita, segundo sabemos, é notificar o cidadão e, através dessa notificação, responder a um processo-crime. Logo, quando a Polícia chega, arromba a porta, troca a fechadura e, pior, coloca no apartamento alguém para lá viver, é roubo. Não se tira alguém duma casa assim, ainda que tenha invadido, porque a lei da habitação não permite isso. Trata-se, por isso, de abuso de poder e, por fazer isso, a Polícia pode ter problemas".

O despejo começou na sexta-feira, 13. Na quarta-feira, 17, quando a nossa equipa de reportagem se deslocou àquele edifício, ainda havia elementos afectos à Polícia Nacional, mas a civil. Tanto que os moradores, que entrevistamos, optaram por desligar o elevador e trancar as portas, sob pena de serem surpreendidos. Pode ser incrível, mas os moradores desalojados do centro da cidade estão até hoje, passados seis anos, em qualquer documento que comprove a propriedade dos actuais apartamentos, além dos recibos atribuídos pelo Estado aquando do processo de realojamento.' Nós estamos aqui há seis anos sem contrato, ou seja, temos apenas os recibos que assinámos durante o 'cada tramento' da mudança", afirmam.

Os antigos moradores do prédio Cuca são, constantemente, incomodados pela Polícia Nacional e, como e não bastasse, sob o silêncio das entidades de Direito. "Os agentes vêm munidos de martelos e trocam imediatamente as fechaduras dos apartamentos", explicam, acrescentando que "o processo de mudança das fechaduras, por parte da Polícia, é acompanhado de pessoas que dizem serem os verdadeiro proprietários dos apartamentos, o que, para nós, levanta suspeitas entre os actuais moradores, uma vez que a SO IP encerrou o processo de comercialização dos apartamentos na centralidades, em Luanda, no primeiro trimestre de 2013".

"Eles chegam aqui e dão a terceira notificação, mas como, se ainda não recebi a primeira nem a segunda. Há um vizinho que recebeu, só para lustrar, uma notificação data de Fevereiro de 2015, tendo ele dito que não podia assinar uma notificação de 2015. Eles sustentam que têm ordem de despejo, mas, quando pedimos que nos mostrem o mandado de ordem de despejo, não têm, enfim, dizem que vieram para deter. Batem à tua porta e, depois de abrires, recebem-te a chave, rompem a fechadura e colocam outra, na ausência do dono do apartamento. Se a pessoa disser, por exemplo, que perdeu dinheiro, quem e a responsabiliza alguns casos, depois de eles retirar a pessoa, colocam um polícia para passar a noite no corredor, ou seja, para dar segurança ou controlar o indivíduo que entrou no apartamento", acusam.

Desde que todo o processo foi entregue à gestão da Imogestim, pelo que 'O Crime' apurou, a SO I P deixou de se pronunciar sobre as centralidades. A nossa equipa de reportagem deslocou-se, sentido de obter mais informação à Esquadra do Zango Zero, mas sem sucesso. À ser verdade, esses elementos afectos à P estão a desafiar o tribunal, uma vez que o me mo aconselhara, em 2014, os moradores a permanecer nos apartamentos até nova ordem.

criação de emprego e o desenvolvimento socioeconómico.

Por outro lado, o grupo pretende promover práticas florestais sustentáveis que visam apoiar as comunidades locais com vários programas de desenvolvimento de competências, juntamente com a garantia de medidas que protejam o habitat natural.

"Os nossos investimentos em plantações de fibra de madeira serão certificados por terceiros, nomeadamente pelo Conselho de Gestão Florestal", sublinha a nota.

Através desta aquisição, a Quantum Global prevê obter retornos ajustados ao risco para a classe de activos em plantações de madeira e ao mesmo tempo implementar práticas florestais sustentáveis e facilitar a conservação e protecção dos investimentos.

Actuação

Quantum Global é um grupo internacional que opera nas áreas de investimento em private equity, gestão de investimentos, gestão de riqueza privada, bem como na pesquisa macroeconómica e modelagem econométrica.

O sector de private equity da Quantum Global gere fundos destinados ao investimento directo em África nos sectores da agricultura, saúde, hotelaria, infra-estrutura, mineração e silvicultura, bem como um fundo de acções estruturadas.

A empresa tem uma vasta experiência na identificação de oportunidades de investimentos exclusivos com o foco em África.

A Quantum Global trabalha em estreita parceria com os principais stakeholders para maximizar o valor do investimento e dos retornos através de uma gestão activa e criação de valor.

7. TERRA

7.1 Governo concede terrenos no Huambo

Jornal Economia e Finanças
7 De Maio de 2016

Mais de 80 mil hectares de terreno foram concessionados, recentemente, ao grupo empresarial Quantum Global, na província do Huambo (planalto central) pelo Governo angolano, para plantações de fibra de madeira em grande escala.

Segundo uma nota da empresa, a que o JE teve acesso, a Quantum Global pretende investir cerca de 50 milhões de dólares americanos para o estabelecimento de novas plantações, infra-estruturas e processamento de madeira ao longo dos próximos cinco anos.

A região do Huambo tem uma combinação excepcional de grandes áreas de terra fértil e subutilizada, florestas naturais muito pequenas, baixa pressão populacional e acesso à infra-estrutura de transportes e recursos hídricos em abundância, "o que permite o desenvolvimento de plantações de fibra de madeira em grande escala".

Além disso, adianta a fonte, a área possui plantações que podem apoiar o rápido estabelecimento de indústrias de processamento de madeira na área e contribuir para a criação de emprego no sector 'industrial e de um cluster do sector florestal.

"Os investimentos em plantações de fibra de madeira irão proporcionar maior estabilidade e criarão empregos para as comunidades rurais desfavorecidas, a longo prazo", revela.

Citando o chefe de gestão de activos da Quantum Global, Martin Bachmann, adianta que a empresa está convicta de que o investimento em plantações de fibra de madeira é fundamental para promover o desenvolvimento económico rural, a

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Água para todos não chega aos bairros

Jornal Grandes Notícias

6 De Maio de 2016

Texto: Inácio Cândido

O programa Água e Energia Eléctrica Para Todos cresce em números, mas revela-se um fracasso na prática. A dura realidade vivida pelas populações dos municípios que compõem a província de Luanda demonstra isso mesmo.

Júlia António disse à nossa reportagem que para conseguir o precioso líquido (água) é necessário percorrer alguns quilómetros pois as fontes de aquisição ficam muito longe das suas residências razão pela qual as motorizadas de três rodas, as chamadas "kupapatas" nalguns casos, trocaram o transporte de mercadorias e pessoas, para dedicarem-se ao transporte de água lá onde ela não chega.

Por exemplo, no Sambizanga, em algumas zonas, a água também há muito que deixou de jorrar nas torneiras. Em 2009, contaram alguns moradores, o governo montou 13 fontenários, no valor de 16 milhões de dólares, mas três meses depois os mesmos ficaram inoperantes. Na comuna do Ngola Kiluanje, os chafarizes geridos pelo Comité de Água Progresso Comunitários (ACAPC), uma organização da sociedade civil, não são suficientes para atender a demanda das populações e corresponder às expectativas do programa água para todos e desta forma honrar com os objectivos do milénio na área em causa. O mesmo dá-se com o problema da energia eléctrica, que permanece até às 18 horas, em alguns bairros, vai e só se restabelece de madrugada. Em razão dessas insuficiências, as pessoas passam as noites sem energia eléctrica. Entretanto no fim do mês começam a cobrar, num autêntico contraste com o pronunciamento do Presidente da República segundo os quais o país está a avançar e a vida dos angolanos também está a melhorar progressivamente. Os dados oficiais do programa água para todos desde 2007, diz que o país possui actualmente uma taxa de cobertura a nível de 55 por cento, mas na realidade a maioria dos angolanos ainda não consome água potável.

8.2 Ministro esclarece consumo de água barrenta

Jornal Novo jornal

6 De Maio de 2016

DURANTE A Visita às obras da Barragem hidroeléctrica de Cambambe, o ministro da Energia e Águas justificou a cor barrenta da água que, nos últimos tempos, chega aos habitantes da capital angolana, alegando que é um fenómeno resultante das recentes chuvadas. Segundo João Baptista Borges esta é uma reclamação conhecida e as "causas hipotéticas" estão ligadas às águas das chuvas que entraram nas captações, na sequência da subida do nível dos rios wanza e Bengo.

Tivemos bastante matéria orgânica a entrar para a central de captação e o processo de tratamento esteve mais difícil Mas, para além disso, outra causa que provavelmente estará na origem dessa situação tem a ver com a contaminação das redes de distribuição sublinhou.

O governante explicou que a cidade de Luanda ficou inundada e, em grande parte dos bairros, houve infiltração de água das chuvas na rede de distribuição. Essa água da chuva barrenta, de acordo com o ministro, terá entrado para as redes de distribuição e depois passou para as torneiras.

É um fenómeno que agora, com o fim das chuvas, vai ser corrigido. Mas é evidente que teremos mais chuvas no ano que vem. Devemos estar atentos e uma das frentes de trabalho é a reabilitação, o tapamento de fugas de água nas condutas, a redução de perdas. É por aí que essas águas residuais se infiltram e provocam essa contaminação", afirmou.

8.3 Taxa do lixo reduzida em mais de 80 por cento

Jornal OPAÍS

3 De Maio de 2016

Texto: Dani Costa

O Conselho de Ministros deverá aprovar nos próximos dias, a nova Taxa de Limpeza para os habitantes da cidade de Luanda, consubstanciada numa redução de mais de 80 por cento nos valores inicialmente avançados pelo governador Higinio Carneiro.

As alterações que se verificam nos preços, de acordo com fontes deste jornal, estão muito aquém das propostas iniciais. Ao contrário dos 15 mil e posteriormente 10 mil kwanzas propostos para os moradores das centralidades do Sequele, Kilamba, distritos urbanos de Luanda e alguns condomínios, O PAÍS apurou que os seus moradores deverão pagar até 2500 kwanzas, caso a proposta do Decreto Presidencial seja aprovada esta semana. A mesma tarifa será extensiva às urbanizações Vida Pacífica, Talatona e Nova Vida, assim como alguns bairros do Benfica, Futungo e Morro Bento.

Os habitantes dos três municípios mais populosos do país, nomeadamente Viana, Cazenga e Cacucaco, deverão pagar 1500 kwanzas. O mesmo preço que terá sido estipulado para os que residem no município de Belas.

Mas, os moradores das urbanizações e condomínios erguidos nestas localidades deverão contribuir acima do valor proposto pela equipa do Ministério das Finanças e do Ambiente que trabalham na referida proposta.

Os municípios da Quiçama e Icolo e Bengo manter-se-ão com os valores inicialmente avançados pelos responsáveis do Governo Provincial de Luanda: portanto, 500 kwanzas.

De acordo com informações apuradas por este jornal, as propostas para a cobrança às grandes, médias, pequenas e microempresas terão conhecido um "ligeiro" acréscimo.

A ideia inicial sugeria 150 mil, 35 mil, 16 e 10 mil kwanzas, respectivamente. Os técnicos do Ministério das Finanças terão feito um incremento acima dos 14 mil kwanzas para as grandes, cinco mil para as médias, dois mil para as pequenas e dois mil e 500 kwanzas para as microempresas.

O dinheiro será depositado numa conta do Governo Provincial de Luanda, porém supervisionado pelo Ministério das Finanças. Tal como avançara numa entrevista a OPAÍS, o secretário de Estado do Ambiente, Syanga Abílio, o pagamento será feito através das facturas de electricidade distribuídas pela Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE).

Os cidadãos que estiverem desprovidos deste serviço terão à porta empresas que serão subcontratadas para recolher as tarifas. O PAÍS apurou que será estabelecido o dia 15 de cada mês como o prazo máximo para o pagamento da taxa de cobrança a nível da capital do país.

Depois de anunciada a adopção de uma tarifa para o lixo em Luanda, outros governadores pelo país manifestaram o desejo de tomar uma medida semelhante. As províncias da Huíla e de Cabinda foram as primeiras cujos responsáveis vieram a assumi-lo publicamente.

Contudo, o documento em vias de aprovação cinge-se apenas a Luanda. Os proponentes deixaram em aberto a possibilidade de sofrer adaptações para servir os demais interessados.

"É preciso ter em conta que o poder de compra em muitas partes do país não é semelhante ao de Luanda. Por isso, não se pode manter sequer os valores apresentados para os moradores de algumas localidades da capital", explicou uma fonte. E acrescentou: "há populares com um nível de vida muito baixo no interior que não suportariam sequer o pagamento de alguns dos preços que estão a ser avançados, por mais irrisórios que eles sejam".

8.4 ENDE actualiza sistema informático para incluir taxa do lixo na factura da luz

Jornal Expansão

6 De Maio 2016

Texto: Félix Abias

A Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) já está a actualizar o seu sistema informático para poder incluir nas facturas a taxa do lixo, que irá ser cobrada com a conta da energia, revela ao Expansão o director do Gabinete de Comunicação e Imagem da companhia.

"Estamos neste momento a fazer trabalhos internos", disse Pedro Bila, sem, contudo, acrescentar mais dados. O princípio da anexação da taxa do lixo à factura de electricidade, aprovado pelo Conselho de Ministros, foi anunciado inicialmente pelo governador de Luanda, Higinio Carneiro, e depois confirmado pelo secretário de Estado do Ambiente, Sianga Abílio. Já os cidadãos que não beneficiem de fornecimento de energia verão a cobrança ser feita porta a porta.

Os valores das taxas anunciados inicialmente, recorde-se, 'chumbados' pelo Presidente da República. No diploma que fixa as tarifas, aprovado na semana passada em Conselho de Ministros, as reduções são de 50%, garantiu ao Expansão uma fonte próxima do dossier.

Os 500 Kz que estavam previstos para os municípios de Icolo e Bengo e Quiçama, 1.500 Kz para Viana, Cacuo e Belas, 10 mil Kz para Luanda e distritos urbanos, incluindo Talatona, Nova Vida e Benfica, e 15 mil Kz para os condomínios passarão, assim, para 250 Kz, 750 Kz, 5.000 Kz e 7.500 Kz, respectivamente.

Quanto às micro, pequenas e médias empresas -15 mil Kz a 30 mil Kz, poderão ver, igualmente, reduzidos os valores em 50%. As grandes empresas terão as taxas reduzidas as em mais de 50%, segundo a mesma fonte, que, contudo, não indicou dados concretos.

Ouvido pelo Expansão, o ambientalista Vladimiro Russo, que alega defender "há bastante tempo" a com participação dos cidadãos nos custos de recolha de lixo, afirma que a implementação do novo sistema deve significar uma melhoria na prestação do serviço.

"A comparticipação dos cidadãos vai ajudar na gestão, mas este fundo deve ser bem gerido para se pagar a quem presta o serviço", diz o ambientalista, que lembra que, actualmente, muitos cidadãos pagam pelo fornecimento de água e electricidade sem que, muitas vezes, disponham destes serviços a tempo inteiro.

Também o presidente da Juventude Ecológica de Angola (JEA), José Silva, vê com bons olhos a implementação de uma taxa suportada pelo cidadão para a recolha do lixo. Contudo, defende que deveria haver um "ensaio", iniciado nas zonas urbanizadas, passando para superfícies comerciais e só depois para as zonas periféricas. O responsável defende, contudo, que a implementação das autarquias poderia contribuir para uma melhor gestão do problema da recolha do lixo nos centros urbanos.

8.5 Cessados contratos com microempresas de lixo

Jornal de Angola
7 De Maio de 2016

As microempresas de recolha de lixo que trabalham nos municípios da província de Luanda receberam recentemente um aviso para rescisão do contrato de empreitada.

O documento de cessação de actividade deve ser rubricado junto das administrações municipais, uma situação que está a embarçar os pequenos empresários que operam na periferia da capital na recolha dos resíduos sólidos.

De acordo com as nossas fontes, os administradores municipais terão sido instados pelo governador provincial, Higinio Carneiro, a rescindir com os operadores no princípio deste mês sem que para tal tenham sido evocados os motivos.

O grande problema é que, desde Setembro do ano passado, o Governo Provincial de Luanda (GPL) não paga às microempresas envolvidas na limpeza da metrópole, resultando daí as consequências negativas que se conhecem.

"Além disso, há dívidas que a ELISAL não paga há muito mais tempo. Portanto, se muitos de nós ainda temos trabalhadores a varrer as ruas e a recolher o lixo isso se deve ao nosso esforço de mantermos os empregos, recorrendo a fundos próprios que também já bateram no fundo. Tínhamos a esperança de que mudaria o cenário com o pagamento dos meses atrasados e a partir daí honrarmos também os compromissos com os nossos trabalhadores, mas pelos vistos a situação tende a dificultar a nossa acção. Estamos condenados a desaparecer", disse amargurado um empresário do sector.

Acabar com as micro e pequenas empresas seria, na visão do professor universitário António Pedro, um "suicídio colectivo" dos pequenos empreendedores nacionais, por serem o sustentáculo da economia. "Vamos para o desemprego sem ressarcir os trabalhadores, na sua maioria chefes de família? Estão a levar-nos para a desgraça", disse um operador de lixo que está no negócio desde 2010.

Foi, exactamente em 2010 que surgiram as microempresas insufladas pelas autoridades de

Luanda. Assim, cada um dos municípios tem um determinado número de empresas. Só o Cazenga conta com oito, havendo outros como Catete, ou os distritos da Samba, Rangel ou o município de Cacuo com duas cada.

Uma das exigências do GPL é que estas microempresas deviam empregar pelo menos 10 trabalhadores, além de reunir equipamentos e capacidade de execução.

"Vimos que o número de trabalhadores era insuportável, considerando os sucessivos atrasos dos pagamentos. Então muitos de nós tivemos que reduzir de 10 para metade", conta a nossa fonte, acrescentando que o Estado devia potenciar o funcionamento destas empresas que acabam por ser um bom parceiro quanto à redução do desemprego e da pobreza.

A eminente paralisação das microempresas surge num momento em que se suspeita da entrada em

cena no esquema do lixo de supostas empresas onde o actual edil da capital terá interesses.

8.6 Cheiro da lixeira preocupa moradores na 21 de Janeiro

Jornal de Angola
7 De Maio de 2016

Os moradores que vivem nas imediações da pedonal situada na avenida 21 de Janeiro estão preocupados com cheiro que os contentores de lixo, mesmo depois da recolha efectuada. Quem passa nas imediações reclama do cheiro horrível que ali se encontra. Esta situação preocupa a sociedade pelo facto de nos últimos tempos situações de saúde pública estarem associadas ao saneamento básico da cidade.

A situação, que já dura há longos meses, vem piorando nos últimos dias tendo em vista que muitas crianças brincam nas imediações e correm muitos riscos de contrair algum tipo de doença,

As empresas de recolha de lixo deveriam dar um tratamento mais adequado à limpeza, o que passa por uma lavagem com detergente do local que se encontra numa rotunda asfaltada, para que aquele mau cheiro crónico desapareça.

Recentemente, o Conselho de Ministros aprovou o novo modelo de limpeza urbana de Luanda e o projecto de Decreto Presidencial que aprova o Regulamento da Taxa dos Serviços de Limpeza e Saneamento. O novo modelo de limpeza e saneamento de Luanda tem a cobrança como um pilar importante, que vai ajudar a reduzir ainda na fonte a produção de resíduos. Com excepção dos municípios de Icolo e Bengo e Quiçama, os demais municípios de Luanda já têm definidas as operadoras. Praticamente já foram identificadas cinco empresas que vão ser as operadoras concessionárias para cada um dos municípios que nesta perspectiva passam a considerar-se concessões.

A capital já experimentou vários modelos de limpeza e saneamento e mesmo assim continua a não ter uma cidade agradável em termos de gestão dos resíduos, daí ter o Presidente da República criado uma comissão desde Outubro do ano passado para elaborar um plano que ajudasse a reduzir os encargos financeiros do Estado, tendo em conta a situação de crise com a queda do preço do petróleo.

8.7 Escassez de água é ameaça mundial

Jornal de Angola
7 De Maio de 2016

O Banco Mundial, num relatório divulgado ontem, refere que o crescimento populacional, a expansão das cidades e a mudança climática são factores que estão a gerar um aumento na procura por água. E essa procura deve crescer de forma exponencial.

Segundo o documento, a água pode tornar-se escassa nas regiões onde actualmente o recurso existe em abundância, como a África Central e o Leste da Ásia. Refere que nas zonas onde já existe pouca água, como o Sahel e o Médio Oriente, a falta de água pode resultar em fortes impactos na agricultura, na saúde e nas rendas. Com isso, a taxa de crescimento nos países das referidas regiões poderá cair o equivalente a 6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) até 2050. O relatório informa também que a redução da disponibilidade de água fresca e a competitividade do uso da água para energia e agricultura são outros factores que levarão a menor presença de água nas cidades. O Banco Mundial prevê a redução da disponibilidade em dois terços até 2050, na comparação com os níveis actuais.

Ainda de acordo com o documento, a falta de água tem o potencial de multiplicar os riscos de conflitos. O aumento do preço dos alimentos causado pelas secas também pode gerar confrontos e migração de famílias.

O presidente do Banco Mundial, Jim Yong Kim, revela que a escassez de água "é uma grande ameaça ao crescimento económico e à estabilidade no Mundo, sendo que o problema está a piorar devido às mudanças climáticas". Mas ainda há espaço para optimismo, segundo o Banco Mundial. Com melhores decisões políticas, os impactos negativos podem ser revertidos e quando os governos respondem à falta de água e disponibilizam 25 por cento do bem natural para ser usado de forma mais valiosa, as perdas económicas caem de forma significativa.

Nas regiões mais secas do Mundo são necessárias políticas amplas para evitar o desperdício de água.

O Banco Mundial sugere também mais políticas e reformas ligadas ao combate às mudanças climáticas. Melhor planeamento para disponibilização de recursos e adopção de incentivos para melhorar a eficácia no uso da água, são outras das sugestões apresentadas.

8.8 Saneamento e lixo

Jornal A Verdade
07 De Maio de 2016

Em boa hora o Presidente d República, José Eduardo do Santos, orientou o reajustamento dos preços das taxas de saneamento básico em Luanda. O camponês da Quissama, que sobrevive da agricultura de subsistência, dificilmente tem 50 kwanzas mensais para pagar taxa de lixo. Os milhões de jovens e adultos, que todos os dias proliferam pelas ruas da cidade, vendendo algo ou nada fazendo, por mais lixo que atirem para o chão e não têm casa registada, com vão pagar a taxa?

8.9 Limpeza e saneamento nos municípios

Jornal de Angola
8 De Maio de 2016
Texto: Silvino Fortunato

A campanha de combate aos vectores de doenças como o paludismo e a febre-amarela foi levada neste sábado às sedes municipais da província do Cuanza Norte. Militares e efectivos da Polícia Nacional e do Corpo de Bombeiros, assim como políticos e empresários, bem como o próprio governador provincial, José Maria dos Santos, ajudaram a limpar e desassorear rios, charcos e pequenos depósitos de águas pluviais.

Em Ndalatando, os trabalhos permitiram limpar e desassorear dos perímetros urbanos do rio Muembeji e de outros pequenos rios que atravessam a cidade. Foi também removido o capim que se encontrava à volta dos hospitais provincial, materno infantil e Catome de Baixo, bem como de outros edifícios.

A acção de limpeza, que passou a ser uma rotina desde o passado dia 23 de Abril, permitiu desta vez desmatar e alargar a entrada da cidade de Ndalatando, através da Estrada Nacional 230. Os participantes têm comparecido em número crescente, com os seus instrumentos de trabalho, como catanas, enxadas e vassouras, respondendo desse modo ao apelo do governador José Maria dos Santos.

Para este responsável trata-se de um trabalho que devia interessar a todos, tendo em conta as dificuldades financeiras decorrentes da crise económica mundial e o aumento de doenças como o paludismo, a diarreia e a febre-amarela. O administrador municipal do Golungo Alto considerou extremamente valiosa a iniciativa. Expressou ainda satisfação como a adesão por parte da população. Cirilo Matias Mateus explicou que a população foi dividida em grupos que, em pouco tempo, limparam o "capim e removeram o lixo que se encontrava em vários locais.

8.10 Escassez de água pode afectar economia angolana até 2050

Jornal Valor Económico
9 De Maio de 2016

Algumas regiões do mundo, incluindo a África central onde se situa Angola, poderão ver as suas taxas de crescimento cair até 6% do PIB, até 2050, caso nada seja feito para melhorar as políticas de gestão da água, alerta um estudo do BM.

Num relatório intitulado 'High and Dry: Climate Change, Water and the Economy', recentemente publicado, a instituição antecipa que "o crescimento das populações, com maiores rendimentos e em cidades cada vez maiores, irá resultar num aumento exponencial das necessidades de água, que será mais errática e incerta".

A redução da água doce disponível e a competição por parte de sectores como a energia ou a agricultura poderão deixar as cidades, em 2050, com até menos dois terços da água que tinham, em 2015.

Segundo estimativas do BM, se as políticas de gestão da água se mantiverem como estão e se os modelos climáticos se confirmarem, a escassez deste líquido irá estender-se a regiões onde actualmente não existe, como a África central e a Ásia oriental - e piorar gravemente nos locais onde já é uma realidade, como o Médio Oriente e o Sahel, em África.

Estas regiões, segundo o relatório, poderão ver as suas taxas de crescimento económico cair em até 6% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2050, devido aos efeitos da escassez de água na agricultura, na saúde e nos rendimentos.

A boa notícia, segundo aquela instituição internacional financeira, é que embora as más políticas possam exacerbar o impacto negativo das alterações climáticas, as boas políticas podem ajudar a neutralizá-lo. "Algumas regiões poderão ver as suas

taxas de crescimento aumentar até 6% C011) melhores práticas de gestão dos recursos aquáticos", salienta o estudo.

Pobres mais afectados

Os autores do relatório recordam que os impactos da má gestão da água são particularmente sentidos pelos mais pobres, que têm maior probabilidade de depender de agricultura alimentada pela chuva e de viver em zonas mais susceptíveis a inundações, estando também mais vulneráveis ao risco de águas contaminadas e saneamento inadequado.

As mudanças na disponibilidade da água podem também induzir as migrações e incendiar conflitos civis, devido ao impacto que têm nos preços dos alimentos e no crescimento económico, lembram ainda. "É por isso que a gestão da água será crucial para o mundo alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as aspirações a uma redução da pobreza e a uma maior prosperidade partilhada", lê-se no relatório. "A água é a moeda comum que liga quase todos os ODS", escrevem os autores, numa referência aos objectivos definidos em 2015 pela comunidade internacional.

Optimizar a utilização da água com melhor planeamento e incentivos, expandir a quantidade e disponibilidade de água, sempre que possível, e reduzir o impacto dos extremos, da variabilidade e incerteza são as três propostas do BM para uma melhor gestão do 'precioso líquido'.

8.11 Governo proíbe exportação de sucatas este ano

Jornal valor Económico

9 De Maio de 2016

Texto: Por Isabel Dinis

A exportação de sucatas ferrosas e não ferrosas está proibida em 2016, segundo um despacho do Ministério da Indústria, de 22 de Abril, que justifica a medida com a necessidade de protecção da indústria siderúrgica.

O ministério dirigido por Bernarda Martins explica, no despacho publicado em Diário da República, que os agentes comerciais insistem na exportação de sucata à margem das normas, "o que constitui uma ameaça ao desenvolvimento e funcionamento da indústria siderúrgica nacional".

Fonte do Ministério, ouvida pelo VALOR, caracteriza a medida como "uma atitude preventiva,

em defesa dos investimentos privados nacionais", mas adianta que os preços a que as sucatas são comercializadas para o exterior contribuíram também para a decisão. "São vendidas a preços muito mais baixos do que realmente valem", esclarece, insistindo, no entanto, que a protecção dos investidores nacionais foi a razão decisiva, já que havia o risco de estes ficarem "expostos à falta de matéria-prima", uma situação que colocaria Angola na condição de importador. "Apesar de o país estar carente de divisas, o Governo está a valorizar a produção nacional para que a sucata não seja exportada, mas sim o varão de aço", nota a fonte que compara:

"Uma sucata, se for vendida, rende divisas; mas, se for transformada, rende emprego e valor acrescentado sobre a transformação do produto em varão de aço, -que, sendo utilizado na construção, pode ser facilmente exportado e gerar divisas com muito mais valor".

A primeira proibição da exportação da sucata deu-se em 2011 e estendeu-se até ao final de 2014, altura em que o Governo voltou a permitir as vendas deste material para o exterior.

ESTRANGEIROS DOMINAM A compra de sucatas em Luanda, no mercado informal, é um negócio fomentado maioritariamente por estrangeiros" como malianos, libaneses e gambianos. O mercado é considerado rentável para alguns deles e vale de acordo com o peso da mercadoria.

Alguns comerciantes preferem ir atrás da mercadoria, batendo de porta à porta e pagando valores que variam entre 100 e 500 kwanzas.

Os produtos vão desde geradores' estragados, baterias, viaturas danificadas, peças, restos de matérias de construção entre outros. O produto é adquirido e depois pesado em balanças para ser vendido a empresas nacionais ou ser exportado para países vizinhos.

CINCO SIDERURGIAS

A primeira siderurgia de Angola, denominada Sociedade Angolana de Siderurgia, foi criada em 1956 A unidade industrial é controlada, desde 2005, por um consórcio composto por duas empresas, uma nacional e outra chinesa. A indústria da siderurgia nacional é sustentada por cinco empresas, a maior das quais tutelada pelo grupo ADA-ACERIA de Angola e inaugurada em Dezembro, do ano passado. A fábrica conta com uma capacidade para produzir até 500 mil toneladas de aço por ano e o investimento está avaliado em 300 milhões de dólares.

8.12 Ecologistas clamam por atitude positiva do cidadão no tratamento do lixo

Jornal O País
11 De Maio de 2016
Texto: Alberto Bambi

Em alusão ao 25º aniversário da Juventude Ecológica Angola na (JEA), que se celebra a 11 de Maio, o presidente da referida organização, José Mondlane Dias, exorta os cidadãos a assumirem atitudes positivas no domínio do tratamento do lixo. José Dias refere que apesar de se notar que actualmente há mais informação e todo mundo saber que depois de beber água não se deve deitar o recipiente ao chão, poucas são as pessoas que agem de forma correcta.

"Ao olharmos para a nossa sociedade, sentimos que ainda não há essa cultura ambiental, precisamos de melhorar muito a nossa atitude e a nossa participação, mas, cá em Angola, quando falamos de participação, vê-se, quase sempre, a tendência de passar a responsabilidade para outrem", realçou o ambientalista, para não deixar a culpa única e simplesmente para os cidadãos.

Segundo ele, enquanto para cidadão, sempre que a cidade estiver suja é o Estado que deve limpar, desempregando-se do contributo para se ter uma urbe mais limpa, para o Governo a culpa desse mal ambiental e social também é sempre do cidadão.

Para assegurar-se de que as suas declarações têm razão de ser, socorre-se de pronunciamentos recentes do actual governador de Luanda Higinio Carneiro, que se queixava do facto de rua ser limpa num facto de uma rua ser limpa num instante e ter lixo logo a seguir.

O ambientalista diz que um cidadão não pode ter lixo em casa, luta para se desfazer do mesmo, por isso o Governo deve criar condições para este depositar os seus resíduos sólidos.

Aliás, é o capítulo da sensibilização e educação ambiental das comunidades que norteia o pensamento da Juventude Ecológica Angolana, que tem como lema «Conhecer para conservar».

Este slogan foi adoptado pela JEA porque esta organização defende que se o indivíduo não tiver conhecimento, nem informação, dificilmente vai

conservar. A adopção temática está plasmada nos objectivos internacionais da educação ambiental, quer no programa das Nações Unidas do ambiente, quer na UNESCO, os quais definem cinco metas para a educação ambiental, nomeadamente conhecimento, consciência, aptidão, atitude e participação.

Por causa disso, o presidente da JEA reforçou o seu apelo para a atitude e participação consciente dos cidadãos, orientando - o a um sistema de gestão integrado' que deve obedecer aos chamados Quatro R, isto é, redução, reutilização, reparação e reciclagem do lixo. Nas actividades que realizam, preferencialmente nas escolas, a JEA, agora com delegações em Cabinda, Kwanza Sul, Benguela, Namibe e Huambo, além de Cunene, Kuando Kubango e Lunda Norte, sensibiliza e educa os cidadãos a considerarem o lixo como um valor renovável.

8.13 Administração reforça acções de combate ao lixo

Jornal de Angola
12 De Maio de 2016
Texto: Carlos Bastos

A Administração Municipal do Sumbe prepara-se para reforçar em breve as acções de recolha e tratamento de resíduos sólidos, no âmbito das novas medidas de melhoria do saneamento básico da capital da província do Cuanza Sul.

A medida é consequência de uma das principais recomendações saídas do último conselho de audição e concertação social, realizada para balancear as actividades da administração realizadas no primeiro semestre deste ano e perspectivar novas acções.

No encontro, a Administração Municipal do Sumbe foi orientada para continuar com a sensibilização da população no que concerne à deposição do lixo nos lugares apropriados e proceder com regularidade à recolha dos resíduos para o aterro sanitário.

Os membros recomendaram ainda à administração a elaboração de um estudo das modalidades das contribuições dos moradores para a recolha do lixo e aprofundar o hábito do pagamento da taxa de contribuição dos municípios.

A administração foi ainda aconselhada a convocar uma acção conjunta com os municípios para desfazer os grandes focos de lixo. Nesta actividade, devem participar também as instituições empresariais.

Para incentivar a participação contínua dos empresários, os membros do conselho recomendaram à administração municipal que potencie os contribuintes com acções que visem melhorias financeiras ou aberturas de novas oportunidades de negócios. Os membros do conselho recomendaram ainda que a administração estude mecanismos para se evitar inundações nas próximas épocas chuvosas na escola dos E-15, nos serviços provinciais de pediatria e a nível do Instituto Médio Politécnico, devendo ser mais actuante e célere nas actividades de fiscalização de obras.

Proximamente, administração Municipal do Sumbe vai fazer o levantamento de cidadãos utentes de terrenos com documentação vencida, para expropriar e atender os vários pedidos de municípios em zonas de risco, devendo estes legalizar os espaços e residências junto da administração, com vista à sua inscrição na Direcção da Repartição Fiscal das Finanças.

Outras tarefas para a administração têm a ver com a realização da toponímia e sinalização da cidade, além de estudos que viabilizem o fomento da agricultura no município, segundo as recomendações dos participantes no encontro.

Durante a reunião foram analisadas a problemática do abastecimento de água potável, os projectos para a distribuição da energia eléctrica, novo modelo de recolha dos resíduos sólidos, os trabalhos de terraplenagem e ampliação de ruas nos bairros periféricos da cidade do Sumbe, o Imposto Predial Urbano e a situação sanitária do Hospital Pediátrico.

O novo quadro orgânico, que regula a funcionalidade das administrações comunais, bem como as informações da actuação dos parceiros sociais, constaram também das discussões.

8.14 "A situação actual do sector de energia e água não se pode considerar satisfatória"

Jornal A República

12 De Maio de 2016

Texto: Zeferino Pacheco

Na passada Segunda - feira, 9 de Maio, o Gabinete de Revitalização e Execução de Comunicação Institucional e Marketing da Administração

(GRECIMA) realizou uma conferência de imprensa na qual o orador principal foi o ministro de Energia e Água, João Baptista Borges, que fazendo o uso da palavra encetou por dizer nos seguintes termos: "A situação actual do sector de energia e água não se pode considerar satisfatória, visto que cada vez mais a preocupação quanto ao abastecimento da água e da energia eléctrica têm sido bastante recorrente, principalmente por parte do cidadão que está na expectativa de ver os seus problemas resolvidos. Mas, ainda assim, temos um longo caminho para percorrer"

Tendo igualmente dito que "Cada vez mais se impõe que os cidadãos paguem a energia que consomem. O não pagamento da energia e da água condiciona a melhoria nos seus serviços. O Projecto

'Água para todos' foi desenvolvido para a população das zonas rurais, com o objectivo de atingir 8 milhões de habitantes:'

Quando se questiona a qualidade da água consumida em Luanda, pois muitos cidadãos alegam que o líquido precioso, isto é, a água tem estado diversas vezes turva tendo excesso de micróbios, estando na origem de muitas doenças diarreicas, bem como na base do surgimento de vômito, infecção da pele, etc.

O ministro avançou também com a construção de dois novos sistemas de capacitação de abastecimento de água potável para Luanda, "de maneira a suprir a carência de água que se regista em vários municípios de Luanda. Sendo que o mesmo Projecto estará em carteira em 12 províncias do nosso país:'

Por outro lado, João Baptista Borges reconheceu que o seu Ministério precisa alargar Projectos no sector da energia e da água tendo uma parceria estratégica com o sector privado' já que a oferta não tem crescido mais do que a procura. "Há muitos PTS desactivados devido à especulação dos preços cobrados pelos comerciantes informais da energia eléctrica. Facto que tem levado grande parte da população a recorrer ao uso de geradores:'

Daí que tem havido muitas reclamações por parte de muitos cidadãos que dizem que na hora do contrato com os comerciantes informais pagam acima dos trinta mil kwanzas. Exemplos dos bairros Malueca, Chendovava, Paraíso e Pedreira, localizados no município de Cacucó.

Já o município de Viana, mais propriamente no bairro Papá Simão, os agentes privados da energia eléctrica chegam a cobrar cento e vinte mil kwanzas por consumidor, porém, muitos dos consumidores

não vêem as suas residências acesas há mais de dez anos, segundo relatos dos moradores que aí vivem.

8.15 Ainda sobre a axiologia de políticas inerentes ao lixo sua Taxa. O Lixo como factor jus-urbano e ambiental

Jornal Grandes Noticias

13 De Maio de 2016

Texto: Carlos Veiga

Em definitivo a taxa a aplicar pelo serviço de saneamento acaba por se consignar a um ponderável sócio-político retirando a possibilidade do alarido com impacto nas eleições que se avizinham. Muito provavelmente que ser imposto o reajuste tão logo se ultrapasse o período de julgamento popular. Logo passar a kz 2500,00, quota máxima urbana para os moradores e kz 250,00 reflecte, claramente ou de modo difuso o efeito de política social tendo em conta o ponderável eleitoralístico. É de analisar que a nova visão sobre o latente quesito tem muito a ver com o "day after". O novo modelo se encerra no impute, diga-se acicatado na proposta do GPL e corrigido politicamente na decisão presidencial com base na penúltima Sessão do Conselho de Ministros agendado com base no mês de Abril de 2016, por acaso, que serviu o gáudio em função das expectativas esteve, claramente, dentro dos pergaminhos. Todavia não há como olvidar as linhas bem problematizadas por certos analistas da praça em referência ao problema só lixo. Para decidir sobre o problema afecto ao saneamento é importante não descuidar os princípios do ordenamento do território enquanto tais e mais existem outros factores da ciência e técnica ambientais que se afigurem um instrumento essencial. Subscreeve-se em grande medida sem ser "in toto" o palro de "medidas cautelares" do domínio das decisões em matérias de género pois que essência do direito de ordenamento do território enquanto tal esteja assente em meras decisões políticas porquanto de acordo com alguns doutrinadores só será accipiado, portanto, acolhido no que tange ao urbanismo e ambiente em si. Mas a julgar "in concreto" as coisas como andam, tratar-se-ia dum direito na defensiva' concluindo em silogismo, um direito que defende o Estado social. São as motivações intrínsecas dum lado em torno da questão sendo por isso que em parte se olhe com desconfiança o resultado a atingir sem que deixe de ser tecnicamente aceitável.

A problemática de lixo tem preenchido grande parte do debate público exprimindo, por vezes, um discurso de especialidade, às vezes, eivado dum transfundo político multiplicador na visão do curto ou médio prazo sem que contanto se consiga vislumbrar o lucro a preconizar com as referidas taxas ou operacionalização das empresas indicadas para tal. Tem faltado em alguns casos uma mediação do discurso, daí a forma drástica como terá sido diminuído a taxa, inicialmente, apresentada.

Todavia, a problemática do lixo preenche o macro-interesse das políticas públicas nacionais e o desenvolvimento sustentável passa, como óbvio, com respeito à nova dinâmica ou o actual modelo de tratamento de lixo desde o seu aspecto mercantil como no seu "modus" de olhar jurídico, longe ainda de falar da tributação, ou melhor, é mesmo uma questão de direito das pessoas na relação entre particulares e a administração preenchendo a doutrina do Direito, do Urbanismo e de Ordenamento do Território. O lixo ou a sua forma de tratamento espelha bem a qualidade da administração mas convenhamos que a nova abordagem vá aquilatar os melhores propósitos sobre a administração local do Estado, por sinal, já agora, neste particular, devendo-lhe dizer que cada caso sempre será um caso. Os exemplos de outros países, em nada, nem sempre "modus generalis" se quiser, de modo genérico serão aplicáveis no contexto nacional.

A foice, lhe quero recordar o que, bem recentemente, retorqui num dos nossos pequenos debates dizendo que os exemplos de fora quase sempre claudicam, "omnia comparatio claudicat"

Convém que olhemos mais para os nossos tratados. Temos os nossos tratadistas sobre a matéria devendo, como tal, evitar o permanente recurso a artigos de jornais editados lá fora.

Estamos sempre a importar ideias e, já agora, até em relação a questão do lixo que é lixo e de lixo não passa.

Agora, sobre o saneamento, a outra dimensão da matéria, já dentro de outros níveis de preocupação quem sabe com outro grau de cientificidade, nunca demais seria saber países como Cuba lidam. Serei persuadido a admitir associar a isso, muito tacto em medicina preventiva, higiene ou como queira chamar. Não será despreciando aceder recurso aos meios industrializáveis, portanto, à logística. Ora, missão exige dinheiro daí olhar para as operadoras como empresas concessionárias.

Como jurista sou recto em reconhecer-lhe o argumento da razão apresentada quanto mais não fosse se tivesse que associar ao Direito Comparado

apregoado nas academias todavia a julgar ao efeito doutrinário talvez se reduzisse a única utilidade do ponto de vista científico do direito mas deixo em aberto a discussão.

O debate não se esgota, Att... Reconheço que a ciência jurídica contemple isso mas pode ser uma forma "a latere" de resolver questões concretas. O mesmo se diga em relação ao abordado no quesito a que nos propomos. Curioso é que o direito se distende ao sector ambiental, seja, por via, disso oportuno escarpelizar em mister uma abordagem específica mas, por amor de Deus, apenas com base no levantamento dentro das nossas balizas com uma ou outra sem tantas comparações... Porque não iniciarmos uma forma desarraigada com fito de erradicarmos até o nosso lixo deixando de passar nos modelos de outrem? O estruturante de advir sempre de fora? Porque não rebustecermos os nossos tratadismos? Nisso proporia a nível do Direito de Urbanismo e Ambiente? Compreendo que em economia e negócio não se restrinja tanto assim o ângulo de operação porém aqui a questão é recomendável dizer às pessoas no sentido de sanaremos a situação e somente isso tão simples quanto baste. Mas tenho que lhe concordar em certas questões suscitadas. O lixo é um problema do direito ambiental.

8.16 Situação energética fica resolvida em 2025

Jornal Economia e Finanças

13 De Maio de 2016

Texto: Ismael Botelho

A situação energética do país fica resolvida em definitivo em 2025, altura em que entram em funcionamento regular todas as barragens em construção e reabilitação no país, entre as quais a de Laúca, na província de Malanje, que arranca em 2017, as de Cambambe e Capanda, além da hidroeléctrica de Caculo-Cabaça, ainda em projecção.

Esta informação foi avançada, esta semana, pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, quando falava em conferência de imprensa, realizada em Luanda, pelo Gabinete de Revitalização e Execução da Comunicação Institucional e Marketing da Administração (GRECIMA), que visou dar o ponto da situação do sector da energia e águas nacional.

Sobre a execução dos projectos, João Baptista Borges referiu que as necessidades de investimento total em

todos projectos rondam os cerca de 29 mil milhões de dólares norte-americanos, para alcançar com sucesso as metas do Plano de Desenvolvimento do sector até 2025. "Temos que garantir também outras fontes de energia que sejam economicamente viáveis", referiu.

O ministro considerou ser fundamental a presença do sector privado nos desafios de electrificação e distribuição de água no país, complementando assim o financiamento público, numa altura em que a situação económica conhece um ritmo de desaceleração e a execução de alguns projectos estão igualmente condicionados em matéria orçamental. "O programa de electrificação prevê o aumento significativo de energia, o transporte e distribuição nacional, atendendo à demanda do crescimento da população", garantiu.

João Baptista Borges foi optimista quanto a desaceleração no andamento de algumas obras e garantiu que o Estado, apesar de tudo, mantém as necessidades de construção de infra-estruturas do sector que dirige. "Neste contexto, torna-se imperioso contar com o investimento privado nos segmentos da produção de energia, bem como na gestão de sistemas de distribuição de água", frisou.

Tarifa eléctrica

No que diz respeito ao aumento da factura de electricidade ocorrida em Novembro de 2015, João Baptista Borges referiu que a anterior tarifa, de 2006, não permitia às empresas do sector cobrir um terço dos custos operacionais, sendo que o Estado subvencionava a diferença deste montante. Com base nesse facto, o aumento de 2015 foi feito para cobrir o intervalo que houve entre 2006 e 2015. "Foi um aumento necessário, mesmo que ainda não cubra os custos operacionais reais", frisou.

Qualidade "da água

Quanto à qualidade da água que se consome no país, sobretudo em Luanda, o ministro garantiu, que o líquido é continuamente testado e respondem aos padrões mínimos de qualidade recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O programa "Água para Todos", por exemplo, referente às zonas rurais, prevê atingir uma meta de 80 por cento, contra os actuais 65 em que atingiu a execução do projecto, vai beneficiar oito milhões habitantes, No caso de Luanda, o consumo de água abrange apenas 50 por cento da população, e já estão projectadas duas novas subestações, nomeadamente a do Bitá e Quilonga, para atender à demanda actual, que é apenas de 400 mil metros cúbicos.

Sector energético

No que toca ao sector energético, titular da pasta assegurou que novo plano de fornecimento vai produzir cinco mil megawatts para atender as necessidades actuais do país, de um total de nove mil que é necessário para o país tornar-se auto-suficiente. A barragem de Capanda (Malanje) vai produzir o dobro da sua capacidade actual, enquanto o aproveitamento hidroeléctrico de Lauca vai gerar dois mil e 70 megawatts. Capanda terá agora uma capacidade de 906 megawatts.

Já para Caculo-Cabaça, outra aposta do Executivo, que está na forja, prevê-se uma produção na ordem dos dois mil e 100 megawatts. Ao passo que o litoral do país, nomeadamente as províncias de Cabinda, Benguela e Namibe terão centrais de ciclos combinados para dar resposta à demanda que se verifica actualmente.

Segundo João Baptista Borges, a taxa de electrificação no país é actualmente de 33 por cento e diz mesmo que os órgãos do poder local passarão a auxiliar a gestão da rede eléctrica. Para o ministro, a fase em que as necessidades de energia eléctrica do país até ao ano 2000 eram de 300 megawatts, já são uma realidade do passado. Hoje a oferta é maior, correspondendo os mil megawatts.

O país conta hoje com três novas empresas de energia para Luanda, que espera nos próximos tempos 400 novas ligações e 11 nas demais províncias. O gás natural, como fonte energética, vai garantir, segundo o ministro, 21 por cento da produção de energia do país e 62 será de fonte hídrica. "A revisão da lei geral de electricidade vai permitir a captação de mais investimento privado para potenciar o sector", concluiu.

8.17 O nosso lixo, sua gestão, nós as vítimas e seus proveitos

Jornal Expansão

13 De Maio de 2016

A gestão do lixo dos grandes centros urbanos é uma grande e cobiçada fonte de renda. Mas é importante saber se os candidatos e os já instalados detentores de meios para executar esta tarefa estão dispostos a trabalhar efectiva e correctamente ou de modo pouco eficiente.

Em cidades como Nova Iorque, Chicago, Roma, Nápoles, São Paulo ou Rio de Janeiro, por exemplo, há grandes cartéis beneficiários do esquema de gestão

do lixo. Mas, em abono da verdade - e paradoxalmente =, as cidades que recorreram à cartelização da gestão do lixo não são as mais limpas do planeta. Nova Iorque é a cidade com maior número de ratazanas, por exemplo

Entretanto, e honestamente falando, todos cúmplices do quadro de insalubridade em que nos encontramos, como mentores e vítimas, ciclicamente. A primeira acção de higienização passa pela mudança da nossa estrutura mental. Devemos pensar com sobriedade, lembrar-nos que o primeiro princípio da higiene é não sujar, para assim emergirmos colectivamente na luta por uma causa comum. Óbvio: cada um a seu nível.

O nosso lixo é maioritariamente industrial, o que pressupõe que, na cadeia de distribuição, há uma rotura, por ausência de pequenos e médios distribuidores junto do consumidor final. Os bens importados chegam e lá estão os cidadãos, apinhados às portas dos armazéns, para comprarem o produto, mas também para levarem para casa o lixo.

Consoante o posicionamento das suas casas, logo retiram o produto do revestimento, que fica espaço público e o Governo venha limpar. Ganha o importador, que num abrir e fechar de olhos recupera o que investiu, mas, consciente ou inconscientemente, pulverizou de lixo toda cidade; o cidadão fica feliz com a sua aquisição ... e a responsabilidade do lixo fica com Governo.

Há, claramente, uma associação de proveito mútuo entre o importador e o consumidor, ao passo que o Governo leva a 'cruz' e estamos todos numa boa!

Na cadeia de distribuição há uma autêntica quebra, não por culpa total do Governo. Os espaços comerciais com cerca de 100 m² são reserva estratégica do Estado, que cede o direito da sua exploração aos cidadãos nacionais. Entretanto, nós, o povo, criamos os espaços, tratamos dos alvarás e, quase de seguida, endossamos ilegalmente tudo ao 'rnamadu', Este, por sua vez, vende o que lhe garante maior rentabilidade.

Ele paga o arrendamento do espaço, suporta o custo do alvará que lhe é endossado, garante o fundo de manêio e ainda obtém lucro. E o angolano, que tem aqui pressupostos que poderiam garantir-lhe trabalho e fonte de renda - para além de poder empregar dois ou três concidadãos deambula para que o Governo lhe dê emprego. Mas tem nas mãos tudo para promover as pequenas e médias empresas, que são a fonte de sucesso das grandes sociedades modernas.

Uma palavra também vai para os produtores e importadores de refrigerantes e bebidas, cujos recipientes são descartáveis. Este está a tornar-se um problema de saúde pública actual e para futuras gerações. Parece-me legítimo que o 'Governo, em nome de todos os angolanos proíba a comercialização de latas e garrafas descartáveis.

Diante desta hecatombe 'lixada', o Governo é obrigado a financiar a indústria de reciclagem de lixo industrial e não só, porque, com a diversificação da economia, os produtores nacionais precisarão permanentemente de recipientes de toda a ordem para acomodarem os produtos e expedi-los para os grandes centros de consumo.

É uma dura tarefa, mas inevitável para nosso bem, porque a opção pelos aterros a céu aberto, está provado em todo mundo, não é a melhor solução. Para efeitos didácticos, basta prestar atenção ao passar pela via do Nova Vida em direcção ao Golf e observar, à direita, os danos ambientais.

Se bem orientados, ganhamos todos. O lixo que compramos e produzimos impõe custos financeiros muito altos e incontáveis perdas de vidas humanas.

Ninguém está livre de contrair uma grave patologia resultante da nossa 'viva' podridão. Somos todos doentes 'ambulantes' e as estratégias de cura dependerão de os nossos chefes procurarem soluções eficazes e de todos nos consciencializarmos e engajarmos em não sujar gratuitamente aquilo que é o nosso património comum.

Vamos tratar o lixo com seriedade, respeito e dignidade, para nosso bem. De outro modo, somos todos vítimas. Um imediatamente, outros irão definhando lenta e sorridentemente ao inalar e exalar os diferentes aromas que o 'cardápio' dos amontoados nos vai 'gentilmente doando'.

8.18 Mega campanha de limpeza abre festas da cidade do Luena

Jornal de Angola

14 De Maio de 2016

Uma mega campanha de limpeza foi promovida ontem no Luena pela Administração Municipal do Moxico, no âmbito das comemorações do 60.º aniversário da elevação a cidade, que se assinala no dia 18 deste mês.

O director municipal de Saneamento e Espaços Verde, Jacinto Benjamin, disse que a campanha melhorou o aspecto da cidade.

A campanha de limpeza contou com participação de funcionários públicos, efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), Polícia Nacional e demais membros da população. Além desta actividade, o programa das festas da cidade inclui uma visita à escola de formação técnico-profissional, denominada Cidadela Jovens de Sucesso, na localidade de Sacassanje, palestras e um espectáculo musical, entre outras actividades.

A ex-vila do Luso foi fundada pelo tenente-coronel Trigo Teixeira, em Março de 1895, na sua primeira expedição à região, após a extinção da primeira sede provincial, a localidade do Moxico Velho, que dista a 18 quilómetros da cidade do Luena. A elevação a cidade, habitada actualmente por mais de 300 mil pessoas, aconteceu a 18 de Maio de 1956.

8.19 Matala vai contar com seis mil ligações domiciliárias este ano

Jornal O País

16 De Maio de 2016

Texto: Stela Cambamba

As obras de reabilitação e expansão do sistema de abastecimento e água nas províncias da Huíla, localidade da Matala, e Namibe, região do Virei, que a empresa Tomás de Oliveira está a levar a cabo, encontram-se na fase de execução dos ramais. Porém, as ligações terão início assim que esta fase estiver concluída, sendo que até ao final do projecto, o Virei terá cerca de 12 quilómetros de tubagem e a Matala mais de 70 quilómetros.

O director comercial da firma, Rodrigo de Oliveira, explicou que os dois projectos englobam a execução integral dos sistemas de abastecimento de água que incluem a captação, tratamento, armazenamento, transporte e distribuição de água aos habitantes das duas localidades.

Segundo Rodrigo de Oliveira, a província da Huíla vai, nos próximos meses, contar com seis mil ligações domiciliárias e o município do Virei, província do Namibe, será beneficiado com 380 ligações domiciliárias.

Sobre as infra-estruturas que a empresa tem vindo a desenvolver em Angola, destaca-se o projecto agrícola da Quiminha, com cinco mil hectares construídos, incluindo o maior reservatório de água construído no país' com 300 mil metros cúbicos de capacidade.

Novo negócio de energia Rodrigo de Oliveira explicou que recentemente a empresa estabeleceu

uma parceria com a empresa norte-americana Capstone Turbine, para comercializar as turbinas Capstone, que tinha como principal cliente a indústria petrolífera, mas que com a situação económica que, o país atravessa, estes clientes suspenderam os investimentos.

As micro turbinas Capstone são baseadas em tecnologias de ponta usadas em motores de avião disponíveis em tamanhos compactos, assim como projectadas para fornecer energia em tempo integral e com capacidade de operar usando uma variedade de combustíveis incluindo o biogás (resíduos agrícolas), gás queimado (fiare) e gás natural, trazendo fontes robustas e fiáveis de energia limpa.

O director comercial da empresa Tomás de Oliveira conta que a Capstone e a sua firma estão a sondar outros sectores nos quais os produtos se enquadram como o da agricultura e outros. Quanto às capacidades das turbinas, disse que variam de 30 KVA a 1 Mw (megawatts), e os custos das mesmas variam entre 150mil e dois milhões de dólares.

A Tomás de Oliveira é uma empresa de origem portuguesa, fundada há mais de 100 anos, que iniciou a sua actividade em Angola há 10 anos. Exerce a sua acção no segmento das infraestruturas, sendo o seu maior cliente o Estado.

Entre os trabalhos realizados em Angola, incluem-se infra-estruturas agrícolas, a construção, reabilitação e expansão de estradas, e a construção de bombas de combustíveis como são exemplo as bombas da Pumangol.

A firma executa ainda a construção de aterros sanitários preparados para o aproveitamento dos gases resultantes da decomposição de matéria orgânica como matéria para geração de energia eléctrica.

A empresa possui escritórios em Luanda, no distrito urbano da Maianga.

8.20 Coelho acalma-se fora do prazo estabelecido por Carneiro

Jornal Manchete

20 De Maio de 2016

Texto: Orlando Hocha

Em Abril último, o governador da província de Luanda havia, prometido, durante a Conferência de Imprensa dada nas instalações do Gabinete de Revitalização e Execução da Comunicação

Institucional e Marketing de Administração (GRECIMA), dez dias para que o seu pelouro desse solução a bacia de retenção de águas pluviais existente na zona do Coelho, Quilómetro Nove, em Viana que, de algum tempo há esta parte é cognominada "Rio Coelho".

Na ocasião, Higinio Carneiro havia anunciado a realização de trabalhos profundos de engenharia na área, tendo-se assistido no local a movimentação de máquinas e homens mas, tudo quanto se sabe, os transtornos que enfrentavam os automobilistas e não só, que circulam na Estada Nacional 230, só viria a "terminal" com o fim da estação chuvosa para a alegria dos que saem de Luanda para Viana.

No sentido contrário – Viana-Luanda a situação mantém-se estacionária, ou pior, se tivermos em conta' que o resultado dos trabalhos de engenharia levados a cabo pela equipa do governador, coadjuvado por elementos da Polícia Nacional e não só, estão a danificar o tapete asfáltico, neste sentido das vias, pois, foi lá onde as águas da bacia de retenção do Coelho foram e continuam a ser deitadas. Como não poderia deixar de ser, no sentido para quem sai de Luanda, pode-se considerar uma "maravilha", no que à circulação automóvel diz respeito. O mesmo já não se pode dizer para quem sai de Viana, rumo à Luanda, na medida em que, com o tapete molhado - resultante das águas "sugadas" do "Rio Coelho", - bem como, com os buracos que começaram a nascer, sobretudo, no percurso Coelho/Robardina, aumentaram os transtornos devido ao engarrafamento que se verifica desde as primeiras horas do dia, obrigando os moradores a saírem de casa, antes da 5 horas para se verem livres deste mal que contribui para a danificação da saúde humana dos angolanos, de si já danificada.

Há quem diga que seria bom que as autoridades governamentais deveriam aproveitar o tempo seco, no sentido de avançar com os trabalho naquela zona, pois, de contrário os créditos do governador Higinio Carneiro ficarão em mãos alheias tão logo chegarem as primeiras chuvas, também conhecidas como "Os fiscais" das obras que são feitas em Luanda e nas outras regiões do país.

Esta posição vem dar corpo as declarações de alguns munícipes por nós contactados, que não acreditam que sejam a obra de engenharia, anunciada pelo governador de Luanda, que terão dado esta trégua no "Rio Coelho", acreditando-se mesmo que seja o fim da época chuvosa que contribuiu para que a água não mais transbordasse - por enquanto - para a estrada.

"O governador e a sua equipa não podem cantar vitória, pois, trata-se de uma trégua apenas, a batalha

poderá recomeçar com o cair das próximas chuvas", disse uma fonte deste jornal, acrescentando que o Governo de Luanda ou os departamentos ministeriais afins, deverão preocupar-se em mobilizar recursos para recuperarem o tapete asfáltico que está a ser danificado no sentido Viana/ Luanda. "Tentaram dar solução de um lado, do outro, arranjam problemas e sempre que apanha por tabela é o pobre cidadão", lamentou a fonte que temos vindo a citar, preferindo anonimato, alegadamente, para não sofrer represálias. Recordar-se que, para além de Viana, a capital do país, tem outras zonas críticas, segundo dados do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros de Luanda. Num dos balanços feitos em Março último por essa instituição, ficou-se a saber que os pontos de concentração de águas aumentaram a nível de todos os municípios, com maior destaque para municípios de Cacucaco, Viana, Belas e os distritos dos Rangel e Kilamba Kiaxi, tendo considerado como áreas críticas o Camama (Belas), Catinton (Maianga) e ruas da Brigada, Ngola Bandi e Triângulo dos Congolezes, distrito do Rangel, que na altura apresentavam um cenário de casas inundadas, ruas alagadas e intransitáveis.

O futuro das bacias

Em Fevereiro último, o governador de Luanda, na visita realizada a Viana hávia dito que as bacias de retenção do município vão ser transformadas em Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), uma solução que dá resposta a problemas de inundações e mortes por afogamento, principalmente de crianças que insistem em frequentar as zonas de risco.

"Vim prestar a minha solidariedade aos sinistrados das chuvas. Não tive oportunidade de constatar tudo, mas recebo informação de haver escolas, ruas e centros de saúde, muitos dos quais privados, inundados, e também muitas casas debaixo de água, em número de cerca de três mil", disse o governante, acrescentando que, na qualidade de governador da província de Luanda, não podia ficar indiferente à situação.

Na ocasião, Higino Carneiro anunciou que uma empresa de consultoria vai ser contratada para apresentar um projecto às autoridades competentes relativo à transformação das bacias de retenção em estações.

De realçar que entre as bacias de retenção de águas pluviais que Viana possui constam as do Quilómetro Nove e 25, Porto Seco e da Cadeia de Viana. A primeira, já fez várias vítimas mortais por afogamento, com realce para as crianças que brincavam no local.

Solução definitiva

No entanto, o governador Higino Carneiro, depois da visita que efectuou nesta terça-feira, à Rádio Luanda disse haver já uma solução definitiva para a Bacia de Retenção do Coelho, tendo, inclusive, orientado a elaboração de projectos que, brevemente, serão aprovados e dados os respectivos tratamentos.

8.21 Moradores denunciam grandes variações na conta, EPAL garante que não cobra a mais

Jornal Expansão
20 De Maio de 2016

As facturas da água estão a gerar queixas por parte de moradores da centralidade do Kilamba, que denunciam grandes variações entre os valores a pagar mensalmente, sem justificação aparente. Também a inclusão de várias taxas na factura, sem explicações por parte da EPAL, estão a gerar queixas, constatou uma reportagem do Expansão.

Um morador, que preferiu manter-se sob anonimato, por exemplo, garante que pagava mensalmente 1.400 kz e que passou a receber contas acima de 6.000 kz, sem que tenha alterado os hábitos de consumo. "E acho estranho que na mesma factura tenha sido incluída uma taxa saneamento", afirma.

Outro morador, Domingos José, que diz ter recebido uma conta de 9.280 kz do consumo de água em Março, também garante que mensalmente o valor a pagar varia, em alta. "Todos os meses pago sempre mais", afirma.

Os moradores denunciam que as facturas da EPAL incluem itens como 'saneamento', 'acrécimo de quota de serviço', 'imposto de consumo', 'tarifa fixa' ou 'aluguer de contador' que, somados, valem mais do que o próprio consumo.

A moradora Mariovalda Miguel, por seu turno, lamenta que não conseguir "interpretar a factura", por ter "tantos números".

Alguns moradores alegam que não devia 'pagar-se o aluguer de contador, uma vez que o equipamento não funciona e que a cobrança é feita por estimativa.

Contactada pelo Expansão, a directora Comercial da EPAL, Maria Vasconcelos, explica que, uma vez que o Kilamba tem 24 quarteirões, a empresa decidiu 'dividir' a centralidade em 12, fazendo leituras repartidas.

Durante três meses, são feitas leituras em 12. Nos restantes, a factura reflecte uma média de consumo. E assim sucessivamente." a fase da leitura, o aplicativo faz os acertos entre a leitura e a média, por isso há meses em que se paga mais e meses há em que pagam menos", diz.

A responsável adianta que a empresa é obrigada a fazer estimativas quando "os contadores foram vandalizados ou deixaram de funcionar, por qualquer motivo, e não há outros em stock" para substituição."

Sobre a inclusão de taxas, explica que a EPAL cobra o serviço que presta na Estação de Tratamento de Aguas Residuais (ETAR), onde faz reaproveitamento de água.

8.22 Novos modelos, velhas lixeiras

Novo Jornal

20 De Maio de 2016

Várias são as tentativas de acabar com o lixo em Luanda. Até hoje, os modelos ensaiados têm-se revelado infrutíferos, tal como reconhecem as autoridades. Porém, o Governo Provincial de Luanda não "desarma" e, esta semana, pôs em marcha mais um modelo de combate ao lixo na capital.

O município do Cazenga e os distritos urbanos da Maianga, Sambizanga e Kilamba Kiaxi ensaiaram, esta semana, um novo modelo de combate ao lixo. A empresa brasileira de limpeza Queiroz Galvão assumiu a empreitada para dar uma nova imagem ao município de Luanda, constituído pelos distritos urbanos da Ingombota, Maianga, Rangel, Samba, Sambizanga e Kilamba Kiaxi

O gerente de operações de recolha de resíduos sólidos da Queiroz Galvão, Geraldo Marinho, mostrou-se confiante no êxito da empreitada, adjudicada à companhia brasileira inicialmente por um período experimental de 120 dias.

"Começámos o trabalho sem embaraços aqui, na zona da Maianga, onde estamos a retirar os pequenos amontoados na parte urbanizada da localidade e, depois, passaremos para a zona suburbana do território. Portanto, estamos numa primeira fase de adaptação, por um período de 120 dias", explicou à imprensa, Geraldo Marinho. O responsável acredita que os efeitos da empreitada serão visíveis dentro de uma semana.

No município do Cazenga, a recolha do lixo é da responsabilidade da Elisal, segundo deu a conhecer o administrador municipal, Tany Narciso, que apelou à colaboração da população.

O administrador explicou que, no seu município, o lixo será recolhido porta a porta, durante os três períodos do dia, em horários a definir pela administração. Porém, avisou que os munícipes que desobedecerem serão punidos com multa ou trabalhos comunitários. "Por isso, pedimos à população que sejam obedientes e colaborem connosco.

A luta pelo combate ao lixo tem-se revelado, ano após ano, um verdadeiro "cavalo de batalha" para os diferentes inquilinos do Palácio da Mutamba nesta árdua empreitada de limpar o nosso município", afirmou Tany Narciso, reiterando o apelo.

A luta pelo combate ao lixo tem-se revelado, ano após ano, um verdadeiro "cavalo de batalha" para os diferentes inquilinos do Palácio da Mutamba. O antigo governador de Luanda, Bento Bento, também anunciou o lançamento de um novo modelo de combate ao lixo, que acabou por se revelar infrutífero.

Graciano Domingos, nas vestes de novo governador, anunciou igualmente, no ano passado, o início de um novo ciclo de combate ao lixo. O novo modelo foi lançado em Agosto do ano transacto, passando por várias campanhas massivas de recolha de lixo, com o envolvimento de vários sectores, porém, sem sucesso até à data da sua exoneração em Janeiro último, altura em que completaria um ano e quatro meses de governação, iniciada em Setembro de 2014. Chamado a assumir o comando de Luanda, em Janeiro último, o actual governador, Higinio Lopes Carneiro, definiu o combate ao lixo como uma das prioridades da sua governação.

Na ocasião, Higinio Carneiro decretou três meses para acabar com o lixo na capital do país. Uma vez mais, o prazo expirou sem sucesso na empreitada. Os amontoados de lixo permanecem nas ruas de Luanda, com particular realce para a periferia da cidade, onde muitas ruas e avenidas se encontram bloqueadas e intransitáveis.

8.23 Governo garante poios para melhorar fornecimento de água

20 De Maio de 2016

Jornal de grande Notícias

Texto: Licínio Adriano

Sem adiantar os montantes a serem disponibilizados, o governador disse que os apoios serão prestados à

empresa, para adquirir novos equipamentos destinados a aumentar e melhorar a capacidade de fornecimento do referido líquido à cidade. Para o governador, a fraca capacidade de distribuição causadas pela ruptura e falhas técnicas no sistema, constitui um dos graves problemas no fornecimento de água. Presentemente, a cidade de Ndalatando conta com dois sistemas de abastecimento de água para cerca de 142 mil beneficiários.

Um dos sistemas, construído no âmbito do "Projecto Mucari", no rio com o mesmo nome, a 17 quilómetros da urbe, inaugurada em 2011, compreende uma captação com capacidade para bombear 50 litros de água/segundo, um reservatório para armazenar cinco mil metros cúbicos e uma conduta adutora que transporta a água desde o referido rio até aos reservatórios localizados no bairro Miradouro que fornece a maior parte da cidade.

O outro sistema de pequena capacidade' instalado no Monte Redondo, e que data da época colonial, abastece uma parte da cidade. A cidade era anteriormente abastecida pelas fontes do Morro Redondo e da Santa Isabel, que se tornaram incapazes devido ao crescimento demo gráfico, assim como pela transformação da última em fábrica de engarrafamento de água mineral.

Durante a visita de campo, o governador constatou o funcionamento da captação de água, no rio Mucari, as estações de armazenamento, tratamento e distribuição de água, localizadas nos bairros Cawabe e Miradouro e o laboratório de controlo de qualidade do mesmo líquido.

8.24 Como é que isto é possível?

Jornal Folha 8

21 De Maio de 2016

Vejamos. Mais de metade dos cerca de 5,5 milhões de agregados familiares de Angola. Um país que é um dos maiores produtores africanos de petróleo e tem como Presidente da República o mesmo cidadão desde 1979, não têm acesso a água "apropriada" para beber e 31,6% têm nas lanternas a forma de iluminação. O levantamento entende por água "apropriada para beber" a proveniente de fontes como torneiras ligadas à rede pública, chafarizes públicos, furos com bomba ou nascentes protegidas, incluindo-se neste grupo 43,6% dos agregados familiares. A disparidade faz-se sentir entre o meio urbano

e o rural, em que respectivamente 57,2% 0,9 milhões de famílias) e 22,4% (484 mil famílias) conseguem

consumir água tida como segura. Ainda assim, a água da rede pública com torneira em casa apenas serve 17% dos 5544.834 de agregados familiares (num total de população superior a 25,7 milhões de habitantes). Cabinda surge como a província angolana com o melhor nível de acesso a água segura (73% das famílias), enquanto o Cunene, no Sul, apresenta o pior registo: 23,3% dos agregados familiares. Angola é o segundo maior produtor de petróleo da África subsaariana, com praticamente 1,8 milhões de barris de crude por dia, recursos que segundo o Governo do MPLA (no poder há 40 anos) têm sido utilizados na reconstrução do país após quase três décadas de guerra civil, que terminou há 14 anos (4 de Abril de 2002).

Com um forte défice de produção de electricidade, face às necessidades, o que leva a constantes constrangimentos no fornecimento, Angola encara ainda a inexistência de redes para abastecer as zonas mais rurais.

O censo refere que o acesso à rede de electricidade é apenas garantido a 1,7 milhões de casas (31,9%), quase exclusivamente em zonas urbanas, já que na área rural apenas 48.173 agregados familiares são servidos.

O estudo identifica que praticamente ao nível da rede eléctrica nacional (essencialmente nos grandes centros), as lanternas são a segundo principal fonte de iluminação. Servem mais de 1,752 milhões de famílias (31,6%) em Angola. Seguem-se em alternativa os candeeiros (04,3%) e os geradores (9,3%). Já no saneamento básico - que o estudo considera como sendo a presença em casa de sanitas, pias ou com instalações ligadas a fossas sépticas e latrinas - chegará, segundo o primeiro censo realizado em Angola desde a independência, a 60% das famílias, novamente com uma forte disparidade entre urbano e rural: respectivamente 81,8% (2,7 milhões de agregados) e 25,9% (559 mil). Contudo, apenas 1,22% das famílias que moram no meio rural tinham uma sanita ligada à rede pública de esgotos, enquanto nas cidades esse registo sobe para 6%. +Imo vernius, que audam ine ocupion sultia consuntrum pat, quidius, nes ca ponsu me ia? Multuam auce adducta, urnum iam milibus, ocaes se caveri teata auconsu picerceris nonfecupio, et vium aures adhum opubi turbi confec remus sentili cionduc o etorem senirit; Catamquern nestesc rite-rox rnurnium iae iactem se consuli pon ta, duciern quonc tatiam. Cracchilic macienticae inatantem aucitrae ex sent, morei prarbef frecuperecus egitius, clate cata, Ti. Acerma

8.25 Melhorado o abastecimento de água

Jornal de Angola

21 De Maio de 2016

Texto: Marcelo Manuel

As zonas periféricas da cidade de Ndalatando vão contar, até Agosto de 2017, com 11.400 ligações domiciliárias para o fornecimento de água potável, através de um projecto de reabilitação e ampliação da rede de distribuição interna, suportada pelas fontes de captação do rio Mucari e Monte Redondo.

A informação foi avançada em Ndalatando, pelo presidente do conselho de administração da Empresa de Águas e Saneamento do Cuanza Norte, Agostinho Estêvão Felizardo, durante uma visita às zonas de captação, realizada pelo governador José Maria, acompanhado de membros do Governo Provincial.

Agostinho Estêvão Felizardo explicou que já foram feitas 6.400 ligações entre os bairros Vieta, Mesquita, Cais e Tiro aos Pratos. Em Dezembro próximo, acrescentou, os trabalhos vão beneficiar as zonas da Kipata, Comarca, Bairro Azul, São Felipe, Banga, entre outros, incluindo as áreas do casco urbano.

Agostinho Felizardo considera razoável o fornecimento de água à cidade de Ndalatando, onde a principal fonte é a captação do rio Mucari, que funciona por sistema de gravidade, com três reservatórios de 5.000 metros cúbicos e um abastecimento de 250 metros cúbicos por hora.

"Em algumas zonas da rede de distribuição interna da cidade de Ndalatando verificamos avarias, facto que resulta na pouca pressão da água, o que faz com que o fornecimento diário seja apenas de 11 horas por dia", disse, para acrescentar que existem na região 96 chafarizes em funcionamento.

Apontou a falta de gestão comunitária, vandalismo e altitude de algumas zonas como factores que concorrem para a inoperatividade de 12 chafarizes.

Cobrança do consumo

Após a visita de constatação aos sectores de fornecimento de água potável à cidade de Ndalatando, o presidente do conselho de administração da Empresa de Água e Saneamento do Cuanza Norte apresentou, na sala de conferências do Governo Provincial, o novo modelo tarifário para a gestão e cobrança do consumo de água potável. Embora não tenha avançado os preços para as cobranças do consumo a nível das instituições públicas, privadas e domiciliárias, Agostinho Felizardo

avançou que a execução do projecto está condicionada à falta de verbas para a contratação de pessoal com capacidade técnica, administrativa e financeira.

Agostinho Felizardo sugeriu ao Governo da província uma parceria para a cedência de alguns técnicos do departamento provincial das águas, para trabalharem na sua empresa, por um período de dois anos, com salários pagos pelo Governo, para permitir melhor execução dos projectos de ampliação, manutenção e gestão do sector.

"Após o período de dois anos acredito que podemos executar com êxitos a implementação do projecto de ampliação e gestão do sector das águas, com a aplicação de contadores, o que vai permitir a cobrança regular do consumo por cliente", disse Agostinho Felizardo.

O governador provincial do Cuanza Norte, José Maria Ferraz, anunciou que o Governo central trabalha em parceria com o da China, no sentido deste financiar um novo projecto de captação e tratamento de água potável para a cidade de Ndalatando, a partir do rio Lucala, num percurso de 35 quilómetros.

José Maria Ferraz disse acreditar que o novo projecto pode ser o ideal para colmatar as dificuldades que a população de Ndalatando enfrenta, em termos de consumo de água. Avançou que, enquanto se espera pela materialização do referido memorando, há a necessidade da reabilitação da fonte de captação do monte Redondo, que pode fornecer cerca de 6.000 metros cúbicos de água por dia.

O governador provincial garantiu que a partir das próximas semanas são mobilizadas máquinas e homens ligados às Forças Armadas Angolanas e à Polícia Nacional para a limpeza da picada de acesso à fonte de captação de água, para, em seguida, começarem os trabalhos de engenharia hidráulica.

8.26 Bairros periféricos com mais energia

Jornal de Angola

21 De Maio de 2016

Texto: Domingos Mucuta

Os bairros periféricos da cidade do Lubango contam, nos próximos dias, com mais energia eléctrica, com a conclusão do projecto de extensão da rede de média e baixa tensão, anunciou ontem o director provincial

da Huíla da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE).

Francisco José Femando disse que o projecto de expansão da rede de distribuição de média e baixa tensão abrange a fixação de postos de transformação nos arredores do casco urbano, a expansão para os bairros da Tchavola, Mapunda, Candinda, Nambembe, Joaquim Capango e outras zonas onde nunca houve energia e onde a rede é limitada.

Francisco José Femando sublinhou que os processo abrange igualmente os município da Humpata, Cacula, Cuvango e Matala.

Além da rede de média e baixa tensão, acrescentou, a empresa desenvolve trabalhos de extensão da rede de alta tensão, para garantir melhor distribuição dos serviços e satisfazer os consumidores.

O director da ENDE explicou que a expansão da rede eléctrica para as zonas urbanas e suburbanas está a ser acompanhada de campanhas de mobilização de novos clientes e de sensibilização dos mesmos para a cultura de pegar a energia e contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços postos à disposição da população.

Francisco José Femando frisou que a maior preocupação da empresa neste momento é o elevado número de consumidores sem contratos firmados com a ENDE, cuja cifra supera os actuais 64 mil clientes registados. Acrescentou que o elevado número de consumidores dificulta a cobrança dos serviços e o controlo do pagamento.

"Temos os clientes como as residências ou empresas bem identificadas, pelo facto de terem o contrato firmado com a nossa área comercial. Mas, em contrapartida, existem os consumidores de energia que resistem a não regularizar a situação junto dos nossos serviços. Estes estão na ilegalidade", afirmou Francisco José Fernando, sublinhando que decorre o processo de corte, para desencorajar este comportamento. O director da ENDE na província da Huíla explicou que a capacidade de produção de energia eléctrica dos grupos geradores e da barragem da Matala é de mais de 70 Megawatts, potência suficiente para fornecer o Lubango e arredores. Francisco José Fernando aconselha os consumidores a pagar a energia para evitar cortes no fornecimento.

As campanhas de sensibilização realizadas aos sábados nos bairros do Lubango têm produzido efeitos desejados, sobretudo com o esclarecimentos de dúvidas aos clientes e consumidores, muitos dos quais aproveitam o momento para formalizar

contratos com a empresa. Na última campanha realiza nas imediações dos bairros Lalula e Bula Matady, a empresa, na condição de patrocinadora oficial da edição Miss Lubango, levou o grupo de candidatas ao concurso marcado para o dia 31 de Maio, dia da cidade do Cristo Rei.

O presidente do Comité Miss Lubango, Ângelo Samessele, enalteceu a estratégia de marketing da nova direcção da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), ao juntar o útil ao agradável, colocando a imagem das aspirantes à coroa da mulher mais bela do Lubango para mobilizar os consumidores.

8.27 A energia eléctrica é cara

Jornal O PAÍS

23 De Maio de 2016

Eu vivo no município de Belas, concretamente na comuna do Benfica, bairro Zona Verde 3 - junto ao mercado Família Sagrada, no sentido de quem vai ao Canhangá.

Neste Bairro onde eu vivo, o táxi custa 300Kz e é só até às 18 horas por falta de vias transitáveis.

O Contrato de energia a partir de um PT privado custa 350 mil Kwanzas, sendo que mensalmente se paga 10 mil Kwanzas por mês, pois não temos energia da ENDE.

Não temos vias transitáveis' quando cai chuva não conseguimos sair do bairro.

Não temos acesso a água potável e nem canalização da EPAL A delinquência é a uma realidade, todos os dias os marginais aproveitam a escuridão para fazerem as suas obras.

Não há Esquadra Policial, Escola pública e nem tão pouco hospital num raio de 12Km.

Por favor, venham fazer um retrato deste bairro, nós estamos a sofrer muito e isso é um mal que pode ser resolvido com amor.

Pedimos a intervenção de sua Excelência senhor Governador de Luanda, Hígino Carneiro.

Vivemos em situação lastimável, precisamos apenas duas coisas importantes construção de estrada e a energia eléctrica.

8.28 Retomadas obras de ampliação

Jornal de Angola

23 DE Maio de 2016

Texto: José Chaves

As obras de ampliação da rede de captação e reabilitação dos sistemas de tratamento de água de Andulo, na província do Bié, retomaram há dias, após uma interrupção dos trabalhos por mais de quatro meses, anunciou ontem o administrador municipal adjunto para a área técnica e infra-estruturas.

António Capita disse que o projecto, inserido no Programa de Extensão e Melhoramento do Fornecimento de Água, foi lançado em Maio do ano transito e tem fim previsto para 20 18.

Quando terminarem as obras, a cargo da empresa nacional Kalipre Dassala, Lda, prevê-se um aumento dos níveis de abastecimento para 70 litros de água diariamente por pessoa. Neste momento, a construtora procede à escavação do solo e a implantação da tubagem do tipo PHD. A condução de transporte e a rede de distribuição domiciliar vão ser remodeladas na totalidade.

As obras começam nos sistemas de captação, reservatórios, condutas adutoras e, posteriormente, arrancam os trabalhos na rede de distribuição. O projecto permite 3.700 ligações domiciliare e a construção de 30 chafarizes públicos, para acabar com as roturas constantes na canalização e falhas no abastecimento de água.

O administrador municipal adjunto do Andulo realçou que o sistema de abastecimento possui uma operatividade precária, o que provoca um baixo nível de atendimento regular e a deficiência na qualidade. António Capita disse que o Governo continua a trabalhar para reabilitar e ampliar o sistema de abastecimento e tratamento de água, bem como reforçar as acções de saneamento básico da cidade do Andulo.

O projecto em curso traz grandes benefícios à população, por reconfigurar e potenciar todo o sistema de distribuição, numa altura em que a redistribuição de água na urbe ainda é precária, por possuir um sistema antigo, com mais de 50 anos, disse António Capita.

"Isto fez com que aumentassem as roturas e a incapacidade de suportar a pressão", disse o administrador municipal adjunto para quem a concretização do projecto vai proporcionar aos consumidores água potável, em abundância e de

qualidade. O município do Andulo localiza-se 130 quilómetros a norte da cidade do Cuito e tem 234.791 habitantes.

8.29 Pagamento do começa em Junho

Jornal OPAÍS

25 De Maio de 2016

Foi na sequência do despacho presidencial número 106/2016 de 20 de Maio (que aprova o Plano Provincial de Limpeza Urbana de Luanda) que o secretário de Estado do Ambiente, Sianga Abílio, revelou que a nova taxa de limpeza para a capital passa a ser cobrada dentro de 30 dias.

Os valores a pagar vão dos 500 kwanzas aos 164.000 kwanzas mensais, com base, também, no novo regime jurídico da taxa dos serviços de limpeza.

O Decreto presidencial justifica a cobrança desta taxa com os custos públicos "dispendiosos" implicados na recolha e tratamento dos resíduos sólidos e para "potenciar a receita necessária para otimizar a prestação destes serviços".

"Acredito que dentro de 30 dias começa a funcionar", disse o secretário de Estado do Ambiente Syanga Abílio, citado pela Lusa.

O Decreto presidencial refere que a taxa é devida por cada agregado familiar, inicialmente apenas nas circunscrições administrativas de Luanda, "podendo ser aplicada às outras províncias do país" com as "devidas adaptações".

Este modelo caiu envolto em polémica, tendo em conta as primeiras taxas propostas pelo Governo Provincial de Luanda para colmatar a crise que a falta de verbas gerou na acção de recolha de lixo, que aproximavam-se aos 10.000 kwanzas mensais para as famílias.

Com efeito, essas taxas viriam a ser chumbadas pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, em Abril, tendo sido entretanto revistas em baixa conforme noticiou OPAÍS.

A cobrança será agora feita "juntamente a factura do fornecimento de electricidade" e a receita encaminhada até ao dia 15 do mês seguinte ao Governo Provincial de Luanda, responsável pela contratação das novas empresas, que já começaram a prestar serviços de limpeza.

Nos principais bairros de Luanda, no centro da cidade ou nos seus arredores, como a Maianga, Alvalade, São Paulo, Vila Alice, Maculusso, Miramar,

Mutamba, Ingombota, Bairro Azul, Bairro Popular, Talatona, Urbanização Nova Vida, Bairro Benfica, Morro Bento ou Futungo, entre outros, será paga uma taxa mensal de 2.500 kwanzas.

Noutros bairros menos centrais e nos municípios do Cazenga, Belas, Viana e Cacucaco, a taxa será de 1.500 kwanzas e nos municípios da Quiçama e de Icolo e Bengo cobrar-se-ão 500 kwanzas por mês.

A taxa devida pelas empresas, em função da dimensão, varia entre os 12.500 kwanzas e os 164.000 kwanzas por mês, segundo o mesmo regulamento, já em vigor.

Para as casas sem electricidade, prevê-se a cobrança directa pelas empresas concessionárias da limpeza ou empresas cobradoras, cabendo às administrações municipais a "fiscalização" do pagamento desta taxa, com apoio das comissões de moradores.

A taxa é devida por mês, mas está definido que o pagamento poderá ser feito de forma trimestral, semestral ou anual, sendo a receita totalmente destinada a "suportar os encargos com os serviços de limpeza", lê-se no regulamento.

A ideia inicial sugeria 150 mil, 35 mil, 16 e 10 mil kwanzas, respectivamente. Os técnicos do Ministério das Finanças terão feito um incremento acima dos 14 mil kwanzas para as grandes, cinco mil para as médias, dois mil para as pequenas e dois mil e 500 kwanzas para as microempresas, O dinheiro será depositado numa contada Governo Provincial de Luanda, porém supervisionado pelo Ministério das Finanças. Tal como avançara numa entrevista a OPAÍS o secretário de Estado do Ambiente, Syanga Abílio, o pagamento será feito através das facturas de electricidade distribuídas pela Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE). Os cidadãos que estiverem desprovidos deste serviço terão à porta empresas que serão subcontratadas para recolher as tarifas. O PAÍS apurou que será estabelecido o dia 15 de cada mês como o prazo máximo para o pagamento da taxa de cobrança ao nível da capital do país. O pagamento de uma taxa sobre o lixo produzido pelos cidadãos em Luanda não colheu a simpatia dos partidos na Oposição que, na altura do primeiro anúncio, consideram uma medida prejudicial aos municípios.

8.30 Energia eléctrica e água garantidas em Cabo Ledo

Jornal de Angola

26 De Maio de 2016

Texto: Vitoriano Joaquim

As dificuldades no abastecimento de água, energia, saúde e educação que a população da comuna de Cabo Ledo enfrenta podem ser solucionadas com a implementação de vários projectos, defendeu, ontem, o administrador municipal da Quiçama, Vicente Soares.

Em declarações à imprensa, após a apresentação da nova administradora comunal de Cabo Ledo, Ana Maria, o administrador municipal disse que "a solução para esses problemas passa pela implementação dos projectos existentes, sob responsabilidade do governo da província e do Ministério da Energia e Aguas".

Enquanto se espera pela implementação dos projectos, disse, a Administração Municipal tem feito alguns trabalhos para minimizar as dificuldades.

Em relação à energia eléctrica, Vicente Soares disse que numa primeira fase a comuna vai ser abastecida por um grupo gerador. Os primeiros a beneficiarem de energia serão os habitantes que vivem próximo da Administração Municipal e posteriormente às áreas mais afastadas. Sobre o sector da Saúde, Vicente Soares garantiu que existem infra-estruturas erguidas, mas na falta de quadros.

No domínio habitacional Vicente Soares disse que no âmbito do projecto "Duzentos fogos por município", implementado em todo o país, existem 100 casas em construção na comuna de Cabo Ledo e outras 100 na Muxima.

8.31 Executivo ajuda taxa do lixo

Jornal O PAÍS

26 De Maio de 2016

O executivo angolano aprovou a pauta de valores para comparticipação das famílias e empresas nos custos com a recolha do lixo. A taxa pelo serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos reduziu em, aproximadamente, 70% para os agregados familiares, com destaque para os distritos urbanos cujas taxas reduziram de 10 mil AKZ para 2.500 AKZ e para os condomínios que diminuíram de 15 mil AKZ para 3.500 AKZ. No entanto, as taxas referentes as pessoas colectivas apresentaram, em média, aumento de 4,2%, com a maior elevação a registar-se na taxa aplicada as grandes empresas que evoluiu de 150 mil AKZ para 164 mil AKZ. A cobrança irá abranger a província de Luanda e será integrada à factura de fornecimento de electricidade. As receitas petrolíferas apresentaram o primeiro aumento do ano, registando um crescimento de 43,6% para 102 mil milhões AKZ em Abril, em relação ao registo de 71 mil milhões AKZ referente ao mês anterior, após recuo de 17% em Março. Esta evolução resulta do aumento do preço médio do Brent em 21,5% para 48,13 USD em Abril, que serve de referência para o crude angolano.

Nos USA, a venda de imóveis novos estabeleceu-se no maior nível desde 2008. A estabilidade no mercado laboral associada ao baixo custo do financiamento, impulsionou as vendas para 619 mil imóveis em Abril, o maior nível desde Janeiro de 2008 em que se situou em 627 mil e superior a expectativa dos analistas de 523 mil vendas. Na Alemanha, a taxa de crescimento do PIB trimestral sazonalmente ajustado aumentou em 0,4p.p., impulsionado pelo investimento.

O PIB trimestral cresceu 0,7% no primeiro trimestre de 2016, superior ao registo de 0,3% referente ao trimestre anterior, uma variação de 0,4p.p. As baixas taxas de juro aplicadas na economia alemã, associada a baixa inflação e ao consequente aumento do salário real, propiciaram a contribuição de 0,4p.p. do investimento no PIB e de 0,2p.p. do consumo.

No Brasil, a conta corrente apresentou o primeiro superavit dos últimos 7 anos. O saldo da conta corrente estabeleceu-se em 412 milhões USD em Abril, o primeiro superavit desde Abril de 2009 em que se situou em 105,20 milhões USD e uma melhoria significativa em relação ao défice de 857 milhões USD referente ao mês anterior. A evolução do indicador reflecte o aumento do saldo da balança comercial em 9,6% para 4.861 milhões USD, em Abril.

O departamento de research do Millenium Atlântico destacou esta quarta-feira a divulgação, no Canadá, da taxa de juro de referência referente ao mês de Maio, sendo esperado que se mantivesse em 0,5%. Na Itália, o realce recaiu sobre a publicação das encomendas de fábrica referentes ao mês de Março, após estabelecerem-se em 0,7% no mês anterior.

8.32 Taxa do lixo começa a ser cobrada a partir de Junho

Jornal Grande Notícias

27 De Maio de 2016

Foi na sequência do Despacho presidencial número 106/2016 de 20 de Maio (que aprova o Plano Provincial de limpeza Urbana de Luanda) que o secretário de Estado do Ambiente, Sianga Abílio, revelou que a nova taxa de limpeza para a capital passa a ser cobrada dentro de 30 dias

O Decreto presidencial justifica a cobrança desta taxa com os custos públicos "dispendiosos" implicados na recolha e atamento dos resíduos sólidos e para "potenciar a receita necessária para otimizar a prestação destes serviços". Os valores a pagar vão dos 500 kwanzas aos 164.000 kwanzas mensais, com base, também, o novo regime jurídico da taxa dos serviços de limpeza.

"Acredito que dentro de 30 dias começa a funcionar", disse o secretário de Estado do Ambiente Syanga Abílio, na altura. O Decreto presidencial refere que a taxa é devida por cada agregado familiar, inicialmente apenas nas circunscrições administrativas de Luanda, "podendo ser aplicada às outras províncias do país" com as "devidas adaptações".

A cobrança será agora feita "juntamente com a factura do fornecimento de electricidade" e a receita encaminhada até ao dia 15 do mês seguinte ao Governo Provincial de Luanda, responsável pela contratação das novas empresas, que já começaram a prestar serviços de limpeza.

Nos principais bairros de Luanda, no centro da cidade ou nos seus arredores, como a Maianga, Alvalade, São Paulo, Vila Alice, Maculusso, Miramar, Mutamba, Ingombota, Bairro Azul, Bairro Popular, Nelito Soares, Terra Nova, Talatona, Urbanização Nova Vida, Bairro Benfica, Morro Bento ou Futungo, entre outros, será paga uma taxa mensal de 2.500 kwanzas. Noutros bairros menos centrais e nos municípios do Cazenga, Belas, Viana e Cacuaco, a taxa será de 1.500 kwanzas. Os municípios da

Quiçama e de Icolo e Bengo têm a taxa mais baixa, 500 kwanzas/ mês.

A taxa devida pelas empresas, em função da dimensão, varia entre os 12.500 kwanzas e os 164.000 kwanzas por mês, segundo o mesmo regulamento, já em vigor. Para as casas sem electricidade, prevê-se a cobrança directa pelas empresas concessionárias da limpeza ou empresas cobradoras, cabendo às administrações municipais a "fiscalização" do pagamento desta taxa, com apoio das comissões de moradores.

A taxa é devida por mês, mas está definido que o pagamento poderá ser feito de forma trimestral, semestral ou anual, sendo a receita totalmente destinada a "suportar os encargos com os serviços de limpeza", lê-se no regulamento. A ideia inicial sugeria 150 mil, 35 mil, 16 e 10 mil kwanzas, respectivamente. Uma iniciativa que foi chumbada pelo chefe do Executivo, que levou a redução ora aprovada em Decreto.

8.33 “Fuga” a pagamento da taxa de lixo em Luanda dá multa de 5 mil a 57 mil kz

Jornal Expansão

27 De Maio de 2016

Texto: Félix Abias

As famílias que não pagarem a taxa dos serviços de limpeza de Luanda sujeitam-se a uma multa mínima de 5 mil Kz, e as grandes empresas - às quais se aplica uma taxa mensal de 164 mil Kz poderão ser sancionadas com uma multa de 57.400 Kz indica o diploma que regulamenta o Plano Provincial de Limpeza Urbana de Luanda.

O decreto presidencial, publicado a 20 de Maio passado em Diário da República, determina que a cobrança da taxa se inicia em Junho, e esclarece que o valor das multas - as infracções são definidas em função do previsto no Código Geral Tributário será reduzido em 30% "se o respectivo pagamento for efectuado nos 15 dias subsequentes à data limite para o efeito".

Segundo o diploma, no caso dos agregados familiares, a taxa é cobrada juntamente com a factura do fornecimento de electricidade. E serão depois as empresas fornecedoras de energia a entregar a taxa ao Governo Provincial de Luanda (GPL), que, por seu turno, pagará às operadoras dos serviços de limpeza.

O documento indica que "os agregados familiares que não estejam abrangidos pela rede de distribuição

eléctrica ou que não possam pagar por qualquer outro instrumento disponível pagam por via das empresas operadoras concessionárias ou empresas cobradoras",

No caso das pessoas colectivas, o pagamento deve ser feito directamente por estas junto de uma instituição bancária, administração municipal ou entidade equiparada.

Sistema pode ser 'exportado' para províncias

O documento estabelece que a taxa dos serviços de limpeza de Luanda "pode ser aplicável às outras províncias do País, com as devidas adaptações, mediante diploma regulamentar próprio".

Este modelo, recorde-se, ficou envolto em polémica, tendo em conta as primeiras taxas propostas pelo GPL para colmatar a crise que a falta de verbas gerou na recolha do lixo, que chegavam aos 10.000 Kz mensais para as famílias.

Estas taxas foram 'chumbadas' pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em Abril, sendo, entretanto, revistas em baixa.

Nos principais bairros de Luanda, no centro da cidade ou nos arredores, como a Maianga, Alvalade, São Paulo, Vila Alice, Maculusso, Miramar, Mutamba, Ingombota, Bairro Azul, Bairro Popular, Talatona, Urbanização Nova Vida, Bairro Benfica, Morro Bento ou Futungo, entre outros, será paga uma taxa de mensal de 2.500 Kz. Outros bairros menos centrais e nos municípios do Cazenga, Belas, Viana e Cacucaco, a taxa será de 1.500 Kz, e nos municípios da Quiçama e de Icolo e Bengo cobrar-se-ão 500 Kz por mês.

A taxa devida pelas empresas, em função da dimensão, varia entre os 12.500 Kz e os 164 mil Kz por mês, segundo o mesmo regulamento. As microempresas pagarão 12.500 Kz mensais, as pequenas empresas, institutos e estabelecimentos pública 18.000 Kz, as médias empresas 40.250 Kz e as grandes empresas 164.000 Kz. Nos condomínios, cada unidade pagará 3.500 Kz por mês.

A taxa é devida por mês, mas está definido que o pagamento poderá ser feito de forma trimestral, semestral ou anual, sendo a receita resultante totalmente destinada a "suportar os encargos com os serviços de limpeza", lê-se no regulamento.

Eventos culturais pagam taxa

Segundo o decreto, a realização de eventos culturais, recreativos, desportivos e outros de natureza similar, só será autorizada mediante a prova do contrato para

a recolha e tratamento do lixo, sob pena de multa por transgressão administrativa.

O decreto determina que estão isentos do pagamento da taxa o Estado e quaisquer estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, excepto as empresas públicas, institutos públicos, estabelecimentos públicos, bem como os Órgãos da Administração Indirecta do Estado".

8.34 Cambambe II a trinta dias de gerar electricidade

Jornal O país

31 De Maio De 2016

Texto: André Mussamo

Marcava o relógio 17h 15 e a brisa fria agravada pela humidade, que se eleva a jusante do ponto de descarga das águas do rio depois de aproveitada a sua força hídrica para girar as máquinas eléctricas, aconselhava agasalho.

Todavia, muitos funcionários, alguns vindos de Luanda, não arredaram pé até que soou o ultimo alarme a assinalar a chegada ao ponto de poiso de mais um rotor (gerador eléctrico) na Casa de Força.

Tratava-se da descida da segunda máquina geradora de electricidade que estava a ser colocada no seu destino final, através da ponte rolante, uma operação que daqui para frente só se repete mais duas vezes, nomeadamente na descida da penúltima daqui a 4 meses e da última, em Dezembro deste ano.

Até que a última das 4 máquinas desça ao destino, algures em Angola(principalmente na grande urbe luandina),alguém já terá uma lâmpada acesa ou um electrodoméstico a funcionar graças a transformação da força hídrica do rio kwanza em energia eléctrica.

Antes que tudo isso aconteça, nesta fase decorre umas das mais delicadas operações no processo de construção de uma barragem, pelo que na segunda-feira, 23, apesar de familiarizados com a obra, ninguém quis perder a emocionante e complexa operação de descida do gigantesco gerador eléctrico com milhares de toneladas.

No leito definitivo já lá se encontrava o primeiro rotor e tão logo o segundo foi acondicionada pelo guindaste especial começou a montagem da terceira máquina.

Com a construção da central número 2, que comportará 4 grupos geradores, cada um com

capacidade de 175 MW, totalizando 700 MW, que somados a produção da central 1, o AHC terá uma capacidade total de produção de 960 MW, ou seja o quántuplo do que produzia.

Segundo o engenheiro Alberto Carneiro, "o facto vai provocar um impacto muito grande que pode não colmatar o déficite todo, mas de certeza que o déficite energético baixa significativamente".

A 30 de Junho, segundo previsão, poderá ser alcançada a quota mínima para fazer "o primeiro giro ensaio" da máquina. Para tal é preciso ter o conduto cheio.

O ensaio só pode ser feito com o armazenamento da água a atingir no mínimo os 125 metros acima do nível médio das águas do oceano em repouso.

Para subir o nível da água na albufeira já foi fechada a comporta de descarga de fundo e começou o processo de enchimento. Conta o especialista que não tarda se iniciarão os chamados testes molhados (os efectuados com água) e o condicionamento a quente (os testes feitos com a máquina a gerar electricidade).

Para nos fazer perceber a delicadeza da fase em que se encontra AHC, Alberto Carneiro faz uma analogia simples ao afirmar que é como o carro, "quando se monta as suas peças são fiscalizadas e verificadas uma a uma. No final é preciso colocar o total de componentes em funcionamento simultâneo e ver como reage a máquina".

No dia 1 de Julho poderá ser feito o sincronismo que equivale a colocar todas as partes verificadas individualmente a funcionar como um grupo.

Em simultâneo decorrem os trabalhos no parque de linhas, com pátios de 60, 220 e 400 Quilowatts (KV), visando permitir o escoamento para Luanda (o maior centro consumidor da energia de Cambambe na região Norte). Segundo estimativa, o Aproveitamento Hidroeléctrico Cambambe poderá servir cerca de 8 milhões de habitantes.

Dito desta forma seria energia suficiente para atender as necessidades de Luanda, mas o especialista chama atenção para o efectos de ser necessário igualmente redimensionar a infra-estrutura de transporte e distribuição.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 A batalha que ainda está longe da meta

Jornal de Angola

13 De Maio de 2016

Texto: David Filipe

A jovem Ermelinda Gomes, que sonha ser ministra da Economia, encara com optimismo o facto de haver algumas governantes mulheres, mas admite que ainda "falta muito para atingir a igualdade género em Angola".

"As mulheres precisam de um lugar na tomada de decisões neste país", defende a jovem, de 26 anos de idade, acrescentando que "o actual combate à discriminação das mulheres na sociedade angolana é irreversível".

"Estou satisfeita por ver mulheres nos cargos de ministras, governadoras, secretárias de Estado e vice-ministras. Não há dúvidas, que surgiu uma nova consciência disposta a vencer o fatalismo e a resignação".

Ermelinda Gomes aponta o dia em que Ana Dias Lourenço, ex-ministra do Plano, foi indicada pelo Presidente José Eduardo dos Santos para assumir o lugar reservado a Angola no Board do Banco Mundial, como um dos dias mais "úteis" na afirmação das mulheres no país.

"A partir daí, percebi que a mulher joga um papel preponderante, anteriormente relegado para segundo plano" sublinha a estudante universitária. Mónica Cabral, funcionária pública, reconhece avanços significativos, no que se refere à participação activa da mulher em processos de tomada de decisão. "As mulheres que ocupam cargos no Executivo têm revelado uma capacidade impressionante, não obstante existirem ainda desafios a serem superados para que haja igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no país", explica.

As questões culturais, a falta de consciência da importância da participação activa da mulher em diferentes frentes são algumas das barreiras que ainda impedem que se alcance o objectivo da igualdade. "Devido a estas restrições, são poucas as mulheres angolanas que ocupavam cargos de tomada

de decisão. Felizmente, as coisas estão a mudar significativamente", reconhece.

A enfermeira Nádia Santos, que admira a ministra do Ambiente, Fátima Jardim, destaca que "mulheres homens, em articulação, podem cumprir melhor as suas responsabilidades quando são chamados a ocupar cargos no aparelho do Estado". A capacidade revelada por Fátima Jardim "é fruto" de vários cargos ministeriais que vem ocupando. Para além do Ambiente, foi ministra das Pescas. "É uma mulher eloquente", valoriza. A enfermeira acredita que, nos próximos tempos, as mulheres poderão aumentar a sua presença em cargos e decisão, um caminho normal tendo em conta o peso que elas têm na sociedade angolana. "As mulheres jogam um papel importante em Angola. Elas representam mais de metade da população eleitoral (13 milhões, 289 mil 983 mulheres, de acordo com os dados definitivos do Censo Populacional) e têm participado activamente nas campanhas eleitorais", destaca. "Com esta percentagem" - justifica Nádia Santos - "as mulheres terão, nos próximos tempos, uma boa representação no que respeita à sua participação política na tomada de decisões e na conquista de cargos de liderança.

A cabeleireira Eva Lona sente que o poder feminino no aparelho do Estado atingiu já um nível recorde. "Tenho muitas clientes que são directoras nacionais, chefes de departamento, secção e chefes de divisões de vários ministérios. É uma alegria", resume.

O professor universitário Mavangamo Neto reconhece o papel das mulheres governantes em Angola e defende que elas "devem estar bem representadas nas instituições governamentais".

Quem não vê com bons olhos algumas mulheres em lugares de decisão é Amadeu Nito, despedido há cinco anos de um ministério, cujo nome não quis revelar. "A nossa chefe era muito "chata", embirrava com tudo e com todos", desabafa, salientando que a arrogância "era a sua imagem de marca". Segundo ele, a afirmação de que as mulheres são governantes com mais sentimento é relativa. "Essa mulher que era minha chefe, na verdade, é competente mas é insurrecta", acusa, acrescentando que "há homens governantes muito humanos".

UÍGE É EXEMPLO A SEGUIR

A província do Uíge é a única no país que cumpre os convénios internacionais relativamente à situação mulher na tomada de decisões políticas, sendo o único em Angola onde há paridade nos órgãos de administração municipal. Em 16 municípios que compõem a província, oito são dirigidos por mulheres.

A decisão partiu do próprio executivo local e visa dar mais espaço ao género. Apesar de muitos obstáculos, as mulheres em cargos de poder de tomada de decisão têm dado passos significativos para o desenvolvimento das comunidades locais e, por isso os responsáveis provinciais decidiram apostar no incremento de mulheres em lugares-chave.

Angola subscreveu vários instrumentos legais regionais e internacionais que advogam o aumento ou igual representação de mulheres em posições decisivas, que envolvem a tomada de decisões, tais como a Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, a Plataforma de Beijing para a Acção e o Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento.

Neste último documento, relativo à SADC, os signatários comprometeram-se a trabalhar no sentido de assegurar que, até 2015, se atinge a metade de 50 por cento de mulheres nas posições de tomada de decisões, tanto no sector público, como no privado.

No caso do Uíge, o compromisso já foi atingido. Nos 16 municípios que compõem a região, oito são administrados por mulheres: Negage, Rosa Pedro Afonso Garcia; Songo Adalina

Figueiredo Alexandre Pinto; Bungo, Helena Antunes Ferraz; Damba, Maria Fernando Cavungo; Quitexe, Maria Odete Pinto; Milunga, Delfina António Henriques; Bembe, ElisaMa- futa e Mucaba, Piedade Samuel Hebo.

"As mulheres não podem ser tratadas como cidadãos de segunda classe. Desde que foram nomeadas administradoras vimos, que seu potencial é uma mais-valia para o funcionamento do nosso aparelho governamental afirmou fonte do governo provincial

Nas últimas conferências municipais do partido no poder, o MPLA, esse grosso de senhoras foram indicadas, a dirigirem também o partido nos municípios.

"O brilho no desempenho das suas funções garante-nos, uma confiança absoluta, para que nos próximos tempos nomearmos outras senhoras nos cargos de direcção do governo local, municipal e comunal", esclareceu.

O governo do Uíge não está à margem das convenções internacionais sobre a promoção de mulheres nos cargos governamentais.

"As mulheres não podem ser tratadas como cidadãos de segunda classe", refere fonte do governo

provincial. "Desde que foram nomeadas administradoras, vimos que o seu potencial é uma mais-valia para o funcionamento do nosso aparelho governamental", sublinha.

Segundo apurou o Novo Jornal, quem visita estes municípios pode constatar o grau de organização dos Serviços administrativos e a limpeza de sedes municipais e comunais.

PARTIDOS POLITICOS NÃO CUMPREM OBJECTIVO DA IGUALDADE

A aprovação da nova Constituição em Janeiro de 2010, deitou por terra o sonho de muitas mulheres que pretendiam concorrer, como independentes, às eleições gerais para a presidência da República.

A nova Constituição estipula que as candidaturas para o lugar de Presidente da República são propostas pelos partidos políticos ou por coligações de partidos políticos, o que inviabiliza a apresentação de candidaturas autónomas e limita o acesso de mulheres ao mais alto cargo da Nação.

Em Angola, dos cinco partidos representados na Assembleia Nacional, apenas a coligação CASA-CE tem uma vice-presidente. Na opinião do analista político António Sambuanga, apesar de as mulheres representarem a maioria do colégio eleitoral do país, o que é facto é que ainda existem muitos entraves a uma maior participação feminina na política.

"A mulher não é só, vida doméstica ou lar. Elas, politicamente, são fortes. É preciso reverter este quadro da sub-representação, pois não é admissível construir a verdadeira democracia sem a participação efectiva das mulheres nas esferas do poder político", defendeu.

António Sambuanga doutro lado, os esforços que o partido no poder vem evidenciando para colocar as mulheres em lugares cimeiros. "Temos de reconhecer. O MPLA, por exemplo, tem Uma mulher como primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional, Joana Una. Isso já é muito bom", acrescentou.

O ancião Tomas Buela lamenta não haver no país uma mulher que seja líder de um partido político. Desde que morreu Anália de Vitoria Pereira, a "torneira fechou".

"É a partir dos partidos políticos que as mulheres ascendem rapidamente aos cargos governamentais. Se não houver uma representação feminina em peso nos partidos é difícil atingir tais cargos", conclui.

O SONHO DE GOVERNAR ANGOLA

Os entrevistados do Novo Jornal acreditam que as mulheres têm maior probabilidade de reunir as qualidades necessárias para serem bons governantes. Em Angola, as mulheres já não têm espaços fechados entre os homens. O número delas, tanto na administração pública, como nos órgãos de decisão política e ao nível do partido no poder, tem aumentado.

Dados mais recentes indicam que na administração central há uma presença feminina, mas muito longe da masculina. Ao nível ministerial, há cinco ministras em 35 ministérios existentes.

. No restante aparelho do Estado temos duas temos duas governadoras provinciais, 10 vice-

-governadoras, 43 administradores municipais, 36 adjuntos, 47 administradoras comunais e 69 adjuntas.

Na opinião do historiador Ernesto Mbwyty, as mulheres na política têm estado historicamente representadas em várias sociedades, mas nunca em situação de igualdade, relativamente aos homens.

"Em alguns países, as mulheres têm sido eleitas como Chefes de Estado e do Governo. Em Angola, também um dia isso pode acontecer", admitiu, lamentando que a mulher, ao longo da história da humanidade, tenha de enfrentar "diferentes níveis de discriminação"

"Actualmente, a presença da mulher no espaço sociopolítico oferece a chance de se buscarem metas e objectivos de um grupo com maior eficiência. Elas estão -ao lado dos homens, desenvolvendo e pensando Angola", acrescentou.

Eva Milonga, doméstica, sonha ver uma Angola dirigida por uma mulher. "Chegou o momento de uma mulher governar este país. Já mostrámos que estamos em condições", frisou.

Para ela, "este é o momento de uma mulher governar o país", para mostrar que têm "capacidade de dar continuidade ao processo de desenvolvimento de Angola".

A estudante universitária Ermelinda Neves avança nomes de mulheres que, neste momento, estão em condições de governar Angola. "A senhora Ana Dias Lourenço, Joana tina e Albina Assis, no MPLA. Na oposição, temos Miraldina Jamba e Clarisse Kaputo, entre outras personalidades femininas em condições de exercer o cargo", enumerou.

MULHERES EM CRESCIMENTO

Segundo dados oficiais, em Angola, as mulheres avançaram muito na escolaridade, ultrapassando os homens em quase todas as universidades e escolas de ensino médio.

A sua expectativa de vida tende a crescer e a sua participação na força de trabalho remunerada explodiu, como atestam todos os indicadores demográficos e económicos.

'Actualmente, as mulheres representam cerca de 40% da força de trabalho no país. Todavia, ainda há um longo caminho a percorrer', para atingir aquele que era o terceiro dos oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que tinha como meta o ano de 2015, como se depreende da leitura dos dados do Ministério da Administração do Território (MAT).

Angola possui uma boa representação no Parlamento - 36,8% dos deputados são mulheres - o que faz com que Angola tenha ultrapassado a meta definida pela Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que estabeleceu um mínimo de 30 por cento para a representação feminina nos parlamentos nacionais, estando entre os cinco Estados-membros que estão perto da paridade.

Em termos mundiais, Angola não está mal posicionada. O país ocupa a 19ª posição, de acordo com o Relatório da União Interparlamentar, divulgado a 5 de Março em Genebra, na Suíça.

Ao nível do Governo, a tabela elaborada pelo MAT demonstra que as mulheres ocupam cargos em vários serviços administrativos.

9.2 Alunos sensibilizam populares

Jornal de Angola
1 De Junho de 2016
Texto: Ana Paulo

A representante do Instituto Nacional da Criança (INAC), Angelina Francisco, disse ao Jornal de Angola que o índice de violência contra a criança em Luanda é elevado, sendo os abusos sexuais, a fuga à paternidade, os maus tratos e o bullying os principais casos.

A campanha de sensibilização teve como principais focos os educadores, familiares, encarregados de educação e a sociedade civil.

Angelina Francisco disse que 150 crianças das escolas 101 e 108 do Distrito da Ingombota distribuíram mais de 300 cartazes aos peões e automobilistas que circulavam na Baixa de Luanda. Os folhetos foram distribuídos com o objectivo de sensibilizar as pessoas para a triste realidade da violência contra a criança, com o surgimento de casos, quase diariamente, que chocam e horrorizam a sociedade.

"O Instituto Nacional da Criança tem uma série de acções contra a violência sobre as crianças. Esta semana, particularmente, é de reflexão sobre a violência e os direitos das crianças", afirmou. A chefe da Repartição de Educação do Distrito Urbano da Ingombota, Edna Costa, disse que a distribuição de cartazes é importante para a população reflectir sobre os cuidados a ter com as crianças.

Edna Costa aconselha os familiares, professores e encarregados de educação a prestarem mais atenção e cuidados à criança, "aconselhando-a e compreendendo-a, para que ela melhor se desenvolva".

A professora do primeiro ciclo da escola 1 00 1, do Distrito da Ingombota, Laura Dala, referiu que, numa das turmas que leccionou, em 2015, deparou-se com uma aluna que sofria de maus tratos em casa dos tios, a ponto de não ser devidamente alimentada e ir à escola com fome.

Contou que a direcção da escola interveio, enviando alguns professores a casa da aluna. "Fomos e, graças a Deus, tivemos um resultado positivo e ela terminou o ensino primário com sucesso". A programação do INAC em Luanda, para hoje, Dia Internacional da Criança, inclui a visita de grupos de crianças ao Museu da Moeda. No dia 6, segunda-feira, realiza-se uma palestra na Escola Alda Lara, sobre o tema "A importância da Preservação do Meio Ambiente".

9.3 Casos de violência doméstica estão em análise na província

Jornal De Angola

7 De Maio de 2016

Texto: Daniel Benjamim

A violência doméstica, a fuga à paternidade, abandono de lares, divórcios e tantos outros factores negativos que põem em causa a boa convivência no seio familiar, estão a causar a desestruturação de muitas famílias, disse ontem, no Luena, a vice-governadora do Moxico para o Sector Económico, Maria Germânia António.

A vice-governadora do Moxico, que falava na abertura da 19ª sessão do Conselho Provincial da Família, afirmou que o papel da mulher na família assume uma relevância incontestável, quer na educação dos filhos, como no desenvolvimento e manutenção da estrutura que compõe o núcleo fundamental da sociedade.

"A família tem a incumbência de educar, preparar e gerir pessoas para o correcto fundamento do tecido social", e por isso, sublinhou, "se a família não estiver a formar ou colocar na sociedade pessoas com condutas decentes, íntegras e justas, dificilmente poderemos ter um país harmonioso, que preserva a paz e o amor", disse.

A vice-governadora da província do Moxico para o Sector Económico realçou que o Executivo sempre prestou atenção particular à família, valorizando cada vez mais o seu estatuto social, na defesa dos seus direitos e liberdades fundamentais, assegurando deste modo o exercício de uma plena cidadania e inclusão social.

Temas em debate

Maria Germânia António encorajou os participantes ao Conselho Provincial da Família, órgão de consulta da Direcção Provincial do Moxico da Família e Promoção da Mulher, a reflectirem com profundidade sobre a importância da família na sociedade e, a partir dos assuntos em debate, encontrarem mecanismos que promovam valores que sirvam de modelo, no quadro do projecto "minha família, minha inspiração"

Durante o encontro, que de princípio termina hoje, estão a ser debatidos, entre outros, temas como "Minha família, minha inspiração", "Perspectiva de educação e promoção de modelos de referência na sociedade", "O papel da família e da comunidade na promoção de uma cidadania activa e participativa", "A participação do cidadão no saneamento e desenvolvimento das suas comunidades" e "O papel da família na diversificação da economia".

9.4 Reforçados mecanismos da Lei

Jornal de Angola

30 De Maio de 2016

O Governo está a implementar um programa de alargamento da rede de casas de abrigo e gabinetes especializados nas esquadras de polícia e hospitais em todo o território nacional, para o atendimento às

vítimas de violência doméstica e a criação de correspondentes de equipas multisectoriais de assistência às vítimas.

O anúncio foi feito pelo secretário de Estado para os Direitos Humanos, António Bento Bembe, quando discursava na abertura da mesa redonda sobre violência doméstica, numa organização conjunta do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e do Instituto Superior João Paulo II. No âmbito da implementação do Plano Executivo de Combate à Violência Doméstica, disse, o Serviço Nacional de Investigação Criminal criou um departamento especializado no atendimento de queixas relacionadas com esta matéria e foram criadas mais secções na sala de crimes comuns nos tribunais provinciais.

Esta sala está vocacionada para atender as questões de violência doméstica e resolver as compensações das vítimas pelo juiz de direito, mediante uma sentença.

9.5 Alunos sensibilizam populares

Jornal de Angola

1 De Junho de 2016

Texto: Ana Paulo

A representante do Instituto Nacional da Criança (INAC), Angelina Francisco, disse ao Jornal de Angola que o índice de violência contra a criança em Luanda é elevado, sendo os abusos sexuais, a fuga à paternidade, os maus tratos e o bullying os principais casos.

A campanha de sensibilização teve como principais focos os educadores, familiares, encarregados de educação e a sociedade civil.

Angelina Francisco disse que 150 crianças das escolas 101 e 108 do Distrito da Ingombota distribuíram mais de 300 cartazes aos peões e automobilistas que circulavam na Baixa de Luanda. Os folhetos foram distribuídos com o objectivo de sensibilizar as pessoas para a triste realidade da violência contra a criança, com o surgimento de casos, quase diariamente, que chocam e horrorizam a sociedade.

"O Instituto Nacional da Criança tem uma série de acções contra a violência sobre as crianças. Esta semana, particularmente, é de reflexão sobre a violência e os direitos das crianças", afirmou. A chefe da Repartição de Educação do Distrito Urbano da Ingombota, Edna Costa, disse que a distribuição de cartazes é importante para a população reflectir sobre os cuidados a ter com as crianças.

Edna Costa aconselha os familiares, professores e encarregados de educação a prestarem mais atenção e cuidados à criança, "aconselhando-a e compreendendo-a, para que ela melhor se desenvolva".

A professora do primeiro ciclo da escola 1 00 1, do Distrito da Ingombota, Laura Dala, referiu que, numa das turmas que leccionou, em 2015, deparou-se com uma aluna que sofria de maus tratos em casa dos tios, a ponto de não ser devidamente alimentada e ir à escola com fome.

Contou que a direcção da escola interveio, enviando alguns professores a casa da aluna. "Fomos e, graças a Deus, tivemos um resultado positivo e ela terminou o ensino primário com sucesso". A programação do INAC em Luanda, para hoje, Dia Internacional da Criança, inclui a visita de grupos de crianças ao Museu da Moeda. No dia 6, segunda-feira, realiza-se uma palestra na Escola Alda Lara, sobre o tema "A importância da Preservação do Meio Ambiente".

9.6 Huila regista 46 crimes em três dias

Jornal O País

4 De Maio de 2016

Os dois homicídios acima mencionados fazem parte de um leque de 46 crimes registados durante o fim-de-semana prolongado, dos quais 33 foram esclarecidos e resultaram na detenção preventiva de igual número de supostos autores. Consta ainda do balanço um crime de tráfico de cocaína.

"Foram registados 13 acidentes de viação, dos quais resultou a morte de um cidadão e o ferimento de outros nove. Por ter sido um final de semana prolongado julgava-se que ocorreriam mais acidentes, felizmente, não foi isso o que aconteceu", detalhou. Acrescentou de seguida que "em termos gerais, o município do Lubango lidera a lista de ocorrências com 31 crimes, seguido da Matala com três".

Já os municípios da Humpata, do Kipungo e dos Gambos destacam-se pelo volume de acidentes ocorridos durante o período em análise. Os acidentes, segundo aquela alta patente do Comando Provincial da Polícia Nacional nas terras da Chela, terão sido consequência de excessos de velocidade e má travessia dos piões.

9.7 Casos de violência doméstica estão em análise na província

Jornal De Angola

7 De Maio de 2016

Texto: Daniel Benjamim

A violência doméstica, a fuga à paternidade, abandono de lares, divórcios e tantos outros factores negativos que põem em causa a boa convivência no seio familiar, estão a causar a desestruturação de muitas famílias, disse ontem, no Luena, a vice-governadora do Moxico para o Sector Económico, Maria Germânia António.

A vice-governadora do Moxico, que falava na abertura da 19a sessão do Conselho Provincial da Família, afirmou que o papel da mulher na família assume uma relevância incontestável, quer na educação dos filhos, como no desenvolvimento e manutenção da estrutura que compõe o núcleo fundamental da sociedade.

"A família tem a incumbência de educar, preparar e gerir pessoas para o correcto fundamento do tecido social", e por isso, sublinhou, "se a família não estiver a formar ou colocar na sociedade pessoas com condutas decentes, íntegras e justas, dificilmente poderemos ter um país harmonioso, que preserva a paz e o amor", disse.

A vice-governadora da província do Moxico para o Sector Económico realçou que o Executivo sempre prestou atenção particular à família, valorizando cada vez mais o seu estatuto social, na defesa dos seus direitos e liberdades fundamentais, assegurando deste modo o exercício de uma plena cidadania e inclusão social.

Temas em debate

Maria Germânia António encorajou os participantes ao Conselho Provincial da Família, órgão de consulta da Direcção Provincial do Moxico da Família e Promoção da Mulher, a reflectirem com profundidade sobre a importância da família na sociedade e, a partir dos assuntos em debate, encontrarem mecanismos que promovam valores que sirvam de modelo, no quadro do projecto "minha família, minha inspiração"

Durante o encontro, que de princípio termina hoje, estão a ser debatidos, entre outros, temas como "Minha família, minha inspiração", "Perspectiva de educação e promoção de modelos de referência na sociedade", "O papel da família e da comunidade na promoção de uma cidadania activa e participativa", "A participação do cidadão no saneamento e

desenvolvimento das suas comunidades" e "O papel da família na diversificação da economia".

9.8 Policia tem plano para crimes nas universidades contados

Jornal O País

12 De Maio de 2016

Texto: Domingos Bento

De acordo com Mateus André, director provincial da Ordem Pública, as treze universidades e vinte e três institutos superiores existentes em Luanda enfrentam sérios problemas de segurança, situação que tem facilitado o cometimento de acções delituosas, com destaque para roubos, violações sexuais, agressões e outras atitudes que atentam contra a segurança e a tranquilidade. Porém, para contrariar essas práticas, foi criado um plano de prevenção e combate à criminalidade que, nos próximos dias, vai devolver a segurança à comunidade estudantil e aos funcionários das instituições do ensino superior.

Do referido plano, segundo o superintendente-chefe Mateus André, constam uma série de medidas concertadas e sistematizadas por parte dos órgãos de Polícia e que vai implicar a participação das direcções das instituições de ensino, bem como dos próprios discentes e docentes. Entre as medidas, constam o intensificar do Patrulhamento policial nos arredores e principais acessos das instituições de ensino, a construção de postos policiais e, ainda, a implementação de um trabalho profundo de combate ao fenómeno de recibos bancários falsos e a venda de estupefacientes nos recintos escolares.

Já as universidades, conforme acentuou, terão também de adoptar uma série de medidas administrativas. Fazem parte delas a aquisição de detectores de metais para inviabilizar o acesso de estudantes nas instalações com objectos contundentes, a implantação de sistemas de videovigilância, a implementação do passe de identificação dos estudantes e mecanismos de controlo e registo das entradas e saídas de visitantes.

O director provincial da Polícia da Ordem Pública considerou também que todas as universidades terão ainda que proceder ao cadastramento dos indivíduos ligados às empresas privadas de segurança que prestam serviços aos estabelecimentos de ensino, de forma a se aferir o seu passado criminal. Conforme precisou, esses indivíduos, em muitos casos, são os principais agentes e colaboradores nas acções delituosas que ocorrem. No âmbito do policiamento de proximidade, as associações de estudantes das universidades e institutos superiores devem

igualmente solicitar aos comandos de divisão da Polícia a realização periódica de palestras relativas à segurança.

No entanto, Mateus André deu a conhecer, por outro lado, que as medidas avançadas devem ser implementadas urgentemente e ao longo de todo ano lectivo, para evitar que mais pessoas sejam vítimas da onda de criminalidade.

"A segurança pública das instituições de ensino superior em Luanda requer a adopção de medidas concertadas e sistematizadas por parte dos órgãos de Polícia e o mundo académico. Assim, aconselha-se o envolvimento respectivamente, das direcções, docentes e discentes dessas instituições, face à crescente tendência de deslocalização de crimes por esses espaços", frisou.

Por seu turno, o segundo comandante provincial de Luanda da Polícia Nacional, Francisco Ríbas, sublinha que a concretização das medidas contidas no plano estratégico de prevenção e combate à criminalidade só vai surtir efeito se a colaboração de todos for um facto. Segundo o comissário, é preciso criar mecanismos de interacção suportados por parceiros que viabilizem a urgente operacionalização da estratégia de policiamento de proximidade face aos problemas diagnosticados e garantir que a ordem e tranquilidade públicas prevaleçam continuamente, bem como os seus princípios e planos sejam materializados.

"Este não é um plano da Polícia Nacional. É um plano de todos nós, particularmente daqueles que frequentam as instituições do ensino superior. Neste sentido, devemos todos colaborar para que o seu êxito seja um facto", explicou.

Estudantes exigem mais

Já os estudantes universitários presentes no acto de lançamento do plano estratégico de prevenção e combate à criminalidade, acham que as medidas não deverão ser aplicadas apenas nos recintos escolares. Devem ser abrangentes também aos arredores das universidades, por serem os locais nos quais têm lugar grande parte das acções delituosas.

"Normalmente, os roubos acontecem nos espaços adjacentes às universidades. Principalmente o roubo de viaturas. Este Estado deve forçar as universidades a investirem na construção de parques de estacionamento. Isso devia evitar muitos crimes", atestou Carlos Fonseca, estudante da universidade Metodista.

9.9 Câmara de Comércio alerta para crimes contra chineses em Angola

Jornal O País

13 De Maio de 2016

O presidente da Câmara de Comércio da China em Angola, Liu Yiyong, alertou esta semana as empresas chinesas para a necessidade de aumentarem as medidas de segurança para se protegerem do ascendente da criminalidade no país.

Em entrevista à agência oficial de notícias chinesa, Xinhua, Liu Yiyong lembrou que crimes contra chineses estão em alta em Angola em virtude da recessão económica que se instalou no segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana. Na Quarta-feira, 11, a Câmara de Comércio organizou um seminário sobre os riscos de segurança em Angola, em colaboração com a embaixada chinesa e com a International SOS, uma empresa que fornece serviços médicos e segurança a trabalhadores e expatriados em países estrangeiros.

Segundo a agência de notícias chinesa, mais de 30 grandes empresas chinesas participaram no evento, no qual o responsável pela segurança na embaixada chinesa, Li Guangming, defendeu que as companhias chinesas devam investir mais na segurança e em medidas de protecção.

Actualmente há mais de 500 empresas chinesas operando em Angola. Nos últimos tempos, uma série de assassinatos e assaltos tiveram como alvo predilecto também cidadãos chineses, na maioria negociantes e empresários que operam preferencialmente em Luanda.

Constaram ainda a onda delituosa actual contra nacionais da China, pela via de raptos e burlas.

Entretanto, o director provincial da Polícia de Ordem Pública de Luanda confirmou a ocorrência de raptos tendo como alvos preferenciais cidadãos estrangeiros. O oficial da Polícia Nacional, recordou que entre 2014 e 2015, a maior preocupação das autoridades prendia-se com os roubos "à saída e entrada" dos bancos, que rendiam "valores avultadíssimos", em dólares ou kwanzas.

No entanto, devido à falta de divisas no país, nas últimas semanas, este tipo de roubo terá rendido pouco a "quem já roubava USD cento e tal mil", sublinhou o superintendente-chefe Mateus, e agora a tendência dos criminosos, é modificar o seu modus operandi e elegerem novos alvos. No último mês, há registo do homicídio violento que vitimou três

portugueses em Luanda, entre os quais um casal morto a tiro à frente do filho, casos que, segundo a Polícia, estão sob investigação.

9.10 Mais de 27 Moto-taxistas mortos em assaltos

Jornal O País

13 De Maio de 2016

Texto: Domingos Bento

A Associação dos Moto-taxistas de Angola (AMOTRANG) está preocupada com a onda de assaltos que têm vitimado os seus associados. Só no período de 10 de Janeiro a 8 de Maio de 2016, esta instituição registou, ao nível da província de Luanda, cerca de 127 roubos de motorizadas, 88 dos quais com recurso a armas de fogo. Destes roubos, 27 Moto-taxistas foram mortalmente baleados e 57 sofreram ferimentos graves.

Segundo o presidente da AMOTRANG, Bento Rafael, os municípios de Cacuaco, Viana e Belas são as zonas de Luanda que foram palco das ocorrências que enlutaram dezenas de famílias. Grande parte dos assassinatos tiveram lugar porque as vítimas fizeram resistência ao assalto dos seus meios, detalhou a fonte.

"Notámos que grande parte das mortes só acontecem porque há resistência dos nossos associados. É que, por ser o seu único meio de sustento, não aceitam entregar as motorizadas. E os marginais não gostam disso. Por esse motivo é que se socorrem da força para realizarem os seus propósitos. O que é muito mau, são vidas que se perdem", lamentou. Comparativamente aos anos anteriores, Bento Rafael frisou que a onda de perseguições e assaltos a Moto-taxistas tem disparado em Luanda. Esta situação, explicou, está ligada à alta de desemprego e à falta de ocupações nos tempos livres a que muitos jovens estão votados e que no crime encontram a única saída para sobreviver.

"Ainda não chegámos a meio do ano e já estamos com este número expressivo. Inquieta-nos muito. Se andar pelos bairros verá boa parte dos jovens desempregados, sem ocupação. Estes é que cometem as acções delituosas contra os nossos associados. E o mais perigoso, é que tiram vidas", explicou. De acordo com Bento Rafael, os crimes acontecem maioritariamente nos períodos da manhã e da noite. Os jovens Moto-taxistas provenientes da parte Sul do país são os que mais têm sido mortos. "É sempre que são assassinados somos obrigados a fazer a

transladação dos corpos e a apoiar nas despesas do óbito. A maior parte destes jovens são de famílias com baixo rendimento. Entram nessa actividade porque não têm alternativas".

O presidente da Associação dos Mototaxistas de Angola referiu ainda que o fraco policiamento no interior dos bairros facilita a vida dos marginais que agem ao seu bel-prazer, munidos de armas de fogo e outros meios para intimidar as suas vítimas. "A Polícia nacional tem sido nossa parceira. Mas seria bom se reforçassem o patrulhamento nos bairros. Não podemos continuar a registar a morte de jovens indefesos que, à semelhança de outros, lutam para sobreviverem com enormes dificuldades, mas com justiça. Sem prejudicar ninguém", atestou Bento Rafael, que controla, por via da AMOTRANG, mais de 300mil Moto-taxistas em todo o país.

Contactado por este jornal, o porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, Mateus Rodrigues, não aceitou pronunciar-se sobre o assunto, tendo remetido o caso ao intendente Engrácia Costa, chefe do Gabinete de Comunicação e Imagem, que também se mostrou indisponível.

Moto-taxistas optam por justiça por mãos próprias

Cansados da presente onda de assaltos, mototaxista entrevistados por O PAÍS, disseram que uma das vias para acabar com o roubo de motorizadas consiste em apostar na justiça por mãos próprias. Em Viana, Belas e Cazenga, a prática já é muito frequente, asseguraram os operadores. Nessas zonas, sempre que um meliante é flagrado, é espancado e só depois é conduzido à Polícia.

"Primeiro agimos da nossa maneira, só depois é que a Polícia actua. É que são muitos assaltos. Eles não têm pena de nós. Todos os dias, aqui rouba-se motorizadas. São custos. Não podemos continuar a temê-los. Por isso é que às vezes recorremos a justiça pelas nossas próprias mãos", afirmou Paulo Daniel, mototaxista do município de Viana.

Formar a para evitar acidentes

Outro aspecto que continua a preocupar a direcção da AMOTRANG prende-se com os acidentes rodoviários envolvendo Moto-taxistas.

O desconhecimento do Código da Estradas é a principal razão deste mal que, só no primeiro semestre do ano passado, registou um total de 364 acidentes que resultaram na morte de 237 pessoas e no ferimento grave de outras 402.

Para solucionar o problema, Bento Rafael disse que a sua associação continua a apostar no processo de

formação dos operadores de moto táxi. Desde 2014, está em curso, em todas as províncias, um processo de formação sobre o Código da Estrada, que está a ser ministrada por técnicos da AMOTRANG em parceria com as direcções provinciais de Viação e Transito. A ideia, segundo o mesmo, é dotar os seus associados de conhecimentos do Código da Estradas para que os mesmos exerçam a actividade com responsabilidade.

9.11 Suposto violador de menor é detido em Benguela

Jornal O País

13 De Maio de 2016

Um cidadão de 32 anos de idade, apenas identificado com as siglas 'DF' foi detido por forças da Polícia Nacional em flagrante pela prática de tentativa de violação sexual na província de Benguela. Solteiro, Pedreiro de profissão, o presumível autor terá tentado violar uma menor de 7 anos de idade.

Tudo aconteceu quando o mesmo aliciou a menor e transportou-a até às imediações do Hospital Municipal de Benguela, onde tentou realizar o coito forçado com a vítima.

Durante as tentativas 'DF' terá sido surpreendido pelo guarda daquele estabelecimento hospitalar que realizava o seu trabalho de rotina fiscalizando a integridade do edifício sob sua guarda.

9.12 Burlador de multicaixas detido no Lobito

Jornal O País

13 De Maio

Um cidadão cuja identidade não foi revelada foi detido na tarde de Terça-feira, 10, por forças policiais do Comando Provincial de Benguela, quando tentava protagonizar a troca de cartões multi-caixa. O esquema do cidadão em causa passava por oferecer-se a ajudar pessoas sem experiência em manusear as caixas de pagamento automático. Segundo fonte policial, durante a suposta ajuda, o cidadão quando em posse do código da vítima, protagonizava troca desfazendo-se da vítima sob alegação de que o cartão não estava operacional. Acto contínuo realizavaas operações de levantamento e ou pagamento. Em posse do mes- mo foram encontrados vários cartões multicaixas, nomeadamente 2 emitidos pelo Banco Millenium, e restantes emitidos pelos bancos BFA, Sol, BPC, BAI, BCleKeve. Segundo a mesma fonte, presume-se que o referido cidadão não operava

isoladamente, pelo que estão a ser feitas demarches investigavas para chegar-se a eventuais com- parsas.

9.13 Embaixada nega participação de máfias chinesas nos crimes em Angola

Jornal O País

16 De Maio de 2016

A embaixada da China em Angola rejeitou, ontem, as insinuações que atribuem a uma suposta máfia chinesa os recentes casos de sequestros, homicídios e extorsões a cidadãos chineses na capital angolana.

Numa nota enviada a O PAÍS, a embaixada chinesa em Luanda considera que os seus cidadãos são as principais vítimas estrangeiras dos recentes casos de sequestro ocorridos em Angola e aproveitou para manifestar "forte descontentamento" com informações tendentes a demonstrar o contrário. Para a embaixada da China, tais informações constituem uma tentativa de "sabotar a imagem dos cidadãos chineses e difamar a cooperação amistosa sino-angolana".

Considera que "tanto a parte chinesa como a parte angolana atribuem alta importância e empenho nos esforços activos para a investigação e esclarecimento destes casos criminosos".

A representação diplomática esclarece que, para o combate conjunto à criminalidade, a China e Angola estabeleceram um mecanismo de cooperação policial.

"No decurso desta cooperação, a parte chinesa insiste no princípio de não ingerência nos assuntos internos e de respeito pela soberania e poder dominante da parte angolana e mantém a convicção de que a Polícia angolana é capaz de resolver bem a questão da segurança pública" refere a nota.

A embaixada chinesa garante que tanto o Governo como os cidadãos do seu país apoiam "firmemente" o esforço da Polícia angolana no combate ao crime para fortalecer a segurança pública.

"O Governo chinês não tolera de forma alguma nenhum dos crimes perpetrados por cidadãos chineses e está disposto a estreitar a cooperação com a parte angolana para os combater. Isto é a atitude que a parte chinesa já manifestou à parte angolana por muitas vezes", esclarece.

A nota destaca a contribuição da comunidade chinesa em Angola no esforço do combate ao crime com o início recente de patrulhas conjuntas de segurança

nas zonas com maior concentração de empresas chinesas e de alto risco de criminalidade. Tal acção, segundo a fonte, ajudou a reduzir em certa medida a ocorrência de casos criminosos naquelas zonas e salvaguardar a segurança da comunidade tanto chinesa como local.

"É necessário apontar que, com o esforço conjunto da parte chinesa e angolana, a cooperação sino-angolana conheceu rápido desenvolvimento e alcançou grande êxito nos últimos anos. As empresas e cidadãos chineses participaram activamente no processo de reconstrução pós-guerra de Angola e desempenharam um papel importante na promoção do desenvolvimento económico e social de Angola", sublinha.

Para a embaixada chinesa, a cooperação sino-angolana baseia-se na igualdade, benefício mútuo e desenvolvimento comum, sendo elogiada "amplamente" pelo Executivo e pela sociedade angolana.

"Os factos comprovam que, a cooperação sino-angolana conforma-se com a corrente da época caracterizada pela paz, desenvolvimento, cooperação e ganhos recíprocos aos interesses fundamentais dos dois países e povos. Os frutos alcançados não podem ser negados por existir alguma calúnia e acusação com intenções encobertas", esclarece a nota.

9.14 Assaltantes matam a tiro agente da Polícia Nacional

Jornal de Angola

18 De Maio de 2016

Homens desconhecidos dispararam, na madrugada de segunda-feira contra uma patrulha da Polícia Nacional no bairro da Sapu 2, município de Belas, em Luanda, matando um agente da corporação.

O oficial de Informação do Comando de Luanda da Polícia Nacional, sub-inspector Quintino Ferreira, disse que o agente foi atingido por um projectil de uma arma automática do tipo AKM 47 e morreu no local. Os atiradores estão em fuga.

Trata-se do agente Telazio Anastácio Cunha, de 35 anos de idade, colocado na divisão municipal de Polícia de Viana.

"O facto ocorreu quando a nossa patrulha respondia a um pedido de socorro de moradores de uma residência que estava a ser assaltada, e os meliantes, em número não determinado, alguns dos quais no

interior da casa, dispararam contra os nossos efectivos e meteram-se em fuga", explicou Quintino Ferreira.

Na semana passada, outros dois agentes afectos à divisão municipal do Cazenga foram alvejados no bairro da Mabor, quando tentavam impedir um assalto numa cantina, tendo um morrido e outro ficado gravemente ferido. Na última sexta-feira as forças da ordem detiveram os dois presumíveis autores dos disparos.

A Polícia Nacional deteve, em operações de rotina na sexta-feira e no sábado; na Estrada Nacional 230, no município de Viana, sete indivíduos por posse de dólares e kwanzas falsos.

O porta-voz da corporação Quintino Ferreira disse que as detenções dos indivíduos em causa foram feitas mediante a interpelação e revista das viaturas em que seguiam.

Na primeira intervenção foram detidos dois homens de nacionalidade angolana, a bordo de uma viatura ligeira, na posse de três milhões e quinhentos e oitenta mil kwanzas em notas falsas de cinco e dois mil kwanzas.

Na segunda acção, prosseguiu, as forças da ordem interpelaram outra viatura ligeira e detiveram cinco elementos, dos quais dois nacionais e três de nacionalidade cubana, com 121 mil e quinhentos dólares, em notas falsas de cem dólares.

9.15 Grupo e delinquentes são apresentados no Uíge

Jornal de Angola

26 De Maio de 2016

Texto: Joaquim Júnior

Os Serviços de Investigação Criminal (SIC) no Uíge apresentaram, ontem à imprensa um grupo de 17 indivíduos indiciados na prática de homicídios voluntários, roubos, furtos e posse ilegal de armas de fogo, ocorridos entre os meses de Março e Maio.

O chefe do Departamento de Comunicação Institucional e Imprensa do SIC, no Uíge, intendente Aniceto Luís Farias, que prestou a informação aos jornalistas, revelou que entre os crimes destacam-se um homicídio ocorrido no dia 20 de Março, no complexo turístico "Cidade Mawete", em que quatro indivíduos simularam a morte por afogamento de um cidadão que em '19, wa se chamou Tussamba Pedro

António, de 21 anos de idade, durante um evento festivo.

Na sequência dos acontecimentos, os envolvidos, com idades compreendidas entre os 18 e 22 anos de idade, após deixarem a vítima sem vida, mergulharam o corpo numa piscina para fazer parecer que se tratava de um afogamento. "Mas os peritos da investigação criminal apuraram tratar-se de um assassinato e os supostos criminosos estão já sob a custódia da Polícia", disse.

Outro elemento apresentado pelo Serviço de Investigação Criminal é acusado de ter assassinado, a tiro, uma pessoa de 39 anos de idade que respondia pelo nome de Makuiza Manuel, ocorrido no passado dia 27 de Abril, no bairro Caquiuiia, arredores no Uíge.

"A Polícia Nacional deteve também três indivíduos envolvidos no furto de seis viaturas na capital do país e um outro acusado de roubo qualificado, ocorrido no passado dia 12 de Maio na rua do comércio, na cidade do Uíge", disse O intendente Aniceto Luís Farias informou que, em posse dos meliantes foram encontradas seis viaturas de diversas marcas. Explicou que entre os detidos está W11 cidadão acusado de ser o cabecilha da quadrilha que se dedicava ao roubo e furto de viaturas.

A Polícia Nacional apreendeu vários bens materiais, entre os quais sete motorizadas de diferentes marcas, nove colunas de som, quatro televisores, um plasma, um descodificador de parabólica, um DVD, assessores de computadores e duas armas de fogo, sendo uma pistola e uma AKM que facilitavam as acções banditescas.

O chefe do Departamento de Comunicação institucional e Imprensa do SIC classificou a situação delituosa na província como sendo "calma e controlada" e apelou à população para depositar maior confiança no trabalho realizado pela Polícia Nacional. O intendente Aniceto Luís Faria garantiu que as autoridades locais vão continuar a trabalhar para garantir a ordem e a tranquilidade na província e ao mesmo tempo apelou a população para denunciar pessoas suspeitas de prática de crime.

9.16 Polícia confirma três mortes em Benguela

Jornal O PAÍS

27 De Maio 2016

Texto: Maria Custódia e Iracelma

Kaliengue

A delegação do Ministério do Interior em Benguela informou, em nota publicada ontem, criou uma comissão de peripara investigar as reais causas que estiveram na base do incidente.

A nota informativa admite que elegação da UNITA, chefiada pelo deputado Adalberto Júnior, que se deslocou a província Benguela, "foi atacada pela população de Capupa" e resultou de "desentendimentos entre militantes do incidente resultou a morte de 3 civis, o ferimento de 3 cidadãos dos quais um agente da Polícia Nacional e o desaparecimento de 4 cidadãos. Entretanto, o presidente do partido U ITA, Isaías Samakuva declarou ontem, em Luanda, que tais situações acontecem porque "a direcção do partido MPLA, nada faz para consolidar o processo de reconciliação nacional".

O líder do principal partido da Oposição disse que a organização vai tolerar mais este incidente, mas advertiu: "tudo tem o seu tempo e um dia poderemos reagir", sem especificar de que forma.

Segundo o administrador do Cubal, Carlos Alberto Guardado, o incidente ocorreu numa zona que não constava do itinerário dos deputados da U ITA. Em declarações, a OPAÍS, aquele responsável revelou que os deputados deviam visitar apenas a Comuna de Cupopa no município de Cubal mas, ao invés disso, se desviaram para uma povoação que fica a 20 quilómetros de distância.

A sequência, segundo disse, os militantes da UNITA, ao depararem-se com duas bandeiras do MPLA,

resolveram retirá-las, o que deu início a um tumulto entre militantes dos dois partidos. Disse ainda que o deputado Adalberto orientou os militantes da UNITA a reporem as bandeiras, mas nessa altura já os ânimos estavam exaltados e o confronto foi inevitável.

O deputado Adalberto Júnior terá pedido aos polícias presentes para fazerem tiros de advertência, visando dispersar a multidão.

O administrador sublinhou que a orientação não foi acatada pelos agentes da Polícia, tendo, de seguida, os militantes da UNITA, partido para uma acção de desarmamento dos efectivos.

Das explicações do administrador Alberto Guardado ficou a revelação de que terão sido os militantes da UNITA que, usando as armas dos próprios polícias, atingiram mortalmente dois militantes do MPLA e feriram dois outros.

Durante a confusão, um militante da UNITA terá sido agredido a paulada, acabando por falecer no Cubal, a caminho do hospital.

9.17 Policia mata cunhada e suicida-se

Novo Jornal

20 De Maio de 2016

Texto: Alexandre Lourenço

O ciúme fez com que José Lourenço Monteiro, de 44 anos, provocasse uma tragédia no seio da sua própria família. O suposto oficial da polícia, com a patente de inspector, disparou mortalmente contra a sua cunhada, irmã da esposa, e de seguida suicidou-se num dos quartos de sua residência, sita no bairro do Camama, em Luanda.

A malograda, Laurinda Miguel, era, até então, a apaziguadora das brigas do casal, de acordo com os farru'liques. No fatídico dia 17, terça-feira, a mesma teria sido chamada pela irmã para intervir em mais um desentendimento do casal. Eis que, quando se retirava, foi surpreendida por dois disparos na cabeça, efectuados pelo próprio cunhado, segundo relatou ao Novo Jornal Aurélio da Fonseca, de 42 anos, primo da vítima.

"Já era habitual a Laurinda desenvolver esta missão sempre que o casal se desentendesse, pelo facto de ser à única irmã. Neste dia, quando ela decidiu retirar-se da residência, o cunhado José efectuou dois tiros na cabeça da

malograda e de imediato fechou-se num dos quartos da residência e cometeu o suicídio", contou.

De acordo com as informações prestadas pelo primo da vítima, José Lourenço Monteiro terá cometido a tragédia pelo facto da sua esposa, Tude Miguel, ter passado a noite na casa da irmã, Laurinda Miguel, depois de ter enfrentado mais uma discussão com o esposo.

Laurinda Miguel tinha ~ anos de idade e era professora. À data dos factos, desempenhava a função de directora de uma escola do ensino geral, no município de Belas. A malograda deixa um filho.

A corporação confirma o episódio perpetrado pelo seu efectivo. Em declarações à Angop, o porta-voz do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, inspector-chefe, Mateus Rodrigues, explicou que o homicida praticou o acto depois de uma discussão com a esposa.

"A cunhada, moradora na Centralidade do Kilamba e directora de uma escola do I ciclo no município de Belas, apareceu para apaziguar o casal e, de imediato, foi alvejada por um disparo de arma de fogo (pistola) à queima-roupa e teve morte imediata", esclareceu.

Mateus Rodrigues confirmou que o autor do disparo foi um agente da Polícia Nacional, que depois de ter cometido o assassinio, trancou-se num dos quartos da residência e cometeu o suicídio.

9.18 Casal luso- angolano assassinado em Viana

Jornal A República

20 De Maio de 2016

Um casal luso-angolano foi assassinado na Terça-feira, 17 de Maio, Viana, cidade situada a 18 quilómetros de Luanda, em Angola, avança a SIC Notícias, que confirmou a informação junto da Embaixada de Portugal.

Segundo a estação de televisão, os empresários seguiam no carro com o filho quando foram baleados por alguém que seguia numa outra viatura. O filho sobreviveu.

A secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas está a tentar confirmar oficialmente a identidade das vítimas.

Segundo o JN, o casal Elvira Mil-Homens e Fernando Silva eram proprietários de "uma empresa

ligada ao sector da electricidade" e foram baleados, na passada Terça-feira, por volta das oito da noite.

Segundo fonte da polícia angolana, o homem morreu no local e a mulher num hospital para onde foi socorrida.

A polícia está no encalço dos supostos homicidas, mas pelas características do crime supõe que seja um "acerto de contas":

"Não roubaram nada, chegaram e dispararam contra o casal, mas ao filho que vinha no carro não aconteceu nada, não sabemos se foi acerto de contas", adiantou a fonte.

"O caso está a ser investigado e não podemos avançar ainda mais informações".

9.19 Polícia chinesa em Angola para ajudar no combate ao crime

Jornal Visão

20 De Maio de 2016

Em nota oficial divulgada ontem, em Luanda, a representação diplomática da China revela que, para facilitar a cooperação policial com a parte angolana, o governo chinês acreditou adidos da polícia na sua embaixada em Angola. Ao mesmo tempo que rejeitava as insinuações que atribuem a uma suposta máfia chinesa os recentes casos de sequestros, homicídios e extorsões na capital do país.

Citado pelo diário O País, a embaixada chinesa em Luanda considera que os seus cidadãos "são as principais vítimas estrangeiras dos recentes casos de sequestro ocorridos em Angola" e aproveitou para manifestar "forte descontentamento" com informações tendentes a demonstrar o contrário.

Para a embaixada da China, tais informações constituem uma tentativa de "sabotar a imagem dos cidadãos chineses e difamar a cooperação amistosa sino-angolana" A resposta surge dias depois de uma notícia do semanário português Expresso (assinada pelo jornalista angolano Gustavo Costa, correspondente da publicação em Angola).

O Expresso relatava que as milionárias linhas de crédito da China não trouxeram apenas novos investimentos para Angola. "Chegaram gangues de chineses que apostaram num tipo de crime que ganha cada vez mais dimensão: os raptos para pedidos de resgate. A situação agravou-se de tal forma que a

China enviou agentes dos serviços de informação para ajudar as autoridades angolanas.

A representação diplomática da China reforça que as duas partes "atribuem alta importância e empenho nos esforços activos para a investigação e esclarecimento destes casos criminosos": Para o combate conjunto à criminalidade, Angola e China estabeleceram um mecanismo de cooperação policial, assinado em 2012 e reforçado em Dezembro de 2015.

"No decurso desta cooperação, a parte chinesa insiste no princípio de não-ingerência nos assuntos internos e de respeito pela soberania e poder dominante da parte angolana e mantém a convicção de que a Polícia angolana é capaz de resolver bem a questão da segurança pública" refere a nota.

A embaixada chinesa garante que tanto o governo como os cidadãos do seu país apoiam "firmemente" o esforço da polícia angolana no combate ao crime para fortalecer a segurança pública. "O governo chinês não tolera, de forma alguma, nenhum dos crimes perpetrados por cidadãos chineses e está disposto a estreitar a cooperação com a parte angolana para os combater. Isto é a atitude que a parte chinesa já manifestou à parte angolana por muitas vezes": esclarece.

A nota destaca a contribuição da comunidade chinesa, em Angola, no esforço de combate ao crime com o início recente de patrulhas conjuntas de segurança nas zonas com maior concentração de empresas chinesas e de alto risco de criminalidade. Tal acção, segundo a nota, ajudou a reduzir em certa medida a ocorrência de casos criminosos naquelas zonas e salvaguardar a segurança da comunidade tanto chinesa como local. Para a embaixada da China, a cooperação sino-angolana baseia-se na "igualdade, benefício mútuo e desenvolvimento comum": sendo elogiada "amplamente pelo executivo e pela sociedade angolana"

"Os factos comprovam que a cooperação sino-angolana tem sido reforçada numa época caracterizada pela paz, desenvolvimento, cooperação e ganhos recíprocos aos interesses fundamentais dos dois países e povos. Os frutos alcançados não podem ser negados por existir alguma calúnia e acusações com intenções encobertas": conclui a nota oficial.

9.20 Arguido mata por dois telefones e três mil kwanzas

Jorna O crime

21 De Maio de 2016

Texto: Regina Gunza

Evaristo Joaquim João, o acusado, tem 23 anos de idade e já esteve preso duas vezes: em 2011, na Comarca Central de Luanda, pelo crime de ofensas corporais, onde cumpriu dois meses de cadeia sem ser julgado; e em 2013, pelo crime de furto, que pagou em 4 meses, no mesmo estabelecimento prisional.

O réu está a ser julgado desde 3 de Maio, na 14.ª Secção dos Crimes Comuns do Tribunal Provincial de Luanda, pelo juiz João Paulino. Consta da acusação do Ministério Público que há indícios suficientes de que, por volta das 2h30 minutos da madrugada do dia 5 de Abril de 2015, o arguido e um comparsa, identificado apenas por Paulo Silva, que está foragido, interpelaram a vítima, que em vida se chamou Manuel Alberto Domingos e o ofendido Ceboquenga Longa, que circulavam algures da rua Despertar, bairro da Boa fé, no município do Cazenga.

Munidos de uma arma de fogo do tipo "mini use" e mediante ameaças de morte, o arguido e o seu comparsa ordenaram aos cidadãos que parassem, tendo sido prontamente obedecidos pelo ofendido Ceboquenga Longa, ao passo que o malogrado, Manuel Domingos, prosseguiu a marcha, não obstante ter tirado alguns artigos que carregava no seu bolso e atirado ao chão.

Aborrecidos, os meliantes efectuaram disparos cujo projectil atingiu a vítima no lado do abdómen e na bacia, o que causou a sua morte directa, mediante choque traumático.

Não satisfeitos com o que já tinham feito, e como o objectivo era roubar os telefones e o dinheiro dos cidadãos, os meliantes revistaram e retiraram os artigos que encontraram no malogrado, como sendo um telemóvel de marca Alcatel e uma quantia de dinheiro indeterminada. Despojaram, seguidamente, o ofendido Ceboquenga Longa, dos seus haveres e retiraram-lhe um telemóvel de marca Nokia, além da quantia monetária de três mil kwanzas. Feito isso, ordenaram ao ofendido Ceboquenga Longa a transferir o corpo de Manuel Domingos para outro local tendo este obedecido, sob o olhar atento do réu e do foragido.

Segundo o Ministério Público, o réu incorreu, em co-autoria material, a um crime de roubo concorrendo com homicídio, previsto e punível pelo artigo 433.º do Código Penal, em concurso real de infracções, como crime de roubo qualificado nos termos dos artigos 432.º e 435.º n", 2 do Código Penal.

No seu interrogatório, quando o juiz João Paulino perguntou o motivo que lhe levou a estar em tribunal, o réu respondeu que está a ser acusado por um crime que não cometeu. Disse saber apenas que a Polícia foi em sua casa e lá encontrou dois telemóveis que recebeu do seu amigo e foragido Paulo Silva. "Não concordo com essa acusação. Os telefones que encontraram na minha casa não eram meus, recebi do meu amigo Paulo Silva", defendeu-se.

Na versão do réu, à data dos factos, saía de uma festa e no trajecto para a casa, quando o relógio marcava 5h:30, deparou-se com o seu amigo e foragido Paulo Silva, que lhe entregou dois telefones para tirar o código e vender, garantindo-lhe que o dinheiro da venda seria dividido entre ambos, no dia seguinte. O réu disse ainda que estava embriagado naquele dia e, como já tinha brigado com um jovem da festa de onde saía, decidiu ir para casa descansar e, por volta das 7 horas, a Polícia o encontrou e o deteve na sua própria casa, onde também apreenderam em seu poder, os dois telemóveis, Nokia e Alcatel.

O juiz João Paulino não acreditou na história do réu, porque contrariava tudo o que ele dissera quando foi interrogado pelo procurador. Por isso, teve de confrontá-lo com os depoimentos que prestou anteriormente. Nos autos do interrogatório, Joaquim havia dito que saía da festa, com o seu amigo e foragido, Paulo Silva, e no caminho o tal amigo disse ao réu que iria desmontar os jovens que estavam próximos dele. O prófugo colocou os ofendidos e ordenou-os que pusessem os telefones no chão, mandou o réu recolher os telefones e levar em casa para desbloqueá-los e vendê-los. Consta do interrogatório do réu que Paulo Silva manipulou a pistola porque um dos jovens não quis entregar o telefone.

Confrontado com estes depoimentos, dados por si no acto do seu interrogatório, o réu disse que não se lembra de ter contado aquela história ao procurador porque estava embriagado, "eu não disse isso, eu estava embriagado", disse a instância do juiz da causa.

Perguntado pelo juiz da causa se sabe tirar códigos nos telefones, "Joaquim" respondeu que sim, ao que João Paulino lhe deu os seus dois telefones, os telefones dos juizes assessores e do representante do Ministério Público para o réu desbloquear, mas o

arguido nem se deu ao trabalho de tocar nos aparelhos e disse de seguida "não sei".

Questionado se a camisola reportada nos autos, com manchas de sangue, era sua, o réu disse que sim, mas que as manchas de sangue tinham a ver com a luta que teve na festa onde saía, antes de ter se deparado com o seu amigo prófugo, Paulo Silva. "Eu tinha lutado com um jovem na festa onde eu estava, o jovem se chama "Chepapa", lhe alijeí, por isso é que a minha camisola estava com manchas de sangue", declarou.

O juiz ficava, cada vez mais, com pena do réu devido as "falsidades" que contava e alertou "você não é obrigado a confessar crime nem a facilitar a sua condenação, mas a confissão pode servir de atenuante e pode aliviar a sua pena. Nada lhe poderá libertar, melhor você dizer a verdade e só a verdade. A prova não é só o que você diz, há testemunhas que podem contrariar o que você está aqui a dizer". Mas, nem com isso Joaquim desistiu da sua versão "eu não matei ninguém, eu não estava acompanhado do Paulo Silva, o sangue que encontraram na minha camisola é de outra pessoa. Eu tinha lutado numa festa. Ele me aleijou e eu também lhe alijeí".

Já à instância do Ministério Público, réu disse que quem mandou parar os jovens foi Paulo Silva, mas que apenas disse isso porque foi obrigado a falar. Disse ainda que não viu a parte do corpo onde a vítima foi atingida, porque não presenciou os factos. "Eu não estava lá.

Nunca fui capaz de cometer estes crimes de que estão a me acusar", disse, tendo acrescentado que, apesar de saber que em Luanda ocorrem assaltos diariamente, não desconfiou que os telefones que recebera tinham sido roubados.

O advogado do réu é oficioso e a única questão que colocou ao arguido foi, "depois do procurador te interrogar, ele fez a leitura do teu depoimento?", ao que o réu respondeu que não. Tal pergunta causou um pequeno distúrbio na sala de audiência entre o juiz da causa, o representante do Ministério Público e o defensor oficioso, pelo facto de acharem a questão ofensiva, uma vez que, indirectamente, estava a por em causa a credibilidade da Procuradoria-Geral da República. "O ilustre não pode colocar esta questão. O papel do procurador é interrogar e não ler o depoimento do acusado. Isto não é obrigatório, aliás, antes do arguido assinar o interrogatório, ele deve ler o que está escrito", retorquiu João Paulino, juiz presidente.

O mesmo fez o representante do Ministério Público, "nenhum magistrado é obrigado a ler o interrogatório do réu, antes de ele assinar", realçou.

Em resposta, aquele defensor oficioso esclareceu que ao colocar a questão não tinha objectivo de ofender o Ministério Público e sim alertar que antes de se assinar algum documento deve-se saber o que está escrito nele e caso o acusado não saiba ler, alguém deve ler por ele. "Não foi por má-fé, digníssimo, mas não podemos assinar qualquer documento sem saber o que está escrito nele. Não quer dizer que haja desconfiança".

Nestes moldes, o juiz da causa deu por encerrada a audiência que prosseguiu no dia 10 de Maio e aconselhou ao réu "se tiveres alguma coisa para dizer na próxima audiência, diga mesmo. Você é muito novo, ok?", terminou.

9.21 Cidadão de 28 anos morto a tiros por oficiais da polícia nacional

Jorna O Crime

21 De Maio de 2016

Texto: Norberto Paulo

O jovem tinha sido alvejado na noite do no passado dia 10 de Abril, quando foi surpreendido pela Polícia nacional, no bairro Mártires do Kifangondo, e acabou por sucumbir horas depois dentro da cela da Esquadra do Cassequel.

A triste e lamentável história aconteceu no passado mês de Abril, por volta das 23h30, quando a vítima mortal se deparou com uma das suas vizinhas, identificada apenas por Geni, e que por sinal era amiga da sua esposa. Segundo relatos dos familiares, Lenda, como era carinhosamente chamado o malogrado, apenas queria chamar a atenção da vizinha sobre certos assuntos que esta falava à sua esposa e que não eram do seu agrado.

Mas ao que parece, se bem pensou mal fez, porque a chamada de atenção do malogrado não "caiu" bem aos ouvidos de Geni, que acabou por chamar a Polícia. Segundo Hélio Bráulio Júlio, irmão da vítima mortal, quando os agentes da Polícia Nacional chegaram ao local, começaram logo a disparar contra o seu irmão, que não viu alternativa a não ser fugir.

"Quando os disparos começaram, eu me encontrava sentado, na porta de casa com a minha sobrinha. Logo que eu ouvi, rapidamente, coloquei a menina dentro de casa e fui certificar o que realmente estava a acontecer e, para a minha surpresa, encontro na estrada cinco agentes da patrulha", recordou.

Assustado, e de certo modo sentindo um aperto no peito, Hélio Júlio buscou, junto das pessoas que se encontravam próximo do local dos disparos, o que realmente estaria a acontecer naquele momento. Foi quando um dos jovens, que se encontrava no local, lhe contou que o jovem que estava a ser perseguido pela Polícia se parecia muito com seu irmão Leonildo Cabeia.

Não querendo dar o braço a torcer, Hélio ligou de imediato para a esposa do malogrado, perguntando se este se encontrava em casa. "Quando um dos vizinhos me disse que o jovem perseguido parecia-se com meu irmão, liguei para esposa dele e perguntei se ele encontrava-se em casa. Logo que ela me disse ele não estava e as indicações sobre a roupa que ele usava coincidiam com as do jovem perseguido, fiquei assustado", contou Hélio Júlio.

Trémulo com a situação, ainda mais pela quantidade de tiros disparados, Hélio Júlio começou a procurar desesperadamente pelo irmão. Mas, para "seu azar" depois de percorrer alguns metros, deparou-se com Geni, a queixosa, dando indicações aos oficiais da Polícia Nacional do lugar onde provavelmente Leonildo Cabeia se encontrava.

Depois de algumas buscas, os agentes da Polícia Nacional não o encontraram e retiraram-se do local. Passados alguns minutos e depois de ter certificado de que os oficiais já se tinham retirado, a vítima mortal saiu do local onde se tinha refugiado, mas ferido com um disparo na perna direita e nas costas havia duas perfurações, o que se presume que tenham sido causadas por golpes de faca ou tenha sido alvejado também pelas costas. O malogrado, ao ver os seus familiares, contou o que realmente estava a acontecer, mas, atendendo o estado que se encontrava, foi levado às pressas ao Posto Médico Solex, sito algures do bairro do Mártires do Kifangondo, onde não foram atendidos, porque o posto médico já se encontrava fechado.

O destino de Leonildo Cabeia já estava traçado

Não tardou muito, os agentes da Polícia Nacional voltaram ao local, com intuito de prenderem o fugitivo.

Ao avistar-se com o carro da patrulha, o malogrado, mesmo ferido, pôs-se novamente em fuga, mas o que ele não imaginava é que o seu destino já estava traçado.

"Assim que saímos, a Polícia apareceu, meu irmão logo que viu a Polícia pôs-se em fuga... Então eu saí de onde estávamos e dirigi-me para a rua 18 do Mártires e encontrei a minha casa cercada pela Polícia. O meu irmão mais velho já se encontrava a

dormir, a Polícia entrou na minha casa e bateram no meu irmão e diziam que ele tinha de mostrar onde o falecido escondeu a arma. Até minha mãe não foi poupada, o facto de ela ter levantado para perguntar o que estava a acontecer, foi o suficiente para o comandante da Esquadra do Cassequel, o senhor Amadeu que estava todo embriagado, empurrá-la, acabando por bater com a cabeça na cama", contou Hélio Júlio.

De acordo com o irmão do malogrado, o comandante da Esquadra do Cassequel não queria nem se importar com o sofrimento daquela pobre mãe, aconselhando esta a guardar as lágrimas e derramá-las quando Leonildo Cabeia estiver morto. A fúria e o desespero daquele comandante e dos seus oficiais era tanta, que ninguém daquela família foi poupado.

"Eles não queriam saber de nada.

Meus outros dois irmãos, que se encontravam naquele momento em casa, foram algemados e espancados pelos agentes. Eu também fui espancado, só por ter-me apresentado como irmão do falecido. Nos davam bofetadas, socos e pontapés".

Insatisfeitos pelo facto de a vítima mortal ter escapado mais uma vez, os agentes da Polícia Nacional resolveram levar alguns membros da família até a 5.ª Esquadra da Polícia. Ao longo do trajecto, segundo os familiares, os agentes da Polícia falavam descaradamente que tinham ordem para matar, caso Leonildo Cabeia fosse encontrado. Depois de chegarem a 5.ª Esquadra, os familiares receberam a informação de que Leonildo tinha sido capturado e levado para o Hospital.

Informação esta que, segundo os familiares, não corresponde à verdade. Leonildo Cabeia foi sim capturado e levado, mas não para o hospital e sim para uma cela, não importando o facto de este encontrar-se ferido.

"Encontrei meu irmão deitado na cela, todo ensanguentado e pedindo água e comprimido por causa da dor "

Depois de ter sido encontrado, Leonildo Cabeia foi preso e levado para a Esquadra da Cassequel. Apesar de estar ferido, a vítima mortal foi colocada numa cela comum, sem nenhuma assistência médica. Segundo Noémia Armando, irmã do malogrado, um dia depois do sucedido, apercebeu-se que seu irmão se encontrava detido na Esquadra do Cassequel. Por volta das 10 horas, ela e alguns membros da família dirigiram-se à referida Esquadra, a fim de ver o estado do seu ente querido; mas, na primeira

instância, foram impedidos, porque o comandante da Esquadra não tinha dado a autorização para a visita.

"Quando chegamos, não queriam que entrássemos, porque, segundo eles, o comandante tinha de autorizar primeiro a entrada dos familiares. Depois de alguns minutos, entrámos, mas antes pediram que se comprasse sumo, água, e bolachas, porque o meu irmão dizia que estava com fome. Postos dentro da cela, vi o meu irmão deitado no chão com muito sangue e gemendo de dor, pedindo água e comprimido", contou a irmã do malogrado.

Preocupados com o estado em que se encontrava Leonildo, os familiares pediram para que fosse transferido para um hospital, mas os oficiais garantiram que este seria transferido para o Hospital Prisão de São Paulo, para receber os primeiros socorros. Horas depois, para a surpresa dos familiares, veio a informação de que Leonildo Cabeia acabara de falecer.

Os familiares do malogrado clamam por justiça. "Nós queremos que a justiça seja feita. Por ser um comandante, não pode vir e tirar a vida de um homem de família... em que tipo de país estamos, afinal de conta? Nós só queremos que a justiça seja feita. A nossa vontade era deixar o corpo em casa da jovem que fez a queixa ou em frente da Esquadra do Cassequel, para que o comandante Amadeu fizesse o enterro".

'O Crime' soube, de uma fonte próxima do Comando Provincial da Polícia Nacional, que foi criada uma comissão para averiguar as circunstâncias que estiveram na base da morte de Leonildo Cabeia, adiantando ainda que neste momento foram ouvidos os familiares da vítima e que o processo ainda decorre.

"Houve desprezo da vida humana, por parte dos policiais"

De acordo com o jurista Vicente Pongolola, no procedimento policial, houve um desprezo à vida humana, porque a Polícia, sendo representante do Estado, deve agir em conformidade com a lei e em nenhum momento deveria levar a vítima à cela nas condições em que encontrava.

O jurista acha mesmo que houve um exagero da parte da Polícia e que não se justifica a mobilização de tantos agentes, no tipo de acto praticado pela vítima mortal. E aconselha a família do malogrado a acionar o Ministério Público. "O Ministério Público é o promotor da acção penal é o órgão que tem a competência de dirigir a instrução preparatória. É importante que os familiares façam

uma denúncia-crime ,junto do procurador e na Polícia de Investigação Criminal, para que haja um acompanhamento mais aturado, porque trata-se de agentes da Polícia", afirmou Vicente Pongolola.

Na opinião deste jurista, o comandante da Polícia Nacional, envolvido neste crime, prestou um mau serviço à Pátria e deve ser responsabilizado disciplinar e criminalmente. A seu ver, os passos que estão a ser dados no processo é, no âmbito disciplinar, argumentando ainda que "a Polícia vai querer usar o argumento, segundo o qual, apurarão primeiramente uma responsabilidade disciplinar e em função disso vão apurar uma responsabilidade criminal. Independentemente do que a Polícia está a fazer, o Ministério Público tem a obrigatoriedade de promover a instrução preparatória".

9.22 Criminosos que injetaram água de bateria a idosos parar roubar carro

Jorna O Crime

21 De Maio de 2016

Texto: Regina Gunza

O julgamento teve início na passada quinta-feira, 5 de Maio, na 14.ª Secção dos Crimes Comuns do Tribunal Provincial de Luanda. Os réus José Bumba, Matias Isaac Cabingano e Mariano Gabriel Muhongo são acusados de roubo qualificado, em concurso real de infracções com o crime de homicídio frustrado, bem como o crime de posse ilegal de arma de fogo contra o casal Helena Neves e António Neves, pais de Pevu Capela, proprietário do stand assaltado situado no bairro Catorze, município do Cazenga.

O episódio aconteceu em Setembro de 2015, quando José Bumba, mais conhecido por "Zé Bumba", militar das Forças Armadas Angolanas, de 28 anos de idade, e que por sinal auferia um salário de 28 mil kwanzas, mostrou-se interessado na compra de diversas viaturas de ocasião. "Sabe-se lá onde sairia tanto dinheiro para comprar logo dois carros", mas para o efeito, nos finais de Agosto de 2015, dirigiu-se a um stand de viaturas, situado no bairro do Catorze, pertencente a Pevu Magelane Capela, cidadão residente na Bélgica, que despendia a actividade de vendas de viaturas sob a responsabilidade dos seus pais, Helena Lupina Neves e António Paixão de Jesus Neves, os ofendidos nos autos.

Quando o proprietário do stand ainda se encontrava no país, "Zé Bumba" manifestou a intenção de comprar as duas viaturas expostas no seu estaleiro,

nomeadamente Toyota Prado Land Cruiser e um camião VOLVO "contentorizado", aos quais Pevu Capela fixou os preços de 70 e 60 mil dólares norte-americanos, respectivamente.

"Zé Bumba" logo aceitou o negócio e acordou com o proprietário que o pagamento seria mediante depósito bancário, ao que Pevu Capela lhe forneceu o seu número de conta domiciliada no Banco de Fomento Angola (BFA), situado no Kikolo.

Nessa mesma data, "Zé Bumba" depositou 300 mil kwanzas na referida conta, mas posteriormente tomou conhecimento de que o proprietário do stand se tinha ausentado do país. No dia 11 de Setembro, a hora indeterminada, "Zé Bumba", na companhia da sua namorada, Custódia Maura, aproveitando-se da ausência do proprietário, dirigiu-se ao referido stand onde encontrou a mãe do dono, a ofendida Helena Neves, e entregou-lhe a quantia monetária de 500 mil kwanzas, contrariando o procedimento acordado. Porém, prometeu ao casal que haveria de voltar no final da tarde para pagar o dinheiro que faltava.

Como notou a ausência do proprietário, "Zé Bumba" viu a sua vida facilitada e arquitectou um plano que visava eliminar fisicamente o casal já idoso. Para o efeito, concertou previamente com os seus comparsas, os co-réus Mariano e Matias e um foragido apenas conhecido por "Chicago" que, em comunhão de esforços, dirigiram-se ao stand, munidos de armas de fogo do tipo pistola e AKM.

Antes de chegar ao local, "Zé Bumba" telefonou aos ofendidos, dizendo que estava a caminho a fim de proceder o pagamento do preço das viaturas em falta. Os ofendidos, convencidos de que se tratava de uma pessoa honesta, aguardaram, mas foram surpreendidos pela presença dos arguidos e do foragido "Chicago", que estavam munidos de armas de fogo, seringas e agulhas.

"De seguida, os arguidos 'fitcolaram' as bocas dos ofendidos, ameaçaram-lhes de morte com as armas que empunhavam e, para aumentar ainda mais o seu sofrimento, com as seringas que levaram, encheram-nas de água de bateria e injectaram-nas nos corpos dos ofendidos", dizia os autos da acusação lido pela representante do Ministério Público, Isabel Françony.

Após esta acção trágica, os réus Zé Bumba, Mariano, Matias e o foragido Chicago puseram-se em fuga, levando consigo os valores e as viaturas, deixando os ofendidos mantidos num dos quartos, fechados a cadeado, onde permaneceram até ao dia seguinte, quando encontrados desmaiados e atirados ao chão, pelo cidadão João Mabanza que, para o acesso ao quarto, teve necessidade de arrombar a porta.

Os ofendidos foram socorridos de imediato para o hospital do Prenda, mas, atendendo a gravidade do caso, Helena eves foi transferida para o exterior do país.

Em poder das viaturas, os arguidos procederam a venda de uma delas, a Toyota Prado Land Cruise, ao senhor Rui da Conceição Miguel que, segundo os autos, "desconhecia a proveniência ilícita da mesma".

E como o crime não compensa, sete dias depois, isto a 16 de Setembro, João Mabanza, o cidadão que havia socorrido os ofendidos, recebeu uma chamada que dava conta de que o camião VOLVO circulava nos arredores do bairro Malueca, município do Cazenga. João Mabanza participou de imediato à Polícia e, depois de diligências levadas a cabo, foi possível deter os arguidos e os seus comparsas. Submetidos a auto de interrogatório, os arguidos confessaram a prática do crime; as armas utilizadas, as viaturas e as seringas foram examinadas e apreendidas.

Segundo a acusação, as viaturas violentamente subtraídas, foram devolvidas mediante termo de entrega. "Os arguidos agiram de forma concertada e em comunhão de esforços na intenção de se apropriarem da coisa alheia e molestar fisicamente os ofendidos, causando-lhes trauma para toda a vida". Com esse comportamento, prosseguiu a magistrada, os arguidos cometeram em co-autoria material um crime de roubo qualificado previsto e punível pelo artigo 435.º N.º 2 em concurso real de infracções com o crime de homicídio frustrado, previsto e punível pelos artigos 349.º, 10.º e 104.º, todos do Código Penal. Cometeram também o crime de posse ilegal de arma de fogo, previsto e punível pelo artigo 123.º do Diploma Legislativo n.º 3778, de 22 de Novembro.

Contra os réus agravam as circunstâncias 7.ª: pacto entre duas ou mais pessoas, 8.ª: convocação de outras pessoas para o cometimento do crime, 11.ª: surpresa e traição, 28.ª: manifesta superioridade em razão da idade, sexo e arma e 34.ª: acumulação de crimes, todas previstas no artigo 34.ª do Código Penal.

"Não introduzi nenhuma água de bateria, nem estava armado"

José Bumba foi o primeiro réu a ser ouvido pelo tribunal. As declarações do soldado das Forças Armadas Angolanas foram totalmente contrárias à da acusação do Ministério Público. O réu ilibou-se dos crimes de que é acusado, afirmando que apenas conhece o co-réu Mariano, que não conhece e nunca viu o co-réu Matias, que no acto da compra dos carros estava acompanhado somente do seu amigo e colega das FAA, apenas conhecido por "Chicago" e

pagou 50 mil dólares norte-americanos aos ofendidos e que depositou, na conta do proprietário do stand, o valor de um milhão e duzentos mil kwanzas.

"Zé Bumba" prosseguiu dizendo que recebeu as viaturas pacificamente, que desconhece as agulhas, seringas e água de bateria a que os autos referenciam e, inclusive, a arma de fogo do tipo pistola e AKM. "Tenho uma arma, mas naquele dia não estava armado. Eu recebi as viaturas pacificamente e entreguei à dona Helena Neves 500 mil kwanzas, na presença do seu marido António Neves. Não introduzi a água de bateria que estão a falar aqui, apenas fiz o negócio e fui embora", respondeu o réu durante o seu interrogatório feito pelo juiz da causa, Januário Domingos.

Na mesma instância, "Zé Bumba" disse que vendeu a viatura de marca Toyota Land Cruiser ao seu amigo, Rui da Conceição Miguel, no valor de AKZ 9.70.000 (nove milhões e setenta mil kwanzas). Questionado pelo juiz sobre a proveniência da viatura que vendeu, o réu respondeu "comprei no parque do senhor Pevu Capela, no valor de 50 mil dólares e um milhão e duzentos mil kwanzas.

Os 50 mil dólares paguei em mão e o um milhão e duzentos mil, deposei na conta dele às 9 horas do dia 9 de Setembro de 2015", acresceu o arguido. Sobre o destino dado ao caminhão de marca VOLVO, o arguido disse que entregou ao primo do seu motorista para explorá-lo como serviço de aluguer. "Liguei ao meu motorista, Dani, para ir 'pegar' o caminhão VOLVO no Catorze. Mas, como ele estava indisponível, mandou o seu primo que foi ao meu encontro. Entreguei-lhe a viatura e ele estacionou num parque próximo da casa dele".

Sobre os seus comparsas, Mariano e Matias, o arguido disse que conheceu o primeiro na esquadra do Cazenga, a quando da sua detenção e, o segundo, conheceu antes de comprar as viaturas no bairro 6, município de Viana, por intermédio do seu amigo foragido "Chicago".

"Zé Bumba" negou à instância do juiz que foi interrogado por qualquer magistrado do Ministério Público, pelo que Januário Domingos teve de refrescar a sua memória, dando-lhe a ver o referido interrogatório que foi lido em alto tom pelo próprio réu. Nem isso foi suficiente, o réu continuou a negar, dizendo que o conteúdo que lera não foi prestado por si, que aquela assinatura não era sua e que, ao invés de ser interrogado, foi obrigado a assinar um papel branco. "Nunca fui interrogado por um procurador, estas declarações não são minhas, esta assinatura não é minha. Apenas me lembro de ter assinado um papel branco", lembrou.

Januário Domingos percebeu que aquele réu estava a mentir e que não adiantaria insistir, pois o julgamento estava apenas a começar e faltavam dois réus por ouvir, incluindo os declarantes.

Por isso, deu a palavra à Isabel Fançony, representante do Ministério Público, que, "bem-disposta" e persuadida de que "Zé Bumba" estava a prestar falsas declarações, lembrou ao réu que quando se compra uma viatura se assina documentos de compra e venda, ao que o réu tinha de ter um documento para provar que, realmente, entregou os valores e outro que prova a recepção das viaturas.

9.23 Criminalidade afugenta moradores da Mutamba

Jornal Folha 8
21 De Maio de 2016

A criminalidade voltou, nos últimos tempos, a dominar as conversas dos habitantes do bairro Mutamba, comuna do Bita, município de Viana, em Luanda, repetindo-se os de assaltos à mão armada, ante o calar das autoridades administrativas e sob "olhar" do Comandante da Divisão de Viana, Francisco Notícia.

Os relatos de histórias que ilustram o sentimento de insegurança agravaram-se, tomando maior a preocupação dos moradores locais para a necessidade acções de policiamento, assim como a implantação efectiva de uma unidade ou posto policial na área, a fim de se ir minimizando a situação vivenciada hoje. Segundo os moradores, que aguardam nos próximos dias pela visita de uma importante delegação deputados dos grupos parlamentares da oposição, que pretendem aí se deslocar para constatar in loco os factos, todos os dias há relatos de assaltos às residências e cantinas, violações sexuais e furto de viaturas, problemas que, entretanto, já foram remetidos ao conhecimento quer da Administração quer da Divisão de Polícia local, cujos deferimentos ainda não é sabido pelos populares da Mutamba.

O comandante Francisco Notícia já foi informado, mas até a presente data não vimos nada de melhoria, por que, dada a carência das acções da Polícia Nacional aqui no bairro, estamos a fazer justiça por mãos próprias, queimando aqueles delinquentes que são apanhados. Infelizmente, as vezes, há inocentes que também caem na "rede", É que as autoridades nada fazem e nós jamais podemos continuar a suportar tudo isto. Queremos evitar isso, razão por que precisamos urgentemente duma esquadra ou posto policial no bairro. E a nossa área é muito grande, não compreendemos como uma região dessas

não possua uma unidade da Polícia Nacional, disse Antónia de Almeida, moradora na praça da Mutamba,

"Já estamos cansados, quase todos os dias existem mortes aqui, fruto destes assaltos, por vezes não entendemos qual é o trabalho que a nossa Polícia faz. No período nocturno quase ninguém mais pode circular, mesmo com a luz que há no bairro. Os que saem tarde do seus afazeres ou estudam a noite passam mal, eu mesma tive de desistir da Universidade. Pedimos, encarecidamente, ao senhor comandante da Divisão de Viana, Francisco Notícia, que veja a nossa situação, ao senhor administrador municipal e ao governador que oiçam o nosso clamor, senão qualquer dia as coisas por cá poderão descambar para outros patamares. Alguns até já estão a abandonar o bairro para irem alugar noutras áreas", argumentou a mesma.

O município de Viana apresenta um dos mais altos índices de criminalidade na Capital, facto que exigiu, inclusive, uma visita do responsável máximo da corpo razão, comissário-geral Ambrósio de Lemos, à região, na qual terá manifestado a sua preocupação e orientado a Divisão local a alterar o quadro, através do reforço da segurança e tranquilidade públicas, para dar às populações o sentimento de paz.

9.24 Operativos das FAA e da Polícia espancados na via pública

Jornal Folha 8

21 De Maio de 2016

Silva Francisco Segundo cabo das Forças Armadas Angolanas e seu amigo Paizinho, agente de 3ª da Polícia Nacional, foram brutalmente espancados e consequentemente assaltados por marginais que se fizeram passar de taxista e cobrador do candongueiro em que ambos seguiam viagem.

O aterrorizante incidente ocorreu por cerca das 16 horas do dia 08.05.16, a escassos metros da Escola Superior de Guerra, no Crafanil-bar, Província de Luanda.

Segundo o F8 apurou, as vítimas (que no momento se encontravam trajados a civil) saíam de Viana para a zona da Cuca, município do Cazenga, de onde achavam que chegariam e confraternizariam com os amigos locais. Ledo engano.

No decurso da marcha, tendo só os dois ficado como passageiro no interior do táxi, o cobrador (que se encontrava descalço) pôs vinco na cara e olhou fixamente ao soldado Silva, e de seguida o obrigou a descalçar os ténis para dar-lho a ele, mas como

militar, Silva não se deixou intimidar e retorquiu contundente.

Mas aproveitando-se da distração do mesmo e do amigo policial, o cobrador do táxi puxou uma AKM debaixo do banco e desferiu várias coronhadas ao soldado Silva, enquanto o motorista apelava insistentemente para mata-lo.

Na sequência, o agressor passou em revista a documentação do soldado e do amigo deste, ao perceber ser a vítima um operativo das Forças Armadas Angolanas (FAA), abriu a porta da viatura que ainda estava em movimento e ordenou que pulasse, mas o amigo policial já não teve a mesma sorte.

De acordo informações em nossa posse, durante o assalto no interior do táxi, o jovem Paizinho portou-se docilmente, como tem sido instrução da Polícia Nacional, em caso de assalto ou rapto, e por isso mesmo fora a dado momento poupado das agressões.

Mas o quadro mudou drasticamente quando o cobrador encontrou nos bolsos da vítima, um passe deste, ligado a Polícia Nacional. A mera condição de agente da ordem e tranquilidade públicas quase custaram a vida ao rapaz.

"Eles (marginais) estacionaram a viatura aqui (Grafanil-bar) e assistimos a surra sem podermos fazer nada. Enquanto um agredia o jovem no interior do carro, outro posicionou-se no exterior, portando uma arma, através da qual, debandamos do local", contou uma testemunha ..

Entretanto, de acordo ainda as informações em nossa posse, após várias sessões de pancadaria, um dos marginais ligou a viatura e o outro jogou o operativo da Polícia ao meio do asfalto, que só não foi pisado pelos automobilistas, devido a intervenção dos transeuntes.

Em consequência da agressão similar ao amigo militar, o agente da Polícia perdeu os documentos e 40 mil Kzs, que a Polícia de Viana prometeu recuperar.

Entretanto, importa referir que a delinquência está a manter terreno na capital: pois, foi na semana passada que dois agentes da Polícia a nacional foram assassinados a tiro, por cidadãos até aqui desconhecidos.

9.25 Marginais roubam mais de 1 milhão de kwanzas e ferem militar

Jornal O País

24 De Maio de 2016

Texto: Milton Manança

Um grupo de 10 elementos assaltou na manhã de ontem, 23, o restaurante Cantinho do Sossego, situado em Talatona (Luanda), na Rua da Logística, levando um montante de cerca de um milhão e 600 mil Kwanzas.

Uma das vítimas deste assalto foi o brigadeiro das FAA na reserva José Sebastião, que quase perdeu os dedos dos membros superiores depois dos marginais tentarem cortá-los com um alicate. No quarto em que o oficial superior e mais alguns trabalhadores foram amarrados e submetidos a cativoiro, O PAÍS encontrou sangue espalhado ao chão, assim como móveis que foram revirados pelos marginais em toda casa.

José Sebastião foi alvo de outros tipos de agressões físicas e verbais pelos meliantes que apareceram todos com armas fogo de diferentes calibres, segundo contou a vítima. Foi ainda intimidado com um ferro de engomar por, alegadamente, se recusar a colaborar com os marginais. "Fui ameaçado de morte, mas a minha mulher pediu-me para não oferecer resistência", contou José Sebastião.

Segundo Hortência Sebastião, esposa e proprietária do estabelecimento, os marginais apareceram por volta por volta das 7:30h depois de passarem pela entrada utilizada pelos funcionários do estabelecimento.

O recinto é assegurado apenas por cães que são recolhidos às primeiras horas do dia.

Os meliantes retiraram primeiro todos os telefones, incluindo os dos trabalhadores, para garantir que ninguém haveria de ligar para a Polícia ou para outras pessoas fora do recinto.

Ainda em estado de choque, Hortência disse que foram levadas também jóias em ouro, mas afirmou que os marginais vieram convencidos de que na casa, situada no mesmo quintal em que foi construído o restaurante, haveria um cofre, principal objectivo da quadrilha.

"Eles queriam queimar o meu marido com o ferro de engomar, mas depois de uma hora convenceram-se que não tínhamos cofre algum", disse Hortência.

Apesar de desconfiarem que o "arquitecto" do assalto é uma pessoa conhecida, as vítimas preferem não avançar as suas suspeitas e deixar esta tarefa com a Polícia, que, no entanto, já esteve no local a fazer as primeiras investigações.

9.26 Polícia desmantela grupos de marginais

Jornal De Angola

24 De Maio de 2016

Texto: André da Costa

A Polícia Nacional apresentou ontem, na Unidade Operativa de Luanda, os resultados gerais das operações levadas a cabo nas últimas semanas, que se traduziram na detenção de 265 elementos, integrantes de 57 grupos que em várias zonas da capital realizavam roubos, furtos, assaltos em residências, cantinas e que praticavam violações sexuais e raptos.

O director provincial da Ordem Pública, superintendente-chefe Mateus André, explicou que 16 grupos de marginais foram totalmente desmantelados e outros 41 foram parcialmente destruídos, havendo ainda alguns elementos em fuga e sob o encalço da Polícia Nacional.

O trabalho realizado pelas forças da ordem resultou na recuperação de 36 viaturas roubadas em várias áreas de Luanda com recurso a armas de fogo, explicou a Polícia Nacional. O esclarecimento de 62 crimes diversos, a apreensão de 60 armas de fogo de diversos calibres, entre metralhadoras AKM e pistolas, usados pelos marginais para o cometimento de delitos, sobretudo roubos a residências e na via pública, constam dos resultados do trabalho policial, disse Mateus André.

A Polícia Nacional explicou que durante a acção os marginais alvejaram mortalmente dois agentes da Polícia Nacional.

Ainda durante essa operação, a Polícia deteve três indivíduos supostamente implicados no alvejamento mortal dos dois agentes da corporação nos municípios do Cazenga e de Belas. Durante a operação foram detidos indivíduos implicados em 11 casos de homicídio voluntário.

Mateus André informou terem chegado ao conhecimento da Polícia Nacional seis casos de raptos em Luanda de cidadãos chineses e vietnamitas, tendo sublinhado que a corporação identificou quatro grupos envolvidos nesta prática, maioritariamente

constituídos por cidadãos nacionais e estrangeiros de nacionalidade nigeriana, congoleza e namibiana, fazendo cinco detenções.

A Polícia Nacional, disse o porta-voz da corporação, está preocupada com os crimes que têm ocorrido na cidade capital, por isso solicita a colaboração dos cidadãos.

Mateus André afirmou que a Polícia Nacional teve conhecimento de falsas notícias veiculadas nas redes sociais via Facebook sobre 50 motorizadas com três jovens cada prontas a cometer crimes, bem como a situação de segurança pública na Ilha de Luanda, onde notícias falsas afirmavam existir elementos predispostos a cometer crimes, o que não corresponde à verdade.

A situação criminal não é alarmante como as redes sociais fazem crer, criando um sentimento de insegurança aos cidadãos, disse Mateus André, que referiu que o aumento ligeiro da criminalidade em Luanda se deve a factores de natureza económica, social e cultural.

O oficial alertou ainda para os cidadãos evitarem colocar vidros fumados nas janelas das viaturas e quem os tenha deve retirá-los de imediato, sob pena de verem a viatura apreendida e encaminhada para uma esquadra de Polícia.

9.27 Supostos assassinos de polícias negam o crime

Jornal O País

24 De Maio de 2016

Texto: Domingos Bento e Rolmão Brandão

O crime, que vitimou mortalmente um agente da Polícia e deixou um outro gravemente ferido, aconteceu no passado dia 10 de Maio, no bairro da Mabor, município do Cazenga. A acção criminosa foi perpetrada por quatro elementos, dos quais três foram apresentados ontem em Luanda, à margem de num encontro que teve como objectivo divulgar as acções operativas da Polícia durante os últimos 15 dias.

Um dos envolvidos no crime nega ter sido ele o autor dos disparos que mataram um agente da Polícia nacional e deixaram um outro gravemente ferido, quando estes tentavam evitar um assalto a uma residência. João Pedro, mais conhecido por Mayara, disse que no dia do crime estava fora de casa e que

apercebeu-se do assassinato dos agentes apenas no dia seguinte,

"Eu já estou há uma semana e meia sem andar com eles (outros envolvidos). Com os mesmos só me envolvi em três assaltos. E fiquei duas semanas sem vê-los porque havíamos feito um assalto num bar e eles não me deram o dinheiro. No dia que mataram o polícia, que foi num Domingo, eu nem estava em casa. Me apercebi apenas na Segunda-feira, por via de outras pessoas. Quando dizem que eu disparei, isso não é verdade", explicou.

Por seu lado, António Cassiala, mais conhecido por Bolo Fofó, outro dos supostos assassinos, disse que foi sim Mayara quem disparou. Segundo o jovem, a ideia não era atingir os agentes. Estes foram baleados quando tentavam seguir o grupo que fugia depois de ter efectuado o assalto. "Depois de arrombarmos uma residência, de onde levamos um plasma e outros bens, deparámo-nos com um carro que estava a nos seguir. Dentro da viatura seguiam os dois agentes. O meu amigo Mayara, que estava com a arma, fez os tiros. Ele efectuou os disparos porque sentiu que estávamos a ser perseguidos".

Sete Picas, outro dos supostos assassinos, referiu que não sabe bem dizer quem havia feito os disparos, porque no dia do crime estava do outro lado da rua. "Eles meteram-me a controlar tudo num canto, enquanto en-travam para fazer o assalto. Logo depois só ouvi os disparos. De seguida os meus amigos apareceram com o plasma e dinheiro. Estas coisas fomos guardar mesmo na casa do Joxinho".

Por seu lado, a Polícia Nacional na voz de Mateus André, director provincial da Ordem Pública, esclareceu que a detenção dos supostos criminosos foi feita numa operação policial desenvolvida em várias partes de Luanda e que teve como base esclarecer os principais casos ocorridos nos últimos quinze dias. Esta mesma operação foram apreendidas 60 armas de fogo de diversos calibres e detidos 264 elementos integrantes de 57 grupos criminosos. Destes grupos, 16 foram desmantelados totalmente e 41 parcialmente.

No mesmo período, segundo o superintendente chefe, foram recuperadas 36 viaturas de diversas marcas e modelos. Grande parte dos veículos havia sido roubada com utilização de armas de fogo. Mateus André deu a conhecer também que foram registados um total de seis casos de rapto, tendo como principais vítimas cidadãos estrangeiros, com destaque para vietnamitas e chineses. Os raptos foram perpetrados por quatro grupos constituídos por cidadãos nacionais, congolenses, namibianos e nigerianos. Cinco pessoas envolvidas

neste tipo de crime foram detidas, conforme garantia da fonte.

Viana, Samba, Cacucaco e Kilamba Kiaxi foram das zonas de Luanda que registaram o maior número das acções delituosas.

O director provincial da Ordem Pública reconheceu ainda que, nos últimos tempos, tem havido um aumento substancial de crimes, situação que está a preocupar a corporação, porque grande parte dos delitos são efectuadas com armas de fogo. "Porém, independentemente de nós conhecermos a subida dos índices da criminalidade, a situação não é tão alarmante como muitas pessoas especulam".

9.28 Polícia apresenta resultados de mega-operação

Jornal de Manchete

27 De Maio de 2016

Na madrugada de segunda-feira, dia 16 de Maio, homens desconhecidos dispararam contra uma patrulha da Polícia Nacional no bairro da Sapú, município de Viana, tendo causado a morte de um agente, colocado naquela divisão. Na semana passada, outros dois agentes da Divisão do Cazenga foram alvejados no bairro da Mabor, quando tentavam impedir um assalto numa cantina, tendo um dos agentes morrido e outro ficado gravemente ferido.

Estes são alguns relatos que Luanda registou nas últimas semanas sobre o nível de delinquência que, de algum tempo há esta parte, tem tirado o sono dos habitantes nos diversos bairros da cidade capital. Segundo o director da ordem pública superintendente chefe Mateus André, Luanda continua a ser a cidade que mais inscreve casos de criminalidade.

A alta patente da Polícia Nacional fez estas declarações na segunda-feira, dia 23, na Unidade Operativa de Luanda, no âmbito da apresentação dos resultados da mega-operação levada a cabo pela corporação que durou cerca de duas semanas.

De acordo com dados das autoridades policiais, a capital do país tem apenas sete mil efectivos da corporação, o que faz com que haja perante mil habitantes, apenas um polícia disponível, sem falar da falta gritante de meios de patrulhamento.

Ainda assim, na sequência da mega-operação a corporação deteve 264 supostos meliantes e apreendeu 62 armas de fogo de diversos calibres. Mateus André explicou a morte dos dois agentes

ocorreram durante a referida acção policial e que oito supostos meliantes foram igualmente mortos na sequência da resistência da acção policial.

"Durante a intervenção foi possível deter 264 elementos, sendo 16 grupos foram desmantelados na sua totalidade e 41 de forma parcial. No entanto, continuam as operações policiais para a detenção de dois foragidos", disse o superintendente chefe Mateus André, tendo lamentado a morte dos dois agentes.

A alta patente da Polícia Nacional fez saber que durante período em análise, as forças policiais registaram um total de 11 homicídios voluntários e, consequentemente, a detenção dos seus respectivos autores, seis casos de raptos a cidadãos chineses e vietnamitas.

"No trabalho de investigação foi possível detectar um total de quatro grupos constituídos maioritariamente por cidadãos nacionais, havendo alguns estrangeiros desigual da mente de nacionalidade congoleza, namibiana e nigeriana tendo sido já detidos cinco elementos", referiu, para depois apelar a população "a continuar a denunciar eventuais crimes que aconteçam nas suas respectivas localidades". O superintendente chefe Mateus André aproveitou a ocasião para desmentir informações postas a circular nas redes, sociais sobre eventuais grupos de marginais que barravam vias em diversos bairros de Luanda para perpetrarem as suas acções.

9.29 Reforçados os mecanismos da Lei

Jornal de Angola

30 DE Maio de 2016

O Governo está a implementar um programa de alargamento da rede de casas de abrigo e gabinetes especializados nas esquadras de polícia e hospitais em todo o território nacional, para o atendimento às vítimas de violência doméstica e a criação de correspondentes de equipas multisectoriais de assistência às vítimas.

O anúncio foi feito pelo secretário de Estado para os Direitos Humanos, António Bento Bembe, quando discursava na abertura da mesa redonda sobre violência doméstica, numa organização conjunta do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e do Instituto Superior João Paulo II. No âmbito da implementação do Plano Executivo de Combate à Violência Doméstica, disse, o Serviço Nacional de Investigação Criminal criou um departamento especializado no atendimento de queixas relacionadas com esta matéria e foram criadas mais secções na sala de crimes comuns nos tribunais provinciais.

Esta sala está vocacionada para atender as questões de violência doméstica e resolver as compensações das vítimas pelo juiz de direito, mediante uma sentença.

10. AMBIENTE

10.1 Exploração de madeira vai gerar produção de 15 mil metros cúbicos por ano

Jornal Expansão
6 De Maio de 2016

Cerca de 15 mil metros cúbicos de madeira serão explorados anualmente nos municípios da Cahama, Namacunde, Cuvelai e Cuanhama, província do Cunene, anunciou esta terça-feira o chefe do instituto de Desenvolvimento Florestal do Cunene, Alcino Zamba.

Em declarações à Angop, o responsável disse que a instituição desenvolveu um plano de levantamento das áreas de exploração com objectivo de dinamizar o sector de corte e de transformação de madeira, através da criação de oportunidades e incentivos para empresários florestais.

Do levantamento efectuado, disse Alcino Zamba, conclui-se que a província dispõe de uma capacidade anual de exploração de 15 mil metros cúbicos de madeira por ano, distribuídos nos municípios Cuvelai e Cuanham (cinco mil cada), Namacunde (três mil) e Cahama (dois mil).

O responsável salientou ser fundamental que se conheça com "precisão" os recursos florestais, onde se encontram e em que quantidade, com vista a serem geridos de forma racional.

Alcino Abel Zamba sustentou que, no quadro do programa de diversificação da economia em curso no País, a madeira desempenha um "papel fundamental", razão pela qual convidou os empresários nacionais e estrangeiro a investirem na região.

De acordo com o dirigente, a nível da província da região Sul existem apenas três concessionários legalizados que devolvem trabalho de exploração, e duas pequenas indústrias de transformação. Por haver falta de capacidade técnica, a exploração madeireira na região é deficitária, afirmou Alcino Zamba.

Relativamente às taxas de exploração, disse que a actividade está a ser feita de acordo com o regulamento florestal.

Alcino Zamba referiu que a instituição continua a desenvolver acções de sensibilização junto dos concessionários no sentido de se fazer o repovoamento, não apenas na área de exploração, mas também através da criação de polígonos florestais para equilibrar o abate da flora.

10.2 Quantum global quer reduzir importação demadeira por angola

Jornal O PAÍS
6 De Maio de 2016

A informação foi veiculada ontem, a OPAÍS, pelo chefe de gestão de activos da empresa Suíça Quantum Global, Martin Bachmann.

Conforme noticiou ontem este jornal, a empresa já investiu 50 milhões de dólares, depois de ter assinado um acordo de 60 anos com o Estado angolano para a cedência de 80.000 hectares de terras destinadas ao cultivo e consequente produção de fibras de madeira na província do Huambo.

O gestor fez saber que o projecto foi idealizado para produzir madeira e seus derivados em quantidade suficiente para substituir os produtos de madeira mais importados, visando abastecer o mercado nacional com produtos de qualidade a preços acessíveis.

O responsável assinala ainda que o contrato de concessão aponta para um crescimento célere da produção nos primeiros cinco anos, com o cultivo de eucalipto que considera ser um bom produto para substituir a madeira tropical que fornecerá alternativa ecológica a produtos da madeira nativas de florestas tropicais.

Martin Bachmann contou que o projecto começou com o processo de inventariação da área plantada para se identificar a quantidade de madeira que pode ser produzida de forma sustentável anualmente.

Disse, no entanto, que as produções provenientes desta região concentrar-se-ão no mercado interno. "Contudo, caso se registre demanda significativa de outros mercados, vamos oportunamente avaliar a possibilidade e o valor acrescentado de exportar os produtos florestais a outros mercados", sustentou.

Através desta aquisição, segundo Bachmann, a Quantum Global prevê obter retornos coerentes ao risco para a classe de activos em plantações de madeira.

A primeira fase do projecto vai contemplar várias indústrias de produtos florestais com produção integrada. A construção dessas indústrias arranca já em 2016.

"Como parte deste investimento, pretendemos desenvolver um projecto de fábrica de celulose na região, que proporcionará mais oportunidades de emprego na região" explicou

Ele referiu que os investimentos em plantações de fibra de madeira serão certificados por terceiros, nomeadamente pelo Conselho de Gestão Florestal, garantindo a sustentabilidade das operações de manejo florestal.

A plantação abrangerá as espécies já existentes na região, designadamente o eucalipto e o pinos.

O grupo Global trabalha em articulação com fundos soberanos e organismos do Estado, para atrair parcerias e investimentos em África.

10.3 Mais de um milhão de afectados pela seca

Jornal de Angola

07 De Maio de 2016

Citada pela Rádio ONU, a FAO salientou que, nas províncias afectadas pelo EI Nino, um fenómeno climático de escala global que se caracteriza pelo aquecimento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico, a taxa de malnutrição severa dobrou em comparação com o primeiro semestre de 2015.

Actualmente, acentua a agência da ONU, 95 mil crianças em Angola estão afectadas e a insegurança alimentar pode piorar a partir de Julho até ao final do ano.

As Nações Unidas criaram em Angola uma equipa de emergência para responder aos efeitos da seca. A Etiópia é também mencionada pela FAO como estando também entre os países africanos afectados pela seca.

A seis semanas para o início da principal época de cultivo na Etiópia, os agricultores do país continuam à espera com urgência de financiamento para evitar que a insegurança alimentar piore ainda mais.

Devido ao EI Nino, a Etiópia enfrenta a pior seca em 50 anos, daí que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura esteja a precisar de 10 milhões de dólares para distribuir, nas próximas

duas semanas, sementes às famílias etíopes que já estão a correr risco de fome.

A agência alerta que, se as sementes não forem entregues a tempo, é possível que seja tarde para garantir plantios decentes na próxima temporada, a principal na Etiópia, quando geralmente são produzidos 85 por cento dos stocks de alimentos nacionais.

Com a crise, refere a FAO, a renda de muitas pessoas diminuiu e têm por esta razão dificuldade em comprar sementes de milho, sorgo, trilha e legumes. No total, são 1,7 milhões de famílias de agricultores sem sementes para o plantio imediato. A temporada de cultivo começa na segunda quinzena de Junho e vai até ao final de Agosto.

O Fundo das Nações Unidas lamenta que tenha recebido apenas 15 por cento do apelo financeiro feito para a Etiópia, onde são mais de 10 milhões de pessoas a passar fome devido às fracas colheitas, às mortes de cabeças de gado e pouca chuva. A insegurança alimentar na Etiópia já atinge 224 distritos, 20 por cento a mais do que há três meses. O EI Nifio ocorre em intervalos médios de quatro anos. O aquecimento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico é geralmente observado no mês de Dezembro, na véspera do Natal, por isso recebeu o nome de "EI Nifio", em referência ao "Nino Jesus" (Menino Jesus).

10.6 UNITA alerta sobre a seca

Jornal de Angola

10 De Maio de 2016

A direcção da UNITA manifestou-se preocupada com a situação humanitária que afecta alguns municípios do Cuando Cubango, sobretudo Mavinga e Rivungo, onde as populações estariam a recorrer a frutos silvestres para enfrentar a fome que assola a região.

Num comunicado distribuído ontem, o partido da oposição exorta o Executivo a "intervir com urgência", a fim de acudir os carenciados, fornecendo-lhes bens de primeira necessidade, nomeadamente géneros alimentares, vestuário e material agrícola. O apelo resultou da reunião conjunta dos membros do Comité Permanente da Comissão Política da UNITA, do "Governo Sombra" e do Conselho da Presidência, para análise da situação do país, particularmente no que se refere à situação política, económica e social.

Os participantes foram informados dos pormenores da viagem da delegação encabeçada pelo presidente

da UNITA, Isaiás Samakuva, que visitou Portugal, Bélgica e Marrocos. De acordo com o comunicado, a reunião debruçou-se igualmente sobre aspectos inerentes ao aumento de casos de intolerância política que estariam a acontecer em todo o país.

10.7 Angola precisa de dez biliões de dólares para combater a seca

Jornal O País

12 De Maio de 2016

Texto: Neusa Filipe

Fátima Jardim, afirmou que Angola precisa de financiamentos e apoios de outros estados para combater as calamidades naturais e a problemática da seca que assola o Sul do país

O apelo foi lançado pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim, que, Terça-feira, concedeu uma conferência de imprensa em Luanda, por altura do lançamento das actividades alusivas ao Dia Mundial do Ambiente.

Fátima Jardim referiu que serão necessários dez biliões de dólares para adaptar, ao longo do tempo, os vários programas de combate à seca já estabelecidos pelo Executivo angolano.

A titular da pasta disse que alguns programas nacionais, nomeadamente o Plano Nacional de Calamidades Naturais e Riscos, o Plano de Emissões, o Programa da Seca e outros que envolvem solidariedade, foram adoptados para combater seca no Sul do país.

"Precisamos de financiamentos e estamos a apelar ao mundo que financie e que ajude Angola a adaptar esses programas a esta temática que há muito assola" a região Sul", sensibilizou.

Relativamente ao combate ao lixo, a responsável disse que estão a ser tomadas medidas para o eliminar no espaço urbano, tendo revelado que foram recentemente aprovados os planos estratégicos de resíduos urbanos e hospitalares. E defendeu que um dos métodos a adoptar consiste em penalizar os principais agentes poluidores.

"A fiscalização deve deter e penalizar os autores das práticas de poluição ao meio ambiente. Quem polui deve pagar por isso", avisou a ministra.

O Dia Mundial do Ambiente é celebrado anualmente a OS de Junho, data instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1972, para assinalar acções de protecção e preservação do ambiente e alertar as

populações e os governos sobre a necessidade de se salvar o planeta.

Para o ano em curso, Angola é o país escolhido para sediar as celebrações oficiais deste dia, que debruçar-se-á ao lema "A Luta Contra o Comércio Ilegal da Fauna e da Flora Selvagens", a decorrer de 03 a 07 de Junho, em todo o país, com vários temas de abordagem agendados sobre a protecção e conservação da Fauna e da Flora.

Na ocasião, a ministra disse que a escolha de Angola para presidir o acto central da referida efeméride deve-se ao seu desempenho ambiental e pelas características da sua liderança em assumir e cumprir os objectivos do Millenium e, sobretudo, os compromissos com o país.

Referiu ainda que a concepção de políticas que protegem a fauna e a flora pelo Governo angolano e a realização de programas que garantem a sustentabilidade global, bem como o período de paz efectiva e segurança nacional que o país vive, constituem igualmente factores que determinaram a eleição de Angola para albergar o evento.

10.8 Luanda é a cidade do Ambiente para as festividades de 2016

Jornal Manchete

13 De Maio de 2016

Texto: Francisco Cabila

A capital do país, Luanda, vai acolher em Junho próximo, a primeira EcoAngola, evento que se traduzirá num espaço de conhecimento no qual serão abordadas várias temáticas sobre o meio ambiente e contará com a presença de especialistas nacionais e estrangeiros.

A informação foi avançada nesta terça-feira, 10, pela ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, durante a Conferência de Imprensa que serviu para apresentar o programa das festividades do 5 de Junho, Dia Mundial do Ambiente, cujo acto central irá decorrer em Luanda, sob o lema "A Luta contra o Comércio Ilegal da Fauna e da Flora Selvagens".

De acordo com a governante, tratar-se-á de um espaço de diálogo, uma vez que a margem do mesmo será realizada uma mesa redonda inerente a temáticas ambientais.

Durante as festividades do 5 de Junho serão realizados outros eventos, entre eles a demonstração de" reaproveitamento de material electrónico, visita ao projecto Okavango, bem como uma gala que

servirá para mostrar a moda angolana e a entrega de prémio de estimulação para que a temática do ambiente seja abordada.

Maria de Fátima Jardim deu, igualmente, a conhecer que todas as delegações provinciais estão mobilizadas para realizarem várias actividades locais em prol da data, devendo-se contar, também, com as iniciativas da sociedade civil.

A ESCOLHA DE ANGOLA

A ministra Fátima Jardim apontou o empenho ambiental, rápido, do país, bem como a elaboração do seu relatório sobre o estado do ambiente, como sendo uma das razões que estiveram na base da escolha de Angola para acolher o acto central das festividades do 5 de Junho. De acordo com a governante, a sustentabilidade ambiental de Angola foi o exemplo ambiental do seu desempenho.

"Então temos aqui uma causa que é entregue a Angola e para tal desafio Angola deve continuar de forma agressiva a participar nos esforços globais", disse, acrescentando que, "escolhe-se Angola, também, pelas características da sua liderança".

Adiante, enfatizou que a condição primordial para a sustentabilidade ambiental em Angola é a paz. "A paz e a segurança nacional são objectivos essenciais para o bom desempenho e boa governação, sobretudo no que diz respeito a protecção do ambiente", frisou.

Sobre o lema das festividades "A Luta Contra o Comércio Ilegal da Fauna e da Flora Selvagens" disse tratar-se de um assunto que preocupa o mundo, pois, segundo sublinhou, ultrapassou o âmbito meramente ambiental ou conservacionista, convertendo-se numa questão de estabilidade dos Estados e segurança internacional. "Porque o tráfico de espécies e produtos da vida selvagem tem servido para alimentar rebeliões armadas e grupos terroristas", disse a ministra, tendo de seguida apresentado dados recentes que, em seu entender, mostram uma triste realidade: "Entre 2010 e 2013 foram mortos, em África, 120 mil elefantes, quando o universo da população total de elefantes é estimado em 500 mil indivíduos. Em países como o Benin, Burkina Faso, Gâmbia e Togo foram declaradas como espécies extintas, o Gorila e o Chimpanzé".

Para a ministra, é esta a realidade sobre a qual é chamada a urgente intervenção de todos os cidadãos planetários.

"A conjugação de esforços dos governos, das corporações, das instituições privadas e associações, a nível de todo o mundo é aqui requerida, para" a preservação do património natural mundial".

Com a celebração da efeméride em Angola, o Executivo angolano, através do Ministério do Ambiente, pretende partilhar com a comunidade internacional, o compromisso com a protecção da fauna e flora selvagens e a necessidade de estreitar sinergias para acabar com o comércio ilegal; a seriedade que coloca no trabalho de protecção das espécies da biodiversidade ameaçadas de extinção; Os trabalhos em Angola, a descoberta e redescoberta de novas espécies de animais, sendo algumas delas novas para o mundo; O compromisso de trabalhar para a recuperação da flora e fauna selvagens; A abertura do país para o investimento privado e estrangeiro neste sector, bem como o potencial de Angola como um importante destino de ecoturismo.

FORMAÇÃO

Durante a sua alocução, a conferencista anunciou a criação, dentro em breve, de uma escola regional para a formação de fiscais ambientais e guias turísticos.

Segundo a governante, a mesma será erguida no Cuando Cubango, província que possui a maior área de conservação da biodiversidade do mundo. "É também o maior projecto de protecção da biodiversidade do mundo, projecto CASA, também conhecido como sendo o projecto das cinco nações", esclareceu, acrescentando que, "Aí também temos elefantes mas também temos caçadores ilegais, aí. Já encontramos dentes e carne de elefantes com caçadores ilegais, na sua maioria estrangeiros, que se aproveitam das nossas populações pobres para secarem a carne ou poderem adquirir os dentes, para além dos elefantes, os dos rinocerontes também são muito procurados".

Actualmente, o país possui perto de 600 homens treinados pelas autoridades, antigos militares que se transformaram hoje em "soldados da natureza" com a missão de defenderem o meio ambiente, sobretudo o combate à caça ilegal.

REPOVOAMENTO DA PALANCA

A ministra anunciou, também, que as autoridades angolanas irão levar a cabo, nos próximos tempos, uma campanha de repovoação da Palanca Negra, no Parque Nacional de Canganda1a, em Malange e que estão já criadas as condições para o efeito.

De acordo com a governante, a mesma irá arrancar no período seco, tendo garantido que, recentemente, durante um trabalho realizado no terreno, foram descobertas mais palancas.

De recordar que a caça furtiva - um mal que o Governo está a combater seriamente estavam a

comprometer os esforços de repovoamento da Palanca Negra Gigante.

Até 2013, por exemplo, dados de especialistas ligados a esta actividade apontavam para a existência de 100 Palancas Negras devido à instalação de armadilhas e queimadas, o que coloca a espécie em vias de extinção por ser endémica.

De realçar que, o Projecto de Conservação da Palanca criou, em 2004, uma equipa de pastores com membros das comunidades, dando início ao processo de localização e preservação do animal.

Segundo dados da Fundação Kíssama, até aos anos 70 estimava-se uma população de 2.500 palancas, sublinhando que hoje estão reduzidas a menos de cem.

Espécie rara, a Palanca Negra Gigante tem o seu habitat natural no Parque Nacional de Cangandala e na Reserva Natural do Luando, na província de Maílanje.

10.9 Não haverá tréguas para o comércio e prática ilegal

Jornal Manchete

13 De Maio de 2016

De acordo com Fátima Jardim, as autoridades angolanas têm já a situação controlada, estando identificados os envolvidos, directa ou indirectamente, nestes actos criminosos, assim como os meios de transportes, terrestres e aéreos, utilizados para a transportação dos respectivos produtos, quer a nível interno, como externo.

A governante lembrou, por outro lado, que Angola se transformou, de alguns anos há esta parte, na rota de tráfico de marfim e não só, sendo que os países de origem são, com maior incidência, a República Democrática do Congo e a República Centro Africana, enquanto que os países asiáticos são os destinatários. "Se nós fizermos aqui em Angola, o combate cerrado, eles irão para outros países, mas não é isto que nós, ministros do Ambiente, pretendemos. O que pretendemos é acabar com o tráfico de espécies e produtos da vida selvagem".

No decorrer da Conferência de Imprensa Fátima Jardim disse, igualmente, que tudo está a ser feito no sentido de desencorajar os artesãos angolanos a utilização de marfim ou outros produtos da vida selvagem nas suas obras artesanais, em obediência ao Decreto Presidencial que criou, em

2015, a comissão Interministerial de Luta Contra o Comércio Ilegal das espécies da fauna e da flora em risco de extinção, cujo funcionamento é assegurado pela Unidade de Crimes Ambientais, que procura dar resposta ao comércio ilegal de marfim e de outras espécies da fauna e da flora.

Nesta ordem de ideias, a ministra diz ser importante o estabelecimento de sinergias, tanto a nível nacional como internacional, o reforço da capacidade nacional, bem como o asseguramento de uma plataforma de diálogo permanente, para a salvaguarda dos interesses dos angolanos, visto que o comércio ilegal da vida selvagem contribui para a degradação dos ecossistemas e concomitantemente delapida os meios de subsistência das populações, para além de comprometer o Estado de Direito e a segurança nacional.

DESAFIOS

Para a efectivação dos propósitos acima descritos, as autoridades angolanas têm vários desafios que constituem prioridades nacionais uma vez que contribuem para o cumprimento das obrigações inscritas no âmbito das Conservações Internacionais (Convenção da Biodiversidade, Convenção CITES, Convenção sobre Espécies Migratórias...). Entre estes desafios constam o Inventário Nacional do Marfim, o Plano de Acção Nacional do Elefante, o Programa Nacional do Marfim e os Estudos sobre o conflito Homem/Animal.

De recordar que, no âmbito regional o país aderiu, recentemente, a um projecto africano denominado Iniciativa de Protecção de Elefantes (EPI), cujo objectivo visa concerta esforços para medidas concretas que impeçam o abate deste animal.

ENVOLVIMENTO DA PGR

A Procuradoria-Geral da República (PGR) junta-se aos esforços das autoridades governamentais estando neste momento a capacitar os seus quadros no sentido de darem tratamento aos dossiers que têm à ver com os crimes ambientais. É por essa razão, de acordo com a ministra do Ambiente, que cidadãos envolvidos nestas práticas foram já julgados sumariamente, depois de terem sido apanhados.

10.10 Aposta continuada na educação ambiental

Jornal de Angola

18 De Maio de 2016

Texto: Manuel Gomes

A propósito dos 25 anos da Juventude Ecológica Angolana (JEA), completados este mês, o presidente da associação, José Silva, disse ontem ao Jornal de Angola que a situação ambiental no país, "apesar de não ser ainda das mais desejadas, não é tão degradante" e varia de região para região.

José Silva salientou que, por exemplo, se em Luanda a acumulação dos resíduos sólidos, actualmente, é a questão ambiental mais visível, na região Leste do país "preocupa mais a degradação dos solos, as ravinas, a retirada da cobertura vegetal e a qualidade da água".

Já na região central, disse José Silva, continua a assistir-se ao abate de árvores sem a devida reposição ou compensação e à caça furtiva para fins comerciais. "Outra questão que preocupa, em todo o país, é a dos investimentos em infra-estruturas. É necessário que se coloque a questão ambiental, como área transversal, nas prioridades da agenda política. Sectores como a saúde, indústria, educação, desporto, comunicação, cultura, reinserção social, turismo, e outros, devem articular os seus programas em volta da questão ambiental".

José Silva defende um grande investimento na consciencialização e educação ambiental, a todos os níveis, para acabar com "alguma cultura" da impunidade no domínio das regras ambientais. A descentralização administrativa e financeira, para o, presidente da JEA, também pode contribuir para a melhoria da questão ambiental.

O responsável da JEA destacou a colaboração da associação com o Ministério do Ambiente na divulgação do 5 de Junho (Dia Mundial do Ambiente), cuja celebração mundial vai acontecer este ano em Angola. "Julgamos ser uma responsabilidade também da sociedade civil apoiar este momento ímpar na vida do país, divulgando o evento e o tema nas instituições de ensino, com o envolvimento da juventude", frisou.

José Silva felicitou o Governo angolano, através do Ministério do Ambiente, pela confiança recebida das Nações Unidas, para acolher o acto, uma vez que é resultado das iniciativas que visam combater o abate indiscriminado de árvores e animais, com realce para os elefantes.

Ao longo dos 25 anos de existência, a Juventude Ecológica de Angola conquistou o seu espaço e é uma referência quando se trata do assunto Ambiente, dentro e fora do país. "Numa sociedade onde o movimento associativo funciona com grandes

constrangimentos, a Juventude Ecológica Angolana conseguiu posicionar-se e manter o seu foco, que é a educação ambiental", frisou José Silva. "A Juventude Ecológica Angolana cresceu, ajudou muitas pessoas a adoptarem o ambiente como área de formação e actividade profissional e tem sido uma escola de inserção dos jovens na sociedade", acrescentou.

José Silva sublinhou que pela organização passaram várias gerações de líderes, alguns dos quais dão o seu contributo em estruturas governamentais e empresariais.

"Procuramos que todos, lá onde se encontrem, continuem a levantar a bandeira do ambiente, voluntariado e cidadania", afirmou o presidente da Juventude Ecológica Angolana. Das actividades programadas para este ano, José Silva destaca o relançamento do trabalho das delegações provinciais, a realização, em Luanda, de uma oficina de educação ambiental para actualizar técnicas e metodologias e de um ciclo de cinema ambiental. Está igualmente prevista a criação ambiental das comunidades. O projecto "Olimpíadas do Ambiente", considerado o maior projecto escolar de educação ambiental promovido em Angola, é um dos principais "cartões de visita" da Juventude Ecológica Angolana, que conta com cerca de 2000 membros inscritos em todo o país, a grande maioria jovens. do Conselho Técnico Científico, um órgão de apoio à direcção da organização, bem como a instalação de um Centro de Formação e Educação Ambiental.

A Juventude Ecológica Angolana foi fundada a 11 de Maio de 1991, em Luanda, como resultado da fusão de dois grupos de jovens estudantes que se mostravam preocupados com o estado das praias e da arborização em algumas zonas da cidade capital. Hoje, a associação ecológica, que trabalha em parceria com instituições públicas e privadas, dedica-se às questões de protecção, recuperação e preservação do ambiente e à educação e sensibilização ambiente das comunidades. o projecto olimpíadas do Ambiente considerado o maior projecto escolar de educação ambiental promovido em Angola é um dos principal cartões de visita da Juventude Ecológica Angolana, que conta com cerca de 2000 membros inscritos em todo o país, a grande maioria jovens.

Esse trabalho dedicado tem sido reconhecido dentro e fora do país com várias nomeações : em 2010 , o Ministério do Ambiente outorgou-lhe o prémio palanca Negra Gigante e o programa das Nações Unidas par o Ambiente concedeu-lhe o reputado prémio Internacional Global 500.

nauseabundo, numa altura em que os casos de malária e febre-amarela continuam a assolar os populares.

Os moradores alegam que já fizeram vários apelos às autoridades locais de modo a mobilizarem as operadoras de recolha de lixo para que removam aquele foco de lixo mas que nunca tiveram retorno de quem de direito. "Já contactámos a Comissão dos Moradores, esta, por sua vez, contactou a Administração Municipal, mas nunca resolveram esta situação. O lixo já invadia as nossas casas, por isso compramos paus e chapas de zinco para fecharmos a rua e impedir que o lixo e os bichos invadissem as nossas casas": contou Marcelino de Oliveira, morador da Mabor há mais de 20 anos.

A quantidade de lixo que se acumulou ali não só põe em causa a saúde dos moradores, assim como também periga a vida dos pacientes que acorrem ao Centro Médico Progresso com vista a dirimir os problemas inerentes à saúde, de lembrar que aquele Centro Médico dista pouco menos de 30 metros da lixeira.

Os moradores lançam grito de socorro mais uma vez à Administração Municipal, na pessoa do senhor Administrador, Tany Narciso, de maneira a mobilizar homens e máquinas para a remoção daquele lixo.

10.11 Fórum debate sustentabilidade

Jornal de Angola

19 De Maio de 2016

O Ministério do Ambiente informou, em comunicado, que o encontro debate temas como "As políticas de gestão de resíduos e soluções inovadoras", "A biodiversidade e as alterações climáticas" e "A educação para uma cidadania ambiental e responsável".

Constam da agenda questões como "A gestão de resíduos", "O plano estratégico de gestão de resíduos sólidos urbanos como guia na gestão dos resíduos em Angola", "O reaproveitamento de efluentes residuais e resíduos sólidos como contributo para a gestão ambiental" e "O regime de fornecimento dos sacos plásticos e suas consequências", entre outros temas.

O evento junta membros do Governo integrantes da Comissão Técnica Multisectorial para o Ambiente, organizações internacionais, técnicos deste sector, associações de defesa do ambiente, professores e estudantes da Universidade Independente de Angola, entre outros convidados.

10.1 Moradores interdita rua por causa do lixo

Jornal A República

20 De Maio de 2016

Texto: Mafuta Malanda

Os moradores do bairro da Mabor, município do Cazenga, viram-se obrigados a interditar a rua das Malhas devido à enorme quantidade de lixo que se acumulou no pátio da antiga fábrica têxtil "Malhas Lord" e transbordou até a rua, invadindo deste modo as residências circunvizinhas. A nossa equipa de reportagem apurou, no local, que há mais de oito meses que as empresas de recolha de lixo deixaram de operar naquele bairro. A inexistência de contentores leva a que os moradores depositem o lixo ali. Devido às chuvas que se abateram um pouco pelo país, e em Luanda, em particular, ao lixo juntaram-se as águas das chuvas que formaram ali um charco que produz moscas, mosquitos, sapos e outros vermes, bem como produz um cheiro

10.2 Áreas protegidas são alargadas

Jornal de Angola

21 De Maio de 2016

Texto: Manuela Gomes

O uso sustentável dos recursos naturais é a melhor via para um equilíbrio dos sistemas ecológicos, que asseguram as condições de uma renovação a longo prazo dos recursos para o desenvolvimento do país, declarou ontem, em Luanda a chefe de Departamento das Áreas de Conservação do Instituto de Biodiversidade e Áreas de Conservação do Ministério do Ambiente.

Maria Loa, que dissertava sobre o tema o "Plano Estratégico das Áreas de Conservação", no último e segundo dia do Fórum sobre o Desenvolvimento Sustentável, disse que a extensão das áreas protegidas no país passou de 82.329 quilómetros quadrados para 162.642, contendo parques nacionais, reservas naturais integrais e parciais e um parque natural regional. O Ministério do Ambiente, acrescentou, continua a envidar esforços para a implantação de um Sistema de Conservação da Biodiversidade Nacional

capaz de conduzir à estabilidade ecológica e ao bem-estar da população.

A criação de áreas de conservação é importante para a preservação dos componentes da diversidade biológica.

A actual política do Ministério do Ambiente é propor medidas e práticas que levem o Executivo ao desenvolvimento sustentável, baseado numa gestão ambiental que satisfaça as das gerações presentes e futuras, sem comprometer o equilíbrio do ambiente. O reitor da Universidade Independente de Angola (UNIA), Filipe Zau, que discursou na cerimónia de encerramento, reconheceu que "nós ainda estamos, de alguma forma, bastante atrasados", no que diz respeito às questões do ambiente e sustentabilidade.

O reitor da universidade privada, que organizou o fórum em parceria com o Ministério do Ambiente, disse que a causa do atraso é a guerra que o país viveu, durante a qual "não estávamos sensibilizados e preocupados com as questões ambientais". O fórum criou reflexões a nível da comunidade académica para uma nova atitude e comportamento.

10.6 Juventude ecológica aposta na mudança de atitudes

Jornal Folha 8

21 De Maio de 2016

A situação ambiental no País ainda não é das mais desejadas, afirmou o ambientalista José Silva, presidente da Juventude Ecológica de Angola (JEA), a propósito dos 25 anos de existência daquela agremiação.

O panorama de degradação ambiental de Angola é diferente em função das especificidades próprias de cada região territorial, por exemplo, em Luanda a acumulação de resíduos sólidos (lixo) ao céu aberto é a maior questão com que se debate a Capital, o que já não acontece na região leste da República de Angola, onde o foco vai para a degradação dos solos, as ravinas, a retirada da cobertura vegetal e a qualidade da água potável naquelas paragens. Enquanto na zona central do País continua a verificar-se o abate indiscriminado de árvores, sem a devida reposição ou compensação, e caça furtiva para fins comerciais.

Também preocupa a Juventude Ecológica de Angola a falta de investimentos nas infra-estruturas afins e apela a articulação de programas entre os sectores da saúde, indústria, educação, desportos, cultura, comunicação e vias, reinserção social e turismo, a fim

de se colocar a questão ambiental nas agenda de prioridades a serem desencadeadas pelos organismos do Executivo, argumentou José Silva, à imprensa.

"O ambiente é um problema transversal, razão por que deve estar na agenda política prioritária do Estado, aliado a um maior investimento na educação ambiental das pessoas, para se acabar até mesmo com impunidade existente, face ao desconhecimento das regras ecológicas por parte dos diferentes protagonistas sociais, em geral, continuou o presidente da JEA, para quem as autarquias locais e a descentralização administrativa e financeira podem, certamente, contribuir para melhoria da temática.

A Juventude Ecológica Angolana foi fundada aos li de Maio de 1991, em Luanda, como resultado da fusão de dois grupos de jovens estudantes que se mostravam preocupados com o estado das praias e da arborização em algumas zonas da cidade capital. Hoje, o projecto "Olimpíadas do Ambiente", considerado o maior projecto escolar de educação ambiental promovido em Angola, é um dos principais "cartões-de-visita" da Juventude Ecológica Angolana, que já conta com quase dois mil membros inscritos em todo o país. A sua dedicação a causa ambiental tem merecido reconhecimento, dentro e fora do País, das instituições quer públicas ou privadas, sendo-lhe atribuída nomeações e distinções importantes, como o prémio "Palanca Negra Gigante", em 2010, e o reputado prémio internacional Global 500.

10.7 Temperatura global atingiu novo recorde

Jornal de Angola

24 De Maio de 2016

Os níveis da temperatura global registaram um novo recorde em Abril pelo 12º mês consecutivo. A informação é da Administração Atmosférica Nacional Oceânica dos Estados Unidos.

Segundo a agência, 13 dos 15 meses mais quentes em 137 anos ocorreram desde Fevereiro de 20 15.

A média da temperatura combinada nas superfícies terrestre e oceânica em Abril foi de 1.10º Celsius acima da média do século XX, registada em 13.7ºC.

A informação vem de bancos de dados separados da NASA e das autoridades de meteorologia do Japão.

O secretário-geral da Organização Meteorológica Mundial (OMM) lembrou que Abril registou mais um recorde. Petteri Taalas afirmou que o calor

extraordinário notificado no ano passado fica muito aquém dos níveis de 2016.

Para Petteri Taalas, os níveis actuais da temperatura resultam dos efeitos de mudança climática e do fenómeno El Niño.

O chefe da OMM explicou que o El Niño está a perder força e que provavelmente vai abrir caminho daqui a alguns meses para o fenómeno La Niña. A agência da ONU afirma que qualquer efeito de resfriamento do fenómeno La Niña é temporário e não ajuda a diminuir as consequências do aquecimento global provocado por emissões de " dióxido de carbono.

Petteri Taalas lembrou que a implementação rápida do Acordo de Paris sobre Mudança Climática torna-se cada vez mais importante, caso a meta ambiciosa de manter o aquecimento na faixa de 1,5° ou 2° Celsius seja alcançada.

10.8 Um Planeta mais verde do que há 30 anos

Jornal Expansão

27 De Maio de 2016

Texto. Benjamim Carvalho

Imagens de satélites mostram que a Terra está agora mais verde do que há três décadas, graças ao poder de fertilização de uma maior quantidade de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera. Esta é a principal conclusão de um estudo internacional em que participaram 32 investigadores de 24 instituições de oito países, publicada na revista Nature Climate Change.

A investigação detectou uma subida significativa da quantidade de biomassa verde - as folhas de plantas e árvores - em 40% das regiões do planeta de 1982 a 2015, enquanto em apenas 4% se verificou uma perda significativa de vegetação.

As folhas verdes produzem açúcares usando a energia da luz solar para misturar o CO₂ que absorvem do ar com a água e os nutrientes que captam do solo - a fotossíntese. Estes açúcares são a fonte de alimentos, fibras e combustível necessários para a vida na Terra. Quanto mais CO₂ há na atmosfera, mais açúcares se produzem, e a este fenómeno se chama fertilização por CO₂.

Muito se sabe sobre as consequências da crescente quantidade de gases de efeito estufa acumulados na atmosfera. Estima-se que representam já quase 0,04% do ar que respiramos.

Mas o número seria maior se não fosse as capacidades que têm as plantas para os absorver. E são, precisamente, os vegetais que beneficiam mais com os altos níveis destes gases na atmosfera.

A combustão de petróleo, gás, carvão e madeira para obter energia liberta CO₂. A quantidade de CO₂ na atmosfera aumentou desde a era industrial e na actualidade situa-se num nível nunca visto pelo menos em meio milhão de anos, sendo o principal culpado da alteração climática. Por volta de 85% das terras livres de gelo da Terra estão cobertas por vegetação. E a área de todas as folhas verdes da Terra equivale a 32% do total da superfície do planeta, contando oceanos, terra e plataformas de gelo.

Em cada ano são emitidos para a atmosfera 10.000 milhões de toneladas de carbono: 8.000 milhões procedentes da queima de combustíveis fósseis e 2.000 milhões devido aos incêndios florestais. Mas nem toda esta emissão de carbono fica na atmosfera, dado que uma grande parte, 4.000 milhões, faz aumentar a matéria orgânica da vegetação e dos solos do planeta. Graças a ela, o aumento da concentração deste gás de efeito estufa foi travado.

Mas nem tudo o que é bom para as plantas o é para o resto do planeta. Os cientistas já advertiram insistentemente sobre os efeitos da emissão de CO₂ para a atmosfera. Um deles é a alteração climática, o que implica o aumento da temperatura global, a elevação do nível do mar, o degelo ou a radicalização das tempestades tropicais. Efeitos que já estamos a sofrer e que não se alterarão se não deixarmos de usar combustíveis fósseis.

As temperaturas mais altas e os fenómenos meteorológicos extremos relacionados, como secas, inundações e tempestades, ligados às alterações climáticas, impactam na quantidade e fertilidade do solo de forma muito distinta, como por exemplo reduzindo a humidade e esgotando as camadas aráveis ricas em nutrientes. Também contribuem para um aumento na taxa de erosão do solo e retrocesso das costas.

Plantar mais 7,8 milhões de árvores

Mas o crescimento da biomassa vegetal devido ao fertilizante carbónico tem um limite: o efeito do dióxido de carbono é cada vez menor à medida que as plantas se vão adaptando a este aumento, mas os vegetais também necessitam de outros recursos para crescer. A fórmula é simples: quanto mais biomassa, mais as plantas necessitam de água e outros nutrientes, sobre tudo o fósforo, ambos recursos limitados e vitais no planeta.

Um estudo da FAO, Organização das acções Unidas para a Alimentação e Agricultura, assinala também a necessidade de alimentar uma população mundial que cresceu até perto de 7.300 milhões de pessoas, e que mais de 35% da superfície terrestre livre de gelo do planeta foi destinada à agricultura. O resultado é que os solos que foram despojados da vegetação natural para cultivar ou levar a pastar o gado sofrem fortes aumentos de erosão e grandes perdas de carbono do solo, nutrientes e biodiversidade.

Para além disso, o rápido crescimento das cidades e indústrias degradou áreas cada vez mais amplas, com a contaminação de solos com excesso de sal, acidez e metais pesados, compactação com maquinaria pesada e encerramento de forma permanente sob o asfalto e o cimento.

A fertilização por CO₂ é o principal motivo (em 70%) por que a Terra está a ficar mais verde. Mas o estudo, para além disso, identifica a alteração climática (em 8%), o azoto atmosférico (em 9%) e as modificações de utilização dos solos (em 4%) como outras razões de peso que teremos de ter em atenção para ver como evolui a vegetação a nível planetário.

A ONU está atenta e recorda a importância das florestas para combater as alterações climáticas e garantir a sustentabilidade económica a longo prazo das comunidades. Lembra ainda que no acordo de Paris sobre Alterações Climáticas, firmado por 196 Estados, todos se comprometeram a trabalhar para limitar o aumento da temperatura global abaixo dos 2 graus centígrados.

E para reforçar esse objectivo quer implicar os cidadãos, os governos e as organizações na importante e necessária tarefa de plantar mais 7,8 milhões de árvores nos próximos cinco anos.

10.9 Luanda prepara Dia do Ambiente

Jornal de Angola
29 De Maio de 2016

O programa prevê a participação de 30 expositores, entre nacionais e estrangeiros, que vão apresentar serviços, produtos e equipamentos ligados às tecnologias limpas e ao turismo sustentável.

O director nacional das Tecnologias e Normaçoão Ambiental, António Matias, disse ontem à Angop que, à margem da exposição, é realizado um ciclo de conferências subordinado ao tema "A luta contra o comércio ilegal da fauna e da flora selvagens - um dever de todos".

Durante o ciclo de conferências, que vai decorrer no Centro de Conferências de Talatona, é apresentado o quinto relatório e a estratégia e plano de acção nacional para a biodiversidade.

Os temas que vão ser levados à discussão nas conferências estão ligados à protecção, preservação e conservação da biodiversidade e à Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies da Flora e Fauna em vias de extinção.

A discussão do Plano de Acção Nacional para a Conservação do Elefante no país, do projecto de conservação da Palanca Negra Gigante, das tartarugas marinhas e do manatim em Angola constam também entre os temas seleccionados. As autoridades angolanas preparam, há já quatro anos, um inventário florestal nacional, um projecto que é desenvolvido com a parceria da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

Mulenvos precisa de ponte

O administrador municipal de Cacucaco, Carlos Alberto Cavuquila, disse ontem ser urgente a instalação de uma ponte num ponto crítico do bairro Mulenvos, para facilitar a circulação de camiões até ao aterro sanitário. Carlos Alberto Cavuquila, que falava à comunicação social no decurso de uma visita de campo ao Kikolo e Mulenvos, disse ser também necessário o desassoreamento do canal que conduz até ao mar as águas pluviais que saem do município do Cazenga e passam por Cacucaco. Na comuna do Kikolo, o administrador visitou as obras de terraplenagem que já não vão ser concluídas em Junho devido à ocorrência de rupturas numa tubagem da Empresa de Água Pública de Luanda (EPAL) na via que dá acesso ao Kussanguluca.

"Em bom caminho", de acordo com o administrador de Cacucaco, estão os trabalhos de melhoramento das ruas do bairro Candua e do troço que liga o Cemitério Catorze ao bairro da Pólvora.

II MIGRAÇÃO

II.1 300 Mil migrantes no garimpo de diamantes ...só na Lunda Norte

Jornal O País

11 De Maio de 2016

Texto: Luís Fernando

Para quem não fazia ideia da dimensão do fenómeno, é para ficar de queixo caído. Os diamantes angolanos são avidamente explorados, num escandaloso saque a céu aberto, por qualquer coisa como trezentos mil pessoas chegadas de diferentes lugares do mundo, essencialmente de países africanos! E isso -pasmem-se! - Só na província da Lunda Norte, à mais cobiçada de todas com histórico de gemas no seu solo.

A informação não foi dada por aí, nenhuma esquina e à pressa, ou no interior de uma barraca por um qualquer aventureiro de números cioso de provocar estrondo com estatísticas. Nada disso! Este dado veio do relator especial das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos dos Migrantes, François Crépeau, que o divulgou numa conferência de imprensa para marcar o fim da sua visita de oito dias a Angola.

A despeito de toda a restante realidade que possa estar associada a esta presença em massa de "caçadores de fortuna" no nosso país, entendemos que os angolanos deverão procurar perceber o alto grau de perigosidade do que está a acontecer, olhando de modo frio para os números, imaginando o peso das verbas que deixam de entrar para os cofres do Estado, recriando nas mentes a colossal delapidação de recursos a que nos submete essa gigantesca migração, etc etc.

Trezentas mil pessoas a vasculhar o território de uma região para se apossarem ilegalmente do que pertence a um povo, a uma nação, não tem nada de simpático como facto tangível. É, pelo contrário, uma das mais graves provações a que nos submetem a ambição alheia e as penosas políticas públicas de boa parte dos países de África, incapazes de criarem ambientes de atracção e estabilidade no limite das fronteiras

nacionais para gerarem como consequência a necessidade quase vital de os seus cidadãos tentarem a vida noutras paragens. A nosso ver, há um debate que na verdade nos procura desviar do essencial. Ao invés de termos o mundo a escandalizar-se com esta brutal invasão sem obuses de multidões, que de mil pontos de origem nos atingem o coração financeiro, o que Angola tem de enfrentar é um permanente escrutínio do modo como lida com esses invasores, se os mima e os aconchega, se tem caviar e champanhe para eles...

Tem de cansar-nos a hipocrisia do mundo que, habilidosamente, nos coloca na condição de suspeitos num delito em que somos, a tempo inteiro, vítimas absolutas.

Faz algum sentido sim que se queira saber o que acontece nos centros de detenção dos migrantes ilegais que se infiltram em solo angolano, porque os Direitos Humanos estão no topo dos cuidados a ter num mundo virado ao avesso, para que as pessoas não sejam submetidas a tratamentos ignóbeis, tudo muito certo, muito bonito, positivo, etc. etc., mas percebe-se que falta uma vozeria proporcional a este mundo de indignados relativamente à calamidade - sim, disso se trata! - que submete um povo inteiro, o povo angolano, à pressão de milhares de estranhos que lhe querem roubar as suas riquezas.

Para quando uma campanha mundial de mobilização de meios dinheiro, ideias, tropas se for caso disso - para apoiar Angola na sua luta pela "segunda libertação" do território que milhares invadiram não com intenções de conseguirem uma sobrevivência básica mas em busca de fortunas que invertem os papéis? Fará algum sentido que milhares venham de todas as partes para se tornarem abastados, traficantes de conhaque e caviar, à custa de diamantes que nos deveriam tornar ricos a nós, angolanos? Dá que pensar!

II.2 ONU insta Angola a proteger direitos dos imigrantes

Jornal O País

11 De Maio de 2016

Texto: Iracelma Kaliengue

Afirmção de que repatriamento não é solução é do relator especial das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos dos Migrantes, François Crépeau, que falava numa conferência de imprensa ontem, em Luanda, no final de oito dias de visita a Angola.

O enviado especial da ONU aconselhou o Governo de Angola a desenvolver uma estratégia nacional

global de protecção e promoção dos direitos humanos de todos os imigrantes no país.

François Crépeau referiu que Angola atrai muitos migrantes e requerentes de asilo, provenientes de países circunvizinhos e que a sua longa fronteira dificulta a acção de monitoria das autoridades, resultando daí a imigração ilegal.

Ele expressou inquietação com os estrangeiros em situação irregular, os requerentes de asilo e os refugiados que são presos e detidos em virtude da sua situação irregular.

Crépeau encorajou o Governo e as Nações Unidas para procederem de forma célere ao registo de todos os requerentes de asilo e os refugiados que vivem em Angola e a emitirem os devidos documentos de identificação, a fim de melhorar o acesso aos serviços públicos e de forma a prevenir incidentes de prisão arbitrária, detenção, discriminação e violência. O perito reconhece que "Angola ainda está em situação de pós-conflito e continua a enfrentar desafios para melhorar a vida dos seus próprios cidadãos".

Contudo, referiu que com elevada vontade política, uma estratégia de migração e mobilidade global, com acordos bilaterais e multilaterais de mobilidade com os países vizinhos, bem como garantias eficazes dos direitos humanos, o país pode promover e proteger plenamente os direitos humanos dos migrantes.

O especialista em direitos humanos assegurou o apoio à inclusão de todos os migrantes, por exemplo, para as crianças nascidas em Angola e a emissão de um certificado de nascimento, independentemente do seu estatuto e sem indicação de nacionalidade.

Segundo informou, os requerentes de asilo e refugiados, muitas vezes no país por décadas, também enfrentam restrições à sua liberdade de movimento dentro do país, à renovação ou ao confisco dos seus documentos, à proibição de trabalhar e à inacessibilidade à licença ('Alvará') para o desenvolvimento de negócios, o que os deixa sem meios de subsistência.

"A detenção sistemática dos requerentes de asilo só serve para os desencorajar de procurar protecção internacional que, de facto, o que transparece que Angola não é capaz de respeitar o princípio de não voltar a expulsar, explicou Crépeau.

Durante a sua visita de oito dias a Angola, o perito encontrou-se com funcionários do Governo, com responsáveis por migrantes, bem como com organizações internacionais e da sociedade civil com os quais discutiu a gestão da migração em Angola.

Disse, também, ter recolhido em primeira-mão informações sobre a situação dos imigrantes e requerentes de asilo, durante as suas visitas às cidades de Luanda e Cabinda, à Lunda-Norte e aos centros de detenção baseados em cada província. O relator especial apresentará o seu relatório da missão de visita a Angola ao Conselho de Direitos Humanos da ONU em Junho de 2017.

François Crépeau disse que durante o encontro com o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queirós, foi informado que Angola tem neste momento 300 mil imigrantes a trabalhar em minas de ouro, não lhe tendo fornecido o respectivo número global. O representante da ONU afirma, entretanto, que o repatriamento não representa a melhor medida para desencorajar o afluxo de imigrantes no país, tendo garantido que o organismo que representa vai assegurar e enviar recomendações pontuais para Angola gerir 'melhor a situação actual.

1.3 Angola precisa urgentemente de uma política migratória

Jornal Grande Notícias

27 De Maio de 2016

Texto: António André

A informação consta do último relatório monitoria do paramento angolano terceira fase, em que, para esta ONG nacional, o Governo deve ter o controlo dos cidadãos nacionais e estrangeiros' «ou um outro mecanismo que seria melhor através dos números do bilhete de identidade, passaporte ou cédula pessoal, certidão de nascimento ou ainda da carta de condução, que serviria como método de controlo dos cidadãos para que, quando um cidadão quisesse alterar a sua moradia deveria dirigir-se à instituição do Estado competente e, para o efeito, registar a alteração de residência», alerta, O relatório narrativo das actividades do parlamento referente aos meses de Fevereiro a Abril de 2016, esclarece ainda que, «como estamos num mundo globalizado, uma de outras opções que a lei devia rever é o revisto ser feito de forma digital através da internet onde o Governo criaria um site confiável para o efeito. Isto facilitaria bastante os cidadãos que a partir da sua nova residência comunicaria às instituições sobre a sua nova morada e evitaria inúmeras enchentes nas fileiras da administração»,

Em função desta problemática' a Assembleia nacional realizou um debate mensal no dia 25 de Fevereiro do ano em curso, cujo tema se baseou nas causas e

controlo da imigração ilegal. A referida discussão foi proposta pela bancada parlamentar do MPLA.

Os deputados mostraram-se preocupados com a situação e com a complexidade do fenómeno migratório para abordarem a problemática, que está no topo da agenda política dos diferentes países do mundo. O fenómeno da imigração ilegal é um acontecimento à escala mundial e que preocupa qualquer nação, pelas repercussões sociais, económicas e políticas, que daí possam advir. Como Angola não tem sido excepção, admitem os deputados, «pelas nossas fronteiras dão entrada no território angolano várias pessoas de diferentes proveniências, o que tem provocado um descontrolado e elevado fluxo de imigrantes».

A deputada Exalgina Gamboa do MPLA, destacou a fuga grandes endemias, os conflitos armados e a exploração de recursos naturais clandestinos, para o enriquecimento ilícito, como alguns dos principais motivos da imigração ilegal. Ela disse ainda que mundo assiste hoje a uma fuga maciça de pessoas em busca de segurança e melhores condições de vida por causa de conflitos armados. Urge, por isso, a necessidade da tomada de medidas para o controlo do fenómeno migratório, de modo a evitar-se que o país enfrente graves problemas de segurança nacional».

Para o deputado da UNITA, Vitorino Nyani, o problema da imigração ilegal em Angola reside na agressão à Constituição da República, pelos imigrantes que transpõem as nossas fronteiras, com eventual convivência de alguns cidadãos nacionais.

Já a CASA-CE, através do presidente do seu grupo parlamentar, André Mendes de Carvalho, apontou a ausência de uma política migratória, como o principal bico-de-obra da imigração ilegal no nosso território. «É necessário uma política nacional migratória para regular o documento base existente, que carece de actualização, para que o combate a este fenómeno tenha maior eficácia», defendeu.

Por sua vez, o PRS, através a fuga do seu deputado Benedito Daniel, disse que a vulnerabilidade das nossas fronteiras faz com que o fenómeno imigração ilegal cresça dia após dia, acarretando consequências negativas para economia e a qualidade de vida dos cidadãos angolanos «É necessário melhorarmos sistema de controlo das nossas fronteiras para reduzir substancialmente a entrada ilegal] de estrangeiros no nosso País.

Os deputados recomendaram ao Executivo para que realize estudos para a compilação, estabelecimento e actualização da legislação existente sobre política

migratória nacional que actualmente está avulsa e dispersa, passando assim constar de uma lei de base que deverá integrar todas as 14 sobre a matéria. Esta política migratória nacional deve estar alinhada à política de migração da região, em que Angola está inserida.

O NCC, na sua análise, afirma que na verdade foi um debate interessante mas que carece actuação urgente por parte do Executivo, através dos órgãos responsáveis para o efeito «Voltamos a reiterar que importante que o plenário crie com urgência uma comissão de avaliação das recomendações saídas em cada debate. Senão, os debates servirão mais como um momento de retórica política e não só. Até ao momento, não há sinais de relatórios que foram levados ao conhecimento dos cidadãos, assim como os resultados das recomendações

de todos os debates mensais já realizados, o que não é bom sinal para o princípio de transparência do plenário.

12 EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Cunene “possui” reservas importantes de diamantes

Jornal Folha 8

7 De Maio de 2016

Texto: Dionísio Halata

A província do Cunene poderá possuir importantes reservas de kimberlitos, numa extensão de mais ou menos 45 quilómetros do território da região, anunciou o titular da Geologia e Minas, Francisco Queiroz. Ao longo do levantamento aero-geofísico, executadas no âmbito do Plano Nacional de Geologia e Minas (PLANAGEO), em curso no País desde o ano 2014, foram identificadas 773 áreas-alvo para um estudo mais pormenorizado, sendo que 138 são consideradas prioritárias.

Segundo Francisco Queiroz. Ao longo do levantamento aero-geofísico, executadas no âmbito do Plano Nacional de Geologia e Minas (PLANAGEO), em curso no País desde o ano 2014, foram identificadas 773, áreas-alvo para um estudo mais pormenorizado, sendo que 138 são consideradas prioritárias.

Segundo Francisco Queiroz que falava durante o 5º conselho executivo do pelouro, os dados obtidos pelos levantamentos do PLANAGEO oferecem garantias de existirem na província do Cunene avultados recursos minerais escondidos seu subsolo, que deverão agora ser objecto duma análise mais aprofundada para se ver como poderão ser despoletados os mecanismos para a sua extracção e posterior transformação.

Após esta descoberta, agora todos os passos subsequentes devem ser feitos com base num plano estratégico do sector da geologia e minas, que está já na fase de elaboração por técnicos da área, enquanto instrumento de longo prazo que criará as premissas

básicas para o aproveitamento efectivo do potencial económico e social dos recursos mineiros descobertos no País. O plano vai permitir ainda o surgimento duma indústria nacional de extracção. As autoridades governamentais esperam que o referido plano estabeleça objectivos e metas concretas a fim de ser adoptado como guia-base das várias acções que acontecerem no País.

O sector da geologia e minas, como os demais, está actualmente refém da conjuntura criada pela queda das receitas fiscais, o que levou a comissão económica e para a economia real, do Conselho de Ministros, a elevar a produção e exportação do ferro, rochas ornamentais e diamantes nacionais nos próximos anos.

No quadro do PLANAE- GO foram sobrevoados cerca de 1.178.645 quilómetros, ou seja, 82 por cento do total do subprograma de levantamentos aero-geofísicos.

Vinte e dois blocos, isto é, 32 por cento do universo objecto de estudo, já possuem dados armazenados e processados. Tais dados constituem novidade científica e informação muito valiosa para a economia nacional, assegurou o ministro do Desenvolvimento Territorial e Planeamento, Job Graça, que participou do Conselho Consultivo da geologia e minas.

O sucesso destas operações é atribuído, segundo Francisco Queiroz, aos sistemas informáticos utilizados, como o de Recursos Minerais de Angola (SIRMA), o Integrado de Licenciamento e Cadastro Mineiro (SILCAM) e a Base de Dados Geológicos (BADAGEO). Para o presente ano, os sectores da geologia dos petróleos projectam a realização de uma feira internacional conjunta, com o propósito de captar investimentos

numa escala global, a qual também se espera que tenha um impacto directo e substancial nos meios empresariais.

12.2 Forças Especiais para controlar áreas diamantíferas

Jornal de Angola

7 De Maio de 2016

Texto: Isidoro Samutula

A Policia Nacional está a estudar a possibilidade de criação de forças especiais que vão ter a responsabilidade de manter maior controlo das áreas diamantíferas consideradas reservas estratégicas do Estado, por ser uma das principais razões da Imigração Ilegal, anunciou o segundo comandante-

geral da Polícia Nacional, comissário-chefe Paulo de Almeida.

Em declarações à imprensa no final de uma visita de dois dias à Lunda Norte, Paulo de Almeida considerou importante o momento actual da vida nacional em função da crise económica e financeira do país, na qual as forças de defesa e segurança devem demonstrar a determinação, sentido patriótico e de missão para salvaguardar as riquezas do país.

O comissário-chefe lembrou que as atribuições da Polícia Nacional são claras e visam garantir a ordem e a tranquilidade públicas e destacou que "o país precisa de polícias, sobretudo nesta fase difícil que atravessa em que a diversificação da economia é necessária".

A nível do Executivo estão a ser gizadas políticas e programas para reverter o quadro actual da instabilidade económica e financeira, frisou, acrescentando que o sector diamantífero é um dos principais para garantir a estabilidade económica do país. Paulo de Almeida apelou aos órgãos de defesa e segurança a redobrar esforços para garantir a defesa da soberania e os sectores-chaves da economia nacional. "Sem a segurança não há desenvolvimento e não haverá a diversificação da economia. Por isso temos um papel importante a cumprir nesta fase difícil da vida nacional", disse.

Imigração ilegal

O comissário-chefe Paulo de Almeida reconheceu que a imigração ilegal e a exploração ilícita de diamantes são dois grandes problemas difíceis de se resolver imediatamente por existirem situações políticas e socioculturais que resultam destes fenómenos.

Paulo de Almeida indicou que a Lunda Norte é uma das regiões do país com maior índice migratório e manifestou os esforços da corporação com adopção de medidas operativas eficientes para continuar a assegurar a protecção das fronteiras, apesar do número reduzido de efectivos e da falta de meios essenciais.

"Na estrutura central existe a consciência da falta de cobertura total das fronteiras, mas com espírito de missão, de honra e da defesa da soberania é possível garantir a segurança das fronteiras", disse o segundo comandante-geral da Polícia Nacional, denunciando a existência de cumplicidade por parte de alguns agentes da Polícia e de cidadãos angolanos no fluxo migratório.

"Em vez de contribuírem para a protecção das fronteiras, facilitam a entrada ilegal dos estrangeiros,

sobretudo da República Democrática do Congo, em função da cultura que une os dois povos", disse, sublinhando que se devem aplicar as leis em vigor para conter este fenómeno.

Paulo de Almeida garantiu que existem propostas de melhorar a eficiência do trabalho de migração, que passa sobretudo pela especialização das forças para o combate à imigração ilegal e o reforço da capacidade dos efectivos da Polícia de Guarda Fronteira com meios para dar resposta e prevenir a imigração ilegal na província. '

Quanto ao tráfico ilícito de diamantes, o segundo comandante geral da Polícia Nacional lembrou que o Executivo traçou políticas para a exploração deste importante recurso natural, com a criação de cooperativas de exploração artesanal para que o diamante possa beneficiar os angolanos.

Paulo de Almeida aconselhou os cidadãos e efectivos da Polícia Nacional que ainda se dedicam ao tráfico ilegal de diamantes a pautarem por outra conduta mais responsável e que respeitem a legislação em vigor, para não pararem nas barras do tribunal e serem expulsos da corporação.

Preocupação com a imigração ilegal também foi manifestada pelo comandante-geral da Polícia Nacional, comissário-chefe Ambrósio de Lemos, durante a visita à província do Zaire. O comandante-geral entregou meios para patrulha e deixou orientações ao efectivo da Polícia de Guarda Fronteira.

12.3 300 Mil migrantes no garimpo de diamantes... só na Lunda Norte

Jornal O País

11 De Maio de 2016

Texto: Luís Fernando

Para quem não fazia ideia da dimensão do fenómeno, é para ficar de queixo caído. Os diamantes angolanos são avidamente explorados, num escandaloso saque a céu aberto, por qualquer coisa como trezentos mil pessoas chegadas de diferentes lugares do mundo, essencialmente de países africanos! E isso -pasmese! - Só na província da Lunda Norte, à mais cobiçada de todas com histórico de gemas no seu solo.

A informação não foi dada por aí, nalguma esquina e à pressa, ou no interior de uma barraca por um qualquer aventureiro de números cioso de provocar estrondo com estatísticas. Nada disso! Este dado veio do relator especial das Nações Unidas sobre os

Direitos Humanos dos Migrantes, François Crépeau, que o divulgou numa conferência de imprensa para marcar o fim da sua visita de oito dias a Angola.

A despeito de toda a restante realidade que possa estar associada a esta presença em massa de "caçadores de fortuna" no nosso país, entendemos que os angolanos deverão procurar perceber o alto grau de perigosidade do que está a acontecer, olhando de modo frio para os números, imaginando o peso das verbas que deixam de entrar para os cofres do Estado, recriando nas mentes a colossal delapidação de recursos a que nos submete essa gigantesca migração, etc etc.

Trezentas mil pessoas a vasculhar o território de uma região para se apossarem ilegalmente do que pertence a um povo, a uma nação, não tem nada de simpático como facto tangível. É, pelo contrário, uma das mais graves provações a que nos submetem a ambição alheia e as penosas políticas públicas de boa parte dos países de África, incapazes de criarem ambientes de atracção e estabilidade no limite das fronteiras nacionais para gerarem como consequência a necessidade quase vital de os seus cidadãos tentarem a vida noutras paragens. A nosso ver, há um debate que na verdade nos procura desviar do essencial. Ao invés de termos o mundo a escandalizar-se com esta brutal invasão sem obuses de multidões, que de mil pontos de origem nos atingem o coração financeiro, o que Angola tem de enfrentar é um permanente escrutínio do modo como lida com esses invasores, se os mima e os aconchega, se tem caviar e champanhe para eles...

Tem de cansar-nos a hipocrisia do mundo que, habilidosamente, nos coloca na condição de suspeitos num delito em que somos, a tempo inteiro, vítimas absolutas.

Faz algum sentido sim que se queira saber o que acontece nos centros de detenção dos migrantes ilegais que se infiltram em solo angolano, porque os Direitos Humanos estão no topo dos cuidados a ter num mundo virado ao avesso, para que as pessoas não sejam submetidas a tratamentos ignóbeis, tudo muito certo, muito bonito, positivo, etc. etc., mas percebe-se que falta uma vozearia proporcional a este mundo de indignados relativamente à calamidade - sim, disso se trata! - que submete um povo inteiro, o povo angolano, à pressão de milhares de estranhos que lhe querem roubar as suas riquezas.

Para quando uma campanha mundial de mobilização de meios dinheiro, ideias, tropas se for caso disso - para apoiar Angola na sua luta pela "segunda libertação" do território que milhares invadiram não com intenções de conseguirem uma

sobrevivência básica mas em busca de fortunas que invertem os papéis? Fará algum sentido que milhares venham de todas as partes para se tornarem abastados, traficantes de conhaque e caviar, à custa de diamantes que nos deveriam tornar ricos a nós, angolanos? Dá que pensar!

12.4 Endiama e empresa privada vão procurar jazidas secundárias na Lunda Norte

Jornal Expansão

13 De Maio de 2016

Uma empresa privada vai procurar, em consórcio com a Endiama, jazidas secundárias de diamantes na Lunda Norte, segundo uma autorização governamental publicada esta semana em Diário da República.

O despacho, assinado pelo ministro Geologia e Minas, Francisco Queiroz, autoriza o consórcio formado pela Endiama (30%) e pelos privados da Soreluno (70%) a avançar com a prospecção e avaliação diamantífera numa extensão de área concessionada de 350 quilómetros quadrados, naquela província.

O contrato de concessão, inicialmente válido por cinco anos e aprovado no mesmo despacho, prevê um investimento privado de 5,4 milhões USD apenas para os trabalhos de prospecção.

Depois do petróleo, os diamantes são o maior produto de exportação de Angola, cujas receitas fiscais mais do que duplicaram em Janeiro, em termos homólogos, para mais de 12 milhões USD.

Angola exportou em Janeiro 868.594,07 quilates, mais 16,8% face ao homólogo, volume que rendeu, globalmente, 101,5 milhões USD, menos cerca de 5% em termos homólogos.

Este volume exportado representou um encaixe para o Estado, em Janeiro, entre royalties e imposto industrial pago pelas diamantíferas, de quase 2,3 mil milhões Kz, aumentando 110% no espaço de um ano.

O resultado só não é melhor, tendo em conta o aumento do volume exportado, pela quebra na cotação, que entre Janeiro de 2015 e de 2016 desceu, respectivamente de 142,46 para 116,95 USD por quilate.

Angola atingiu, em 2015 um novo recorde de produção de diamantes, com 8,837 milhões de quilates, que renderam 1,107 mil milhões USD.

"É uma meta que conseguimos atingir, apesar dos tempos difíceis que se vivem no subsector dos diamantes porque os preços baixaram", sublinhou, em Dezembro passado, o ministro da Geologia e Minas, recordando que em 2014 a produção atingiu 1,303 mil milhões USD.

Acrescentou ainda que a produção ultrapassou a meta do Plano Nacional de Desenvolvimento, atingindo os 103% do perspectivado para 2015.

O Governo espera mais do que duplicar a produção nacional de diamantes nos próximos cinco anos, com a entrada em exploração de novas minas.

12.5 Projecto siderúrgico do Cutato apresenta potencial

Jornal Economia e Finanças
15 De Maio de 2016

O projecto integrado mineiro siderúrgico de Cutato e Cuchi, na província do Cuando Cubango, está calculado em cerca de 87 milhões de toneladas de "recursos prováveis", com um teor médio de 46,3 por cento de ferro (cálculo preliminar de volumes até 100 metros de profundidade), indica um informe do Ministério da Geologia e Minas.

Segundo a Angop, estes projectos têm como objecto social o reconhecimento, prospecção, pesquisa, avaliação e exploração do minério de ferro, visando a sua transformação em "ferro gusa", nas regiões de Cutato (mina de ferro) e Cuchi (altos fornos para produção de ferro gusa).

Neste momento, estão em curso no local actividades ligadas à actualização do mapa geológico, trabalhos de sondagem de pequeno diâmetro, construção da estrada que liga o projecto ao Caminho-de-Ferro de Moçamedes, extracção da madeira para a produção de carvão, construção das estruturas dos altos fornos dos galpões e a casa de máquinas e dos silos de carvão e de concentrado de minério de ferro.

Extensão

A formação ferrífera do Cutato está situada na borda oeste da província do Cuando Cubango, constituindo uma área de 778,38 quilómetros quadrados, destacando-se uma serie de três morros alinhados, segundo a disposição, com uma extensão mínima de 2,1 quilómetros.

Enquanto isso, o projecto de ouro do Mpopo deverá entrar em funcionamento no final deste ano ou princípio de 2017.

O projecto está a ser desenvolvido pela Sociedade de Metais Preciosos de Angola, Lda, (SOMEPA), que tem como missão a pesquisa, prospecção, exploração e comercialização de metais preciosos.

A fase de prospecção geológica para definição dos recursos e reservas minerais foi desenvolvida de Julho de 2010 a Julho de 2013- Com base nos resultados destes trabalhos, foram detectadas 17 zonas mineralizadas, das quais três foram prospectadas detalhadamente.

No segundo semestre de 2013, foi realizada uma auditoria geológica à base de dados geológica e aos demais resultados obtidos, para a elaboração de um estudo mineiro conceptual (ou preliminary economic assessment, PEA) e de um relatório de estado de prospecção em formato internacionalmente aceitável, segundo a norma canadense NI-43-101, documentos prévios ao estudo de viabilidade.

Nesta altura, a Somepa concentrou-se na realização de mais poços de sondagem nas várias zonas de trabalho para obter melhores resultados geológicos para a avaliação de recursos minerais, com o objectivo de se cumprir com as exigências do órgão de tutela.

O ano de 2014 foi dedicado à realização da reavaliação de recursos às investigações complementares e à conclusão do estudo conceptual e do relatório de estado da prospecção com resultados positivos.

12.6 Empresa investe na expansão mineira

Jornal de Angola
18 Maio de 2016

A empresa australiana Lucapa Diamond Company vai investir sete milhões de dólares na expansão da concessão mineira de Lulo, província da Lunda Norte, onde já extraiu alguns dos maiores diamantes

alguma vez encontrados no país, informou ontem a empresa em comunicado.

A empresa adiantou que o montante vai ser aplicado na compra de equipamento de movimentação de

terras, veículos para utilização tanto nos programas de exploração mineira em aluvião como em kimberlito e na introdução de melhorias diversas nas instalações existentes.

A LucapaDiamond Company tem uma participação de 40 por cento e funciona como operadora na Sociedade Mineira do Lulo, onde tem como parceiros a concessionária nacional Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama), com 32 por cento e a Rosas & Pétalas, com os restantes 28 por cento.

No ano passado, em Setembro, a Lucapa Diamond Company extraiu no projecto mineiro Lulo mais diamantes de grandes dimensões qualificados de "especiais", de acordo com uma comunicação feita recentemente ao mercado pela Bolsa de Valores da Austrália.

A empresa australiana informou ter extraído nove diamantes "especiais" com mais de 1 0,8 quilates cada um, no decurso das duas primeiras semanas de exploração mineira naquele concessão. Das pedras extraídas, havia quatro de grandes dimensões, das quais uma com 37,28 quilates, outras duas com 17,15 quilates e 14,69 quilates e uma com 11 quilates, tendo sido obtido ainda um diamante cor-de-rosa.

Em Agosto do ano passado, a empresa australiana tinha extraído nesta concessão cinco grandes diamantes com mais de 50 quilates cada.

A concessão do projecto mineiro Lulo dista 150 quilómetros da mina de diamantes de mina de Catoca, que tem o maior kimberlito de Angola e o quarto maior do mundo, estando ambas localizadas na mesma área geológica.

A Lucapa Diamond Company tem sede em Perth, Austrália Ocidental, e em 2007 assinou um contracto de prospecção de diamantes para o projecto Lulo com a Empresa Nacional de Diamantes de Angola. No ano de 2014, a empresa foi autorizada pelas autoridades angolanas, pela segunda vez, a comercializar diamantes.

Na altura, a companhia dispunha de um total de 371,35 quilates, que tinham sido avaliados ela consultora independente Jaguar Consultants em 308,4 milhões de kwanzas (3,16 milhões de dólares), no câmbio de 2014. Entre as pedras comercializadas

estavam duas de maior valor, que tinham sido encontradas pela empresa em Janeiro de 2014, uma de 95,45 quilates e outra de 32,2 quilates.

12.7 Produção de ferro atinge milhões de toneladas

Jornal de angola

19 De maio de 2016

Texto: Madalena José e Alfredo Ferreira

Francisco Queiroz prestou essa informação depois de uma visita conjunta com a ministra da Indústria, Bernarda Martins, à ADA, uma siderúrgica com a capacidade de produção anual de 1,5 milhões de toneladas de aço para a construção civil, em forma de varão e chapas. A fábrica está a produzir 500 mil toneladas.

Além disso, acrescentou, dentro de três a cinco anos as minas de Cassinga elevam a capacidade de produção para cerca de dez milhões de toneladas de pélete (grão de minério britado); um produto para ser usado em siderurgia e outros projectos mineiros.

O ministro considerou que a ADA é uma fábrica moderna, mas que ainda não preenche as necessidades do país e vai necessitar de matéria-prima, fundamentalmente de ferro. "Precisa-se de estudar a forma como a fábrica vai adquirir a matéria-prima e transformar em varão de aço", disse.

Francisco Queiroz lembrou que os dois Ministérios estudaram minuciosamente a capacidade instalada da fábrica e concluíram que há ali um Dom potencial para se estabelecer a relação entre a siderúrgica e a produção de minério a curto prazo. Um dos constrangimentos para o bom funcionamento da fábrica é a falta de divisas para importar a matéria-prima.

De momento a fábrica está a produzir com matéria-prima de sucatas, mas precisa de outros elementos.

Para evitar a paralisação da fábrica de aço, esclareceu o ministro, é preciso importar matéria-prima avaliada em 25 milhões de dólares (4.167 milhões de kwanzas). "Consideramos que, face ao interesse e importância que o Executivo dá à criação de empregos e melhoria de vida das populações, o investimento feito justifica a necessidade imediata de disponibilizar 25 milhões de dólares para a fábrica funcionar sem paralisações", referiu. O presidente do conselho de administração da ADA, Georges

Choucair, indicou que as importações necessárias dizem respeito a componentes como a liga de aço,

que permite concluir o processo produtivo. Outra matéria-prima, como a sucata, está disponível em abundância.

AADA foi certificada no último mês de Abril com um "Certificado de qualidade do varão de aço para armaduras de betão armado produzido em Angola". Georges Choucair disse ser esse um marco para a indústria angolana que vai motivar e mobilizar as demais empresas, incentivando nas suas áreas.

AADA funciona com 460 trabalhadores e vai precisar de mais cem para efectuar dois turnos de trabalho. Até ao momento, a empresa trabalha apenas com um turno. O investimento total da fábrica, de 25 milhões de dólares, pode chegar a 300 milhões de dólares (50 mil milhões de kwanzas).

A visita conjunta está enquadrada nas preocupações do Executivo sobre a interligação entre a indústria siderúrgica e a produção de minério de ferro.

12.8 Produção de ferro atinge milhões de toneladas

Jornal de Angola

19 De Maio de 2016

Texto: Madalena José e Alfredo Ferreira

O ministro da Geologia e Minas anunciou ontem, em Luanda, que o projecto Cassinga começa a produzir dentro de um ano 1,8 milhões de toneladas de ferro secundário por ano para abastecer a fábrica siderúrgica Aceria de Angola (ADA), no município da Barra de Dande, Bengo.

Francisco Queiroz prestou essa informação depois de uma visita conjunta com a ministra da Indústria, Bernarda Martins, à ADA, uma siderúrgica com a capacidade de produção anual de 1,5 milhões de toneladas de aço para a construção civil, em forma de varão e chapas. A fábrica está a produzir 500 mil toneladas.

Além disso, acrescentou, dentro de três a cinco anos as minas de Cassinga elevam a capacidade de produção para cerca de dez milhões de toneladas de

pélete (grão de minério britado), 'um produto para ser usado em siderurgia e outros projectos mineiros.

O ministro considerou que a ADA é uma fábrica moderna, mas que ainda não preenche as necessidades do país e vai necessitar de matéria-prima, fundamentalmente de ferro. "Precisa-se de estudar a forma como a fábrica vai adquirir a matéria-prima e transformar em varão de aço", disse.

Francisco Queiroz lembrou que os dois Ministérios estudaram minuciosamente a capacidade instalada da fábrica e concluíram que há ali um bom potencial para se estabelecer a relação entre a siderúrgica e a produção de minério a curto prazo. Um dos constrangimentos para o bom funcionamento da fábrica é a falta de divisas para importar a matéria-prima.

De momento a fábrica está a produzir com matéria-prima de sucatas, mas precisa de outros elementos.

Para evitar a paralisação da fábrica de aço, esclareceu o ministro, é preciso importar matéria-prima avaliada em 25 milhões de dólares (4.167 milhões de kwanzas). "Consideramos que, face ao interesse e importância que o Executivo dá à criação de empregos e melhoria de vida das populações, o investimento feito justifica a necessidade imediata de disponibilizar 25 milhões de dólares para a fábrica funcionar sem paralisações", referiu. O presidente do conselho de administração da ADA, Georges Choucair, indicou que as importações necessárias dizem respeito a componentes como a liga de aço, que permite concluir o processo produtivo. Outra matéria-prima, como a sucata, está disponível em abundância.

AADA foi certificada no último mês de Abril com um "Certificado de qualidade do varão de aço para armaduras de betão armado produzido em Angola". Georges Choucair disse ser esse um marco para a indústria angolana que vai motivar e mobilizar as demais empresas, incentivando nas suas áreas.

A ADA funciona com 460 trabalhadores e vai precisar de mais cem para efectuar dois turnos de trabalho. Até ao momento, a empresa trabalha apenas com um turno. O investimento total da fábrica, de 25 milhões de dólares, pode chegar a 300 milhões de dólares (50 mil milhões de kwanzas).

A visita conjunta está enquadrada nas preocupações do Executivo sobre a interligação entre a indústria siderúrgica e a produção de minério de ferro.

12.9 Adeus Nigéria: Angola é a nova rainha do petróleo em África

Jornal A República
20 De Maio de 2016
Texto: MN/LV

Angola passou a ser a maior produtora de ouro negro em todo o continente. Dificuldades sociais e económicas e económicas na ex-líder provocaram ultrapassagem.

É um dos orgulhos angolanos, mas durante muito tempo a produção de petróleo não foi suficiente para o país ultrapassar a rival Nigéria no topo da lista de maiores produtores africanos.

A elevada dependência da matéria-prima fóssil levou uma aposta muito forte por parte da Nigéria e o número de refinarias e investimento enorme permitiram que o país da África Ocidental liderasse a produção de petróleo em todo continente.

No entanto, a ascensão de grupos terroristas e os ataques em larga escala criaram uma instabilidade permanente que se foi agravando até atingir o auge no último mês.

Depois dos ataques do Boko Haram, um novo grupo armado auto denominado Vingadores do Delta do Níger começou a reivindicar ataques às refinarias petrolíferas, lançando pânico na região crucial para a produção nacional, garante a BBC.

O Movimento de Emancipação do Delta do Níger, organização terrorista que usa os Vingadores como grupo de ataque, pede uma maior justiça social para a zona geográfica de origem e os assaltos e destruição de refinarias servem o propósito de controlar uma parte da produção de petróleo da Nigéria.

A incapacidade de manter as centrais de produção de combustíveis fósseis seguras levou a uma quebra significativa da oferta, que passou de cerca de dois milhões para 1,4 milhões de barris por dia, segundo dados avançados pela Reuters África.

Ao mesmo tempo, Angola manteve a solidez produtiva com uma oferta de 1,8 milhões de barris por dia, número que lhe permitiu ganhar a coroa de maior produtor do continente africano.

Com a instabilidade a ser regra na política e sociedade, avizinham-se meses muito difíceis para a Nigéria e não se vislumbra uma 'luz ao fundo do túnel' no mercado do petróleo.

12.10 Empesas de exploração de rochas ornamentais na Huila baixam produção

Jornal Economia e finanças
20 De Maio de 2016

A produção de rochas ornamentais na província da Huila registou uma redução de três mil 584 metros cúbicos no primeiro trimestre do corrente ano, devido ao fraco poder de compra no mercado internacional.

De acordo com um relatório da Direção Provincial da Huila da Geologia e Minas a que a Angop teve acesso, no primeiro trimestre do ano em curso, as nove empresas exploradoras de granito negro produziram dois mil 647 metros cúbicos, contra os seis mil 231 do ano transacto.

Da produção das pedras ornamentais, as empresas vocacionadas para o efeito conseguiram facturar 639 mil 898 dólares, contra um milhão 622 mil 476 dólares do primeiro trimestre de 2015. Para a produção, contribuíram a Rodang, com mil 564 metros cúbicos, Galiangol, 404, DFG África, 507, e Angostone, com 101 metros cúbicos de granito negro, estando ausente cinco empresas que neste período não efectuaram qualquer actividade explorativa.

Entretanto, segundo o documento, as empresas de exploração de rochas ornamentais na Huila já manifestaram junto da Direção da Geologia e Minas a preocupação, uma vez que a situação tem vindo alastrar-se a cada ano que passa.

A mesma tem registadas 29 unidades fabris e empresas de extração e transformação de rochas ornamentais.

12.11 Chineses assumem controlo dos inertes

Jornal Visão
20 De Maio de 2016
Texto: Belchior Resende

Quem passa pela via expressa de Luanda, no troço Cacucaco/Zango facilmente consegue ver os amontoados de britas, burgau, areia e um pouco quase todos os elementos necessários para a construção civil.

Estão lá aos pontapés prontos serem comercializados. O que passa despercebido nesta corrida desenfreada ao garimpo fácil são as inúmeras crateras que ficam para atrás dos montes de areia. Não há dúvidas de que os mesmos têm um forte impacto ambiental, sobretudo com formação de ravinas.

facto é que, dezenas de camiões entram e saem pelos desvios criados que dão acesso às zonas de exploração. Logo à entrada, alguns jovens camionistas esperam por clientes que para lá se deslocam à procura de inertes.

Dão a informação necessária sobre os preços praticados, pelos chineses. "Uma carrada de pedras grandes o chinês vende a 15 mil kwanzas (kz). Com o frete do carro, fica a 21 mil kz, a depender do local onde vive o cliente": disse Pedro Faria acrescentando que uma carrada de burgau está orçada em sete mil kz.

"Com o carro fica tudo a 13 mil kz. A carrada de areia custa cinco mil e 500 kz. Mais o frete, chega aos 12 mil kz", afirmou Faria, que há três anos e meio se dedica a venda de inertes naquelas paragens.

Segundo o mesmo, os preços praticados a retalho são negociáveis a depender do número de montes que o cliente solicitar. "Sete mil kz é o preço estabelecido" para um monte de inertes a retalho.

O mais interessante é que muita da mão-de-obra neste negócio é composta por menores. Na entrada, para um dos campos de exploração, por exemplo, encontramos duas crianças com idades entre 12 e 14 anos. Preparavam montes de brita para a comercialização.

O pai delas, Miguel Cavimba, explicou ao Visão que exerce esta actividade há mais de sete anos e que é com a mesma que sustenta a família.

"Começamos a vender brita e burgau há muito tempo. Antes não zona do Rio Seco e éramos os fornecedores de quase toda a zona de Viana": um trabalho que segundo disse, era feito à base de enxadas, picaretas e pás.

"Mas quando chegaram os chineses com as máquinas grandes e a vender aos camiões, perdemos a clientela. Passamos a comprar nos caminhões que, por sua vez, compram aos chineses", explicou, reforçando que a cada dia, sente que o tempo da venda de inertes para aqueles que não têm máquinas escavadoras como as dos chineses, terminou.

São vários os jovens que residem não só nos arredores da via expressa entre o município de Viana

e Cacucaco, mas também nos mais diversos pontos de Luanda, que se dedicam à venda inertes a retalho. Usam camiões ou carrinhas.

Um deles é Abel João que há mais de três anos, ganha a vida vendendo minerais. Pai de quatro filhos, encontramos-lo sentado rodeado de vários montes de pedras. Adiantou que ganhar a vida com esta actividade ficou difícil desde que aumentou a concorrência.

"Antes, podíamos vender vários montes de pedras ou de britas, porque os donos das obras vinham directamente comprar a nós. Hoje em dia, as pessoas preferem comprar directamente dos camionistas' que se dividem entre chineses, cubanos e tantos outros. "Enfim, eles é que ditam as regras", sentenciou.

Apensar de tudo, nacionais e estrangeiros não se chocam muito quanto à exploração, porque trabalham em áreas diferentes. Os primeiros exercem a actividade em praças e nas respectivas zonas de exploração, onde aguardam pelos clientes, já os cidadãos estrangeiros fazem-no nas grandes empresas.

Fernando Silva, camionista há dois anos, não tem dúvidas do monopólio que os estrangeiros de têm neste negócio. Segundo disse, eles é que estão com tudo.

"Os chineses é que exploram e vendem os inertes a nós. Pago a quantidade de brita ou areia que precisar, recebo a ficha, levo o camião até à zona de exploração": onde um outro chinês, maquinista, recebe a ficha e carrega.

"Talvez sejam eles a dominar a exploração por causa das máquinas com que trabalham", deduziu, manifestando que a única coisa que o inquieta é a concorrência com os camionistas chineses que são os mais privilegiados quando o assunto for transportar inertes para grandes construções. De acordo com Fernando Silva, os angolanos envolvidos no negocio só revendem inertes a particulares, enquanto que, os chineses transportam para grandes empresas, grandes construções.

"Por exemplo: eu posso carregar, em média, duas carradas de areia para os meus clientes, mas os chineses entram e saem todo o dia. Pois, para além de carregarem inertes para as empresas que eles dizem ser da Casa Militar, aproveitam vender a outras pessoas", apontou, sublinhando que enquanto um nacional tem que comprar a carrada, eles, os chineses, não compram nada.

'Aproveitam-se do nome da Casa Militar e desviam o material para outros clientes em nosso detrimento

denunciou. O processo de compra desenrola-se em espécie de guichés improvisados em contentores para onde os camionistas se dirigem e, através de uma pequena janela são atendidos. A regra é pagar, e levar sem conversas.

12.12 Angola descobre importantes jazidas de ouro na Huíla

Jornal A Republica

26 De Maio de 2016

Texto: Francisco Ferreira da Silva

A exploração de importantes jazidas de ouro na província da Huíla, uma província do Sul de Angola, deverá começar em breve. A Sociedade de Metais Preciosos de Angola (Somepa), uma empresa de capitais públicos e privados angolanos, já concluiu os estudos de viabilidade e de impacto ambiental e está agora a preparar as condições técnicas e de recursos humanos para o arranque das operações, enquanto aguarda pela licença de exploração, revela o Jornal de Angola.

Este projecto, o primeiro do género em Angola, acontece na província da Huíla, onde já foi confirmada a existência de jazidas de ouro de excelente qualidade na localidade de Mpopo, município da Jamba. Mas, de acordo com o presidente da Ferrangol (accionista da Somepa), Diamantino de Azevedo, citado pelo Jornal de Angola, também no município de Chipindo, igualmente na província da Huíla, decorrem trabalhos de prospecção, existindo fortes indícios da existência de ouro.

O presidente da Ferrangol- Empresa Nacional de Ferro de Angola, que participa no capital da Somepa, refere que os estudos devem estender-se às províncias de Cabinda, Cuanza Norte e Moxico, onde já decorrem operações de extracção artesanal de ouro. As descobertas de importantes reservas de ouro em Angola decorrem de um trabalho de pesquisa que procura completar o quadro informativo da realidade geológica e mineira de Angola.

Dados preliminares do estudo indicam que o país tem 38 dos 50 minerais mais procurados do mundo, anuncia o Jornal de Angola. A lista de metais existentes no subsolo angolano inclui, o ouro, ferro, manganês, titânio, crómio, cobre, chumbo, zinco, volfrâmio, estanho, níquel, cobalto, lítio, nióbio, tântalo, ouro, prata, platina e terras raras. O estudo

está a cadastrar e elaborar mapas dos recursos minerais existentes. A ideia é, segundo o jornal angolano, passar depois a informação sobre as reais potencialidades do país a investidores privados interessados, nacionais e estrangeiros.

A dois anos do fim, o estudo já levou à descoberta e mapeamento de importantes reservas dos mais diversos minérios e à confirmação de outros tantos de que se tinha memória, mas que deixaram de ser explorados depois da Independência, devido à instabilidade política e militar que paralisou sectores importantes da economia. Os dados que estão a ser recolhidos no estudo, considerado um dos maiores do género realizados em todo o mundo, deverão permitir ao país programar, no horizonte de um século, a exploração racional e sustentável dos recursos minerais.